



BIBLIOTECA D

ISSN-0011-7641

A DEFESA NACIONAL

ISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



GUERRA ELETRÔNICA TERRESTRE
SOB A ÓTICA SOVIÉTICA

Nº 725
MAI/JUN-86

Os sistemas modulares projetados pela **Ferranti** são utilizados pelas Forças Armadas de inúmeros países que acompanham a evolução das modernas técnicas militares.

Estes sistemas, nucleados em computadores militares das séries FM, Argus e F 100, encontram-se instalados em navios, em aeronaves de patrulha e ataque, em unidades de controle aéreo, assim como em blindados e unidades fixas e móveis de controle de tiro.

O Brasil também faz parte desta elite. As fragatas brasileiras Classe Niterói já operam com Sistemas de Informações de Combate e Controle de Armas projetados pela **Ferranti**, e nucleados em Computadores da série FM.

Novos navios brasileiros estarão também equipados com sistemas modulares **Ferranti**, nucleados em computadores FM 1600 E.

O treinamento, essencial para o uso econômico de Sistemas que empregam tecnologia tão avançada, é ministrado com facilidade e proficiência em treinadores táticos e simuladores projetados pela **Ferranti** e nucleados pelos mesmos computadores. **Simplicidade, flexibilidade e eficiência** três palavras que definem os mais modernos sistemas militares do mundo:
Os Sistemas **Ferranti**.

SISTEMAS MILITARES FERRANTI, RECONHECIDOS POR MAIS DE 20 PAÍSES. INCLUSIVE O NOSSO.



FERRANTI
SÍMBOLO DE TECNOLOGIA

Sistemas Ferranti do Brasil
Rua Bispo Lacerda, 25 - Del Castilho - RJ
Tel.: (021) 581-0996 - 201-0343
Telex (021) 32824 SSFB BR



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

- | | |
|---|----|
| O TERRORISMO COMO ARMA POLÍTICA NO SÉCULO XX
Cel Art QEMA João Amâncio de Queiroz Neto | 62 |
|---|----|

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

- | | |
|---|-----|
| A GUERRA ELETRÔNICA TERRESTRE SOB A ÓTICA
SOVIÉTICA
Cel Com/QEMA Humberto José Corrêa de Oliveira | 7 |
| UMA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR
COMBINADO PARA AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL
Cel QEMA Eugênio Alves Menescal Conde | 141 |

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

- | | |
|--|-----|
| OS "SETE PAÍSES" BASCOS
Profª Therezinha de Castro | 51 |
| EDUCAÇÃO INTEGRAL OU EDUCAÇÃO EM PARALELO?
Cel QEM Roberto Mischow Filho | 84 |
| O BRASILEIRO QUE FOI GENERAL DE SIMON BOLÍVAR
- TRAÇOS DE SEU PERFIL MILITAR -
Cel Cláudio Moreira Bento | 91 |
| OS SUPERDOTADOS E A UNIVERSIDADE
Gen Ex R/1 João Bina Machado | 130 |

- | | |
|-----------------------|-----|
| EDITORIAL | 5 |
| INFORMAÇÕES | 163 |
| LIVROS | 166 |
| REGISTROS | 168 |

A DEFESA NACIONAL N° 725

PRODUÇÃO GRÁFICA: Rio de Janeiro - Brasil

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua Minas Gerais, 164 - Cx. 502

Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 340-1530

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primitivo Tenente: BERTHOLDO KLINICK, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mancheteiro: Bertholdo Klninger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Pará Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Sistemas Ferranti do Brasil	28	Capa
Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S.A.	38	Capa
Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.	48	Capa
Centro de Estudos Estratégicos	4	
Haegler S.A.	6	
S.A. Indústrias Votorantim	61	
Bibliex	174/175	

NOSSA CAPA



Autopropulsado de 155 mm batizado MALLET em homenagem ao Patrono da Artilharia Brasileira. Concebido e projetado em colaboração tripartite entre a VEROLME, a VICKERS e a CUMMINS.

Apresentado com sucesso na British Army Equipment Exhibition em Aldershot, Inglaterra, sob designação de AS/90 — Sistema de Artilharia dos anos 90 — suas características incorporaram avanços tecnológicos que o tornam o mais aprimorado sistema de Artilharia de Campanha existente atualmente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Anapio Gomes Filho

Diretor-Secretário: Cel José Fernando de Maya Pedrosa

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: 1º Ten Zilton de Oliveira Victório

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel José Claudio de Castro Chagastelles

Ten Cel José Carlos Guimarães Osório

Ten Cel César Augusto Barroso Ramos

Suplentes: Ten Cel José Eugênio de Carvalho

Ten Cel Jaime Brito Prieto

Ten Cel Marcio Paiva Barreto

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Anapio Gomes Filho

Redator-Executivo: Cel José Fernando de Maya Pedrosa

Coordenação Editorial: José Lívio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio de Veiga

Cel Claudio Moreira Bento

CMG José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Publicidade: Edison Alves de Azevedo

Revisão: Márcia Irene Pignataro Cleto

Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 67,20

Exterior — US\$ 50

Número avulso — Cr\$ 15,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
Cep 20445. Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253.4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua México, 148 — Gr. 501

Cep: 20031. Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 240-1530

A23P32A

POLÍTICA eESTRATÉGIA



revista trimestral de política internacional e assuntos militares

O Futuro das Relações Brasil-Estados Unidos

Sérgio Franklin Quintella

Alexandre de S. C. Barros

Paulo Kramer

Mahan e a Teoria do Poder Naval

João Carlos G. Caminha

Diplomacia e Hegemonia no Cone Sul

Clodoaldo Bueno

ÍNDICE DOS ANUNCIOS

Resistência à Opressão:

Posição e Ação das Forças Armadas

Cláudio Pacheco

Política Externa:

Privilégio do Poder Executivo?

Vera de Araujo Grillo

Assinatura anual: Cr\$ 65,00

Número avulso: Cr\$ 20,00

Nome

Rua

Cidade Estado CEP

Fone Anexo cheque no valor de

Cr\$ do Banco

nº em nome do

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Alameda Eduardo Prado, 705 - 01218 - São Paulo -SP

(011) 826-7577



EDITORIAL



A revista *A Defesa Nacional*, que está completando 73 anos de existência e de publicação ininterrupta, é um notável patrimônio cultural-militar brasileiro. Citada como fonte de análise de nosso pensamento militar por suas congêneres estrangeiras, e considerada como a mais importante das publicações militares brasileiras, ela constitui hoje um veículo de informação e de divulgação daquilo que interessa de perto à segurança do País. Sua Direção, vinculada à orientação da Diretoria de Assuntos Culturais e Desportos – DACEC, convida todos os que queiram participar deste grande esforço de divulgação de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros a enviarem colaborações, no sentido de tornar cada vez mais vivas e atualizadas as bases de nossa Doutrina Militar.

Desde a fundação da Escola Superior de Guerra – ESG, na década de 1940, vem se firmando o conceito de que a guerra envolve a aplicação de amplos conhecimentos que extrapolam o campo estritamente militar e, consequentemente, levando os militares a se interessarem, cada vez mais, por todo conhecimento que esteja diretamente relacionado com o Poder Nacional.

Desta forma, formulações de alto nível sobre assuntos de Segurança Nacional são os temas preferenciais e mais adequados a esta revista, inclusive os desenvolvidos por estudiosos civis. Só assim prosseguiremos na condução daquele facho que os fundadores desta revista acenderam em 1913, em seu Número 1, cujo editorial constitui uma das peças mais brilhantes do nosso pensamento militar.

FALE COM QUEM TEM MAIS DE 40 ANOS DE TRADIÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTO MILITAR



contraves

DIRETORES
DE TIRO



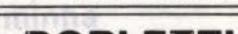
MBB

"AMBRUST"
ARMA
ANTI-TANQUE



euromissile

MISSEIS
"ROLAND" E "MILAN"

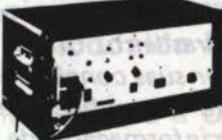


SELENA



RADARES, MISSEIS, LASER,
GUERRA ELETRÔNICA

GRETAG



CRYPTÓGRAFOS

BORLETTI



ESPOLETAS

MISAR



MINAS SUBMARINAS

HARRIS



EQUIPO. COMUNICAÇÃO

aerospatiale
aerospatiale
aerospatiale
aerospatiale
aerospatiale



MISSIL "EXOCET"

FABRIQUE NATIONALE



SCHERMULY



PIROTÉCNICOS

bowas



PRODUTOS EXPLOSIVOS,
CONSULTORIA

REPRESENTANTE
EXCLUSIVO

Haegler
sa

AV. ERASMO BRAGA, 227 - 99 - RIO DE JANEIRO - Tel. 252-4020 - TELEX: (021)21818



A GUERRA ELETRÔNICA TERRESTRE SOB A ÓTICA SOVIÉTICA

Humberto José Corrêa de Oliveira

o autor deste artigo, Cel Com QEMA Humberto José Corrêa de Oliveira, é uma autoridade reconhecida em guerra eletrônica. Como não podia deixar de ser, dedicou-se intensamente ao estudo deste assunto, conhecedor que é das diversas soluções estrangeiras para esse importante problema militar que implica, na guerra moderna, diferentes aspectos de elevado conteúdo técnico. A matéria publicada neste artigo enfoca o esforço da URSS, nação líder do Pacto de Varsóvia, em sua permanente provocação à segurança do mundo ocidental. Despertará, portanto, grande interesse.

“... na era dos mísseis nucleares e da radioeletrônica, a obtenção da surpresa freqüentemente será impossível sem o desempenho de cálculos dados de os grandes sistemas de cálculo, assegurando que a experiência visores...”

Cel V. Y. Savkin

INTRODUÇÃO

Estou convicto de que “sómente os cegos e desprovidos de profissionalismo militar não enxergam que a guerra eletrônica está para a sobrevivência de uma Força Terrestre moderna quanto a água e a comida para a vida de seus componentes”.

A finalidade de mais esta contribuição, sobre este atual e muito

sério assunto, é dar ao Exército brasileiro mais uma fonte de dados doutrinários sobre a guerra eletrônica terrestre (GE), agora sob a ótica da Doutrina Militar da União Soviética, cujos conceitos são de elevado valor e motivação.

Os soviéticos apontam a II Guerra Mundial (a Grande Guerra Patriótica Soviética) como o cenário de “intenso combate radioeletrônico” contra as forças alemãs

e realçam o largo emprego do reconhecimento-rádio (*radiorazvedka*), da interferência radioeletrônica, da radiodissimulação (*radiodezinformatsiya*) e radiocamouflagem (*radiomaskirovka*).

Eles não pararam no tempo e não dormiram sobre os louros dos seus êxitos e, freqüentemente, surpreendem os países ocidentais nos domínios da guerra eletrônica.

Suas possibilidades estão integradas em um sistema denominado de combate radioeletrônico (*radioelektronaya borba*) (Figura 1).

A incursão soviética na Tchecoslováquia, ocorrida em sua maior parte na noite de 20/21 de agosto de 1968, foi dissimulada pelo amplo emprego de interferência eletrônica em todas as faixas de freqüências em que operavam os ra-

COMBATE RADIOELETRÔNICO SOVIÉTICO

COMBATE RADIOELETRÔNICO SOVIÉTICO

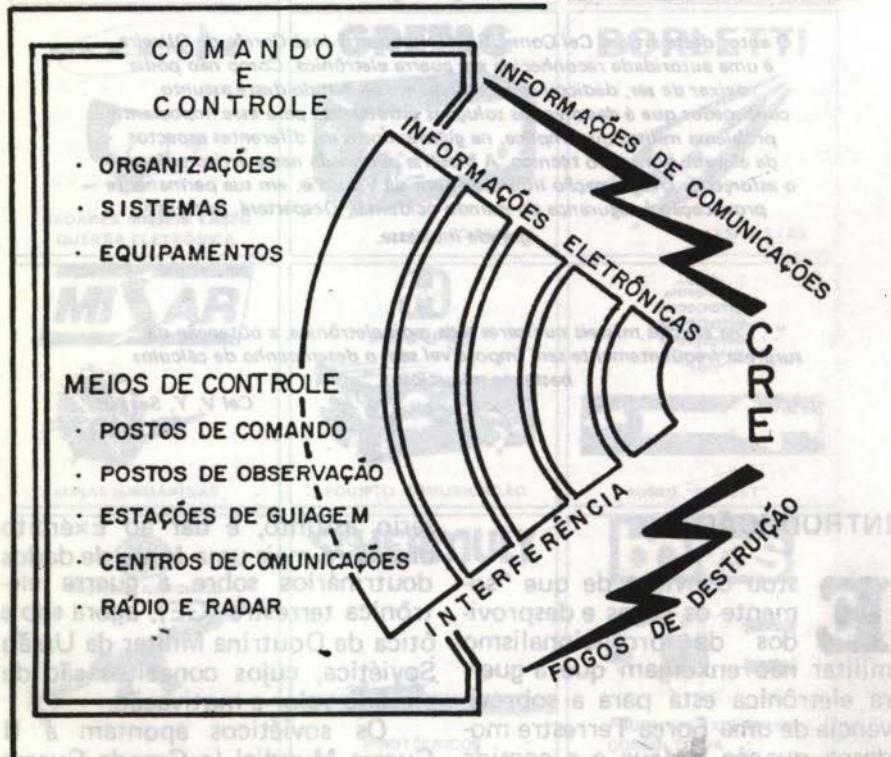


FIGURA 1 - COMBATE RADIOELETRÔNICO SOVIÉTICO

Figura 1 – Combate radioeletrônico soviético

dares tchecos e os dispositivos de vigilância da OTAN na Europa Central. Para a consecução de seus objetivos, empregaram numerosos conjuntos de interferência auto-rebocados, dos tipos *Mound Brick* e *Tub Brick*, e o autotransportado tipo *Cheese Brick* (denominações dadas pela OTAN), que cobriram todas as freqüências dos radares de busca tchecos e da OTAN (Figura 2). Também empregaram o conjunto-rádio R118Bm3, que opera em HF (1,5 a 12,0 MHz), com uma potência de 400W, montado em viatura GAZ-63 ou GAZ-66, para impedir ou, pelo menos, perturbar as condições do emprego rádio no âmbito da OTAN e entre os comandos tchecos.

Na noite em que foi efetuada a invasão, além das interferências produzidas por emissores eletrônicos, os soviéticos lançaram grandes nuvens de *chaff*, que contribuíram para bloquear completamente os visores dos radares, impedindo-os de alertar sobre o avanço dos blindados e dos grandes aviões de transporte, que desembarcaram homens e materiais nos aeroportos de Praga e de outras cidades do país.

A ampla interferência nas comunicações finalmente contribuiu para paralisar qualquer tentativa de reação por parte dos tchecos.

Os sistemas de combate radio-eletrônico (CRE) fornecidos pelos soviéticos aos árabes interromperam, com elevado sucesso, as comunicações de Israel por ocasião da Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973.

Podemos ter a certeza que a União Soviética, embora tendo

uma indústria eletrônica menos desenvolvida do que a dos países-membros da OTAN e de outros países ocidentais, está se preparando para vencer a guerra eletrônica, desde o fim da II Guerra Mundial e os fatos históricos estão presentes como testemunhos de suas intenções.

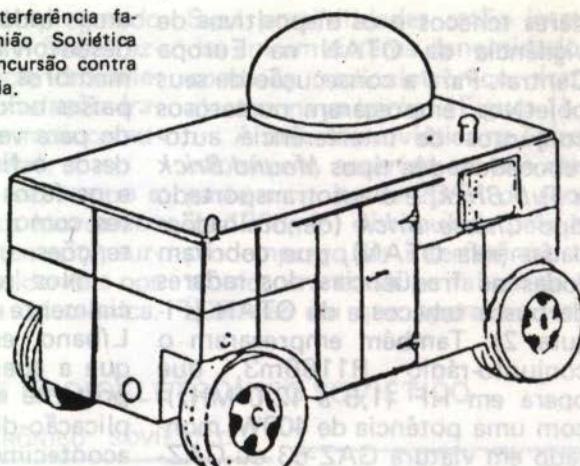
Nos recentes conflitos, especialmente no Vale do Bekaa, no Líbano, em 1982, ficou evidente que a guerra eletrônica é um importante e decisivo fato de multiplicação do poder de combate. Os acontecimentos surpreenderam e embaraçaram a União Soviética, diante da rápida e completa destruição pelas forças de Israel, do arsenal fornecido aos árabes. Os soviéticos provaram no passado, quando foram alvo de humilhante derrota durante a crise dos mísseis em Cuba, em 1962, a disposição de corrigir drasticamente suas ações, assegurando que a experiência não seria mais repetida. Acreditamos que os soviéticos procurarão modificar a imagem negativa dos eventos ocorridos no Vale do Bekaa, e atuarão com maior intensidade contra os sistemas da OTAN e dos Estados Unidos, mesmo que as respostas ocidentais sejam notáveis pela aplicação de técnicas e tecnologias altamente sofisticadas.

Assim expressou-se o Cel A. A. Sidorenko, do Exército Soviético, em 1970:

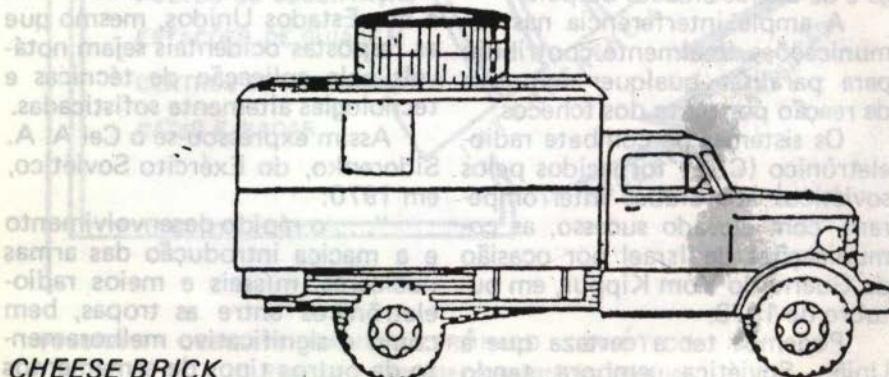
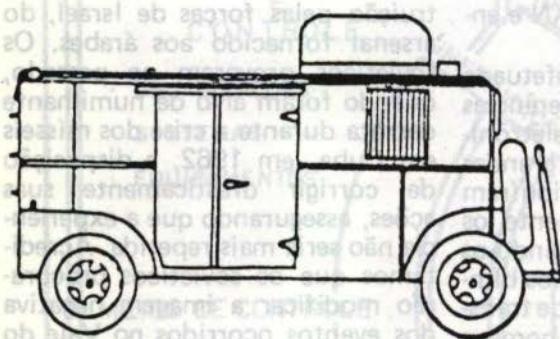
“... o rápido desenvolvimento e a maciça introdução das armas nucleares, mísseis e meios radio-eletrônicos entre as tropas, bem como o significativo melhoramento de outros tipos de armamentos

Figura 2 — Conjuntos de interferência fabricados na União Soviética empregados na incursão contra a Tchecoslováquia.

MOUND BRICK



TUB BRICK



CHEESE BRICK

e equipamentos de combate levaram a mudanças profundas na natureza e nos métodos de ações militares e a uma revolução legítima nas lides militares."

O combate radioeletrônico é um assunto muito importante na Doutrina Militar Soviética, por ser uma consequência das funestas experiências ocorridas em sua história militar. Ele pode desdobrar-se nas áreas da busca, neutralização, dissimulação e proteção. Estas áreas se complementam e estão integradas no âmbito da doutrina de combate das Forças Armadas Soviéticas. Na maioria das publicações ostensivas de origem soviética, o combate radioeletrônico é apresentado sob os títulos segurança, comando e controle, reconhecimento, defesa aérea, camuflagem (*maskirovka*) etc. O tratamento dado ao CRE no contexto de operações rotineiras indica a elevada consideração que é dada ao assunto e é considerado como um componente que deve integrar todas as ações de combate.

Embora os materiais específicos utilizados pelas unidades de CRE sejam tecnicamente ultrapassados, segundo os padrões norte-americanos, japoneses, europeus e de outros países fora do âmbito de controle da União Soviética, se apresentam rústicos e confiáveis, e demonstram avanços técnicos, em especial no que concerne aos empregados nas medidas de apoio eletrônico (MAE) e nas contramedidas eletrônicas (CME). As forças terrestres soviéticas continuam a receber novos conjuntos de interferência e seus meios de informa-

ções do sinal (Info Sin) têm sido enriquecidos com crescentes aperfeiçoamentos (Figuras 3 e 4).

Desde 1975, os serviços de informações ocidentais têm verificado o crescente emprego de aeronaves equipadas com dispositivos de CME e outras específicas para o CRE, muitas das quais usando bases fora do território soviético e dos membros do Pacto de Varsóvia, em especial em Angola e Cuba.

No território da União Soviética já foram detectadas instalações específicas para gerar interferência em nível estratégico.

Embora ainda com marcantes diferenças técnicas quanto ao estágio de desenvolvimento dos materiais empregados, é possível afirmar que o CRE se aproxima sensivelmente da guerra eletrônica dos Estados Unidos e dos mais envolvidos países-membros da OTAN, quanto às possibilidades e práticas; porém, se analisarmos com maior profundidade, podemos sentir que o poder militar soviético é vulnerável a uma campanha de guerra eletrônica levada a efeito ao longo de sua própria doutrina. Notaremos que os conceitos individuais da doutrina de guerra eletrônica soviética não diferem muito da empregada pelas forças ocidentais. O que irá definir é a ênfase e a total integração do seu programa.

Os soviéticos têm se esmerado no desenvolvimento das atividades do CRE, em especial quanto ao emprego das CME, surpreendendo as potências ocidentais e evidenciando os progressos que têm feito neste campo.

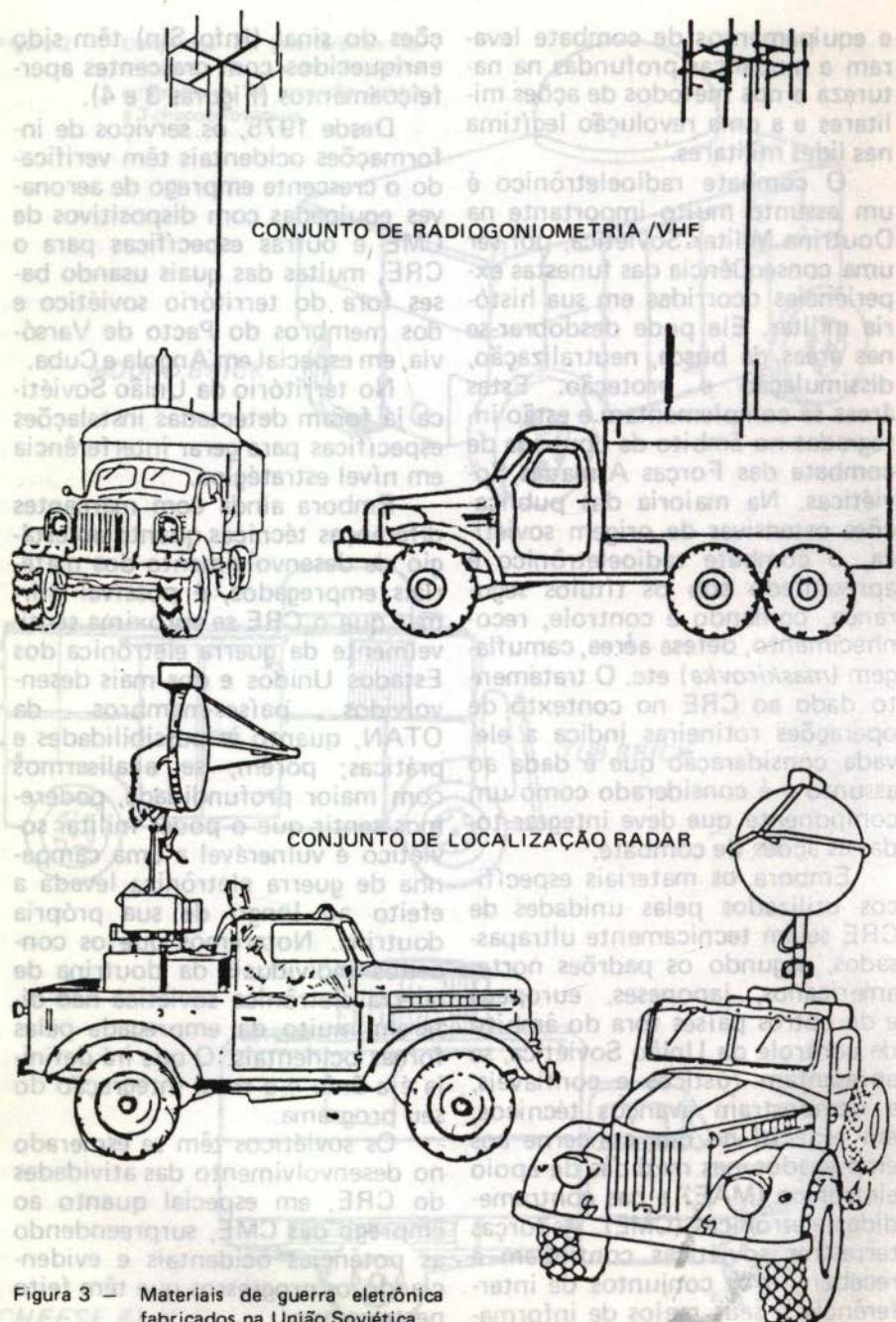


Figura 3 — Materiais de guerra eletrônica fabricados na União Soviética.

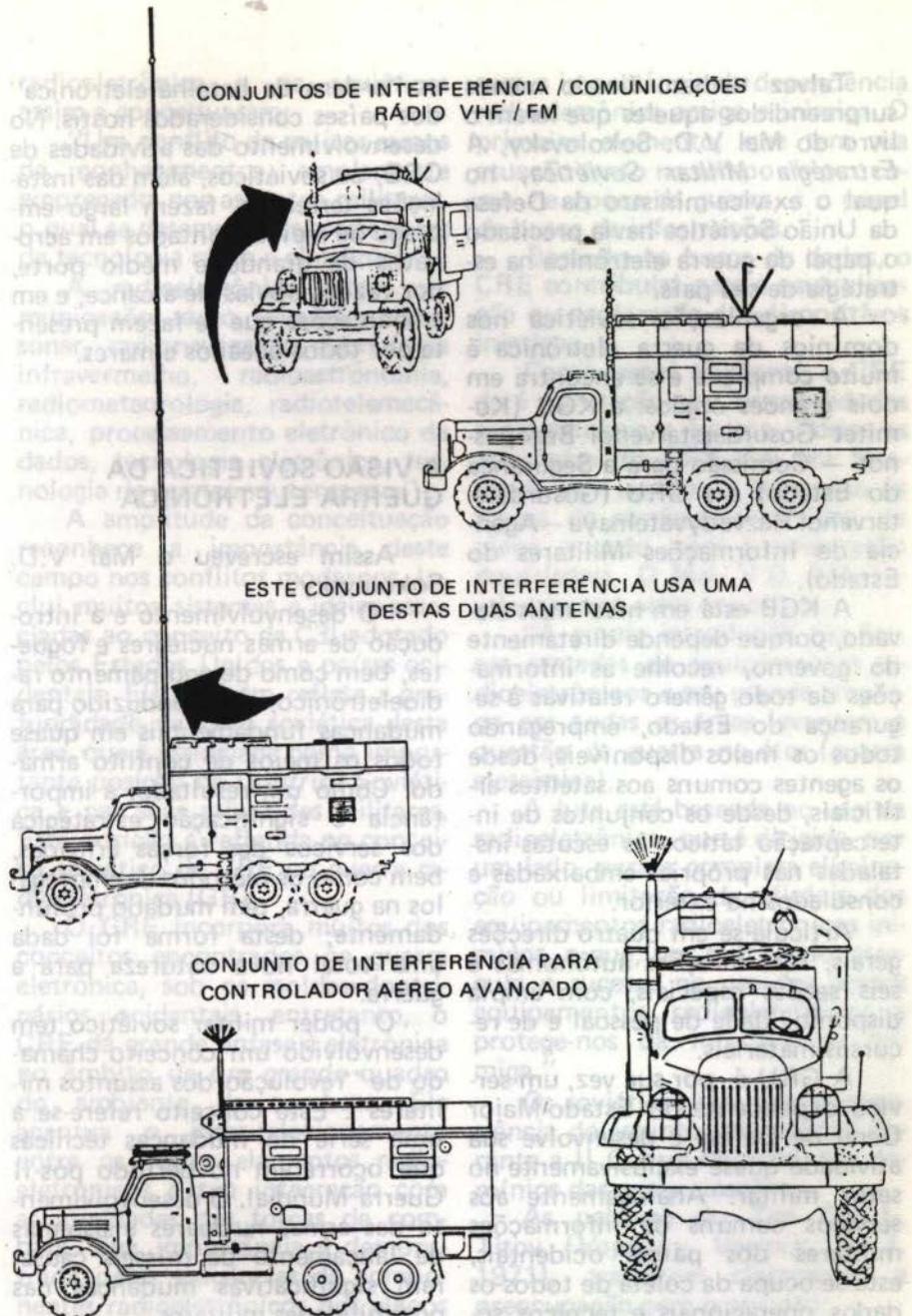


Figura 4 — Materiais de guerra eletrônica fabricados na União Soviética.

Talvez tenham ficado menos surpreendidos aqueles que leram o livro do Mal V.D. Sokolovsky, *A Estratégia Militar Soviética*, no qual o ex-vice-ministro da Defesa da União Soviética havia precisado o papel da guerra eletrônica na estratégia de seu país.

A organização soviética nos domínios da guerra eletrônica é muito complexa e se encontra em dois grandes órgãos: a KGB (Komitet Gosurdarstarvenoi Bezopasnot – Comissão para a Segurança do Estado) e a GRU (Gosurdarsstarvenoi Razvedyvatelnaya – Agência de Informações Militares do Estado).

A KGB está em nível mais elevado, porque depende diretamente do governo, recolhe as informações de todo gênero relativas à segurança do Estado, empregando todos os meios disponíveis, desde os agentes comuns aos satélites artificiais, desde os conjuntos de interceptação táticos às escutas instaladas nas próprias embaixadas e consulados no exterior.

Articula-se em quatro direções gerais, sete direções autônomas e seis seções especiais, com ampla disponibilidade de pessoal e de recursos materiais.

A GRU é, por sua vez, um serviço dependente do Estado-Maior Geral da Defesa e desenvolve sua atividade quase exclusivamente no setor militar. Analogamente aos serviços comuns de informações militares dos países ocidentais, esta se ocupa da coleta de todos os dados operacionais e técnicos sobre sistemas de armas, sobre procedimentos operacionais e sobre

as "ordens de batalha eletrônica" dos países considerados hostis. No desenvolvimento das atividades de CRE, os soviéticos, além das instalações terrestres, fazem largo emprego de meios montados em aeronaves de grande e médio porte, por razões óbvias de alcance, e em embarcações que se fazem presente por todos oceanos e mares.

A VISÃO SOVIÉTICA DA GUERRA ELETRÔNICA

Assim escreveu o Mal V.D. Sokolovsky:

"O desenvolvimento e a introdução de armas nucleares e foguetes, bem como de equipamento radioeletrônico, têm conduzido para mudanças fundamentais em quase todos os meios de conflito armado. Como um resultado, a importância e significação estratégica dos serviços das forças armadas, bem como os métodos de empregá-los na guerra, têm mudado profundamente; desta forma foi dada uma total nova natureza para a guerra."

O poder militar soviético tem desenvolvido um conceito chamado de "revolução dos assuntos militares". Este conceito refere-se a uma série de mudanças técnicas que ocorreram no período pós-II Guerra Mundial. O desenvolvimento das armas nucleares e sistemas de lançamento de mísseis causaram significativas mudanças nas possibilidades militares.

A terceira revolução que está ocorrendo, se encontra na área da

radioeletrônica e os soviéticos assim a conceituaram:

"Um conflito de muitos ramos de conhecimentos, amplamente empregado nos assuntos militares, o qual se desenvolve sobre as bases da tecnologia rádio e eletrônica.

A radioeletrônica inclui comunicações rádio, televisão, radar, sonar, radionavegação, tecnologia infravermelho, radioastronomia, radiometeorologia, radiotelemecânica, processamento eletrônico de dados, tecnologia eletrônica, tecnologia de semicondutores etc."

A amplitude da conceituação reconhece a importância deste campo nos conflitos modernos. Inclui muitos sistemas e idéias associadas ao conceito de C3I adotado pelos Estados Unidos e países ocidentais. Ele também reflete a profundidade da visão soviética desta área, que é assinalada como importante posição na Doutrina Soviética e nas suas atividades militares. Esta posição é refletida no conceito soviético de CRE ou guerra radioeletrônica (GR).

O CRE incorpora muitos dos conceitos encontrados na guerra eletrônica, sob os moldes doutrinários ocidentais, entretanto, o CRE dá grande ênfase à eletrônica no âmbito de um grande quadro do ambiente de combate. Ele acentua o inter-relacionamento entre os vários elementos radioeletrônicos e sua integração com as atividades das forças de combate. Sua importância é demonstrada pelas exigências de componentes radioeletrônicos nos planos e operações soviéticas.

Os elementos do CRE enfati-

zam a importância da dependência radioeletrônica amiga e inimiga. O primeiro elemento, que tem sua atuação tanto no tempo de paz como na época da guerra, é o papel da busca de informações.

Baseado na busca de dados, o CRE contribuirá para a neutralização ou exploração dos dispositivos inimigos.

Como papel adicional, o CRE dará proteção às possibilidades radioeletrônicas amigas. Todas as atividades do CRE têm por finalidade dar um apoio integrado às forças de combate soviéticas, de pleno acordo com a orientação doutrinária. O Mal / V.D. Sokolovsky resume estes conceitos:

"A ampla introdução nas forças armadas de equipamentos radioeletrônicos e seu grande emprego em todas as áreas levantam a questão da guerra no éter (guerra eletrônica).

A luta está baseada no uso da radioeletrônica, que é dirigida, por um lado, para a completa eliminação ou limitação da eficácia dos equipamentos radioeletrônicos inimigos, e que, por outro lado, assegura o sucesso no uso dos nossos equipamentos radioeletrônicos e protege-nos da interferência inimiga."

Os soviéticos têm ampla experiência do assunto, em especial durante a II Guerra Mundial, nos domínios das comunicações.

As palavras do Ten Cel L. Titov (*Voyenny Vestnik*, nº 7, 1971), traduzem claramente a preocupação com o assunto:

"As comunicações são os meios básicos para assegurar o controle

da tropa. A perda de comunicações é a perda do controle da tropa, e a perda do controle da tropa na batalha invariavelmente conduz à derrota."

O ALVO Soviético

Os principais alvos dos soviéticos num futuro conflito serão os dispositivos de comando, controle, comunicações e informações (C3I) das forças da OTAN e, em particular, dos Estados Unidos. As razões são relevantes.

O C3I representa o sistema nervoso central das forças armadas modernas. É por meio dele que as ordens são transmitidas e recebidas, as ameaças são detectadas e prontamente recebem uma resposta, os sistemas de armas são dirigidos e distribuídos, e os diversos tipos de plataformas são controlados e navegados. Alvejar os dispositivos do sistema C3I inimigo é o principal objetivo, para transformá-los em meios desprovidos de eficiência.

Os soviéticos estão cientes disso e mantêm um crescente e expressivo arsenal de equipamentos radioeletrônicos, pronto para intervir e destruir os enlaces do C3I dos países ocidentais. Planejam lançar seus meios de CRE contra os sistemas C3I de seus inimigos, como um passo inicial no futuro conflito. Como parte de seu CRE ou GR pretendem saturar e confundir o C3I ocidental, com barragens de interferência, suplementadas por densos corredores de chaff, de modo muito similar ao

que executaram em 1969 na Tchecoslováquia, e ações maciças de mísseis antiirradiação (MAI) para destruir as fontes de emissões eletromagnéticas. O resultado deverá ser a confusão e até certo ponto o caos entre os alvos. O nível de danos será em função da preparação dos alvos para antepor-se ao desenvolvimento da ameaça gerada pelo CRE soviético.

Podemos ter a certeza de que a União Soviética está se preparando para vencer a guerra eletrônica, e os eventos históricos desde o início da década dos anos 70 testemunham suas intenções.

A balança do poder eletrônico pende sensivelmente para os Estados Unidos e países-membros da OTAN mais desenvolvidos. O próprio sistema político e econômico que rege a União Soviética é o responsável por esta grande diferença, mas os soviéticos acompanham permanentemente todas as manobras e operações militares, irradiações eletromagnéticas e buscam todas as publicações técnicas sobre a guerra eletrônica, impressas nos países ocidentais. Procuram obter exemplares de todos os materiais eletrônicos produzidos no ocidente, usando para tal todas as artimanhas legais e ilegais, de modo a dar-lhes informações atualizadas de elevado valor na supressão de etapas nos campos da pesquisa e do desenvolvimento, podendo, com isto, ampliar seus conhecimentos técnicos e operacionais, criando condições para construir uma estrutura de CRE ou GR, capaz de se igualar ou exceder a guerra eletrônica inimiga.

As publicações de origem soviética sobre CRE refletem, em profundidade, os conhecimentos por eles auferidos sobre a guerra eletrônica e sua potencialidade no campo de batalha moderno, e seus escritores têm concentrado seus trabalhos em descrever as possibilidades e técnicas da guerra eletrônica ocidental, em especial a levada a efeito pelos Estados Unidos. Entretanto, os soviéticos dão especial atenção à necessidade da segurança das comunicações (Seg Com) e à segurança operacional (Seg Op).

Excluindo todas as restrições, é possível obter-se um elevado nível de conhecimentos sobre as possibilidades do CRE, pela leitura de publicações ostensivas oriundas de editores ocidentais, soviéticos e de países do Pacto de Varsóvia, que emergem dos naturais obstáculos, impostos pelo grau de sigilo dos assuntos publicados, em particular do lado soviético.

O valor fundamental do CRE nos níveis mais elevados é assim observado pelo Mal V.D. Sokolovsky:

“... relacionar o emprego da guerra radioeletrônica é mostrar quão amplas são as contramedidas eletrônicas e de defesa contra as contramedidas eletrônicas e quão sérias as consequências poderão ser.”

O que emerge debaixo do absoluto segredo que envolve o assunto pela União Soviética é o conceito de CRE que compreende um sistema altamente integrado organizacionalmente, empregando materiais rústicos e confiáveis, dando grande prioridade para a

Seg Com, Seg Op e o bloqueio do sistema C3I dos aliados ocidentais.

A destruição das fontes de emissão será obtida por meio do emprego maciço de artilharia, lança-foguetes múltiplos e meios aéreos. O Exército da União Soviética admite a possibilidade de destruir ou neutralizar cerca de 50% de qualquer sistema de comunicações de seus oponentes.

PRIORIDADE DOS ALVOS

Os pontos de controle das comunicações recebem uma prioridade, de acordo com o impacto relativo à sua importância para o combate. Eles são relacionados com a intenção de serem eliminados pela destruição física ou pela interferência.

Entretanto, as prioridades do CRE dependem do nível de comando e podem ser alteradas em função do desenvolvimento da situação tática.

As prioridades para o CRE são geralmente as seguintes:

- os sistemas de C3I das unidades de artilharia, lança-foguetes múltiplos, mísseis e da força aérea que tenham possibilidades nucleares;
- os postos de comando, postos de observações, centros de comunicações e estações de radar;
- os sistemas de C3I das unidades de artilharia de campanha, força aérea tática, e de defesa aérea limitadas ao poder de fogo convencional;
- as forças em reserva e os centros logísticos;

— as forças que possam arriscar o sucesso da progressão das tropas soviéticas, por exemplo, carros de combate enterrados, posições de mísseis guiados AC, casamatas, e canhões de tiro direto; e — os alvos cuja destruição possam arriscar o desenvolvimento do avanço das forças inimigas.

Os dispositivos empregados no CRE estão normalmente desdobrados bem à frente no campo de batalha, procurando dar o máximo de apoio a todos os escalões de comando.

Durante as operações de combate, há previsão de intensificação do reconhecimento eletrônico, com especial esforço nas informações, destinadas a localizar os centros de comando e controle do inimigo, que, devido à posição e valor, constituam, por determinado período de tempo, uma ameaça às forças soviéticas. A destruição sistemática dos aludidos centros e dos equipamentos eletrônicos a eles associados é a componente principal do planejamento do CRE.

O COMBATE RADIOELETRÔNICO (CRE)

Ao longo da nossa exposição já citamos, muitas vezes, algo sobre o CRE, ressaltando sempre que ele está integrado operacionalmente em todos os elementos do planejamento militar soviético e participa, na prática, de quase todas as operações levadas a efeito

por suas forças de combate; como parte do plano de dissimulação para enganar o inimigo, no estabelecimento de redes rádio falsas etc. Os conjuntos de radiogoniometria localizam alvos para a artilharia e os sistemas de Info Sin fornecem valiosas informações sobre as intenções das forças inimigas.

A interferência nas freqüências de comando e controle do adversário é planejada para atuar nos momentos críticos do combate, quando ela deve ser contínua sobre os equipamentos de navegação dos mísseis e meios aéreos, e sobre os radares de vigilância e busca de alvos.

Na área das comunicações táticas o Exército Soviético as emprega baseado nas duras experiências sofridas durante as duas guerras mundiais ocorridas neste século e na carência de materiais de tecnologia em nível de igualdade com aqueles em uso por seus inimigos ocidentais. Aceitam as comunicações rádio como meio normal de controle das suas organizações de combate e o controle contínuo de suas formações é inicial para o sucesso na batalha. Assim se expressou o Ten Gen I. Kulakoy, das Tropas de Comunicações, no seu artigo publicado na *Revista Militar Soviética*, em julho de 1971:

“No combate moderno, a perda do controle da tropa, mesmo por um curto período de tempo, leva a consequências fatais e, finalmente, ao fracasso da missão de combate.”

Por outro lado, os soviéticos percebem que seus adversários enfrentariam o mesmo dilema, e in-

tensamente planejam tomar partido disso.

Em novembro de 1966, o Maj Gen S. Ivanov expressava o valor potencial da guerra radioeletrônica e da Info Sin, quando comentou:

"O trabalho de informações radiotécnicas é dirigido por meio da interceptação de mensagens, conversações e relatórios transmitidos por canais de comunicações. Pela localização dos postos rádio, com o auxílio de conjuntos de radiogoniometria, é possível identificar os postos de comando. Com a introdução do controle radioeletrônico e dos meios de comunicações, esta nova forma de informações está adquirindo alcance cada vez maior."

De modo claro, os soviéticos compreendem as complexidades e as vulnerabilidades potencialmente desastrosas do campo de batalha eletrônico. Eles sabem que devem se proteger. Esta é a razão pela qual o Mal V.D. Sokolovsky concluiu que entre as missões primárias da GR estão a "negação e a proteção". Na futura guerra a primeira batalha será perdida pelos soviéticos, se não puderem negar a seu inimigo as informações críticas e dar proteção às suas tropas.

No bojo da doutrina de GR soviética se incorpora o CRE, como atividade ofensiva ou destrutiva, pela sua própria natureza. Como já transpareceu anteriormente, ao longo desta pesquisa doutrinária, o CRE não é somente uma extensão da missão de negação e proteção, mas também uma técnica para invalidar o adversário, como ressaltou, em fevereiro de 1974, o Cel

M. Belov, em artigo seu na *Revista Militar Soviética*:

"A contra contra-ação eletrônica é também considerada um importante pré-requisito para o funcionamento dos meios radioeletrônicos amigos e, consequentemente, para o emprego bem-sucedido de várias armas e ininterrupto controle da tropa. O melhor método dessa realização é, naturalmente, a destruição das contramedidas eletrônicas inimigas."

O conceito de CRE vai muito além de uma ofensiva tática. A ênfase reside na identificação, localização e consequente destruição de, no mínimo, a metade dos meios de emissão eletromagnética do inimigo, por meio de fogos indiretos de vulto, dos quais podem fazer parte a artilharia, os lança-foguetes múltiplos e, até mesmo, os mísseis. Considerando que os emissores alvos estarão no âmbito ou próximo dos postos de comando inimigos, o CRE assume uma elevada importância como elemento do poder de combate.

No que concerne às comunicações, os soviéticos percebem que podem, de fato, perder o controle de suas comunicações e das tropas e, portanto, enfatizam doutrinariamente a iniciativa nas unidades dos escalões mais baixos, bem como o emprego, em larga escala, de meios alternativos de comunicações, a fim de atenuar o fator complicador. Para os soviéticos, são peças básicas da vitória eletrônica a surpresa, a dissimulação e o sigilo, tudo integrado por rigoroso planejamento. Assim expressou-se o Cel V.Y. Savkin, no seu trabalho

"Os Princípios Básicos da Arte Operacional e Táticas (Uma Visão Soviética)":

"... na era dos mísseis e da radioeletrônica, a obtenção da surpresa freqüentemente será impossível sem o desempenho dos mais precisos cálculos."

A surpresa neste contexto implica o necessário emprego da simulação. Segundo o Maj Gen T. Novikov, em seu artigo na *Revista Militar Soviética*, de janeiro de 1971:

"... o sigilo é um dos requisitos indispensáveis no controle da tropa."

Neste aspecto, os soviéticos parecem colocar considerável grau de responsabilidade sobre seus oficiais e operadores dos meios de comunicações, de modo a manter a Seg Com e a Seg Op a qualquer preço, contra uma organização oponente de Info Sin. Os norte-americanos não são tão rigorosos, pois empregam em seus equipamentos tecnologias mais sofisticadas de CCME.

Não é raro ou fora do comum um oficial soviético ser criticado nominalmente, em publicações ostensivas, por não ter mantido cerrada Seg Com e Seg Op durante os programas de instrução e manobras.

Em outras palavras, podemos citar o pensamento do Coronel M. Belov:

"A organização da guerra radioeletrônica está se tornando uma parte integral da preparação para uma batalha, para uma operação e sua conduta é uma importante condição para o sucesso de

operações ofensivas e defensivas: quando manobrando com força e armas, e para um controle de forças dignas de confiança."

Embora havendo diferença entre o CRE e os conceitos operacionais de GE, há aproximação na prática e nas possibilidades de emprego nas seguintes atividades:

- as informações de comunicações (Info Com) e informações eletrônicas (Info Elt) são empregadas na busca de informações, as quais incluem alvos para a artilharia e aeronaves;
- as CME são empregadas para neutralizar as comunicações e outros dispositivos de emissões eletromagnéticas (não comunicações) inimigas, por meio da interferência intencional e da dissimulação; e
- as possibilidades de CCME são alcançadas por meio de rigoroso emprego da Seg Com, da redundância de equipamentos, de subsistemas alternativos, da arquitetura do sistema e da perfeição dos operadores.

Na implementação do CRE os planejadores soviéticos têm estabelecido modelos matemáticos para estimar o "tempo crítico" nos procedimentos de comando e controle.

O "tempo crítico" é definido como sendo a soma dos tempos necessários para completar uma seqüência de passos no controle, tais como:

- busca e difusão dos dados;
- avaliação e decisão;
- expedição de ordens e preparação; e
- conclusão da ação.

A finalidade do CRE é interromper as fases do tempo crítico inimigo a tal nível que as informações necessárias as suas operações (sobre as quais decisões e ordens estão baseadas) se tornem ultrapassadas. Como resultado, a sua missão original não poderá ser levada a efeito.

As publicações militares soviéticas indicam que o CRE inclui:

- o reconhecimento eletrônico, abrangendo os meios eletrópticos, a detecção e localização de radares, postos de comando, centros de comunicações e sistemas de lançamento de armas nucleares;
- a interferência em apoio às operações de defesa aérea para neutralizar as miras de bombas a radar, os equipamentos de radionavegação, os enlaces de radiocontrole de sistemas de mísseis ar-solo e solo-solo e a interferência radar, abrangendo o emprego do *chaff* como camuflagem dos alvos militares; e
- a interferência em apoio às operações terrestres para neutralizar ou degradar os sistemas de radares, postos de comando, centros de comunicações, sistemas de reconhecimento eletrônico, os

enlaces de radiocontrole de mísseis solo-ar, solo-solo e ar-solo, e os sistemas de lançamento de armas nucleares do inimigo.

Os principais processos de CRE tratados nas publicações soviéticas são:

- interferência radar, fazendo grande uso da interferência por barragem larga e ruído pontual em faixa estreita, pulso, *chaff* e a sedução;
- interferência nos sistemas de comando e guiagem usando pulsos e técnicas de dissimulação; e
- interferência nas comunicações rádio em AM e FM.

É muito provável que a interferência de barragem seja empregada para bloquear o intrincado sistema de comunicações de controle de fogo e manobra que uma força numericamente inferior e dependente dos meios de comunicações possui para se manter organizada, a fim de enfrentar uma ofensiva geral soviética. Certamente, eles empregarão um grande número de conjuntos de interferência, relativamente pouco sofisticados, quando comparados aos modelos ocidentais, emitindo sinais de elevada potência (de 1.500W a 3.000W) no momento do início do ataque e sobre uma área previamente escolhida.

Parece-nos que o CRE é altamente eficiente para o apoio às operações ofensivas maciças, mas pouco para atender a uma postura

defensiva, considerando que a interferência de barragem empregando potências muito elevadas poderá afetar as comunicações soviéticas e, quiçá, os seus sistemas de armas eletronicamente comandados. Provavelmente, isto não será um problema nos estágios iniciais de uma ofensiva antecipadamente planejada e rica em detalhes, onde a surpresa é desejada. Por outro lado, poderá ser uma arma fatal voltada contra seu poder de combate.

Não há dúvida de que as forças ocidentais, cuja dependência eletrônica é evidente, sofrerão muito com os efeitos do CRE no início de um conflito, que, tudo indica, será inicialmente defensivo para elas.

NECESSIDADES DE INFORMAÇÕES

Para que haja sucesso nos objetivos do CRE soviético é essencial uma acurada e oportuna busca de informações.

O Mal V.D. Sokolovsky, no seu livro sobre a estratégia militar, assim se pronunciou:

"A difusão do emprego de dispositivos eletrônicos nas forças armadas torna possível, para as informações rádio e radar, determinar a localização de forças terrestres, aéreas e navais e os dispositivos de comunicações rádio usados por elas, e para obter os mais diversos dados que são transmitidos em forma clara ou codificada com o auxílio de dispositivos radioeletrônicos."

A obtenção de dados radioeletrônicos prevê a base de todas as

outras atividades do CRE. De acordo com a observação soviética:

"A radiointerceptação de sinal e suas interpretações ocupam um importante lugar no sistema de reconhecimento eletrônico e radar. Portanto, serviços especiais já foram criados no tempo de paz."

Estes "serviços especiais" obviamente têm a função de obter informações antes do combate com as forças inimigas. Eles fornecem dados sobre as possibilidades dos equipamentos, redes de C3I, procedimentos, e a doutrina usada, com a finalidade de planejamento. Todas as forças armadas modernas têm programas similares de obtenção de dados; entretanto, a chave real para a busca no CRE soviético é o papel que ela realizará uma vez o combate tenha iniciado.

As unidades designadas para os escalões *front*, exército de armas combinadas e divisão refletem o papel relevante deste apoio ao combate. Estas unidades de CRE poderão deslocar-se com as forças de combate, e alguns elementos poderão operar bem próximo ao LAADA, normalmente desdobrados, bem à retaguarda dos regimentos do primeiro escalão. Elas detectam e identificam os sistemas radioeletrônicos inimigos, usando dois tipos de equipamentos de busca: conjuntos de radiogoniometria e conjuntos de interceptação.

As informações obtidas pelos conjuntos de interceptação serão diretamente integradas nas operações gerais de combate. Estes dados incluem a localização e outros informes sobre os principais dis-

positivos e facilidades inimigas, tais como os sistemas de lançamento de armas nucleares, postos de comando, unidades de tiro da artilharia e unidades de manobra.

Também poderão ser incluídos informes obtidos da escuta dos enlaces de comunicações, que poderão fornecer as instruções das ações planejadas pelo inimigo ou reações. Estes informes poderão ser empregados pelo comandante na formulação dos seus planos de batalha e na direção de suas operações de combate.

O apoio para o comandante e seu processo de obtenção da decisão são freqüentemente distinguidos como o principal papel dos sistemas de busca; entretanto, no conceito soviético de CRE este é um dos empregos dos citados materiais. Alguns informes de tempo crítico são fornecidos diretamente às unidades de combate para seu uso. Por exemplo, as unidades de artilharia poderão empregar os dados proporcionados pelo CRE para a realização dos tiros contrabateria e as forças de defesa aérea poderão usar informes obtidos dos sensores de CRE no rastreamento dos radares das aeronaves e para auxiliar as reações de defesa.

Além destes empregos, os conjuntos de radiogoniometria e de interceptação são usados para apoiar outras operações de CRE que complementam, e deveras são importantes para o sucesso de atividades rotineiras de combate. Estas outras atividades de CRE podem ser intituladas como sendo de neutralização, dissimulação e proteção. Pelo retrocomentado é fácil

notar que as forças soviéticas necessitam conhecer com detalhes a ordem de batalha eletrônica inimiga, seus procedimentos operacionais, os tipos de equipamentos, as características das emissões e a localização das fontes de emissão eletromagnética. Muitas informações técnicas sobre os materiais das potências ocidentais são obtidos por meio de fontes ostensivas que proliferam na atualidade, incluindo, também, os manuais técnicos e de campanha obtidos por meios indiretos.

Estes manuais podem facilitar o acesso ao emprego de equipamentos de comunicações e eletrônicos, oferecendo ainda dados sobre a potência dos transmissores, os tipos de antenas normalmente empregadas, a cobertura de frequência etc. Outras informações vitais são obtidas por meio do reconhecimento, busca de alvos e dispositivos de informações disponíveis em vários níveis de comando.

NEUTRALIZAÇÃO NO CRE

Assim escreveu o Mal V.D. Sokolovsky:

“Dilacerar o comando e o controle das tropas e das armas é uma das principais missões desta guerra, empregando, para tal, ativa radiointerferência e a destruição dos mais importantes sistemas e instalações radiotécnicas inimigas. Isto envolve a destruição ou interferência sobre as espoletas eletrônicas das bombas e mísseis, pelas irradiações; a interceptação dos sinais rádio é a criação de interferência nos equipamentos radioele-

trônicos para reconhecimento aéreo, bombardeando e guiando os mísseis em vôo e a interrupção dos trabalhos dos meios usados na conduta das tropas."

Os soviéticos reconhecem a importância dos materiais radio-eletrônicos e percebem a necessidade de negar ao inimigo o uso do espectro eletromagnético. Este, um dos elementos fundamentais do CRE. Ele é também uma das mais sérias ameaças para qualquer força militar moderna que se engaja contra forças soviéticas em combate.

Esta negativa ou neutralização das possibilidades inimigas é acompanhada pela interferência ou pela destruição física dos sistemas inimigos. Estas ações estão baseadas nos informes oriundos das várias fontes de busca. Adicionalmente, é coordenado com as necessidades das forças combatentes e com as exigências de busca de informações. O último fator significa, por exemplo, permanecer um enlace de comunicações rádio inimigo sem ser interferido, se ele é fonte de valiosos informes.

A interrupção de um enlace de comunicações é um dos maiores alvos do CRE. Isto é particularmente verdadeiro para os enlaces empregados para o controle operacional dos principais elementos de combate, especialmente para aqueles mais próximos ao esforço principal de combate soviético. Pode-se esperar uma interferência de potência muito elevada. Para os dispositivos aéreos, poderá haver severas dificuldades na coordenação das missões de ataque terrestre

com as unidades terrestres da linha de contato.

A interferência também poderá ser empregada contra outros alvos. Os sistemas de radar usados para guiar uma variedade de tipos de mísseis poderão ser selecionados como alvo.

Os radares das aeronaves poderão ser interferidos quando possível. Os meios de auxílio à navegação também podem sofrer interferência, de modo a reduzir seu uso efetivo. O objetivo geral da interferência será degradar a eficácia de combate das forças inimigas.

Os alvos terrestres também poderão ser submetidos a ataques físicos. O planejamento do CRE soviético poderá esforçar-se para coordenar o ataque com as atividades de interferência de modo a aumentar o valor de sua atuação contra o inimigo. Os alvos mais importantes serão os meios e instalações de comando e controle inimigos. Além dos alvos específicos relacionados pelo CRE, como foi exposto inicialmente, os informes antecipados obtidos pelos meios do CRE também poderão permitir atuar sobre outros alvos, tais como os sistemas de lançamentos de armas nucleares, as baterias de artilharia e os depósitos de suprimentos.

Os sistemas mais comuns para efetuar os ataques de CRE são provavelmente os fogos da artilharia convencional. Entretanto, ataques poderão ser conduzidos por ações aéreas, ou por ações de tropas aerotransportadas ou helitransportadas. Adicionalmente, agentes ou turmas de operações especiais

poderão, evidentemente, ser empregadas como base de informes do CRE.

Se no conflito forem empregadas armas químicas e nucleares, os dispositivos do CRE poderão fornecer importantes informações sobre os alvos. Os alvos eletromagnéticos inimigos poderão estar entre os principais alvos de ataque, além disso, dependendo da situação, os soviéticos poderão tentar o emprego do fenômeno do pulso eletromagnético produzido por um arrebatamento nuclear para criar uma interferência local ou de longo alcance sobre as comunicações.

Os soviéticos acreditam que a chave da vitória está nas operações contra os sistemas radioeletrônicos inimigos. Em várias fontes encontramos citações, e os soviéticos têm a certeza de destruir de 40 a 60% dos sistemas inimigos com absoluto sucesso. Um oficial soviético fez a seguinte observação sobre o CRE (o que foi dito concernente a uma situação defensiva também aplica-se quanto a uma situação ofensiva):

"O emprego de meios de contramedidas eletrônica e radar é avaliado como um fator que é capaz de influenciar decisivamente o resultado de uma batalha ou uma operação. De acordo com alguns especialistas, um ataque inimigo pode ser frustrado, com muito mais confiança por estes meios do que pelo uso de armas convencionais. O emprego da interferência contra radar é considerado um eficaz método para frustrar missões de combate inimigo, levadas a cabo por meio de aeronaves, mís-

seis, artilharia de campanha e artilharia antiaérea."

Pelo exposto podemos sentir que a doutrina do CRE prevê interferir nos sistemas de comando e controle, nos sistemas de comunicações dos sistemas de armas inimigos e nos momentos críticos quando não puderem destruir as fontes de emissão pelo poder de fogo. É normal os soviéticos utilizarem os conjuntos de interferência R-330 A e R-834, embora já estejam distribuindo às suas forças terrestres equipamentos mais modernos, sofisticados e de maior potência. Para interferência contra radares empregam a série *Brick* (denominação dada pela OTAN).

As publicações soviéticas concernentes às CME têm relacionado as seguintes missões de interferência em apoio às operações:

- de defesa aérea, para neutralizar os dispositivos de bombardeio a radar, os equipamentos de radionavegação, os enlaces de radiocontrole para mísseis ar-solo e solo-solo, e a interferência radar incluindo o emprego de *chaff* como camuflagem dos alvos militares;
- terrestres, para suprimir os sistemas de lançamento nucleares, radares, os enlaces de radiocontrole para mísseis ar-solo e solo-solo, postos de comando e centros de comunicações.

Os principais modos de interferência citados na literatura militar soviética são:

- interferência radar pelo emprego da barragem, ruído dirigido, pulso, *chaff* e sedução;
- interferência eletrônica nos sistemas de comando de guiação, usando pulsos e técnicas de dissimulação; e
- interferência com ruído rádio, contra as emissões em AM, SSB e FM.

Podem ser incluídos como alvos da interferência os sistemas de controle aerotático, que empregam conjuntos-rádio em HF para pedidos aéreos imediatos, conjuntos-rádio em VHF/FM para ligar os controladores aéreos avançados (CAA), e os conjuntos-rádio em UHF para as ligações de controle de ataque.

A doutrina do CRE soviético preconiza o uso integral dos meios de destruição física e suas forças terrestres poderão atacar os alvos empregando fogos indiretos, ataque terrestre e ataque aéreo.

Os fogos indiretos incluem a artilharia convencional, morteiros, lança-foguetes múltiplos e mísseis solo-solo.

No ataque terrestre, os soviéticos podem esforçar-se para destruir instalações de C3I usando, neste propósito, forças especiais, agentes-sabotadores, forças aero-terrestres e helitransportadas ou elementos infiltrados, operando nas áreas de retaguarda da linha de frente.

Os soviéticos, no ataque aéreo, podem empregar aviões de grande desempenho ou helicópteros de ataque. Os aviões podem estar ar-

mados com armamentos convencionais (bombas, bombas grupadas (*cluster bomb*), foguetes, canhões e metralhadoras) ou com munições de precisão guiada (bombas com ogiva inteligente e mísseis ar-solo).

DISSIMULAÇÃO

O *Dicionário de Termos Básicos Militares* (sob o ponto de vista soviético) assim conceitua:

'Maskirovka' (camuflagem) — uma forma de apoio às operações de combate. Sua finalidade é dissimular (esconder, ocultar) as atividades e o dispositivo das tropas amigas, e enganar o inimigo quanto à reunião e intenções destas tropas.'

A camuflagem hodiernamente tornou-se uma arte, baseada na simbiose da ciência militar moderna e tecnologia.

Estas duas referências, quando não mencionando diretamente os radioeletrônicos, apontam para uma importante área adicional do CRE. Esta área é muito mais próxima à idéia ocidental de dissimulação do que a conceituação de camuflagem sob a ótica ocidental. Aquela conceituação soviética pretende tirar vantagem do largo emprego de radioeletrônicos pela maioria das forças militares.

Os programas de CRE soviéticos, no que concerne à dissimulação, complementam outros elementos de busca e neutralização. Esta prática existe durante o tempo de paz e continua a ser muito importante uma vez iniciadas as operações de combate. Eles se des-

tinam a reduzir a eficácia das atividades de busca do inimigo, fornecer dados errados e comprometer a eficiência de combate do adversário.

Os programas soviéticos são conduzidos de diferentes modos. O mais ativo deles envolve, atualmente, a penetração nas redes inimigas para fornecer-lhes dados falsos. Isto é, dando comandos falsos, relatórios, dados errados sobre alvos ou falsos sinais ou informações de navegação. Esta atividade é destinada a degradar a eficiência inimiga.

Seu impacto pode ser acrescido pela confusão da batalha, particularmente quando a interferência e a destruição tenham interrompido os padrões normais de comando.

O inimigo também pode ser confundido pelo emprego de redes rádio falsas e pela transmissão de dados errados pelas redes existentes. Estas práticas são denominadas sob dois conceitos: *radiomas-kirova* (radiocamuflagem) e *radio-dezinformatsiya* (radiodissimulação); o primeiro inclui a idéia de desinformar o reconhecimento rádio do inimigo e o último conceito é definido como sendo:

"Um dos elementos da camuflagem operacional, destinado a confundir o inimigo, concernente a situação, reunião, intenções, armamentos e atividades de nossas tropas; ele é aperfeiçoado pela irradiação de mensagens falsas pelo rádio."

Além do quadro apresentado, os soviéticos também enfatizam o emprego de medidas passivas. Es-

tas medidas refletem o reconhecimento soviético da importância de coletores tal como IV e radar. Estas medidas passivas estão destinadas a inibir ou enganar estes sistemas de busca. Estes dispositivos passivos podem ser usados para gerar alvos falsos ou para proteger alvos reais. Um exemplo destes tipos de dispositivos é o *maska-pomekha* (protetor anti-radar tipo interferência), o qual é definido como:

"Um protetor anti-radar intencional para dissimular tropas e equipamentos militares da observação, por meio de radares terrestres ou aerotransportados. Um protetor anti-radar tipo interferência é composto de refletores em ângulo, os quais produzem desvio do traço no radarscópio inimigo."

Estas técnicas radioeletrônicas estão integradas com outras da dissimulação no plano global de operações. Em termos soviéticos, a "camuflagem operacional é efetuada de acordo com um plano unificado formulado pelo estado-maior de uma força de campanha mais elevada."

Devemos recordar que esta integração também inclui os aspectos de busca e neutralização do CRE.

CONHECIMENTOS PRÁTICOS SOBRE O CRE

A maioria dos conhecimentos práticos sobre o emprego do CRE é originária das observações e estudos procedidos sobre o emprego de materiais e da Doutrina Soviética aplicada pelos árabes na Guerra do Yom Kippur, em outubro de

1973 e no confronto de 1982 entre Israel e a OLP/Síria no Líbano. É muito provável que os dados obtidos pelo ocidente só compreendam uma parcela do grande arsenal e das técnicas soviéticas prontas para serem empregadas contra as forças da OTAN, em especial contra os Estados Unidos. É necessário ficar claro que os materiais de origem soviética nas mãos dos árabes não eram os mais modernos, mesmo assim foi possível obter informações interessantes, que nos levam a meditar com os dados até agora expostos nesta despretensiosa pesquisa sobre a guerra eletrônica, sob a ótica soviética.

Ficou evidente que a interceptação rádio e a radiogoniometria foram os principais meios de obtenção de informações sobre o inimigo, por intermédio dos meios radioeletrônicos.

A interceptação rádio é a habilidade de monitorar e compreender o conteúdo das mensagens, enquanto que a radiogoniometria é destinada a localizar os postos emissores.

Em 1973, verificou-se que os soviéticos fizeram grande uso das possibilidades de interceptação, tanto para as emissões de comunicações como para as de radar, pois os árabes cumpriram com elevada precisão a Doutrina Militar Soviética. As unidades de interceptação foram desdobradas bem à frente, à retaguarda dos regimentos em primeiro escalão e tiveram a possibilidade de interceptar as comunicações das forças de Israel no âmbito das seguintes distâncias do LAADA.

- radares de tiro de artilharia de campanha (RATAC): a cerca de 25 km;
- conjuntos-rádio em VHF: a cerca de 40 km;
- conjuntos-rádio em HF, onda terrestre: a cerca de 80 km; e
- conjuntos-rádio em HF, onda espacial: ilimitado.

Os limites citados são, geralmente, muito aumentados, quando os equipamentos de interceptação são aerotransportados. Os materiais soviéticos empregados para a interceptação não possuem a sofisticação dos mais recentes equipamentos de fabricação ocidental, mas eles são simples, robustos e de fácil manutenção (Figura 5).

As possibilidades soviéticas em radiogoniometria são equivalentes às da interceptação. Vários tipos de sistemas de antenas direcionais móveis podem ser empregados como componentes do radiogoniômetro. Os elementos móveis em áreas avançadas estão dotados de conjuntos de radiogoniometria táticos, que operam em VHF e possuem antena tipo Adcock e também possuem conjuntos de localização radar tipo *Pole Dish* (denominação dada pela OTAN).

A radiogoniometria é combinada com outros meios de informações, com a finalidade de determinar, com elevado grau de precisão, os alvos destinados à destruição por fogos supressivos ou para serem interferidos.

Sabemos que a radiogoniometria, quando efetuada a grandes distâncias, por meio de conjuntos

FAIXAS DE FREQUÊNCIAS SOVIÉTICAS COMPRIMENTOS DE ONDAS E CONVERSÃO PARA EQUIPAMENTOS – EUA			
FAIXAS SOVIÉTICAS	COMPRIMENTOS DE ONDAS (m)	FAIXAS DE ONDAS (MHz)	FAIXAS (EUA)
Ondas Longas	30.000 – 3.000	0,01 – 0,1	LF
Ondas Médias	3.000 – 200	0,1 – 1,5	MF
Ondas Curtas	200 – 10	1,5 – 30	HF
Ondas Ultracurtas	–	–	–
– metro	10 – 1	30 – 300	VHF
– decímetro	1 – 0,1	300 – 3.000	UHF
– centímetro	0,1 – 0,01	3.000 – 30.000	SHF

Figura 5 – Faixas de Freqüências.

instalados no solo, fornece dados ainda considerados imprecisos. Para solucionar este problema, os soviéticos associaram a radiogoniometria aérea à terrestre, formando um sistema que permite atenuar as imprecisões, permitindo a localização de alvos para interferência e destruição, fornecendo elementos mais precisos para a artilharia e lança-foguetes múltiplos.

Temos conhecimento do grande emprego que o Exército soviético faz dos lança-foguetes múltiplos, para saturação de área, desde a II Guerra Mundial, conhecidos como *katyushkas* ou "órgãos de Stalin". Tais armas podem facilmente destruir alvos localizados pela radiogoniometria com elevada probabilidade de acerto.

Os radares empregados nos sistemas de armas são mais facilmente localizados pela radiogoniometria do que os emissores de comunicações, devido a certas peculia-

ridades técnicas, tais como: freqüência operacional, potência do transmissor, tipo de sinal etc. O alvo radar é mais facilmente identificado, localizado, interferido ou destruído. Para outros tipos de transmissores, os soviéticos realizam uma associação da radiogoniometria com outras fontes de informações, para transformá-los em alvos. Em muitos casos, eles podem obter informes por meio de observações efetuadas sobre as comunicações hostis, aproveitando-se da inobservância dos princípios da Seg Op, e do baixo nível das CCME adotadas.

Em 1966, em artigo publicado na *Revista Militar Soviética*, o Maj S. Ivanov comentou:

"O trabalho da informação radiotécnica é dirigido por meio da interceptação de mensagens, conversações e relatórios transmitidos por canais de comunicações. É possível, por meio da localização

de postos-rádio, identificar os PC, com a ajuda de conjuntos de radiogoniometria. Com a introdução de controle radioeletrônico e meios de comunicações, está adquirindo alcance cada vez maior esta nova forma de trabalho de informações..."

De modo claro e inequívoco, os soviéticos compreendem e, historicamente, conhecem as vulnerabilidades potencialmente desastrosas do campo de batalha eletrônico.

Os sucessos soviéticos na conduita da radiogoniometria, para localização de transmissores de rádio e radares, dependerão das suas possibilidades em negar aos seus inimigos as informações críticas, transmitidas por sistemas altamente desenvolvidos de C3I, com os quais as forças ocidentais contarão num futuro confronto. Sentimos plenamente que a interceptação e a radiogoniometria são a base do sucesso do CRE. Sem a localização de emissores, sem possibilidades de obter Info Com, sem interferência e destruição, com processos mais radicais, os soviéticos obviamente terão sérios problemas no campo de batalha eletrônico.

As possibilidades de radiogeodésica soviética tornaram-se o alvo prioritário das forças ocidentais, devido a ênfase dada pelo CRE a esta atividade.

A maior parte dos conjuntos de radiogoniometria e de interferência de procedência soviética são móveis e transportados. Algumas aeronaves da força aérea tática e de apoio do escalão superior estão equipadas com materiais para ra-

diogoniometria e interceptação, participando de operações de CRE. A precisão dos radiogoniômetros de fabricação soviética são usualmente de $\pm 3.5^\circ$.

Outra tarefa do CRE será oportunizar ao sucesso dos dispositivos de busca de alvos, impedindo o cumprimento de missões e possibilidades de destruição física dos materiais e equipamentos anexos, negando aos adversários as informações necessárias às operações em curso ou futuras.

Como a batalha eletrônica é algo difícil de limitar, os soviéticos esperam realizar maciça interferência sobre as redes-rádio em VHF/FM dos pequenos escalões, com a finalidade de negar as possibilidades de comando e controle das unidades de manobra. Com esta intenção pretendem levar o CRE aos menores escalões e, quiçá, ao combatente.

As unidades blindadas podem ser especialmente vulneráveis quando suas comunicações são alvo de interferência intencional, especialmente quando estão sob maciços fogos de uma artilharia saturante, como é a soviética, que certamente os deterá.

Os soviéticos desenvolveram habilmente suas possibilidades de CRE, que podem afetar os conjuntos-rádio padrões empregados no escalão pelotão pelas forças dos EUA e da OTAN. Para os norte-americanos, o conjunto rádio AN/PRC-77 (similar ao EB 11 ERC-110) tem uma probabilidade de 66% de ser interceptado, se ele transmitir no âmbito de um círculo de 10 km de diâmetro, onde

haja um posto de interceptação. Os conjuntos-rádio da família AN/VRC-12 (alcance similar ao EB 11 ERC-202), que são amplamente empregados nas unidades divisionárias e escalões superiores, têm a probabilidade de 99% de serem interceptados, considerando o alcance de utilização da ordem de 32 km.

Num conflito onde tudo aquilo que for interceptado fique sujeito à localização, interferência ou destruição, colocará as forças dos EUA e da OTAN diante de um dilema:

“... não se comunicar ou não sobreviver. Daí a grande preocupação do emprego de CCME por parte das nações ocidentais, para fazer face ao crescente poderio soviético quanto às possibilidades de CRE.”

Podemos, então, sintetizar que as Info Com, quanto à doutrina soviética, incluem os conceitos doutrinários ocidentais, em especial dos EUA, no que concerne às Info Com e MAE.

Em resumo, quanto à radiogoniometria os soviéticos a empregam para:

- fornecer a localização aproximada de emissores eletrônicos que possam ser transformados em alvos para serem destruídos pelos fogos da artilharia, de lança-foguetes múltiplos e do poder aéreo;
- fornecer a localização aproximada de radares e conjuntos de interferência, de mo-

do a permitir a destruição destes equipamentos;

- associar os dados obtidos com a análise das emissões interceptadas, de modo a classificar uma área, com a suficiente exatidão, para os fogos de artilharia; e
- estabelecer a ordem de batalha eletrônica hostil, mostrando o dispositivo de suas forças, revelando suas intenções.

É interessante esclarecer que a real localização de um importante transmissor poderá fornecer o dispositivo e a intenção provável de uma força inimiga.

Os informes oriundos da interceptação do tráfego em claro são avaliados, transformados em informação e difundidos. Quando os informes oriundos da radiogoniometria são avaliados rapidamente, é difícil produzir informações precisas e suficientes para identificar um movimento, uma área de possível objetivo tático, por exemplo.

Se for necessário solucionar um problema tático com um arrebentamento nuclear, a confirmação dos dados fornecidos pela radiogoniometria terá que ser avaliada pelo reconhecimento aéreo e, pelo menos, deverá ocorrer um espaço de 02h00min a 02h30min após a interceptação eletrônica inicial, antes da decisão do lançamento do ataque.

Quanto aos alvos a serem batidos pela artilharia convencional ou pelos lança-foguetes múltiplos sobre PC de unidades, PC avançados, centros de controles, meios e cen-

tos de comunicações, o tempo de reação é menor e os meios de conduta são mais fáceis de corrigir e são considerados como missões de oportunidade para a artilharia de apoio direto.

Durante a Guerra do Yom Kippur, meios e Doutrina soviéticos nas mãos dos egípcios e sírios permitiram a destruição de centros de comando e de controle das forças israelitas depois de 10 a 15 minutos após terem sido localizados. É óbvio que não possuíam os mais modernos materiais de procedência soviética e não tinham recursos humanos de elevado padrão. Atualmente calcula-se que cerca de 25 segundos após uma emissão ter sido iniciada, ela será transformada em alvo pelos soviéticos. São consideradas como perigosas as emissões cujo tempo de transmissão seja superior de 20 a 25 segundos. Em condições ideais, com os materiais atualmente empregados pela União Soviética, é possível que um transmissor sofra ação de interferência, fogos e ação direta de forças, depois de 2 a 3 minutos de ter sido interceptado (Figura 6).

Para assegurar a sobrevivência no campo de batalha, as forças dos EUA e da OTAN adotaram severas medidas disciplinadoras preventivas no que diz respeito à Seg Com, Seg Op e CCME.

A melhor solução para a sobrevivência no campo de batalha eletrônica é manter-se em movimento, especialmente para os conjuntos-rádio que operam com potência elevada, incluindo nesta prática os conjuntos de interferência. Considerando que o conceito

de CRE vai muito além de uma ofensiva tática e que a ênfase reside na identificação, localização e subsequente destruição de, no mínimo, a metade dos dispositivos emissores hostis, por meio de fogos indiretos, dos quais fazem parte a artilharia convencional, lança-foguetes múltiplos e até mesmo mísseis solo-solo (*Frogs*). Ainda considerando que a maior parte dos emissores selecionados como alvos estarão no âmbito ou nas vizinhanças dos PC inimigos, então, o CRE assume uma nova e elevada importância como elemento principal do poder de combate e exige freqüentes deslocamentos dos PC, independentemente da situação tática. A atual doutrina do Exército dos Estados Unidos prevê a relação do PC de divisão de uma a três vezes em cada 24 horas, do PC de brigada de três a cinco vezes e dos PC de batalhões de seis a oito vezes. O Exército francês prevê o deslocamento do PC da divisão, em média, de seis em seis horas ou de doze em doze horas, que dará, em média, de dois a quatro deslocamentos por dia; e o PCR e os PC dos elementos de apoio terão, no máximo, duas mudanças de posição por dia. É interessante ressaltar que uma divisão francesa Tipo 77 tem um efetivo da ordem de 50% menor do que uma divisão norte-americana e não há o escalão brigada.

Baseada nas experiências históricas, a doutrina soviética também preconiza que:

"se os postos-rádio inimigos não podem ser destruídos ou interferidos, devem ser empregadas

operações de dissimulação sobre as redes-rádio, de modo a obter informações e transmitir mensagens falsas."

INTERCEPTAÇÃO E RADIOGONIOMETRIA

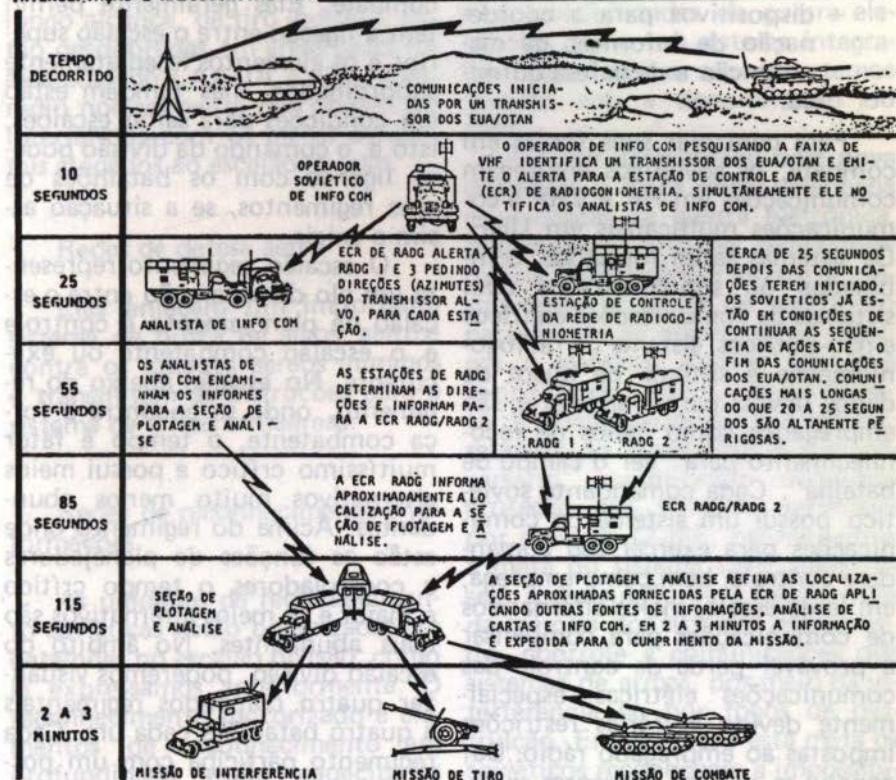


Figura 6 – Tempo de reação da interceptação e radiogoniometria Soviética

DISPOSITIVOS DE COMANDO E CONTROLE Soviético

Normalmente os soviéticos classificam seus dispositivos eletrônicos em três categorias:

- dispositivos necessários às operações de combate, ao comando e controle, à defesa aérea, às informações e à interferência intencional;
- dispositivos para as opera-

ções de apoio ao combate, destinados aos serviços de retaguarda, à engenharia e ao transporte motorizado; e

- dispositivos para a coordenação de informes, da manutenção e da defesa química.

Para controlar suas forças em combate, os soviéticos empregam comunicações em HF e VHF e comunicações multicanais em UHF. Os sistemas assim formados, combinados ou suplementados com sistemas de comunicações elétricos e não-elétricos, sistema de radiogoniometria e sistema de busca de dados (alvos) para a artilharia, são empregados como meios de reconhecimento para "ver o campo de batalha". Cada comandante soviético possui um sistema de comunicações para exercer seu comando e controle, bem como emprega, em larga escala, meios alternativos de comunicações para compensar a provável perda de controle das comunicações elétricas, especialmente devido às sérias restrições impostas ao empregado rádio. Daí concluir-se que os emissores soviéticos são os alvos principais para o esforço de combate eletrônico ocidental.

Suas redes-rádio são denominadas redes de:

- comando;
- artilharia e lança-foguetes múltiplos;
- mísseis solo-solo;
- defesa aérea;
- reconhecimento e informações e
- engenharia.

Redes de comando

São empregadas principalmente para a transmissão de ordens de combate. Elas geralmente permitem a ligação entre o escalão superior e os elementos imediatamente subordinados, mas também estão em condições para saltar escalões, isto é, o comando da divisão poderá ligar-se com os batalhões de seus regimentos, se a situação assim o exigir.

O escalão regimento representa um elo de separação entre o escalão de planejamento e controle e o escalão combatente ou executante. No escalão abaixo do regimento, onde se encontra a força combatente, o tempo é fator muitíssimo crítico e possui meios alternativos muito menos abundantes. Acima do regimento onde estão as funções de planejadores e controladores o tempo crítico é maior e os meios alternativos são mais abundantes. No âmbito do escalão divisão, poderemos visualizar quatro comandos regimentais a quatro batalhões cada um. Cada regimento participa com um posto-rádio na rede de comando divisionária.

Redes de artilharia e lança-foguetes múltiplos

Estas redes são encontradas no âmbito das unidades de artilharia, lança-foguetes múltiplos e antícarro.

A maioria das unidades de artilharia é destinada a um *front*, que, por sua vez, poderá alocar elementos subordinados para as GU de primeiro escalão.

Redes de mísseis solo-solo

As unidades de mísseis solo-solo soviéticos têm materiais de longo alcance, de tiro indireto. Estão desdobradas em áreas bastante afastadas do LAADA e suas redes rádio normalmente não podem ser interferidas com os meios ocidentais alocados ao escalão-divisão.

Redes de defesa aérea

Elas enlaçam um importante sistema de busca de alvos, alarme contra os ataques aéreos inimigos e transmitem as instruções para o sistema de armas antiaéreas.

Redes de reconhecimento e informações

As unidades de reconhecimento soviéticas estão organizadas em batalhões no escalão divisão, como já expressamos anteriormente. O reconhecimento motorizado e elementos de reconhecimento em profundidade estão capacitados para realizar operações muito afastadas do corpo principal de suas comunicações e o silêncio rádio habitual é doutrinário e colabora eficazmente com o fator surpresa.

Redes de engenharia

São empregadas pelas unidades de engenharia soviética nas operações realizadas para superar obstáculos das forças hostis.

POSSIBILIDADES DO CRE TERRESTRE

Os soviéticos desenvolveram suas possibilidades de guerra eletrônica como um sistema integrado, cujos vários aspectos temos tratado sob a denominação do CRE.

O CRE acrescentou uma nova dimensão à ótica norte-americana e ocidental de guerra eletrônica, pois combina Info Sin, radiogoniometria, interferência intensiva, dissimulação e fogos de destruição para atacar as organizações inimigas e sistemas através dos seus meios de controle. Como já foi dito, a finalidade do CRE é limitar, retardar ou neutralizar o C3I adversário, permitindo adequada proteção aos sistemas soviéticos por meio de CCME. Estima-se que a meta do sistema CRE soviético seja a destruição ou a interrupção da maioria dos sistemas de comando, controle e comunicações dos sistemas de armas, por meio da interferência ou por fogos de destruição. Embora com esta meta os soviéticos reconheçam a impossibilidade de privar completamente as forças inimigas de suas fontes de controle, por um longo período de tempo.

Os elementos de CRE fazem parte da maioria das unidades operacionais e, nos pequenos escalões, seu emprego tático está intimamente ligado à artilharia.

As organizações de interceptação e de radiogoniometria têm amplas possibilidades de MAE e de Info Elt, mas não parecem possuir conjuntos de interferência. Um pe-

lotão de radiogoniometria possui no mínimo três conjuntos de radiogoniometria, enquanto que uma organização de interceptação rádio poderá ter provavelmente cinco conjuntos de interceptação operando nos canais de VHF.

As unidades de CRE estão alocadas em vários escalões de comando, desde o *front* até a divisão.

No nível *front* podemos encontrar um Regimento de Interceptação Rádio e Radar, um Regimento de Interceptação Rádio, um Regimento de Interferência Rádio e um Regimento de Interferência de Defesa Aérea.

O Regimento de Interceptação Rádio e Radar tem a seguinte organização geral (Figura 7):

Na aviação do *front*, há em sua estrutura um Esquadrão de Helicópteros de CME.

No escalão Exército de armas combinadas, está previsto um Batalhão de Interceptação Rádio e Radar (Figura 8) e um Batalhão de Interceptação Rádio.

No Exército blindado pode ser alocado um Batalhão de Interceptação Rádio e Radar, além do Batalhão de Interceptação Rádio que lhe é orgânico.

Nas divisões de fuzileiros motorizados e nas divisões blindadas o material de CRE está alocado no Batalhão de Reconhecimento e no Regimento de Artilharia. O Btl Rec tem limitadas possibilidades de interceptação e radiogoniometria, além de suas missões normais de reconhecimento terrestre. O batalhão possui em sua dotação: Nove conjuntos de interceptação

(VHF/UHF); três conjuntos de radiogoniometria (HF/VHF/UHF) e três conjuntos de localização radar. No âmbito do Btl Rec estão assim distribuídos:

- Cia C Sv – um conjunto de interceptação (VHF/UHF);
- Cia Rec Rad Rar – oito conjuntos de interceptação (VHF/UHF);
- três conjuntos de radiogoniometria (HF/VHF/UHF);
- três conjuntos de localização radar.

A Companhia de Reconhecimento Rádio e Radar está composta por:

- um Comando de Companhia;
- um Pelotão de Interceptação e Localização Rádio;
- um Pelotão de Interceptação e Localização Radar;
- um Pelotão de Interceptação e Localização Ar/Ar solo; e
- um Pelotão de Manutenção.

Facilmente notamos que o Btl Rec não possui possibilidades de interferência.

Pelo exposto podemos verificar que a interferência está alocada no nível *front* para atender operações específicas, dando aos soviéticos a capacitação de sucessos com a sua interferência na zona de ação do C Ex dos membros da OTAN. Sabemos que a interferência será empregada integrada com a artilharia, com o esforço de romper enlaces específicos dos sistemas de comando inimigo, em determinado momento crítico da batalha. Haverá cerrada coordenação

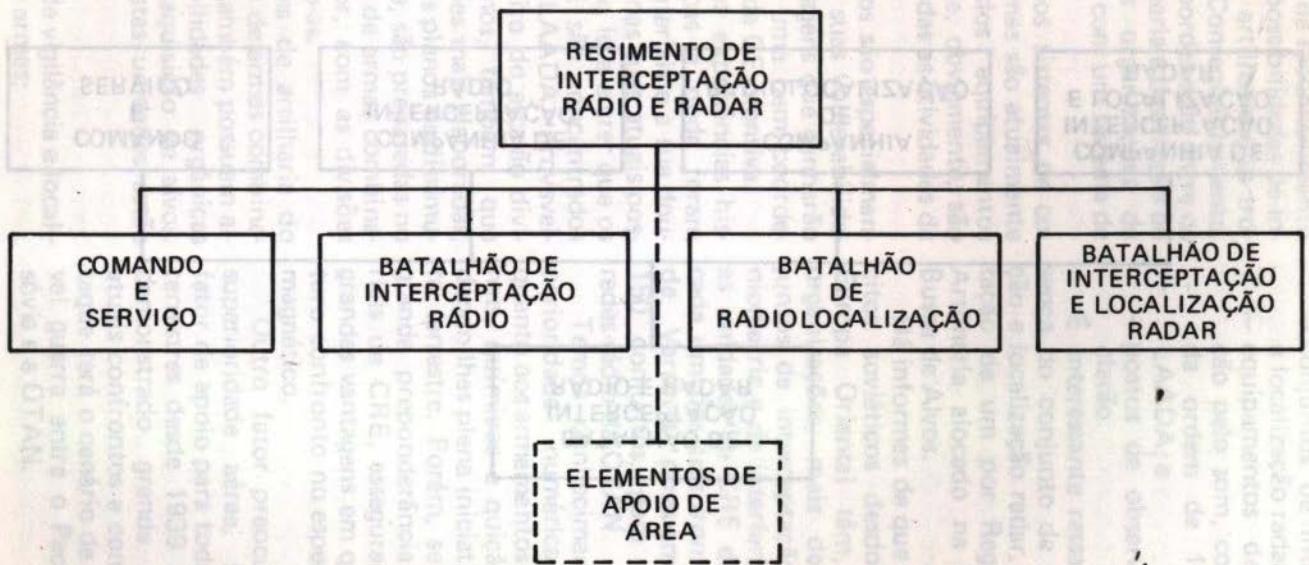


Figura 7 – Regimento de Interceptação Rádio e Radar, Orgânico de FRONT.



Figura 8 — Batalhão de Interceptação Rádio e Radar, Orgânico de Exército de Armas Combinadas

entre as tropas de reconhecimento (que possuem possibilidades de interceptação), a artilharia e as tropas de CRE. Conseqüentemente, haverá plena coordenação entre os planos da artilharia e das tropas de CRE, com as organizações de MAE, atuando com um sistema de busca de alvos.

Os modernos sistemas de comando e de armas são atualmente dependentes dos equipamentos eletrônicos, que, obviamente, são vulneráveis a todas as atividades da GE.

Os soviéticos são especialmente cônscios de suas vulnerabilidades e das vantagens que ganharão por possuírem uma bem coordenada estrutura de GE ofensiva.

Baseado nas experiências históricas soviéticas e onde foram empregados materiais e a sua doutrina, também nas suas atuais possibilidades, tudo leva a crer que os meios do CRE são concentrados próximos ao LAADA, provavelmente no âmbito do escalão divisão. Acreditamos, também, que outras aplicações mais elaboradas, como os amplos planos de dissimulação eletrônica, são preparadas no nível Exército de armas combinadas ou superior, com as divisões implementando-as.

As unidades de artilharia do *front*, Exército de armas combinadas e divisões também possuem algumas possibilidades orgânicas com vistas à aquisição de alvos. Geralmente, estas unidades estão dotadas com:

— radares de vigilância e localização de armas;

- conjuntos de interceptação e localização radar;
- equipamentos de localização pelo som, com alcance da ordem de 14 km do LAADA; e
- postos de observação pelo clarão.

É interessante ressaltar a presença do conjunto de interceptação e localização radar, com a doação de um por Regimento de Artilharia alocado na Bateria de Busca de Alvos.

Há informes de que os 14 exércitos soviéticos desdobrados na Europa Oriental têm, em suas organizações, mais de 90 conjuntos de interceptação, radiogoniometria e de interferência e que as unidades de CRE destinadas a cada um dos três *fronts* do Pacto de Varsóvia possuem mais de 150 conjuntos, para opor-se às redes-rádio da OTAN.

Temos conhecimento da superioridade numérica soviética quanto aos armamentos convencionais, químicos e quiçá nucleares, dando-lhes plena iniciativa na guerra terrestre. Porém, se obtiverem grande preponderância em materiais de CRE, assegurarão, então, grandes vantagens em qualquer futuro confronto no espectro eletromagnético.

Outro fator preocupante é a superioridade aérea, inestimável fator de apoio para todas as forças terrestres desde 1939 e que tem demonstrado grande valia nos atuais confrontos e com mais destaque terá o cenário de uma possível guerra entre o Pacto de Varsóvia e a OTAN.

As aeronaves têm demonstrado ser uma plataforma ideal para os materiais empregados no CRE. Os atuais meios aéreos soviéticos poderão voar cerca de 30 km à retaguarda das linhas inimigas, e de uma altitude de 1.000 m poderão interceptar e monitorar sinais dentro de uma área de 300 km de frente por 50 km em profundidade; além disso, são ainda capazes de distinguir emissores instalados sobre o solo.

Se a reação antiaérea for fraca, uma aeronave, dotada com materiais de CRE, poderá criar problemas para os PC de brigadas, divisões e GU maiores situados bem à retaguarda da LAADA.

Considerando que os exércitos componentes da OTAN, especialmente o dos Estados Unidos, cuja divisão mecanizada emprega acima de 400 emissores não utilizados para comunicações (*beacons* de navegação, radares e sistemas de busca de alvos) e aproximadamente 3.000 transmissores de comunicações, têm grande dependência eletrônica e são muito vulneráveis às ações de CRE, particularmente no que concerne aos materiais de CRE instalados em aeronaves. Uma grande preocupação paira nas forças armadas ocidentais. Nestes últimos anos os soviéticos colocaram, na dotação dos batalhões de interceptação rádio e radar, oito helicópteros Mi-8 (Hip) e dois An-24 (Coke). Além disso, acrescentaram mais cinco Hips e oito Cokes em cada regimento de interceptação rádio e radar, demonstrando perfeita coerência com os seus objetivos de CRE.

Os soviéticos parecem ter adotado dois tipos de helicópteros como plataformas para interferência, o Mi-4 (Hound) e o Mi-8 (Hip). Os Hounds com suas antenas Yagi indicam suas possibilidades de interferência nas comunicações.

Duas variantes do Hip são conhecidas, o Hip-J e o Hip-K. O Hip-K parece uma versão melhorada do Hound. Tudo indica que o Hip-J possui possibilidades de interferência radar.

É interessante lembrar que na aviação do *front* há um esquadrão de helicópteros de CME. Se tal reforço em aeronaves é verdadeiro, os soviéticos caminham para desequilibrar o poder relativo do CRE para seu lado.

PROTEÇÃO

Assim escreveu o Mal. A. A. Grechko no seu livro *Forças Armadas da União Soviética*:

"A situação radioeletrônica, isto é, o emprego de poderosas contramedidas radioeletrônicas, terá um tremendo impacto sobre o controle da tropa, no sentido em que se tornará cada vez mais difícil manter duráveis e ininterruptas as comunicações cada vez mais distantes. Em consequência da característica feroz do combate da guerra moderna é vital assegurar o firme controle da tropa. O controle da tropa será exercido com a precisão de uma máquina de relógio e, continuamente, não importa a situação, apesar de qualquer dificuldade e da interferência que o inimigo pode criar."

Um dos importantes papéis do CRE é o apoio às medidas radioeletrônicas amigas. Isto é parcialmente motivado pelo intenso interesse soviético no CRE e pela compreensão que tem sobre as suas vulnerabilidades. Mais importante é a motivação dada pela grande ênfase que o sistema soviético dá à centralização, ao comando e ao controle. As medidas de proteção poderão reduzir as possibilidades inimigas de busca e proteger os dispositivos soviéticos contra a interrupção. Estes fatores mostram que medidas de proteção são desenvolvidas pelos operadores de comunicações e pelas organizações de CRE.

Os operadores de comunicações são compelidos a operar seus conjuntos-rádio rigorosamente dentro dos procedimentos de segurança que são enfatizados durante a instrução e nos exercícios. Um artigo publicado na *Revista Militar Soviética*, versando sobre a participação de tropas de comunicações em um exercício, assim expõe:

“... demonstrando elevada iniciativa e cientes dos truques inimigos, os radioperadores não se deixaram enganar e não permitiram a interrupção das comunicações.”

Os radioperadores usam muitos dos conceitos descritos na definição de *radiomaskirovka* ou radio-camuflagem:

“Complexo de medidas organizacionais e técnicas dirigidas contra o inimigo, de modo a impedir a conduta do radiorreconhecimento. Algumas medidas visam proibir ou restringir o uso do radar e equipamento rádio; operar sob potênc-

cia reduzida; mudar as freqüências operacionais e indicativos de chamada; entrar nas comunicações sem empregar os indicativos de chamada etc.

As ações protetoras feitas pelos radioperadores e opéradores de outros emissores poderão ser apoiadas por medidas muito mais ativas, que serão proporcionadas pelos elementos de CRE.

Quando os dispositivos de CRE identificam e localizam os meios de emissão inimigos, seus enlaces de comunicações podem ser interferidos ou podem ser transformados em alvos, permitindo ataques e a consequente destruição. Além disso, os conjuntos de interferência, em consequência da elevada potência de transmissão, podem ser identificados, localizados, e transformados em alvos para destruição sempre que possível.

Estas medidas de proteção são consideradas de muita importância para as operações militares soviéticas. Um artigo publicado pela *Revista Militar Soviética*, versando sobre a guerra moderna, mostra claramente o ponto de vista soviético sobre o assunto nesta área:

“A contra contra-ação eletrônica é também considerada um importante pré-requisito para o funcionamento normal dos meios radioeletrônicos amigos e, consequentemente, para o sucesso do emprego de várias armas e ininterrupto controle da tropa. O melhor método de sua realização é, naturalmente, a destruição dos meios de contramedidas eletrônicas inimigas. Medidas especiais são também adotadas para defender da in-

terferência hostil os meios amigos. Com esta finalidade, ao lado da dissimulação radar, é muito importante observar exatamente as regras de tráfego e cifragem rádio, mudando periodicamente o regime de trabalho dos equipamentos rádio e radares."

Para os soviéticos, a destruição dos conjuntos de interferência inimigos é a principal técnica de CCME. Como já foi exposto, as táticas mais tradicionais de CCME envolvem:

- a mudança freqüente da escala de operação e indicativos de chamada;
- emprego alternado de diferentes radares;
- o uso diversificado de freqüências operacionais;
- o emprego redundante de enlaces de comunicações;
- o uso de terrenos elevados como um escudo entre os terminais multicanais rádio ou de retransmissão rádio e o território inimigo;
- emprego da redundância de equipamentos;
- o amplo uso dos meios alternativos de comunicações;
- o planejamento de sistemas peculiares para atender a cada situação;
- a instrução e rigorosa situação dos operadores dos meios de emissão;
- a distribuição rigorosa das funções em todos os escalações de comando; e
- a severa disciplina de Seg Com e Seg Op.

Por exemplo, os operadores dos radares de defesa aérea rece-

bem instrução normal para operá-los em ambiente ativo e sob ação do *chaff*.

As técnicas individuais de CCME são plenamente aplicadas no campo. Os operadores são minuciosamente instruídos quanto ao emprego correto dos seus equipamentos e dos dispositivos de CCME neles existentes. Em muitos casos a iniciativa do operador é esperada de modo a superar deficiências dos dispositivos de CCME. Os operadores de radar são estimulados a mudar de freqüência, potência, polarização e modulação conforme a situação. A flexibilidade dos radiooperadores é limitada, devido às restrições impostas pelos requisitos da rede, mas eles podem alterar a potência, modulação e a direção da antena, se for necessário.

Os operadores podem ter a iniciativa de mudar a freqüência operacional, mas permanecem sob rigoroso controle organizacional.

A literatura militar soviética continuamente enfatiza a Seg Com e o conhecimento do operador sobre as possibilidades e limitações dos equipamentos.

Os soviéticos previnem os equipamentos militares contra a detecção de radares terrestres, navais e aéreos por meio de uma técnica intitulada camuflagem anti-radar. Dependendo da visibilidade radar dos objetivos a serem camuflados, a camuflagem anti-radar é obtida pela criação de alvos falsos, ou pela mistura, para dentro do fundo do terreno, dos objetos que podem servir como orientação. O equipamento pode ser escondido

atrás de configurações locais ou pelo uso de peculiaridades do relevo que permitem a camuflagem. Os soviéticos empregam as coberturas naturais, troncos de árvore, macegas, dispositivos metálicos e refletores angulares para a camuflagem radar. A instalação de falsos equipamentos militares também pode ser empregada, como, por exemplo, refletores anti-radar.

O sistema de defesa aérea árabe durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, empregou técnicas de CCME soviéticas, incluindo:

- segurança das Info Elt – por meio do silêncio dos radares da artilharia antiaérea e de guiagem dos mísseis solo-ar, os quais eram deslocados para a frente, de modo a dar cobertura ao assalto inicial;
- espalhamento de freqüência – cada um dos sistemas de defesa aérea operava empregando seus radares com diferentes freqüências, de modo a evitar que um sistema de interferência inimigo pudesse cobrir simultaneamente todos eles;
- agilização de freqüência – pelo emprego de radares de acompanhamento e guiagem com a possibilidade de mudar de freqüência, para superar a interferência intencional;
- guiagem múltipla e intercambiável – alguns sistemas trabalhavam com radar pulsado e outros, em onda contínua; os sistemas com radares de acompanhamento tam-

bém possuíam a possibilidade de acompanhamento óptico, para permitir uma operação contínua em ambiente de CME, e outros sistemas empregavam dispositivos de infravermelho; e – mobilidade – todos os sistemas táticos de defesa aérea de origem soviética são completamente móveis, ágeis e capazes de mudar de posição com muita rapidez após o tiro, ou quando são detectados pelo inimigo.

VULNERABILIDADES

Durante a Grande Guerra Patriótica (II Guerra Mundial) os soviéticos já concluíram que um ininterrupto controle de tropa é impossível sem comunicações eficientes e que a perda da possibilidade do controle da tropa, inevitavelmente, conduz à derrota. Estas conclusões ainda são verdadeiras hoje em dia.

O emprego do CRE soviético em geral e o uso dos seus conceitos de CRE, em particular, refletem uma consciência da sua potencial vulnerabilidade contra um bem organizado e concentrado contra-ataque eletromagnético. A percepção soviética do impacto de ações radioeletrônicas os tem encaminhado a dar ênfase às ações ofensivas nesta área. O ataque radioeletrônico é uma ameaça especialmente séria para os soviéticos, devido às suas tendências para o controle altamente centralizado de suas forças militares. Este fator está sendo combinado com a ênfase

que está sendo dada à automação do processo de formulação da decisão.

Estes fatores são importantes para os soviéticos por duas razões. Primeiramente, as forças militares soviéticas dão tradicional ênfase à importância do controle centralizado. Segundo, a velocidade das atividades no moderno campo de batalha exige rápidas e precisas decisões. Este controle centralizado e rápidas decisões só podem ser possíveis com o apoio de radioeletrônicos. O impacto disto é de tal ordem que um autor militar soviético assim se expressou:

"O comandante militar começou a parecer-se mais com um cientista nos painéis de controle e nas mesas de comando de uma estação de rádio, do que um general do período da fábrica, que arrastava o regimento de cavalaria reserva para o ataque atrás dele próprio, nos minutos de crise em combate."

A importância do apoio radioeletrônico tem sido refletida em um grande número de publicações soviéticas. O *Planejamento em Assuntos Militares* contém as seguintes observações:

"A automação do controle em assuntos militares exorta o comandante a aliviar suas responsabilidades secundárias, ao fazer laboriosos cálculos com muito consumo de tempo, para processar e expedir enorme volume de informações, para dar-lhe oportunidade e tempo para fazer completo uso de suas

habilidades criativas na elaboração e preparo de decisões ótimas.

Em acréscimo, a automação nos negócios militares é possível para... alcançar ótima coordenação da estrutura e funções de cada sistema com um mais elevado supersistema, interação de sistemas, e subsistemas subordinados.

Os dispositivos radioeletrônicos que apóiam o comandante são visualizados como críticos para o sucesso. Isto é enfatizado em numerosas fontes soviéticas que salientam:

"No combate moderno, a perda do controle, mesmo por um curto período de tempo, pode conduzir a consequências fatais e últimas, com o fracasso da missão de combate."

A severidade deste conceito reflete a maneira soviética de centralizar cerradamente o controle de suas forças militares.

O papel deste conceito pode ser expresso com a ênfase do texto original:

"O centralismo é um dos mais importantes princípios de controle. Sua essência pode ser reduzida para o fato que o escalão superior deve unificar os esforços de todas as forças subordinadas e meios, e coordenar e dirigir suas ações para alcançar completamente o intento da batalha (operação). Aqui, somente aos comandantes superiores é dado o direito para alterar os métodos e direções das ações su-

bordinadas, no curso de execução das missões."

Esta centralização representa um alvo potencial para um agressivo ataque radioeletrônico. Os soviéticos estão cientes deste perigo, como foi exposto nas ações de proteção, pois um ataque agressivo e coordenado poderá criar grandes problemas para o comando e controle soviético.

Se obtiver um sucesso moderado, um ataque radioeletrônico poderá isolar pelo menos uma porção dos comandantes de pequenos escalões, obrigando-os a operar pela própria iniciativa. Os soviéticos reconhecem este problema potencial e freqüentes comentários sobre a iniciativa podem ser encontrados nas publicações militares e manuais soviéticos. Na publicação *Os Princípios Básicos de Arte Operacional e Táticas* encontramos:

"A falta de iniciativa por parte de subordinados, a falta de informações e a espera de instruções do escalão superior podem conduzir a uma perda de tempo e o fator tempo agora largamente decidirá a consequência de episódios individuais de conflitos armados, o resultado da batalha e da operação como um todo."

Apesar destes tipos de alegações pela iniciativa dos pequenos escalões, muitos analistas visualizam a falta de iniciativas nos escalões mais baixos como a chave da vulnerabilidade do poder militar soviético. Um ataque radioeletrô-

nico é o melhor caminho para forçar esta vulnerabilidade dentro de uma simples visão.

Qualquer ataque radioeletrônico efetuado pelas forças da OTAN, e em especial dos Estados Unidos, deverá ser estruturado ao longo de algumas linhas mais instrumentadas usadas pelos soviéticos. Ele deve iniciar-se com um reconhecimento do grande alcance, da importância dos radioeletrônicos, e um entendimento do acesso ao CRE soviético. O esforço deve coordenar todos os meios de guerra eletrônica e integrá-los em planos para o combate das forças convencionais. Se isto for feito, o dilaceramento do esforço soviético pode ser suficiente para dar, a uma grande parcela das forças ocidentais, sua melhor oportunidade para a vitória.

UMA COMPARAÇÃO ENTRE A GUERRA ELETRÔNICA DOS ESTADOS UNIDOS E O CRE SOVIÉTICO

Embora o Departamento de Defesa dos Estados Unidos expõe no seu *Relatório Anual para o Congresso*, para o ano fiscal de 1985, que os Estados Unidos têm uma comparativa vantagem sobre a União Soviética no campo da guerra eletrônica, a vantagem não é total. O Gen John W. Pauley, Comandante da Força Aérea

Aliada na Europa Central e Comandante-em-Chefe da Força Aérea dos Estados Unidos na Europa, declarou, em 1980:

"Os soviéticos desfrutam de uma dominante vantagem nos números de plataformas aéreas e afastadas e nas fontes de interferência com base no solo. No último caso, a razão é de 13 para 1 em seu favor, na pior situação."

Os norte-americanos, levando em consideração seu elevado desenvolvimento tecnológico, fator que lhes dá um forte respaldo contra os meios soviéticos, ainda não estão totalmente convencidos de que a guerra eletrônica é um significante multiplicador de forças.

O Gen W.E. Depuy, atualmente na reserva, primeiro comandante do TRADOC (Army Training and Doctrine Command) expressou no prefácio que escrevera para o livro *Guerra Eletrônica*, de Don E. Gordon:

"O Exército ainda não está tranquilo com a guerra eletrônica. Os chefes superiores têm pouca experiência direta e, desta forma, pouca confiança ou habilidade no seu emprego e inclinam-se para abandoná-la, não inteirando-a nas mãos de especialistas. Os especialistas, por seu lado, estão voltados para uma tradição, estrutura de sigilo e compartimentação remanescente, em parte, dos dias do Ultra".

Está bem claro que os soviéticos se esforçam para negar aos Estados Unidos as possibilidades ofe-

recidas pela guerra eletrônica, por meio de um agressivo programa de CCME. O Sr. Leroy B. Van Brunt, no seu livro *CME Aplicadas*, descreve 287 técnicas de CCME. É óbvio que os soviéticos estão cientes de todas as técnicas de CCME, que aparecem nas publicações ostensivas e ainda sabem muito mais sobre o assunto.

"Eu não posso prever para você a ação da Rússia. Ela é uma adivinhação enrolada em um mistério no interior de um enigma..." Esta frase aplica-se ao C3I dos nossos dias e foi dita genericamente por Winston Churchill em pronunciamento feito em 1939.

Entretanto, quando consideramos todos os indícios, condições, tendências e evidências, tudo nos leva a crer que os chefes da União Soviética esperam empregar a guerra eletrônica em um futuro conflito, tendo como principal alvo os dispositivos do C3I do mundo livre, que dependerá da derrota do CRE e da *maskirovka*.

INSTRUÇÃO

Poucas informações sobre os métodos, processos e programas da instrução do CRE e de elementos de reconhecimento chegam até os equipamentos, muitos dos quais podem ser considerados como primitivos, em relação aos padrões ocidentais, porém estão aptos para cumprir sua destinação.

O mais importante aspecto das unidades de CRE e seus equipamentos não são as suas reais possibilidades, mas sim a firme direção por elas recebidas para permitir sua perfeita integração à Doutrina Militar Soviética. As unidades, individualmente, quando na conduta de uma elevada missão especializada, estão contribuindo para o conjunto do esforço militar. As atividades do CRE são parte de um conceito geral de equipe. Isto amplia seu impacto nocampo de batalha.

Os programas de busca, neutralização, dissimulação e proteção contribuem diretamente para a Doutrina Soviética do teatro de operações e constituem um elevado fator para o êxito das operações. O CRE permitirá ao comandante operar com toda a velocidade possível e também contribuirá para o elemento crítico que é a surpresa. O CRE poderá inibir a reação do inimigo, talvez retardando suas ações, até que seja tarde demais. Adicionalmente, os dispositivos de CRE poderão auxiliar na busca e monitoragem da postura nuclear inimiga e pode bem permitir a antecipação de um arrebentamento nuclear preventivo, se a detecção dos sinais permitir antever uma escalada nuclear. Estes fatores são críticos para a natureza da doutrina ofensiva soviética. Isto, por outro lado, nos demonstra a agressividade da doutrina ofensiva do CRE.

Este agressivo acesso para a guerra eletrônica pode servir de modelo para os futuros desenvolvimentos a serem efetuados pelos

Estados Unidos e demais países da OTAN, permitindo que a GE tire vantagens das fraquezas soviéticas. Do mesmo modo, entretanto, devemos ressaltar a natureza coordenada e integrada do CRE. Ele deve ser dominado mais do que a supressão da defesa, Seg Com, Info Com e Info Sin.

Os soviéticos são vulneráveis, porém reconhecem a elevada importância do espectro eletromagnético e sabemos que o sucesso de países ocidentais, mesmo por meio das forças terrestres que adotam materiais e a Doutrina Militar Soviética.

Consultando sua pouca literatura militar, é possível verificar que a instrução do CRE é levada muito a sério em todos os escalões de suas forças armadas. Isto inclui a seleção individual, instrução pré-militar, instrução técnica inicial e instrução intensiva no âmbito da unidade, para onde é encaminhado o selecionado. Por exemplo, a seleção de um radiooperador é iniciada no recrutamento.

Durante o exame médico e a seleção profissional dos novos convocados, é dada elevada importância à saúde, à capacidade de resistir à fadiga, à acuidade visual e à possibilidade de analisar rapidamente uma situação. Os jovens selecionados para serem radiooperadores devem possuir um método lógico de pensar, um bom nível de memorização e alto poder de observação. Os elementos mais adequados para as tarefas de comunicações são aqueles que possuem experiência anterior no lidar com circuitos e meios elétricos.

O serviço militar obrigatório existente na União Soviética serve de base para uma seleção prévia do pessoal apropriado para as funções relacionadas com o CRE, minimizando as exigências de uma instrução de pré-qualificação. A instrução pré-militar é amplamente divulgada e executada por todos os tipos de organizações, especialmente na Sociedade Voluntária de Assistência ao Exército, à Aeronáutica e à Marinha (SVAEAM), que incluem a instrução propriamente dita e a competição em variadas atividades, inclusive no que concerne à eletrônica.

Quanto à realização da instrução, é exigido acentuado realismo individual e da unidade, tanto no âmbito da guarnição quanto nos exercícios de campo.

No que diz respeito ao CRE, são imaginados ambientes muito próximos à realidade, empregando métodos e processos que criam condições de interferência, de modo a permitir o máximo de conhecimentos ao radioperador e, simultaneamente, é realizada observação cerrada sobre suas reações.

Além do grande estímulo ao radioamadorismo, por meio de clubes e incentivo à construção de equipamentos, a radioescuta é um fator de acesso àquela atividade, permitindo desenvolver habilidades quanto à interceptação e ao desenvolvimento de conhecimentos sobre idiomas estrangeiros.

A "caça à raposa" ou "competição rádio" é outra maneira de divulgar os conceitos práticos do CRE, transportando a instrução para a competição esportiva.

Esta modalidade desportiva ou de lazer é uma versão da caça à raposa praticada há muitos séculos com cavalos, com ou sem aquele animal. Nesta versão, a busca é realizada com equipamentos eletrônicos e é uma manifestação direta do CRE.

Este esporte, sob versão eletrônica, teve origem na Dinamarca, em 1940, e foi testado pela SVAEAM, em 1950. Por volta de 1963, a "caça à raposa" passou a fazer parte dos esportes e campeonatos anuais das forças armadas.

O "caçador" é um competidor empregando um receptor portátil, com uma antena direcional que deve localizar a "raposa", que, na realidade, é um conjunto-rádio camuflado.

Para estimular e tornar a competição mais atrativa, o operador pode modificar seu equipamento dentro de limites técnicos previamente especificados.

O cenário da competição abrange um terreno pouco familiar, arborizado e com a superfície coberta de obstáculos naturais.

As distâncias entre as "raposas" são variadas. Elas são em número de cinco e distam, entre si, de pelo menos 1 km. Se o competidor operar corretamente seu equipamento, ele poderá encontrar cada um dos alvos, à medida que percorre a área. Aquele que localizar o maior número de "raposas", em menor tempo, é considerado o vencedor da prova.

Este esporte apresenta uma série de vantagens para os participantes, pois simultaneamente promove:

- aptidão física;
- espírito de competição individual ou de equipe;
- interesse pelas aplicações da eletrônica e de antenas; e
- interesse pela interceptação e radiogoniometria.

Quando os participantes se preparam, desenvolvem habilidades quanto à pesquisa, desenvolvimento, fabricação e à manutenção do próprio equipamento. Além destas vantagens, ele fornece às forças armadas um grupo de pessoal com conhecimentos das dificuldades do CRE, dando-lhes maturidade como especialistas de comunicações ou de reconhecimento rádio e contribui para a eficiência técnica e o espírito de corpo. O esporte é prático, eficiente e econômico.

A instrução nas Forças Armadas Soviéticas não somente é contínua como equilibrada, e contém atividades essenciais de CRE para todos os níveis de seu pessoal.

CONCLUSÃO

As publicações soviéticas escrevem:

"A organização da guerra radioeletrônica tornou-se uma parte integral da preparação para uma batalha ou uma operação e sua conduta é uma importante condição para o sucesso das operações ofensivas e defensivas, quando manobrando com forças e armas, e para o eficaz e digno de confiança controle da tropa."

Como já foi previamente observado, os maiores componentes do CRE ou combate eletrônico ou guerra eletrônica sob a ótica soviética foram expostos com maior ou

menor amplitude. Estes componentes não são assuntos separados, mas se complementam uns aos outros como parte de um todo. O conceito de CRE está também integrado às possibilidades das forças de combate soviéticas, materializado por um significante número de unidades especializadas, que existem para apoiar suas necessidades. Estas unidades estão bem dotadas com um ataque da guerra eletrônica e exigirá um grande e concentrado esforço, ao longo das linhas de seus programas.

Esta contribuição há de permitir uma comparação doutrinária entre os principais aspectos da guerra eletrônica, já divulgados por artigos, trabalhos e palestras realizadas em nossas escolas militares e o conteúdo desta pesquisa, que teve por finalidade dar mais uma contribuição doutrinária, para aqueles que vão produzir a doutrina de guerra eletrônica para o Exército brasileiro.

Há muitos aspectos do CRE que deverão ser analisados cuidadosamente, pois o Brasil e a União Soviética são países de dimensões continentais, com muitos fatores similares na conduta de uma guerra terrestre, que envolva diretamente o território nacional e/ou vizinhos.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia que permitiu a elaboração dessa pesquisa doutrinária encontra-se na Biblioteca do Núcleo de Implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (NICIGE), 3^a Subchefia do EME e na Biblioteca da 3^a Subchefia do EME, ambas situadas na 3^a Subchefia/EME, Bloco "F", 2^o Andar — QG Ex, S M U, BRASÍLIA — DF CEP 70 630.



O Cel Com Humberto José Corrêa de Oliveira, além dos cursos de formação e aperfeiçoamento, possui as especificações de Navegação Espacial (Escola Naval) e de Comunicações por Satélites (USASCS) e os cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Guerra Combinada da França. Exerce atualmente a função de Chefe do Gabinete da Diretoria de Material de Comunicações e de Eletrônica, do Exército.

BIBLIEEX ADQUIRE NOVOS TÍTULOS PARA EDITORIAL 1986/87

A Biblioteca do Exército Editora já tem garantidos, para tradução e provável publicação em português, os direitos autorais de obras da maior importância. São elas: *Limited War Revisited*, de Robert E. Osgood, Deão da Faculdade de Estudos Internacionais Avançados, da Universidade John Hopkins, EUA; *Red Flag Over Afghanistan*, de Thomas F. Hammond; e *Future of European Alliance System*, de Arlene Idol Bradhurst.

Por outro lado, graças a gestões efetuadas através da CEBW (Comissão do Exército Brasileiro em Washington), foi concedida gratuitamente à BIBLIEEX a opção de publicação de *Seven Firefights in Vietnam*, de John Albright, John A. Cash e Allan W. Sandstrum. O livro *Yalta ou a Partilha do Mundo* foi também doado à BIBLIEEX, através de entendimentos com a Livraria Bertrand, de Lisboa.

Ainda para lançamento em 1986, a Coleção "General Benício" breve será enriquecida com *O Poder da Personalidade na Guerra*, do Major General Barão Hugo von Freitag-Lorringhoven, uma obra considerada de importância fundamental no estudo de fatores psicológicos que intervêm na chefia e liderança de conflitos armados.



OS "SETE PAÍSES" BASCOS

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

Os Pirineus formam uma região montanhosa entre a França e a Espanha numa extensão de 50.000 km², em linha de 440 km entre o Golfo de Biscaia (formado pelo Atlântico), e o Mediterrâneo. No total da área pirenáica, 2/3 do território pertencem à Espanha. Este eixo orográfico é menos íngreme na parte espanhola descendendo bruscamente do lado francês. "Altos são os Pirineus", diz um ditado francês, quando alguém procura comparar tamanhos. Está na parte central dessa cordilheira a mais alta barreira constituída por uma linha de picos superiores a 3.000 metros que se salientam por

sobre terrenos com altitude média de 1.800 metros. Para o lado do Mediterrâneo os Pirineus descem lentamente formando compactas altiplanicies, onde a aridez começa a ser notada. Dirigindo-se para o Golfo de Biscaia, os Pirineus já são mais regados pelas chuvas; chegam até o território de Guipuzcoa, onde são mais baixos e menos compactos, embora suas cristas sejam atravessadas por poucos passos. Assim, a principal rota que liga a Espanha e França segue o passo costeiro que circunda o Golfo de Biscaia.

O isolamento dos vales pirenáicos facilitou, na Idade Média, a formação de vários Estados independentes; entre eles, apenas Andorra conseguiu manter a sua autonomia. Num contraste, a menor ele-

vação dos Pirineus na fachada atlântica uniu culturalmente populações que a montanha separou politicamente. É o caso dos *bascos*, que apresentam a mesma cultura de ambos os lados dos Pirineus, e que, embora venham tentando a sua união cultural e étnica, se encontram divididos politicamente entre a Espanha e a França. (Mapa 1)

Na fachada atlântica dos Pirineus estão, pois, os "Sete Países Bascos" abrangendo uma área de 22.500 km², dos quais apenas 7.700 km² estão em território francês; os "Sete Países", no seu total, correspondem em extensão a mais ou menos a área do nosso Estado de Sergipe (22.027 km²).

O ENIGMA BASCO

Os bascos, do latim *vasco*, constituem-se numa população dispersa pelas duas vertentes dos Pirineus Ocidentais; denominam-se a si próprios pelo nome *euskaldunak*.

Várias são as hipóteses apresentadas sobre a origem desse povo, embora nenhuma delas seja considerada plenamente satisfatória. Alguns acreditam que descendam dos hebreus, dos etruscos, dos fenícios e até de escoceses importados por Júlio Cesar. Segundo Humboldt, o basco é de origem ural-altaica, mas Collignon opinava serem eles uma variedade da raça mediterrânea.

A sua língua comum, o *euskariano*, é a única, na Europa Ocidental, do tipo aglutinante, na qual freqüentemente ocorre a composição de elementos vocabulares em

que os componentes guardam a significação, embora percam a individualidade fonética. Este idioma é pouco variado, mas mesmo assim, em tese, comprehende três dialetos principais: o laburdano (do Labourd), o biscaio e o guipuzcoano.

O euskariano não apresenta pontos comuns com nenhuma língua conhecida na Europa. Por isso, alguns lingüistas vêem nele certas afinidades com dialetos esquimós, com o japonês, e ainda com o etrusco pouco conhecido. Consideram outros que seja o próprio *ibérico primitivo* proveniente das línguas neolíticas, como certos idiomas antigos da Ásia Menor e do Cáucaso.

Concordando com esta hipótese lingüística, alguns antropólogos admitem que os bascos sejam originários de uma das numerosas tribos da antiga Ibéria, que acantona da nos Pirineus, não chegou a ser efetivamente submetida pelos invasores romanos, visigodos nem árabes. Assim, enquanto a Península Ibérica, e nela a Espanha, foi invadida por esses diversos povos, a *Bascônia conservou-se livre* e serviu de refúgio aos que vinham das áreas ocupadas. No isolamento forjou a sua língua e costumes próprios.

Ligados a esse passado, conservam os bascos, ainda hoje, a velha dança bastante rápida denominada *mochico*; seus instrumentos são o *tambor basco*, espécie de pandeiro e o *frajolé*, flauta típica.

Os exercícios físicos, aos quais dão tanta importância, desenvolveram-lhes a agilidade bem como a

confiança em sua bravura; daí serem excelentes soldados e não conhecem rivais nas guerras das montanhas. Ótimos desportistas, não dispensam a *pelota basca** jogada de dois modos. Em jogo direto quando os adversários se mantêm frente a frente, ou quando estes se protegem por frontões. Os jogadores lançam a pelota com as mãos ou usam um instrumento — a *chistera*, objeto alongado e recurvado, fixo à mão por uma luva de couro sem dedos. Quando os jogadores dispensam a *chistera*, a peleja é travada apenas entre dois adversários; da outra forma denomina-se *joko-garbi*, e as equipes se constituem por dois ou três homens de cada lado da cancha ou campo de jogo. Há ainda uma terceira modalidade, o *rebot*, jogo dos ancestrais bascos, semelhante ao tênis, com equipes de cinco jogadores de cada lado. Não dispensam as *batalhas de makhila*, espécie de bordão feito com madeira da ameixeira amarela, guarnecido com couro trançado, com o qual lutam corpo a corpo. Juntam-se a esses esportes ainda outros, como o do lançamento de barras de ferro, denominadas *palankas* e o do célebre concurso de força; neste último, o campeão basco Paolino Uzardum conseguiu levantar seis vezes, no prazo de um minuto, um

bloco de pedra cilíndrica de 132 quilos.

O PAÍS BASCO

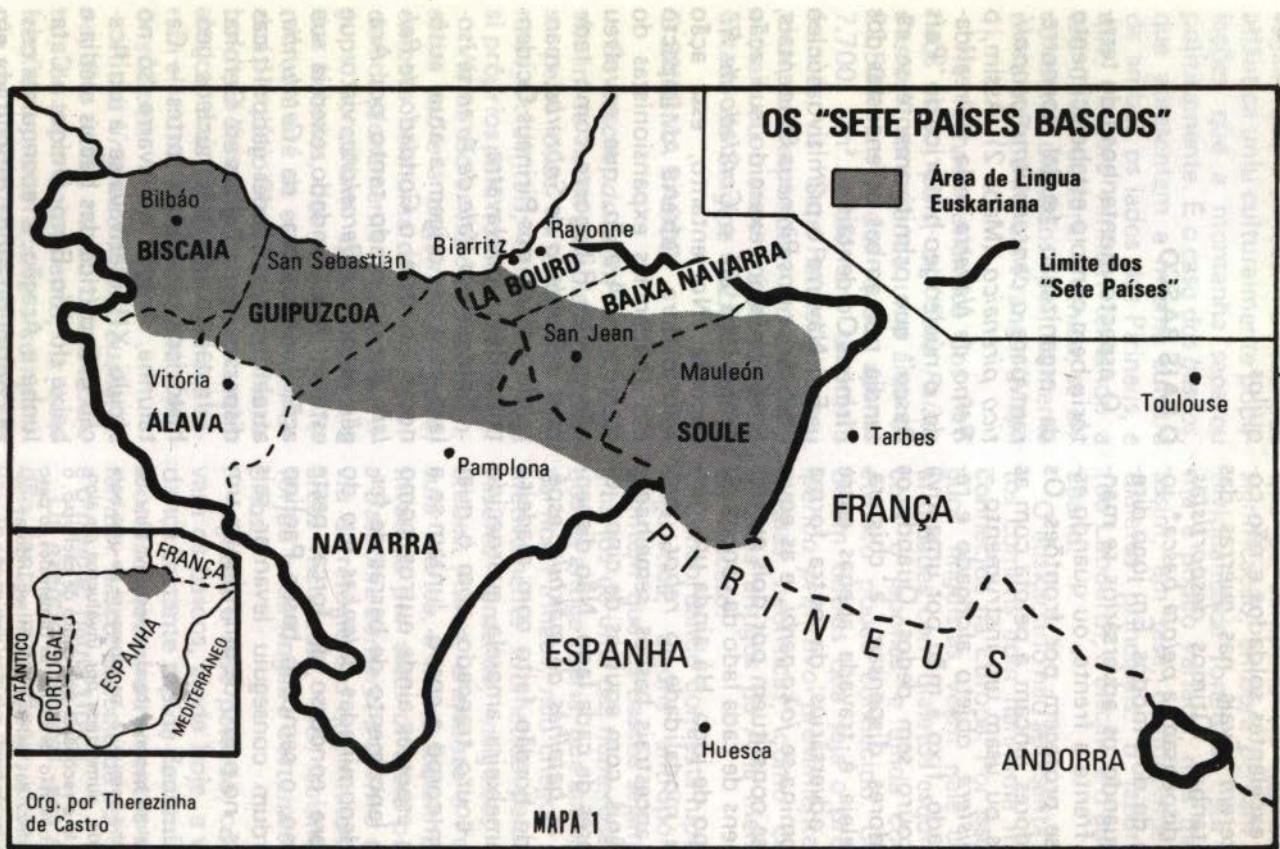
O aspecto montanhoso do território bem como o estabelecimento da organização feudal concorrem para o *cantonalismo geopolítico pirenaico* (Mapa 2). Assim, o *Reino de Navarra* seria, na realidade, o núcleo geo-histórico do "País Basco" que primitivamente se estendia por ambas as encostas dos Pirineus Ocidentais.

Foi Navarra o primitivo núcleo unificador nos Pirineus Ocidentais, tendo mesmo exercido sua ação geopolítica até o *Condado de Ribagorza*. No entanto, essa ação aglutinadora sofreria o impacto das tendências expansionistas do *Reino de Aragão*, que envolveu não apenas Ribagorza como também o *Condado de Sobrarbe*, mantendo isolado nos Pirineus Ocidentais o Reino de Navarra.

Enquanto o *Vale de Aran* se isolava para dar origem a atual autônoma Andorra, o *Condado de Pallars* era disputado tanto por Aragão como por *Barcelona*; visto que este último Condado exercia sua ação unificadora na *Catalunha*, atraindo as unidades geopolíticas dispersas desde Pallars até Gerona.

Instalados os três núcleos geopolíticos pirenaicos fortes — Catalunha, Aragão e Navarra, só no século XII efetivava-se a unificação geopolítica das bacias média e baixa do Rio Ebro. Unidas a Catalunha e Aragão, a reconquista cristã continuou ainda dificultada em

* A pelota basca é jogada com uma bola de borracha bem dura, na espessura de uma bola de gude, aumentada por invólucros de algodão e lã e recoberta por couro de cachorro, o único que não deforma; as dimensões, o peso e a dureza das pelotas variam segundo as modalidades de jogos a que se destinam.



função da solidez defensiva dos árabes nos triângulos geoestratégicos de Lérida-Tortosa-Tarragona e de Huesca-Tudela-Saragoça. Contribuía ainda para fortalecer os árabes a resistência que os cristãos de Navarra, Rioja, Álava, Guipuzcoa e Biscaia faziam contra sua unificação com Aragão-Catalunha em pleno século XIII.

Isso explica a lentidão da conquista cristã, só efetivada em pleno século XV com o casamento dos reis católicos Fernando e Isabel (1479); uniam-se então Aragão e Castela que, após encrular as áreas protegidas pelos dois triângulos geoestratégicos árabes, levaram os cristãos a marchar para o sul ocupando Granada (1492), mas só conseguindo incorporar Navarra em 1512.

O sentimento secessionista nos Pirineus Ocidentais continuaria, tornando-se geopoliticamente ainda mais complicado com a divisão do "País Basco" entre a França e a Espanha pelo Tratado de Elizondo (1765) ratificado pela Convenção de 1856.

Desaparecido o feudalismo, unificada a Espanha, perdiam sua liberdade os "Fueros" bascos, assembleias que se reuniam ao ar livre, à sombra de grandes árvores. No entanto, apesar do fato consumado, os bascos além de ignorar tal fronteira política, passavam a não aceitar de bom grado as leis franco-espanholas às quais ficavam submetidos; os franceses e espanhóis passavam a ser para eles elementos estrangeiros.

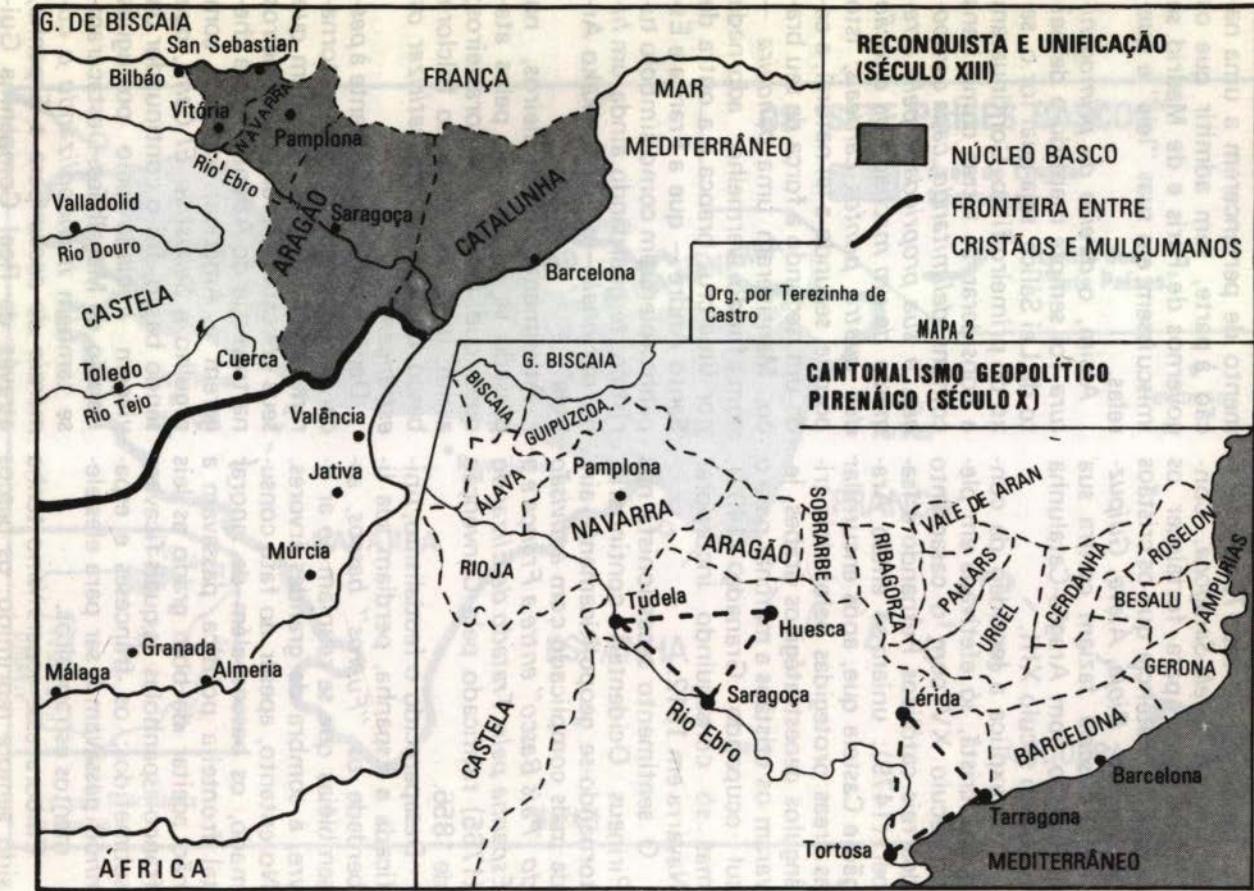
Embora esse separatismo tenha sido sempre reprimido, os bascos

continuaram a manter muitos de seus costumes baseados no sentimento de pertencerem a uma nação à parte, sem admitir que os governos de Paris e de Madrid se imiscuissem em suas "leis" e querelas.

Assim, o direito de primogenitura foi sempre mantido a despeito da Lei Sálica, seja qual for o sexo do primeiro filho. Continuaram a considerar as terras como bens comuns, *delimitando, cada campônês, a sua propriedade pelo arremesso de um machado na direção dos quatro pontos cardeais*; isto porque, segundo a lei natural, a cada um, segundo a força de seu braço. Mantiveram uma bandeira — com fundo vermelho, adornada por uma cruz branca e a outra de Santo André — que a França e Espanha toleraram como símbolo turístico; resguardando ainda um *hino nacional* — o "Guernikako Arbol".

Atualmente hospitaleiros, no passado se destacaram pelos ataques que faziam aos forasteiros; assim, uma boa parte do folclore basco consagra-se em *satirizar os estrangeiros*.

Dedicando-se inicialmente à *pescaria do bacalhau*, os bascos tornaram-se navegadores. Afirmam que seus ancestrais foram os pioneiros na travessia do Atlântico para chearem à América; apontam com orgulho a *Sebastião El Cano*, que sendo basco, foi o continuador da viagem iniciada pelo português Fernão de Magalhães. Destacaram-se também *monopolizando o comércio do cacau* para a Espanha, através da Real Companhia Gui-



puzcoana de Caracas, fundada em 1728.

De corsários transformaram-se em excelentes *contrabandistas* em terra; nos "Países Bascos", entre a fronteira franco-espanhola o contrabando é atividade simpática. Com as aduanas impostas pela França e Espanha, a ação restringe-se hoje a particulares; estes contrabandeiam de tudo, desde alimentos aos refugiados políticos e até de trabalhadores portugueses desejosos de ir para a França.

Por sua vez, os *agricultores*, quando a terra lhes falta, costumam imigrar para o Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Estados Unidos. Neste último país, o Estado de Nevada é o preferido; para eles o Governador Laxalt, de origem basca, conseguiu escolas e jornais em sua língua natal. Contratados inicialmente para trabalharem por cinco anos, com passagem de ida e volta, muitos deles regressaram à terra de origem, já que faziam questão de serem enterrados nos seus túmulos típicos de covas rasas, sem flores, distinguidos apenas por um monumento circular com uma cruz de malta incrustada.

A maior parte dos bascos, no entanto, se dirigiu para a Argentina; aí vários fizeram carreira política — Eva Perón e o ex-Presidente Aramburu eram de origem basca, como também o ex-Presidente do Brasil — Garraztazu Médici.

CONCLUSÃO

O *separatismo basco* vem, pois, de data remota, sendo que alguns

historiadores indicam a *Batalha de Roncesvalles* (778), quando os bascos derrotam Carlos Magno, como o início dessa luta.

Há mais de mil anos em luta contra invasores, conquistadores etc., em se tratando do *fenômeno nacionalista* propriamente dito, este passou a ser, nos últimos tempos, bem mais atuante no lado espanhol; daí haver o Generalíssimo Francisco Franco implantado o "*estado de exceção*" em agosto de 1968.

Nessa ocasião, já agrupados sobre a sigla ETA (Euskadi Ta Askatasuna) que significa — o País Basco e sua Liberdade, os bascos espanhóis se mantiveram na clandestinidade, mantendo incógnito o chefe do movimento. Por sua vez, do lado francês os bascos, chefiados por Simon Haran, filiados ao Partido "Enbata", nome de um vento local que vem do mar, preferiam o federalismo, muito embora sempre houvessem se mostrado prontos a apoiarem seus concidadãos espanhóis caso se levantassem.

Contrastando com o lado espanhol, emitiam com mais liberdade as suas opiniões sobre a questão. Daí haver afirmado em 1968 Louhoshoa, um rico basco-francês: "Só temos a esperteza a nosso favor. Há 300 anos que nos ocupam, que nos deixam morrer de fome e que nos calamos. Isso já é demais!"

De fato, economicamente, os "países bascos" do lado francês contrastam com as quatro Províncias espanholas (Biscaia, Álava, Guipuzcoa e Navarra), as mais desenvolvidas do país, e com exceção da Catalunha, são as de maior

poder aquisitivo e as que mais contribuem para o produto interno bruto. Enquanto Biarritz, no lado francês, destaca-se como simples centro de veraneio procurado pelos turistas que desejam sol e ar puro; na parte espanhola, além da agricultura e pecuária, há desenvolvimento industrial (leite condensado, chocolate, peixe em conserva) tudo se concentrando na fronteira francesa. Por sua vez, Bilbao, a 30 km do mar é, além de centro siderúrgico, também local de indústrias químicas e de construção naval.

Nesse contexto as declarações de Simon Haran mostravam que mesmo federalistas os bascos-franceses aspiravam a um novo traçado em suas fronteiras. "Ter que prestar contas ao Estado Francês, Europeu, Espanhol ou Alemão, estamos pouco interessados nisso. Mas sabemos também que o federalismo só poderá ser conquistado com derramamento de sangue. Nós, os velhos, depois de ter esgotado a luta pelo folclore e a cultura, tentamos todos os meios da política legal — hoje constamos o nosso fracasso. Os jovens não se contentarão com tão pouco. Eles começarão pelos postes telegráficos. Depois..."

Depois se sucedem numerosos assassinatos, seqüestros e atentados terroristas. Toda uma fase de violência institucionalizada levava a ETA a confrontos com a Polícia e o Exército. O radicalismo basco evoluía da posição histórica de extremo nacionalismo para a concepção violenta cujo lema era a eliminação sumária dos adversários.

A população basca na sua quase totalidade compreendia e apoiava esses separatistas, considerando seus atos violentos como políticos. Aos poucos, porém, ante o constante clima de sobressaltos, a ETA foi sistematicamente perdendo aquele apoio maciço. Assim, se na década dos 70 cerca de 44% da população basca ainda apoiava a ETA, em 1984 essa porcentagem cairia para os 22%; a última posição mostra que em cada grupo de oito bascos, um rejeita o modo de agir da ETA.

Por outro lado, a cisão na ETA mostra que as lideranças bascas estão com horizontes menores; bem mais acanhados, sobretudo do que em 1953, ano em que nascia a ETA, formada por militantes do Partido Nacionalista Basco, atualmente no poder em Bilbao.

Hoje a ETA se subdivide em vários ramos, dentre os quais os mais conhecidos são a *ETA-Político-Militar Oitava Assembléia* e a *ETA-Militar*, esta bem mais violenta do que a primeira, por considerar o "País Basco" uma nação militarmente ocupada.

Para a *ETA-Político-Militar Oitava Assembléia* chegou a hora de abandonar a luta armada; seu líder, Herri Batasuna, com assento no Parlamento, quer a *independência do "País Basco" de modo legal e sujeita aos freios constitucionais*.

Pela Constituição a nação é indissolúvel, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis sendo, no entanto, *reconhecido e garantido o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram e a solidariedade entre todas*.

Com pequenas variações locais, as regiões autônomas, dentro do plano conhecido como *Estatuto de Guernica* de outubro de 1979, têm competência para se autogerarem nos setores da Educação, Saúde, Obras Públicas, Agricultura e Comunicações, sendo dependentes de Madrid dos setores da Economia, Segurança, Comércio Exterior e Justiça.

Trata-se de um plano governamental que vem sendo posto em prática desde a gestão do Primeiro-Ministro Adolfo Suárez, visando *desmontar cuidadosamente a estrutura centralista* que orientou o Estado durante o regime franquista. A Espanha, na realidade *um conjunto de "nacionalidades históricas"*, já conta com dez regiões metropolitanas* neste regime de pré-autonomia, que de um todo controlado por Madrid vem se transformando num Estado integrado por unidades autônomas.

Em outubro de 1984 o industrial Felipe Eriz, intermediário das negociações *ETA-Governo*, falando em nome de um dirigente basco, o Txomin ou Domingos Iturbide Abasolo, afirmou que os separatistas estão dispostos a negociar para que se implante "a paz no País Basco, a fim de que seus habitantes possam voltar para casa e viver suas vidas com tranquilidade".

No entanto, o caso basco conta com o problema suplementar de

Navarra que ainda não se decidiu se solicita a sua autonomia isolada, incluindo também dentro de seu conjunto de "nacionalidade histórica" o *Labourd*, a *Baixa Navarra* e o *Soule*, *politicamente integrado ao território francês*.

Por outro lado, para os bascos o *Estatuto de Guernica* está redigido em termos tão ambíguos que *não oferecem segurança sobre a margem da verdadeira autoridade que Madrid cederá*.

Na prática, o que os bascos *desejam* é a versão moderna dos "Fueros"; trata-se da tradição da troca de direitos que na Idade Média levava a minoria forte negociar dízimos e serviço militar por autonomia política. O sistema funcionava tão bem que um dos lemas do Partido Nacionalista Basco é — "Deus e os velhos Fueros".

Um fato porém é notório — as aspirações separatistas na Catalunha, na Galícia ou em Valência não ameaçam tanto o governo de Madrid, como o problema dos bascos, embora estes sejam somente 6% da população espanhola. Consequentemente, no encontro dos dois socialistas, o espanhol Felipe Gonzalez e o francês François Mitterrand, em dezembro de 1983, foi firmado *um acordo para pôr fim ao "santuário" dos bascos, na fronteira franco-espanhola*.

Fechada essa fronteira natural dos Pirineus, *fica mais difícil para a ETA-Militar persistir na violência*, já que em caso de perigo não poderão seus componentes contar com o refúgio que sempre tiveram no "País Basco" francês. É fato também que embora tal medida

* São elas: Catalunha, Galícia, Andaluzia, Aragão, Astúrias, Castela-Leão, Castela-Mancha, Extremadura, Múrcia e Valência.

possa vir a marcar o declínio do terror que matou mais de 500 pessoas nos últimos trinta anos, não

implicará e nem concorrerá para o fim das aspirações de independência no "País dos Bascos".



Therezinha de Castro é Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu *Rumo à Antártica*, em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, História da Civilização Brasileira, *Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil*, África – Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.

lência econômica, social e política, que distinguem o Votorantim de seu concorrente estrangeiro, dificultando o estudo aprofundado da sua estrutura organizacional. Sua estrutura, hoje em dia, multinationais, transformando-se num conglomerado que engloba a indústria, a agricultura, a pesca, a guerra (o seu maior empreendimento), a qual a organização é dividida em cinco regiões: a do norte, a do centro, a do sul, a do oeste e a do leste (o império do tempo) para

**UM CONJUNTO INDUSTRIAL TOTALMENTE BRASILEIRO,
SEMPRE ATUANDO NO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO PAÍS,
NAS CINCO REGIÕES DA FEDERAÇÃO.**

**Grupo
Votorantim**



UM CONJUNTO INDUSTRIAL TOTALMENTE BRASILEIRO,
SEMPRE ATUANDO NO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO PAÍS,
NAS CINCO REGIÕES DA FEDERAÇÃO.



S/A. Indústrias Votorantim
Cia. Brasileira de Alumínio
Ind. e Comércio Metalúrgica Atlas S/A.
Siderúrgica Barra Mansa S/A.
Cia. Nitro Química Brasileira
Cia. Mineira de Metais
Inds. Brasileiras de Artigos Refratários S/A.
Cia. de Cimento Portland Rio Branco
Cia. de Cimento Portland Itaú
Cia. de Cimento Portland Gaúcho
Cia. de Cimento Portland Petty

Cia. de Cimento Portland Foly
Cia. de Cimento Portland de Sergipe
Cia. Catarinense de Cimento Portland
Cia. Cearense de Cimento Portland
Cimento Irajá S/A.
Cimento Itaú de Corumbá S/A.
Cimento Itaú do Paraná S/A.
Cimento Tocantins S/A.
Cia. Niquel Tocantins
Cia. Agro Industrial Igarassu
Cia. de Papel e Papelão Pedras Brancas
Cia. Usina Tiuma
Usina São José S/A.
Cia. de Cimento Salvador
Hejoassu Administração Ltda.

Tecidos Votex Ltda.
Cerâmica Bicopeba S/A.
Cerâmica de Guarulhos S/A.
Soc. Agrícola Santa Helena Ltda.
Cia. Bandeirantes de Terrenos e Construções
Mical — Minérios Catarinenses Ltda.
Mineração Santa Catarina Ltda.
Siderúrgica Santo Amaro S/A.

Votorantim

LUTANDO PELA BASE



O TERRORISMO COMO ARMA POLÍTICA NO SÉCULO XX

João Amancio de Queiroz Neto

O terrorismo, como arma política, é um tema da mais contundente atualidade. Antes considerado apenas em suas limitações instrumentais como mera ação no contexto da chamada guerra fria, hoje salta à consideração do relacionamento internacional e constitui até mesmo eventual motivo de um conflito mundial. O artigo do TC João Amancio Queiroz Neto é, de fato, um pequeno, porém enriquecido, ensaio sobre esse assunto, particularmente quando enfoca seus efeitos. Há que se ressaltar no trabalho a idéia de que "os terroristas sabem como utilizar os meios de comunicação social para seus próprios benefícios; os governos, nem sempre".

Oséculo XX, para a humanidade, representou uma era de fantástico avanço em conquistas tecnológicas, acima de quaisquer previsões sequer outrora sonhadas pelas gerações anteriores. Paralelamente à ciência, desenvolveu-se também a violência, em escala global. As duas guerras mundiais e todas as outras que a elas se seguiram evidenciam plenamente tal afirmativa. O surgimento do caráter ideológico nos conflitos serviu para acirrar ainda mais as disputas, fazendo com que as guerras assumissem um aspecto psicológico e cruel, objetivando o

domínio da mente da população, acima das conquistas territoriais.

É nesse contexto moderno que se insere, hoje em dia, a violência como arma política, consubstancial nas ações desenvolvidas pelas organizações terroristas.

A "Política do Terror", tal como hoje a conhecemos, é, portanto, um fenômeno bastante recente no cenário mundial. O terrorismo revolucionário surgiu apenas há 100 anos, aproximadamente. O tipo internacional é ainda mais moderno, sendo exatamente um produto das últimas décadas.

É certo que, no passado, exis-

tem exemplos de utilização da violência como arma política. Porém, o que distingue o terrorismo histórico do contemporâneo é que este, hoje em dia, multinacionalizou-se, transformando-se numa verdadeira guerra por procuração, na qual a organização patrocinadora do terror torna-se prisioneira, inicialmente, do apoio financeiro e, posteriormente, do engajamento ideológico.

Dada a importância assumida, na atualidade, por essa forma característica de luta política, existe um consenso mundial para estudar as causas desse fenômeno, buscando encontrar soluções que possam erradicá-lo ou, pelo menos, combatê-lo eficientemente, com o mínimo de sacrifício às populações diretamente envolvidas.

Este ensaio objetiva enfocar alguns aspectos do terrorismo empregado como arma política, abordando suas principais características, modos de atuação, antecedentes históricos e fatores de sucesso, além de apresentar, em sua discussão e conclusões finais, uma visão sucinta e pessoal sobre o problema, à luz dos dados pesquisados pelo autor.

Definições

Não existe uma definição perfeitamente uniforme e universalmente aceita sobre o terrorismo. Vários autores, em diversas publicações, têm manifestado suas opiniões pessoais sobre o assunto, traduzindo-as sob inúmeros enfoques, de acordo com os respectivos pontos de vista. Ao se tratar

especificamente do terrorismo político, seu conceito fica por demais abrangente, dificultando sobremodo o estudo a ser feito. Abordaremos aqui algumas definições consideradas mais significativas, partindo do geral (terrorismo no sentido amplo do termo) para o particular (terrorismo empregado como arma política).

Em sua acepção mais importante e geral, a palavra TERROR significa um estado psíquico de grande medo ou pavor. O vocábulo TERRORISTA entrou em uso generalizado após a Revolução Francesa, no período entre 1793 e 1798, para indicar os revolucionários que procuravam utilizar o terror sistematicamente, seja para reforçar suas opiniões, seja para governar¹.

Genericamente, o terrorismo consiste de ações que objetivam provocar uma sensação de terror (medo, receio) em indivíduos ou grupos. Contudo, esta delinearão é vaga, porque aquilo que pode induzir uma pessoa ao medo pode não ter efeito sobre outra.²

Uma definição básica do terrorismo apresenta-o como sendo a tática empregada por grupos fracos contra forças oponentes maiores, em busca de objetivos políticos. Daí poder-se recusar ao terrorismo a característica de, por si, satisfazer unicamente ao critério de uma filosofia³. Existem, portanto, outras motivações que não apenas idealísticas ou filosóficas no seu âmago gerador.

O terrorismo pode, ainda, ser definido como uma violência ideológica e política, utilizada por gru-

pos nacionalistas, que buscam atingir objetivos táticos e estratégicos, reais ou imaginários.⁴ O terror vem a ser, portanto, um ato simbólico, destinado a influenciar o comportamento político por meios anormais. É simbólico porque o seu impacto psicológico é, habitualmente, mais profundo do que a proeza material.⁵

Finalmente, vejamos a definição dada por um estudioso do terrorismo político, Raymond Aron, constante do livro *Terrorismo Político*, de Paul Wilkinson, edição Artenova, para complementarmos assim o nosso entendimento final: "Um ato de violência é rotulado de terrorista quando seus efeitos psicológicos estão em desproporção com o seu resultado puramente físico (Raymond Aron)." (1975, p. 10)

Antecedentes históricos

O terrorismo, em si, não é um fenômeno novo e original, típico do atual desenvolvimento da humanidade. Ele apenas parece mais mortífero do que as violências do passado porque nos ameaça no momento, assumindo aspecto global e internacional.⁶ O terrorismo antigo, além de se circunscrever ao ambiente interno de um país, tinha por fundamento, quase sempre, uma causa justa. Era uma explosão espontânea contra a tirania e praticamente desconhecia a publicidade.⁷

O terrorismo apareceu sob as mais diferentes formas e causado pelas mais diversas motivações, como movimentos de protesto religioso, revoltas políticas e confli-

tos sociais. Um dos mais antigos exemplos conhecidos foi o dos SICARI, uma seita bastante organizada, cujos membros, na Palestina, atacavam seus inimigos à luz do dia, de preferência nos feriados, quando o povo se reunia em Jerusalém. A arma preferida era uma espada — *sica* —, daí o nome da organização. Eram eles extremistas-nacionalistas, anti-romanos e rejeitavam os sacerdotes como intermediários do poder divino.⁸

Esse mesmo misto de esperança messiânica e terrorismo político tinham os Assassin, que apareceram na Ismaília no século XI e foram dominados pelos mongóis no século XII. Usavam sempre a adaga como arma, porque consideravam o crime um ato sacramental para defender suas próprias idéias políticas e religiosas.

O "Reinado de Terror" da França revolucionária (1793/94) foi o marco inicial da propagação do terrorismo, patrocinado por Robespierre e sua corte, como membros do Comitê de Salvação Pública¹⁰. A ideologia revolucionária proporcionou, ao mesmo tempo, a justificação para o terror. Este era visto, então, como a justa e legal sanção do povo, validando a violência em nome da vontade geral. O "Reinado do Terror" revolucionário, portanto, é uma invenção da Revolução Francesa.¹¹

Os antecedentes do terrorismo insurrecional, contudo, podem ser encontrados na Rússia do século XIX. O teórico do anarquismo, Bakunin, conseguiu infiltrar as instituições, através de organiza-

ções secretas. O mais famoso dos violentos grupos desse período foi o Narodnaya Volya, cujos membros julgavam poder fomentar agitação generalizada e, desse modo, apressar a revolução. Após várias e infrutíferas tentativas, conseguiram assassinar o Czar Alexandre II.¹² A atuação desse grupo foi a mais importante do século XIX, embora suas atividades tenham durado apenas de 1878 a 1881.

O modo pelo qual o terrorismo revolucionário minou o Estado Czarista na Rússia e ajudou a criar as condições para os bolcheviques tomarem o poder deixou uma marca indelével nas mentes das lideranças soviéticas.¹³ O terrorismo russo ficou marcado tanto como o início da formação de um Partido Socialista Revolucionário, quanto como o sintoma de uma crise geral na sociedade russa. O exemplo dado na Rússia, em 1917, exerceu considerável influência nos demais movimentos terroristas que se seguiram, empregando a violência como arma política.¹⁴

A importante luta de guerrilha pela independência da Irlanda, travada de 1916 a 1921, também pode ser considerada como um bem-sucedido emprego do terrorismo para fins políticos¹⁵.

A precipitada retirada dos ingleses da Palestina, na década de 40, pode ser atribuída às atividades terroristas exercidas pelos grupos israelenses Stern e Irgun Zvai Leumi. Muitos movimentos coloniais e comunistas, do final da década de 40 até o início dos anos 60, empregaram amplamente os exem-

plos legados pelos irlandeses e israelenses.¹⁶

O ano de 1968 foi vital, marcado significativamente pelo último fracasso romântico: a morte de Guevara. A força colossal deflagrada por um bando de jovens revoltados tirou o fôlego de vários sistemas do mundo. A "Nova Esquerda", que então surgia, seria o laboratório do grande vendaval dos anos 70. Pequenos grupos armados da década de 60 transformaram-se numa vasta rede internacional, com campos de treinamento, arsenais poderosos, exércitos modernos, bem equipados e prontos para atacar em qualquer lugar do planeta, sem fazer distinções políticas, econômicas, sociais ou culturais.

Entre os anos de 1966 e 1976, os atos terroristas fizeram de 6 a 8 mil vítimas em todo o mundo, com uma média de 700 por ano, sendo mais da metade na Argentina e na Irlanda do Norte¹⁸. Durante a década de 70, quase nenhum país, de alguma forma ligado ao Ocidente, foi poupadão pelo ativismo terrorista. Mais da metade desses atentados atingiu os países ao norte do Equador. No hemisfério sul, os países mais duramente atingidos foram o Brasil e a Argentina.¹⁹

Classificação

Existem várias classificações, dadas ao terrorismo político por diversos autores. Abordaremos apenas as consideradas mais significativas.

Segundo a localização geográfica, podemos distinguir três tipos:

o separatista-nacionalista, surgido no Oriente Médio, Canadá e Espanha; o latino-americano, um fenômeno *sui-generis*, onde o terror urbano surgiu com sabor de novidade e, por último, o terrorismo na América do Norte, Europa e Japão que cresceu fora da "Nova Esquerda" e atestou a inoperância desta naqueles países. A aparição desses três tipos de terrorismo político aconteceu, casualmente, ao mesmo tempo, mas eles não têm quase nada em comum entre si. Contudo, pelo fato de terem surgido quase simultaneamente, houve uma certa cooperação entre eles e, talvez, mesmo, alguma influência mútua²⁰.

Paul Wilkinson, em seu livro *Terrorismo Político*, apresenta a seguinte classificação:

1) *Terrorismo revolucionário* — é aquele que recorre a táticas sistemáticas de violência terrorista, com o objetivo de ocasionar a revolução política. Neste tipo enquadram-se: organizações nas quais o terrorismo é a única arma; partidos e movimentos libertadores, revolucionários e nacionais, que empreguem o terror como a arma auxiliar; o terrorismo das guerrilhas (rurais e urbanas); o terror a curto prazo, no curso de um levante insurreccional; a propaganda do terror, quando for motivada por objetivos revolucionários a longo prazo e, finalmente, o terrorismo internacional, cometido fora das fronteiras das partes envolvidas no conflito político.

2) *Terrorismo sub-revolucionário* — é empregado por outros motivos políticos que não a revolução

ou a repressão governamental. Seus possíveis objetivos incluem: tentativa de forçar o governo do país a introduzir modificações em sua política; vingança, punição ou aviso a autoridades específicas; rixas com facções ou grupos rivais; retaliação contra invasão de terras ou propriedades ou, ainda, contra a interferência do governo na maneira de viver do povo.

3) *Terrorismo repressivo* — é o uso sistemático de atos terroristas de violência, com o fim de reprimir, derrubar, dominar ou restringir certos grupos, indivíduos ou formas de comportamento, considerados indesejáveis pelo repressor. Este pode ser o próprio Estado, através de seus governantes ou agentes, ou uma facção. Pode ser dirigido contra toda a população ou apenas a grupos selecionados (insurretos ou suspeitos de insurreição). Este tipo de terrorismo político é sempre arbitrário, imprevisível e indiscriminado em seus efeitos, não sendo suscetível aos apelos da lei ou da razão.

Outra classificação, normalmente aceita, diz respeito às vítimas selecionadas pelo ato terrorista. Assim, teremos:

1) *Terrorismo pragmático* — quando a ação enfraquece a capacidade governamental (ou militar) ou, ainda, beneficia materialmente os terroristas. Exemplos: assassinato de um ditador, emboscada contra soldados, roubo de um banco, desvio de armas de um estabelecimento comercial ou depósito militar etc.

2) *Terrorismo simbólico* — os resultados são apenas psicológicos,

não acarretando benefício material para os terroristas e nem danos físicos ao inimigo. Exemplo: o massacre no Aeroporto Lod, em Tel Aviv, em 31 de maio de 1972, ceifou 25 vidas, a maior parte porto-riquenhos e de nenhum modo enfraqueceu a capacidade militar de Israel. No entanto, sem nenhuma dúvida, atraiu grande parte da atenção mundial para a causa palestina, que era o objetivo primordial a ser alcançado.²¹

Finalmente, o terrorismo político pode ainda ser classificado segundo o tipo de ação desenvolvida:

1) *Terror material* — comprehende todos os atos de sabotagem e destruição. Embora nenhum governo possa proteger todos os bens potencialmente ameaçados, a omissão em defender qualquer objetivo simbolicamente importante pode ser interpretada como uma demonstração de fraqueza.

2) *Terror pessoal* — atos perpetrados contra as autoridades que fazem parte do governo, seus seguidores e membros das forças armadas ou policiais.

3) *Terror total* — atos praticados contra o público em geral e cuja finalidade é demonstrar a incapacidade do regime em manter a ordem pública, fator necessário à normalidade da vida diária e das atividades comerciais²².

Objetivos

Na guerra moderna, o objetivo é conquistar o controle e o apoio da população, preservando-se ao máximo o potencial humano, eco-

nômico e industrial do país-alvo. Assim, os ataques desferidos contra a estrutura política, a burocacia e o aparelho policial têm a ampla função de enfraquecer o mecanismo de controle exercido pelo governo e destruir as defesas policiais, necessárias à tranqüilidade da vida diária do cidadão. Tal estado de coisas pode precipitar uma crise governamental, já que o Estado, tendo demonstrado que não pode assegurar devidamente a segurança coletiva a seus nacionais, leva o indivíduo a perder a confiança na autoridade pública e passa a obedecer aos insurretos, uma vez que estes podem, pelo menos, garantir melhorar a sua proteção física. Através dos evidentes efeitos do terror permanente, os insurretos buscam despertar a consciência político-revolucionária de toda uma população²³.

Através dos seus atos, os terroristas almejam não só a divulgação de sua causa, como também mostrar a disposição de lutar por ela e assim inspirar o apoio popular. Os atos ainda podem ser utilizados para intimidar determinado setor da população, para "avisar" contra a colaboração com o governo ou com adversários dos terroristas ou, ainda, para implantar uma sensação de insegurança e medo num determinado grupo específico do povo (as forças de segurança, por exemplo).²⁴

O objetivo da espiral de violência é alimentar um clima de confusão e destruição, induzindo, assim, a um estado de pânico que possa perturbar, se não paralisar por completo, o fluxo normal de vi-

da.²⁵ Contudo, um grande número de mortos contribui para afastar a população da causa e, portanto, não é esse, normalmente, o objetivo de um ato terrorista.²⁶

Um dos efeitos almejados pelo terrorismo político é forçar as autoridades a gastarem recursos cada vez mais elevados com a segurança, tornando a repressão tão dispendiosa que o governo prefira recuar, a continuar a luta.²⁷

Características

Se o terrorismo político atrai tanta atenção, é por causa de suas características dramáticas e surpreendentes. A maioria dos atos terroristas apresenta uma constante: a busca e ânsia de publicidade.²⁸

Uma importante característica do terrorismo político é a sua natureza indiscriminada, isto porque o efeito a ser obtido é o terror subjetivo. Outra característica consiste em ser o terrorista político imprevisível, arbitrário e sem respeito a qualquer norma ou convenção humanitária. Por sua natureza clandestina, atroz e destruidora, o terrorismo político é perpetrado por fanáticos desesperados.²⁹

O que distingue fundamentalmente o terror político de outras formas de violência organizada não é simplesmente a sua severidade, mas os seus aspectos de amoralidade e antinomismo. Os terroristas manifestam indiferença quanto aos códigos morais vigentes ou alegam isenção de todas essas obrigações. O terror político, quando deflagrado consciente e deliberada-

mente, está implicitamente preparado para sacrificar todas as considerações morais e humanitárias, em benefício de algum fim político. A ideologia do terrorismo aceita que a morte e o sofrimento daqueles que são inocentes de qualquer crime são meios inteiramente justificáveis para os seus fins políticos.³⁰ As façanhas dos terroristas estão livres de preocupações quanto ao reconhecimento das normas tradicionais de combate. Por exemplo, não fazem distinção entre combatentes e não combatentes, nem mesmo pelo critério de idade: as crianças são vítimas adequadas aos propósitos terroristas.³¹

Em resumo, podemos identificar então as seguintes características básicas, comuns a todas as formas de terrorismo político: indiscriminação, imprevisibilidade, arbitrariedade, capacidade de destruição impiedosa e natureza implicitamente amoral e antinomista.³²

Métodos

De um modo bastante genérico, podemos classificar os métodos empregados pelos terroristas para consecução de seus objetivos políticos segundo duas categorias principais:

1) *Com vítima única* — são os seqüestros e os assassinatos de pessoas, previamente selecionados. Normalmente, os diplomatas, os executivos de alto nível e elementos ligados aos órgãos de segurança são os mais vulneráveis, porque representam os valores combatidos

pelos terroristas. Geralmente, no caso dos aptos, é feita uma exigência às autoridades governamentais, que atenda aos interesses da organização: troca ou libertação de prisioneiros políticos, divulgação de manifestos, adoção de determinadas medidas pelo governo etc.

2) *Com vítimas múltiplas* — são os seqüestros de aeronaves ou de mais de uma pessoa simultaneamente, a captura e conservação de grupos de reféns, os massacres de emboscada e os ataques com bombas. As exigências normalmente são as mesmas já vistas para o caso anterior.³³

Foi a partir de 1968, quando surgiram outras manifestações de guerrilha urbana, que teve início o seqüestro por expressa finalidade política. Começando na Guatemala, espalhou-se logo após, atingindo o Brasil, a República Dominicana, a Argentina e o Uruguai. Em 1970 os separatistas franceses, no Canadá, aproveitaram-se da idéia, que se difundiu para a Turquia, Espanha, Haiti e México. Ainda no início da década de 70 o seqüestro de aeronaves veio a constituir-se na principal atividade terrorista, destacando-se nessa prática os palestinos, que associaram o rapto e a chantagem política à mesma. O seqüestro aéreo tinha as vantagens adicionais de possibilitar uma fuga fácil e rápida aos terroristas, permitir exigência de resgates de custo relativamente alto, além de garantir ampla publicidade, sempre buscada.³⁴

A diferença entre a pirataria aérea e a prisão de reféns em massa é que, neste último caso, os terroris-

tas não afastam suas vítimas do local do ataque. Um exemplo típico seria o da entrada em um importante edifício, para capturar seus ocupantes, conforme ocorreu na Embaixada da Arábia Saudita em Kartum, ocupada pela Organização Setembro Negro ou a Tomada do Consulado dos Estados Unidos na Malásia por elementos do Exército Vermelho.³⁵

Os edifícios públicos, sedes de companhias comerciais, aéreas militares, depósitos, viaturas oficiais e particulares, além de locais populares de reuniões (cinemas, bares, restaurantes etc.) são os alvos principais, escolhidos pelos terroristas para utilização do método de ataques com bombas.³⁶

Fatores de sucesso do terrorismo político

Determinados fatores desempenhavam papel decisivo para os resultados obtidos pela rede do terror político na década de 70. Foram eles:

- 1) *O Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighella, foi o instrumento didático mais importante do terrorismo, tendo obtido retumbante sucesso internacional, traduzido para vários idiomas. Passou a ser fonte de consulta obrigatória para organizações terroristas famosas, como as Brigadas Vermelhas e o Grupo Baader-Meinhoff. Exerceu destacada influência para o crescimento do terrorismo, em âmbito mundial.
- 2) Apoio financeiro, a nível internacional — foi outro importan-

te fator de sustentação, destacando-se dois personagens:

a) *Giangiacomo Feltrinelli*, herdeiro de uma das famílias mais ricas e poderosas da Europa. Subvencionou o Partido Comunista Italiano (PCI); estimulou, financiou e ajudou a criar e organizar, na Alemanha, o Grupo Baader-Meinhoff, além de desenvolver a sua própria organização terrorista na Itália, que viria, após a sua morte, adquirir triste e retumbante fama — as Brigadas Vermelhas.

b) *Coronel Muamar Khadafi, da Líbia* — seu primeiro investimento no terrorismo palestino no exterior foi o massacre de atletas israelenses, em Munique. Atualmente, não se preocupa com a posição ideológica dos grupos por ele financiados, desde que o alvo das atividades seja o Ocidente ou Israel. Tem investido milhões de dólares na guerra civil do Líbano e, nos últimos dez anos, esteve envolvido em quase todos os atos de terrorismo político desencadeados nas mais diversas partes do mundo.

3) *Apoio logístico internacional, com sede em Paris* — o desempenho da máquina do terror teria sido menos mortífero, se não pudesse contar com o auxílio de Henri Curiel, que instalou em Paris uma gigantesca rede de apoio logístico ao terrorismo internacional, com inequívoca ajuda soviética, mais tarde desmantelada pelas autoridades francesas.³⁷

Tendências ideológicas

O terrorismo empregado como arma política, de um modo geral,

apresenta três tendências ideológicas básicas:

1) *Nacionalismo* — característico das seguintes organizações: Movimento de Libertação da Pátria Basca (ETA-V), Exército Republicano Irlandês (IRA) e a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), esta com forte mescla de marxismo.

2) *Marxismo* — característico de organizações como o Exército Vermelho Japonês (EVJ) e, na Alemanha Ocidental, o Grupo Baader-Meinhoff e o Movimento Dois de Julho (nestes, o produto final é um misto de anarquismo e marxismo, com preponderância deste último).

3) *Anarquismo* — cultuam um credo negativista, procurando destruir a sociedade tal como ela é, porém sem terem nenhuma idéia do que pretendem, em relação a ela e nem como substituí-la por outra.

Embora basicamente marxistas, a maioria das organizações terroristas rejeita a perspectiva passiva do comunismo soviético ortodoxo, em favor da violência revolucionária, tal como advogada por Marighella. Em troca, os comunistas ortodoxos, em geral, renegam o terrorismo, chamando seus adeptos de "gângsteres burgueses" que se ressentem de um fundamento político e abandonam a estrutura já testada do Partido Comunista em favor de "arruaças" de curto alcance e, muitas vezes, contraproducentes. Por isso, os terroristas políticos relacionam-se mais com a Quarta Internacional Trots-

kysta do que com o comunismo soviético.³⁸

Principais organizações

Inúmeras são as organizações que utilizaram ou ainda utilizam o terrorismo como arma política. Mencionaremos aqui apenas as que se tornaram mais conhecidas em âmbito internacional, tecendo alguns comentários sobre algumas delas:

1) *Palestina* — a "Al Fatah", compreendendo a Organização de Libertação da Palestina (OLP), a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) e a Organização Setembro Negro (OSN).

2) *Japão* — Exército Vermelho Japonês (EVJ), também conhecido como Exército Vermelho Unido (EVU).

3) *Alemanha Ocidental* — Grupo Baader-Meinhoff e o Movimento Dois de Julho.

4) *Irlanda do Norte* — Exército Republicano Irlandês (IRA).

5) *Itália* — Brigadas Vermelhas e o Núcleo Proletário Armado.

6) *Turquia* — Exército de Libertação Popular Turco (ELPT).

7) *Espanha* — Movimento de Libertação da Pátria Basca (ETA-V) e a Frente Revolucionária e Patriótica Antifascista Comunista (FRPAC).

8) *Argentina* — Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os Montoneros.

9) *Uruguai* — Tupamaros.

10) *Chile* — Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR).

11) *Brasil* — de um modo geral, todas as organizações seguidoras

de Marighella, resultantes da "atomização" das esquerdas brasileiras.

Entre todos os grupos nacionalistas que empregaram o terrorismo político na última década, o irlandês e os palestinos tiveram maior publicidade do que os outros. Ambos tinham pontos em comum, como o fanatismo religioso e o desejo de unificação de seus territórios.

A principal característica do IRA tem suas raízes no nacionalismo místico, apresentando, de um lado, o esforço antibritânico e, do outro, o medo do protestantismo.³⁹

Fundado na década de 50 por Yasser Arafat, a "Al Fatah" é o protótipo e, talvez, o mais conhecido dos grupos terroristas da atualidade. A FPLP, de George Habash, permaneceu como uma organização marxista-leninista, mais radical que a OLP, objetivando não apenas a recuperação da Palestina, como também a destruição de Israel e a libertação de todos os árabes do regime "capitalista opressor". Já a OSN é um pretenso grupo dissidente da "Al Fatah".⁴⁰

O Grupo Baader-Meinhoff representou uma séria ameaça para a segurança das instalações dos Estados Unidos na Alemanha Ocidental. Reagindo contra a política americana no Vietnã, esse grupo fanático desencadeou ataques com bombas contra o QG do 5º Exército Americano, contra automóveis estacionados no QG do Exército Europeu em Heidelberg e em vários outros pontos, conseguindo, assim, demonstrar a vulnerabilidade

de dos diplomatas, dos militares, dos turistas e das instalações americanas, mesmo em um país que mantinha relações amistosas com os Estados Unidos.⁴¹

As Brigadas Vermelhas italianas, a princípio, desencadearam uma intensa e bem-sucedida campanha de terror. O assassinato de Aldo Moro, porém, marcou o seu ponto de declínio, pois causou revolta internacional e repulsa aos métodos empregados pelos terroristas. Posteriormente, com o malogro do sequestro do General americano Dозier, esse grupo foi praticamente desmantelado, com seus principais líderes presos e submetidos a julgamento.

O terrorismo político na América Latina

A morte de Guevara na Bolívia, em 1967, e a prisão de Regis Debray marcaram a decadência da guerrilha rural na Venezuela, Peru e Colômbia. Surge, então, o terrorismo urbano, tendo o Brasil, Argentina e Uruguai como cenários principais.

Os terroristas latino-americanos agiam com o objetivo de obter a maior publicidade possível sobre seus atos, que eram realmente propagados a nível internacional. Eles criaram uma doutrina, mais por instinto do que baseada em estudos sócio-políticos. Foram os primeiros a se especializarem em sequestros de diplomatas estrangeiros e de altos homens de negócios, corretamente supondo que isto causaria embaraços ao governo e, ao mesmo tempo, atrairia grande

atenção e publicidade no mundo inteiro.

Os dois principais chefes ideológicos na América Latina foram Abraham Guillen e Carlos Mariategui. O primeiro insistia na importância do trabalho ideológico para garantir o apoio das massas, preocupava-se com a estratégia política das guerrilhas e condenava, terminantemente, o assassinato gratuito. Já o segundo, ao contrário, era totalmente a favor da ação terrorista, tanto melhor quanto mais radical e destrutiva fosse. Defendia a ideia de que o assassinato era mais importante e eficaz do que qualquer outra atividade, especialmente discussões intelectuais.

A mais interessante inovação introduzida pelos terroristas políticos da América Latina foi a criação da Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), em 1974, unindo as organizações subversivas do Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia, o que passou a indicar que o centro de gravidade do terrorismo urbano era, realmente, Buenos Aires.⁴²

A Internacional Terrorista

Em anos recentes tem sido dada uma atenção cuidadosa ao terrorismo transnacional e ao inter-relacionamento, cada vez mais íntimo, existente nas organizações terroristas, em áreas geográficas bastante distantes umas das outras. A maior responsabilidade no incitamento à violência e ao terrorismo, em áreas-problema, como a Palestina e a Irlanda, cabe a certos países em cujos territórios não subsiste esse

fenômeno: a Rússia, a Líbia, a Argélia e Cuba, que organizaram uma central mundial de incitamento e financiamento de atividades subversivas, com estrutura semelhante à das empresas multinacionais.⁴³

As sensacionais operações realizadas pelo terrorista venezuelano Ilich Ramirez Sanchez ("Carlos") atraíram a atenção do mundo para o fato de que a rede do terrorismo multinacional tinha posto os latino-americanos em aliança com os palestinos, japoneses, alemães ocidentais, pistoleiros do IRA e os governos que os apóiam. Representantes palestinos e árabes esquerdistas, na América Latina, empenharam-se para unificar a rede, tendo Paris como principal centro de contato, com apoio da embaixada cubana. É aí que estava o QG do aparato exterior da JCR, órgão de coordenação dos movimentos revolucionários na América Latina. A JCR operava impressionante rede de organizações de frente e grupos de apoio no México, Venezuela, Estados Unidos e Europa Ocidental. Tinha ligações com entidades como o Comitê Chileno de Solidariedade, o Tribunal Bertrand Russel e Associações de Direitos Humanos. Além da França, a JCR fez-se representar na Alemanha Ocidental, em Portugal, na Bélgica, Holanda e Itália. Os cursos para treinamento de terroristas da JCR eram proporcionados por Cuba e diversos países do Oriente Médio, entre os quais o Iraque e a Líbia.⁴⁴

A existência de alianças internacionais existentes entre os diversos

grupos de terror pode ser ainda evidenciada através da comprovada colaboração entre os terroristas japoneses, palestinos e outros. O sensacional massacre do Aeroporto Lod (Tel-Aviv), em maio de 1972, foi a responsabilidade da FPLP, que recrutara os pistoleiros japoneses do EVU. Um segundo incidente, em janeiro de 1974, demonstrou a aliança FPLP-EVU, quando quatro terroristas tentaram explodir três depósitos da Refinaria da Shell Oil Company, em Singapura. Além dessa associação, foi observado que a Frente de Libertação da Eritreia (FLE) tem recebido treinamento dos palestinos. Também o Movimento Separatista Basco (ETA) está alinhado com o IRA.⁴⁵

Seguidamente, tem sido a União Soviética apontada como a patrocinadora dessa "guerra por procuração", porque delega grande parte do delicado trabalho de manter ligações com os grupos terroristas a seus procuradores, como a Alemanha Oriental, Cuba, os Estados Árabes radicais e a OLP.⁴⁶

O primeiro pólo de treinamento foi Cuba, logo seguido pelos palestinos e, por fim, a própria URSS, armando e treinando os palestinos em seu próprio território e formando milhares de terroristas profissionais de outras nacionalidades no interior da Rússia ou em países-satélites como a Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Bulgária, Coréia do Norte e Iêmen do Sul. Posteriormente, na década de 70, a linha de campos de treinamento desceu até a África com Argélia, Angola e Moçambique.⁴⁷

Além de receberem apoio de governos estrangeiros, os grupos que se dedicam ao terrorismo político, na atualidade, à medida que se tornam mais ricos, bem informados e treinados, cooperam uns com os outros, em escala crescente.⁴⁸

Terrorismo tecnológico como arma política

Admitindo-se que o terrorismo internacional possa, em futuro previsível, ser colocado sob rigoroso controle, através de rígida legislação e intensificadas medidas de segurança e fiscalização, isto pode vir a precipitar o advento do terrorismo voltado para a destruição em massa, já que esta oferece valor muito maior do que a violência convencional, no que tange à propaganda e à guerra psicológica.

Especialistas não descartam a possibilidade de serem incluídos, no futuro arsenal do terror, meios químicos, biológicos ou nucleares capazes de provocarem grande mortandade. Seus efeitos podem causar, de uma só vez, milhares ou milhões de vítimas, além de generalizado pânico na população e incalculáveis prejuízos e interrupção na administração oficial.

São praticamente ilimitadas as opções — sigilosas ou ostensivas — para disseminação dos agentes químicos, incluindo o envenenamento dos sistemas de fornecimento de água, contaminação do estoque de alimentos, produção de gases e aerossóis em recintos fechados ou a disseminação desses agentes através de explosivos.

As possibilidades tecnológicas

do terrorismo biológico — doença ou morte provocadas no homem, animais ou plantas, através do emprego de organismos vivos — são as mesmas da ameaça química.

Contudo, a possibilidade mais apavorante é a detonação de um artefato nuclear por terroristas políticos. A consciência desse perigo está realmente evoluindo e tem despertado o interesse público. Muitos observadores já expressaram seus receios quanto ao perigo de roubo ou captura de armamento nuclear tático ou estratégico, no país considerado ou no exterior. De posse de uma dessas armas, um grupo terrorista poderia manter toda uma população como refém, além de poder imobilizar quaisquer reações do Governo, impotente sob tão imensa ameaça. Sem dúvida alguma, a publicidade decorrente seria também fator de benefício aos objetivos políticos dos terroristas.

Outras opções seriam a sabotagem contra usinas nucleares, liberando material radioativo ou, ainda, a utilização do plutônio ou outro qualquer material físsil para contaminação de recursos naturais e causar danos ao meio ambiente, a curto e longo prazos.

Vale ressaltar que essas hipóteses não são meras especulações, tendo em vista que, nos últimos anos, já desapareceram milhares de quilos de urâno e plutônio enriquecidos, em várias partes do mundo.⁴⁹

Contraterrorismo

Os assassinatos de Hans Martin Schleyer e de Aldo Moro marca-

ram o ponto de saturação contra o terrorismo internacional e desencadearam a onda de repressão. Os dirigentes da Europa Ocidental criaram algo como uma sólida internacional antiterrorista, não mais se limitando a combater em seu próprio território, mas estendendo sua ação preventiva e repressiva também ao exterior. Exemplos disso foram a ação israelense em Entebre, o comando alemão GSG-9 que desembarcou em Magadíscio (Somália) e ainda a libertação do General americano James Dozier pelos "Cabeças de Couro" na Itália, com a posterior prisão de inúmeros dirigentes e militantes das Brigadas Vermelhas.⁵⁰

Um governo submetido à pressão terrorista não pode esquecer que um movimento desse tipo procurará forçá-lo não só a tomar medidas políticas desfavoráveis ao Estado, como também fazer com que empregue medidas repressivas severas, objetivando, com isso, a mudança da opinião popular, a união das massas contra o poder dominante e, por fim, a derrubada do regime.⁵¹

A consequência mais plausível do terrorismo não-controlado não é que ele acarrete uma reforma revolucionária indesejável, mas sim que resulte numa onda de repressão violenta, quer seja da parte do governo ameaçado, quer seja por um povo exasperado, que procura agrupar-se em defesa própria e fazer justiça pelas próprias mãos, através de movimentos de retaliação. Assim sendo, a reação exagerada não apenas prejudicaria o próprio modo de viver da popula-

ção, como desempenharia importante papel nas mãos dos terroristas, trazendo-lhes maior simpatia popular e aumentando consideravelmente suas hostes.⁵² Em consequência, uma reação exagerada do Estado, ao invés de prejudicar, beneficiaria os terroristas. Deve-se levar em consideração o fato de que os recursos técnicos e em pessoal postos à disposição das Forças de Segurança, mesmo tendo permitido a estas atingirem condições ótimas de operação, não evitarão que os terroristas continuem a cometer crimes, se contarem com o apoio parcial ou total da população.⁵³

A melhor forma de agir, a ser adotada pelo Governo ameaçado, é a atuação política e psicológica, empregadas em ações simultâneas e coordenadas. Trata-se de garantir o consenso e o apoio popular, que devem ser a base sobre a qual deve assentar-se todo e qualquer regime democrático moderno e eficiente. Todos os aspectos da política e das operações antiterrorismo devem estar sob o controle absoluto das autoridades constituídas e, portanto, serem democraticamente justificáveis.⁵⁴

Cada ação terrorista requer uma defesa específica e uma reação determinada pela situação. A experiência recente tem demonstrado que as reações devem ser determinadas por uma regra: durante um ataque, os organismos do Estado responsáveis pelas medidas a adotar não devem reagir segundo as expectativas dos terroristas. Se tal acontecer, significa que sua ação foi bem-sucedida, o que conduzirá à repetição de semelhante fato. As

instituições do Estado devem, portanto, mostrar que não se submeterão à chantagem e que a violência não será tolerada. Caso contrário, um problema que é essencialmente de segurança poderá vir a transformar-se em questão da existência futura das sociedades e Estados livres.⁵⁵

Discussão

Tem sido observada a presença constante de atos terroristas nos noticiários internacionais, principalmente a partir da última década. Tal fato é decorrente da situação mundial de hoje, em que predomina a divisão ideológica entre as superpotências. Assim sendo, todos os recursos são válidos, na busca do predomínio e liderança sobre as demais nações, buscando atraí-las para as respectivas esferas de influência.

O terrorismo surge, atualmente, revestido de uma nova característica, que o diferencia do modelo empregado no passado: hoje em dia, ele é indiscriminado e, utilizando como arma política, serve não só para coagir governos como também para comover a opinião pública mundial. Estas novas funções do terrorismo tornaram-se extremamente facilitadas pelo atual processo tecnológico atingido pelos modernos meios de comunicação de massa. Através destes, as imagens e o impacto produzido pelo ato terrorista transferem-se instantaneamente a todos os continentes. Essa repercussão global é que configura o verdadeiro objetivo do terrorismo como arma política.

Sem dúvida alguma, existem algumas correntes de pensamento, expressas por diversos autores, que tendem a exagerar a importância dessa nova arma do arsenal político mundial, devido ao seu caráter espetacular e à possibilidade de ampla repercussão a ser obtida. Sem querermos infletir em sentido absolutamente contrário a essas opiniões, minimizando-as e desprezando os reflexos do terrorismo na estrutura governamental do país-alvo, gostaríamos apenas de acrescentar que a extensão da sua utilização, bem como os efeitos alcançados, dependem intrinsecamente de problemas internos existentes no país, da posição assumida pelo governo no seu combate e, finalmente, das condições que possibilitem a duração e persistência da organização terrorista, como o apoio da população e o financiamento externo, por exemplo. Estes são os principais motivos porque alguns movimentos de terrorismo político obtiveram mais sucesso do que outros: garantia do apoio das massas, devido aos elevados ideais nacionalistas-separatistas (processos de descolonização); fortalecimento devido à assistência de países estrangeiros e incapacidade de governos fracos para se lhes oporem adeuada resistência.

A nosso ver, também é errôneo julgar-se que o terror político seja a "estratégia do fraco" contra o poderio das forças legais de repressão do Governo. Esta nossa discordância é baseada nos seguintes fatores:

- 1) As ações terroristas somente

são desencadeadas no âmbito de países que possuam as "condições ideais" para o seu êxito. Isto, sem dúvida alguma, pressupõe um prévio trabalho de planejamento e preparação, indispensáveis ao sucesso das operações a serem desenvolvidas.

2) Os elementos que tomam parte nessas ações, em sua quase totalidade, não as executam pelo simples espírito de aventura e sim porque estão imbuídos de sólidas convicções políticas e ideológicas, por vezes até fanatizados. Tal situação coloca-os, em princípio, com um preparo psicológico adequado para assumir quaisquer riscos e enfrentar todos os perigos consequentes de suas ações extremadas. Já as tropas legais ou forças de segurança (à exceção de equipes especialmente treinadas), normalmente, não se encontram preparadas para combater os terroristas em condições ideais, só alcançando o adestramento militar e psicológico com a experiência, obtida após vários embates sucessivos. Assim sendo, pelo menos no início, os terroristas possuem ascendência sobre seus oponentes, quanto ao aspecto do moral de combate.

3) Por outro lado, as características da ação do terrorismo político, vistas acima, em especial a indiscernibilidade e a imprevisibilidade, dão aos terroristas o fator primordial de sucesso às suas ações — a Surpresa. Em realidade, podendo atacar em qualquer lugar, a qualquer momento e contra qualquer alvo, cabe-lhes a iniciativa das ações. No mais das vezes, as forças de segurança reagem a um ataque

já desfechado, procurando limitar ao mínimo a repercussão já alcançada por estes. Em conseqüência, o governo adota, verdadeiramente, uma atitude defensiva, só podendo passar à ofensiva em circunstâncias que lhe favoreçam essa manobra.

4) Tendo em vista a característica internacional atualmente assumida pelo terrorismo político, vale ressaltar também que os integrantes da organização patrocinadora, geralmente, são elementos treinados em outros países e especialmente adestrados nas táticas terroristas. Por outro lado, o apoio logístico e financeiro é obtido, normalmente, no exterior. Estas circunstâncias permitem, portanto, que se descarte desde logo a condição de fraqueza aos terroristas, já que possuem três características essenciais ao êxito de qualquer operação: treinamento, instrução (adestramento) e equipamento adequado (apoio logístico), obtidos através de suas ligações internacionais.

Em seu livro *Guerrilheiros e Terroristas* (edição da Biblioteca do Exército), Richard Clutterbuck menciona um velho provérbio chinês — "Mata um e assustarás dez mil" — e, associando-o com os recursos tecnológicos e a instantaneidade dos atuais meios de comunicação de massa, propõe a sua alteração para: "Mata um e assustarás dez milhões." Concordamos integralmente com tal raciocínio, considerando que, conforme demonstrado anteriormente, não é a vítima em si do atentado terrorista o seu objetivo precípua e sim o grupo social, que será atingido pe-

los efeitos posteriores da propaganda consequente da divulgação do fato. Os resultados do terrorismo político persistem no tempo, muito além da comoção causada no instante do atentado, tornando compensadores todos os recursos gastos no preparo do mesmo, e os riscos assumidos na sua execução. Ao contrário das operações convencionais, o objetivo não é chegar-se a uma vitória militar e sim precipitar uma situação política que se torne insustentável para o governo cuja estabilidade se deseja eliminar ou, pelo menos, abalar.

Os exemplos demonstram que os grupos que utilizam a violência com arma política, de um modo geral, tendem a atacar objetivos fáceis, que lhes garantam possibilidade de êxito. Contudo, deve-se observar que, quanto mais ambiciosa for a meta a atingir, tanto mais intenso será o nível alcançado pelo terrorismo. Da mesma forma, observa-se que a escolha do método a ser empregado pelos terroristas varia de acordo não só quanto à possibilidade esperada de êxito, conforme visto acima, mas também de acordo com a repercussão desejada. Assim, por exemplo, é mais fácil seqüestrar um diplomata do que executar-se uma fuga em massa de uma prisão. O réfem servirá como garantia para a exigência feita ao Governo pela libertação dos presos políticos em poder do regime contestado. Por outro lado, tal fato gerará maior publicidade, em âmbito internacional, do que uma ação localizada de assalto a uma prisão local.

A experiência histórica da pró-

pria Rússia convenceu os dirigentes soviéticos de que o terrorismo político pode e deve ser empregado como um fator de auxílio para o fatal enfraquecimento dos regimes ocidentais. Daí decorre sua atual contribuição para o apoio internacional ao terrorismo, auxiliando os Movimentos de Libertação Nacional em todo o mundo, visando enfraquecer politicamente o Ocidente e promover os interesses comunistas, alargando cada vez mais a esfera de influência soviética. De um modo geral, tal atitude vem obtendo os resultados almejados, sob o passivo beneplácito dos regimes democráticos, tal como aconteceu na África e está sucedendo agora na América Central.

O juiz Arthur J. Goldberg declarou, certa vez, que "o terrorismo moderno, tendo a seu dispor recursos tecnológicos sofisticados e, futuramente, com a possibilidade de acesso às armas químico-biológicas e nucleares, representa uma ameaça à própria sobrevivência da civilização". Julgamos que tal afirmativa peça por um excesso de pessimismo. Embora não possamos descartar a hipótese por ele aventada, pois sempre existirá a possibilidade de um ataque desse tipo, cremos não ser provável a sua ocorrência, tendo em vista que o impacto emocional resultante seria extremamente considerável, afastando totalmente a simpatia popular da causa defendida pelos terroristas. Isto lhes seria sumamente inconveniente porque, afinal de contas, o inimigo por eles combatido é o governo e não a população, que precisam conquistar. As

sim sendo, é de se esperar que um ataque terrorista com emprego de armas nucleares só venha a ocorrer em casos extremos de desespero ou de fanatismo total, quando não há mais nada a perder, mas também nada há a ganhar. Ou seja, quando se concretizar um dos imponderáveis da guerra, que fogem a qualquer estimativa ou raciocínio lógico. De qualquer forma, deve o mundo livre prevenir-se contra essa ocorrência, pelo aumento das medidas de segurança e proteção nas instalações e depósitos de armas ou materiais nucleares e adoção de legislação internacional específica sobre esse assunto.

Está sobejamente comprovado que o terrorismo político de hoje em dia tem caráter multinacional. Os exemplos havidos demonstram também que a cada ação bem-sucedida segue-se um recrudescimento de outras, pois nada faz maior sucesso do que o próprio sucesso. É o fenômeno da "bola de neve" que, se não for detida, a cada instante mais se avoluma. Assim sendo, a reação antiterrorista deve ser desencadeada de imediato, evitando-se o aumento desproporcional do problema, antes que seja tarde demais. Por outro lado, para que seja realmente eficaz, é necessário que a reação se faça em âmbito internacional e não fique circunscrita apenas ao espaço geográfico do país atacado. De qualquer forma, não deve o Governo transigir com as exigências dos terroristas, pois as experiências anteriores já comprovaram que isto apenas os torna mais audaciosos e incentiva novas ações, tal como ocorreu no Brasil,

após o seqüestro do Embaixador Elbrick. Internamente, algumas medidas poderiam ser tomadas pelas autoridades governamentais, como prevenção aos atos do terrorismo político, tais como: garantir a proteção e segurança de pessoas, autoridades ou instituições vulneráveis; incrementar a atividade de informações, a fim de manter sob rígido controle e observação constante todas as organizações subversivas existentes no país ou estrangeiras, passíveis de atuar em território nacional.

Uma observação atenta do noticiário internacional permite-nos fazer uma apreciação sobre o desenvolvimento atual do terrorismo político no mundo. Existe uma falsa impressão generalizada de que o número de atentados decresceu, em relação aos ocorridos na década de 70. Na realidade, sucede exatamente o inverso: os atos terroristas aumentaram de intensidade. O que está acontecendo, em verdade, é que houve uma diminuição apenas das ações destinadas a obter grande repercussão internacional, como os ataques a embaixadas e representações diplomáticas, com a tomada de reféns. Isto porque os governos, hoje em dia, dispõem de medidas muito mais rigorosas de segurança e tropas especialmente treinadas para o contraterrorismo, além da firme disposição internacional de não ceder às exigências terroristas. Os seqüestros de aeronaves, por sua vez, já não ocupam mais lugar de destaque nos noticiários. Assim, o terrorismo voltou-se agora para outras formas de ataque, mais san-

grentas e cruéis, como o assassinato e o emprego de bombas, por exemplo. São esses tipos de atividades que estão aumentando, dia a dia. Segundo estatísticas recentes, com relação às ações terroristas, a Europa ocupa hoje o primeiro lugar, seguida pela América Latina e o Oriente Médio.

Uma forma de coibir tal estado de coisas, além da cooperação internacional e atitude firme e decidida dos governos contra o terrorismo, conforme já citado anteriormente, consiste na responsabilidade que deve ser atribuída aos órgãos de comunicação de massa, evitando-se a divulgação dos atos terroristas, negando-lhes, assim, a sua motivação principal — a Propaganda. O maior perigo que pode ameaçar o terrorismo é justamente o de ser ignorado, receber insuficiente ou mesmo nenhuma publicidade e perder, assim, a imagem de lutador em prol da liberdade com que procura revestir-se, junto à opinião pública. Da mesma forma, ainda pior é confrontar-se com autoridades que não estejam dispostas a negociar as suas exigências.

É incontestável o fato de que a esmagadora maioria da população abomina o terrorismo, não apoia suas atividades e anseia pela proteção contra os seus ataques. Cabe às autoridades manter esse estado de ânimo. Os terroristas sabem como utilizar os meios de comunicação social para seu próprio benefício; os governos, nem sempre. O terror existe no coração e no pensamento das vítimas, pois é uma reação subjetiva e instintiva,

em face de uma situação inusitada. O grau de intensidade desse sentimento varia de pessoa para pessoa. E é justamente no campo psicológico que a batalha será travada e tem que ser vencida. Os governos democráticos têm que se convencer dessa realidade e empregar os meios de comunicação eficientemente, em prol da tranqüilidade e paz social do país.

Por fim, a título de complementação, não poderíamos deixar de mencionar a mais nova arma do arsenal do terrorismo político, que vem sendo empregada desde 1973, com graves reflexos sobre a economia mundial, o petróleo. A chantagem do combustível, levada a cabo pelas lideranças árabes contra os países do Ocidente, já demonstrou plenamente a sua eficácia, levando o mundo a uma crise econômica sem precedentes. Embora não produza efeitos imediatos e espetaculares como os assassinatos, seqüestros e atentados a bomba, a longo prazo, contudo, essa nova arma é capaz de desestabilizar seriamente um governo. Esta é, modernamente, a nova ameaça a enfrentar. A dependência do petróleo, se controlada por uma organização de terroristas políticos, pode levar um país ao caos e à convulsão social, sem que seja necessário disparar um único tiro ou sacrificar vidas humanas.

CONCLUSÃO

As organizações terroristas que operam em grande parte do mundo são formadas por ideólogos radicais frustrados, fanáticos religio-

sos, separatistas e simples anarquistas, todos movidos por um fervor doentio. Seus objetivos raramente aparecem explícitos, porém tudo serve como pretexto a atos indiscriminados de violência, com fins políticos; a implantação de uma ideologia; um conflito religioso; a conquista de autonomia para uma nação, região ou grupo minoritário da população; a concessão de metas favoráveis de um governo.

A Europa Ocidental, pelas facilidades de comunicação e de trânsito, além do grau de liberdade proporcionado aos ativistas políticos de todos os matizes, é a região do planeta onde se concentra a maioria dos grupos terroristas e a que mais sofre seus ataques. Atualmente, porém, não existe nenhum continente que esteja totalmente livre dessa praga moderna — o terrorismo político. Ele não distingue países pelo seu grau de desenvolvimento ou cultura e a todos ataca, indistintamente. Em qualquer latitude ou longitude, grande cidade ou minúscula aldeia, estão ocorrendo diariamente violências contra pessoas ou bens materiais.

A origem do terrorismo se perde na própria história da humanidade, porém somente a partir da década de 60 é que se registrou o crescimento das atividades das organizações extremistas, inspiradas num clima de reivindicações e ativismo político. Os terroristas surpreenderam o mundo pela audácia e violência dos seus ataques. Os Estados atingidos não estavam, inicialmente, preparados para defender-se convenientemente, o que

propiciou o incremento dos assaltos e seqüestros em escala mundial. Aos poucos, porém, as nações foram compreendendo os diversos aspectos do problema e passaram a se aparelhar para enfrentá-lo em igualdade de condições.

Algumas organizações terroristas operam há muitos anos; outras surgiram recentemente e outras mais tiveram efêmera duração. O fator inovador surgido hoje em dia é o indício seguro de que existe, em funcionamento, uma "Central do Terror", núcleo irradiador de atividades extremistas em todo o mundo, com vinculações internacionais, sobretudo no campo do treinamento militar e ideológico. O terrorismo moderno assemelha-se a uma grande empresa: as organizações dispõem de locais de reunião e de homizio, meios de transporte e completo e sofisticado equipamento operacional, incluindo armas e munições.

Para enfrentar essa ameaça, cabe ao Estado agredido o direito e o dever de acionar os meios legais ao seu alcance. Caso surja uma emergência real e se for necessário a um governo responsável decidir entre a sobrevivência nacional e a adoção de medidas restritivas aos direitos e liberdades do cidadão, ainda que em caráter temporário, não pode haver vacilações na tomada de decisão justa, oportuna e corajosa.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

1. WILKINSON, Paul. *Terrorismo político*. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974, 154 p.

2. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out. 68.
3. COLETÂNEA L. *O perfil de um terrorista*. Brasília, EsNI, nº 24, set 78.
4. COLETÂNEA L. *Terror tecnológico: uma nova era*. Brasília, EsNI, nº 38, mar/abr 80.
5. COLETÂNEA L. *Operações terroristas em áreas urbanas*. Brasília, EsNI, nº 26, nov 78.
6. LAQUEUR, Walter. *Le Terrorisme*. In: *Coletânea L. Resenha Bibliográfica*, Brasília, EsNI, nº 44, 2º trim. 82.
7. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI, nº 19, abr 78.
8. *Ibid.*
9. *Ibid.*
10. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
11. WILKINSON, Paul. *Terrorismo político*. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974, 154 p.
12. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
13. COLETÂNEA L. *A URSS sustenta e exporta o terrorismo*. Brasília, EsNI, nº 42, nov/dez 80.
14. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI, nº 19, abr 78.
15. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
16. *Ibid.*
17. STERLING, Claire. *A rede do terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Trad. de Luiz Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Nôrdica, 1981, 384 p.
18. LAQUEUR, Walter. *Le Terrorisme*. In: *Coletânea L. Resenha Bibliográfica*, Brasília, EsNI, nº 44, 2º trim 82.
19. STERLING, Claire. *A rede do terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Trad. de Luiz Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Nôrdica, 1981.
20. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI, nº 19, abr 78.
21. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
22. COLETÂNEA L. *Operações terroristas em áreas urbanas*. Brasília, EsNI, nº 26, nov 78.
23. *Ibid.*
24. WILKINSON, Paul. *Terrorismo político*. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974, 154 p.
25. COLETÂNEA L. *Operações terroristas em áreas urbanas*. Brasília, EsNI, nº 26, nov 78.
26. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
27. COLETÂNEA L. *Operações terroristas em áreas urbanas*. Brasília, EsNI, nº 26, nov 78.
28. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI nº 19, abr 78.
29. CURSO B1/81. *O terrorismo no Brasil*. Brasília, EsNI, 1981.
30. WILKINSON, Paul. *Terrorismo Político*. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974, 154 p.
31. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
32. WILKINSON, Paul. *Terrorismo político*. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974, 154 p.
33. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
34. CLUTTERBUCK, Richard. *Terrorismo*. Trad. de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro, Agents Ed., 1979, 140 p.
35. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
36. *Ibid.*
37. STERLING, Claire. *A rede do terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Trad. de Luiz Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Nôrdica, 1981, 384 p.
38. COLETÂNEA L. *O perfil de um terrorista*. Brasília, EsNI, nº 24, set 78.
39. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI, nº 19, abr 78.
40. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
41. *Ibid.*
42. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI, nº 19, abr 78.
43. COLETÂNEA L. *O perfil de um terrorista*. Brasília, EsNI, nº 24, set 78.
44. COLETÂNEA L. *A Internacional Terrorista da América Latina*. Brasília, EsNI, nº 10, jul 77.
45. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
46. COLETÂNEA L. *A URSS sustenta e exporta o terrorismo*. Brasília, EsNI, nº 42, nov/dez 80.
47. STERLING, Claire. *A rede do terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Trad. de Luiz Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Nôrdica, 1981, 384 p.
48. CLUTTERBUCK, Richard. *Terrorismo*. Trad. de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro, Agents Ed. 1979, 140 p.
49. COLETÂNEA L. *Terror tecnológico: uma*

- nova era. Brasília, EsNI, nº 38, mar/abr 80.
50. STERLING, Claire. *A Rede do Terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Trad. de Luiz Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Nôrdica, 1981, 384 p.
51. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
52. CLUTTERBUCK, Richard. *Terrorismo*. Trad. de José Lívio Dantas, Rio de Janeiro, Agents Ed. 1979, 140 p.
53. COLETÂNEA L. *As lições do contratorrar*. Brasília, EsNI, nº 37, jan/fev 80.
54. COLETÂNEA L. *O mapa do terrorismo*. Brasília, EsNI, nº 28, jan 79.
55. COLETÂNEA L. *As lições do contratorrar*. Brasília, EsNI, nº 37, jan/fev 80.
4. COLETÂNEA L. *Terrorismo, a doença do século*. Brasília, EsNI, nº 19, abr 78.
5. COLETÂNEA L. *O perfil de um terrorista*. Brasília, EsNI, nº 24, set 78.
6. COLETÂNEA L. *Terrorismo, um problema crescente*. Brasília, EsNI, nº 25, out 78.
7. COLETÂNEA L. *Operações terroristas em áreas urbanas*. Brasília, EsNI, nº 26, nov 78.
8. COLETÂNEA L. *O mapa do terrorismo*. Brasília, EsNI, nº 28, jan 79.
9. COLETÂNEA L. *As lições do contratorrar*. Brasília, EsNI, nº 37, jan/fev 80.
10. COLETÂNEA L. *Terror tecnológico: uma nova era*. Brasília, EsNI, nº 38, mar/abr 80.
11. COLETÂNEA L. *A URSS sustenta e exporta o terrorismo*. Brasília, EsNI, nº 42, nov/dez 80.
12. CURSO B1/81. *O terrorismo no Brasil*. Brasília, EsNI, 1981.
13. LAQUEUR, Walter. *Le Terrorisme*. In: *Coletânea L. Resenha Bibliográfica*, Brasília, EsNI, nº 44, 2º trim. 82.
14. STERLING, Claire. *A rede do terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Trad. de Luiz Horácio da Matta. Rio de Janeiro, Nôrdica, 1981, 384 p.
15. WILKINSON, Paul. *Terrorismo Político*. Trad. de Jorge Arnaldo Fortes. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974, 154 p.

BIBLIOGRAFIA

1. CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e terroristas*. Trad. de Virgínia Bombeta. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, 123 p.
2. CLUTTERBUCK, Richard. *Terrorismo*. Trad. de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro, Agents Ed. 1979, 140 p.
3. COLETÂNEA L. *A Internacional Terrorista da América Latina*. Brasília, EsNI, nº 10, jul 77.



Cel Art QEMA João Amâncio de Queiroz Neto – Aspirante da turma de 04 Dez 60, possui os cursos militares de especialização de Oficial de Radar, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além de exercer todas as funções normais de subalterno e membro de Estado-Maior de várias Unidades de Artilharia, foi também instrutor da Escola de Defesa Antiaérea e, posteriormente, da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea e do Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Como Tenente, proferiu conferências na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica sobre o tema “Defesa Antiaérea no TO”; como Capitão, assumiu a instrutoria da matéria “Guerra Revolucionária e Guerrilhas” no Curso de Formação de Oficiais Aviadores Navais na Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia; como Ten Cel, proferiu conferências na Escola de Guerra Naval sobre “Propaganda, Contrapropaganda e Guerra Psicológica”. Como Oficial do QEMA, suas principais funções foram as seguintes: Chefe da Seção de Planejamento e Coordenação da 17ª Bda Inf S1, Instrutor das Seções de Ensino de Informações e Contrainformações da Escola Nacional de Informações e, atualmente é Comandante do 18º GAC (RONDONÓPOLIS/MT).



EDUCAÇÃO INTEGRAL OU EDUCAÇÃO EM PARALELO?

Roberto Misco Filho

No Editorial do nº 2 – Vol. 2 (abr./jun. 85) da Revista Militar de Ciência e Tecnologia publicávamos o seguinte texto: "O Japão é considerado, na comunidade internacional, um dos chamados 'países mais afluentes', chegando mesmo a competir (vencendo em certos setores industriais) com a própria nação a que o Império do Sol Nascente rendeu-se, há 40 anos.

Muitos falam sobre o 'milagre japonês'; talvez poucos saibam que, no século passado, o Imperador Meiji, avô do atual governante nipônico, iniciou um grande processo educativo de largo alcance, incluindo a erradicação do analfabetismo em seu país. Ao término da II Guerra Mundial, o Japão estava exaurido, porém logo os cientistas japoneses estavam junto aos quadros-negros, estudando a teoria e as equações dos transistores.

Em resumo: nos fundamentos do progresso daquela nação do extremo oriente permanece uma sólida estrutura educacional.

Muitos falam sobre a notável recuperação da Alemanha Ocidental, qual nova Fênix, ressurgindo das calcinadas ruínas de 1945; talvez poucos saibam que, quase ao término da guerra, as autoridades civis e as tropas alemãs conseguiram que as forças norte-americanas poupassem da destruição a graciosa cidade de Heidelberg, na qual, junto ao seu pitoresco casario, entre verdejantes colinas, ergue-se secular e respeitável universidade.

Tais exemplos cremos nós serem suficientes para inferir a estratégica importância de educação."

O texto acima transcrito pode razoavelmente servir de introdução ao que, a seguir, vamos expor. Entretanto, não pretendemos abordar o tema (a educação) em todos os seus multifacetados aspectos.

Vamo-nos cingir a implicações decorrentes do "princípio da finalidade" facho-guia da atividade educacional.

UMA DIVISÃO ESQUEMÁTICA

Falamos no "princípio da finalidade", condição essencial para que o processo pedagógico não se transforme em agitação estéril e cansativa, com evidente prejuízo do educando. Ora, admitindo que aquele princípio tenha sido aceito pelo educador, em geral este segue uma de duas grandes direções, a segunda tendo (infelizmente) a preferência dos especialistas que vêm se dedicando ao assunto.

O primeiro dos dois grandes caminhos é o representado pela que chamaremos: "educação integral" (ou integrada); o segundo é o do que consideramos: "educações em paralelo".

No primeiro caso, o educador vê sua atividade dirigida a um objetivo único representado pela formação integral do homem, ou melhor dizendo: formação do homem integrado, visando um aperfeiçoamento conforme a sua natureza, como um todo orgânico" (a palavra "orgânico" aí usada não em seu sentido concreto, porém para reforçar a idéia da interdependência, da ínsita solidariedade entre as "partes" do ser homem).

No segundo caso, o educador desdobra seu cuidado em múltiplas atividades paralelas e simultâneas, cada uma delas dirigida a um fim específico e bem determinado, a saber:

preparo do corpo flexível e saudável;

— preparo do profissional competente;

- preparo do cidadão honesto e trabalhador;
- preparo do bom chefe de família;
- preparo do indivíduo sociável e cooperador, etc.

Notemos que, em um e no outro caso, procura-se um *fim*, seja um fim-síntese, seja um fim-somatório, porém, de qualquer forma, sem abandonar o princípio da finalidade.

Conforme está expresso no título que precede os últimos parágrafos, trata-se de uma divisão esquemática; porém ela não é arbitrária já que, ao estabelecê-la, nos baseamos na observação de tendências atualmente detectáveis.

Posto que a divisão proposta seja razoável, será também razoável procurarmos julgar os dois caminhos, opinando sobre qual deles deva ser o mais adequado, por exemplo, a uma política educacional. É o que faremos a seguir.

O PONTO DE VISTA DA TOLERÂNCIA

Considerando que as duas grandes direções pedagógicas sugeridas orientam-se pelo princípio da finalidade, um primeiro julgamento será afirmar que ambas são igualmente válidas e, em consequência, indiferente a escolha de uma ou de outra: *Così è, sì vi pari.*

Ora, sem dúvida, o espírito de conciliação é desejável para o bom convívio político-social. Essa conveniência aparece bem mais oportunamente nesta época tão marcada pela ameaça latente da hecatombe nuclear e pelos conflitos atuais, sejam elas guerras limitadas ou ações

terroristas, sem falar na permanente ebulação das crises sociais.

Assim, um modo tolerante de julgar as alternativas seria propor que elas ficassem ao alvedrio de cada educador em particular, fosse ele o pai ou mãe da família, fosse uma Diretora de Escola Primária ou um Reitor de Universidade. E, no final, tudo dará certo, sem prejuízo algum para os grupos sociais, para a população como um todo, para o país.

(Note o leitor que, no parágrafo anterior, colocamos em primeiro lugar o pai e a mãe de família; nunca é demais lembrar que a educação é, fundamentalmente, *direito e dever da família*; depois, do Estado, como *dever*.)

Em outras palavras — o mais importante seriam os resultados. Não havendo "produtos" estragados, pouco importaria a técnica da "fabricação". No entender do autor deste artigo, este ponto de vista tolerante passa através da óptica pragmática, para a qual o critério único de avaliação é o da *utilidade*. Sendo útil, é bom.

A NATUREZA DO HOMEM

Antes de continuar e apresentar outro julgamento das alternativas esquematizadas, achamos conveniente discorrer (ainda que rapidamente e imperfeitamente) sobre o ponto crucial subjacente a toda a problemática da educação. Queremos nos referir à natureza do homem: o que é o homem? qual a sua finalidade? O pintor Gauguin havia expresso estas questões deste modo: *D'où sommes nous? Qui sommes nous? Où allons nous?*

Semelhantes questões quase sempre provocam irritação ou enfado nos chamados "homens pragmáticos", o tipo de reação dependendo do temperamento daquele que se julga "prático" e, portanto, alheio e acima das "discussões filosóficas".

Quanto a essa posição "superior" assumida pelo pragmatismo, achamos que ela na maior parte das vezes decorre bem menos de uma recusa preconceituosa e bem mais de uma distração intelectual, de um defeito de observação. Tentaremos justificar nossa opinião mediante um exemplo.

É visível, no mundo contemporâneo, uma generalizada postura reivindicatória — nas reuniões de estadistas, nas casas de legislação, na imprensa, rádio e televisão, nos clubes, escolas, salões paroquiais e sindicatos — todos discutindo em torno dos chamados "direitos do homem" (expressão comumente mal redigida na forma: "direitos humanos", como se os houvera bovinos, felinos, equinos, caninos etc. . .). Ora, toda essa contínua e acalorada discussão só tem sentido, só não representa absurda e inútil perda de tempo se o tema central do debate for uma realidade objetiva e não algo fluido, vago, dependente da apaixonada subjetividade de cada um dos debatedores. Talvez os que discutem não possam expressar-se clara e definitivamente sobre o que seja o *homem*, porém todos estarão convictos de estar lidando com uma *realidade* e não com uma abstração. As discordâncias e os desencontros ocorrem em consequência dos di-

ferentes modos de conceituar aquela realidade.

Neste ponto, achamos oportuno lembrar como o modo de encarar a realidade humana pode levar a uma situação absurdamente agressiva ao próprio homem. Todos ou quase todos temos, ao longo dos anos, assistido, uma vez ou outra, ao zelo metódico e até mesmo afetuoso com que pessoas tratam de seus passarinhos nas gaiolas. O dono lhes dá o alpiste e a água, a folha de alfaca e a gema de ovo, o remédio contra o piolho e contra a queda das penas; só uma coisa o amável proprietário não entrega ao passarinho (não precisamos dizer qual é...). Ora, os regimes de base marxista nada mais são do que imensas "gaiolas" (ou jaulas...) nas quais se entregam às pessoas presas aquilo que o "dono" da gaiola *acha* essencial. O resto, dizem os "donos", é fantasia, sonho, alienação; algo como se nos dissessem que o vôo livre de um canário ou de um sabiá fosse um capricho inútil do pássaro. A esta crítica, o adepto ferrenho do marxismo retruca dizendo que o Estado "progressista" (...) concede muitas liberdades aos seus cidadãos. De fato, assim é; também os passarinhos presos podem voar — desde que seja dentro dos estreitos limites da gaiola...

A digressão anterior não teve em mira avolumar a crítica (aliás fácil) aos regimes vermelhos; procuramos, sim, ressaltar como (ao contrário do que acham distraidamente os pragmáticos) certas idéias, conceitos filosóficos, abstratos, sobre o homem podem gerar condições políticas, existenciais

(práticas, portanto) adversas ao próprio homem.

Demos acima o exemplo extremo dos regimes de inspiração socialista-comunista. Entretanto, qualquer outra concepção filosófica (e, por via das consequências, política) que deixe de levar em conta a dignidade essencial do homem (a qual vai infinitamente além dos aspectos comuns aos pássaros e outros animais) qualquer concepção, repetimos, que não considere a dignidade nuclear da pessoa poderá provocar o surgimento (a média ou longo prazo) de uma "gaiola", mais ou menos opressora. Será sempre uma concepção antinatural. Nesta linha de idéias, achamos que o otimismo evolucionista — deixando de considerar em *qualquer* criatura humana *hoje* existente sua dignidade essencial e subordinando a felicidade do *homem* a uma futura e esotérica realização da *espécie*(...) — pode preparar terreno para uma insidiosa escravidão (não importa quão bem intencionados estejam os adeptos do evolucionismo...).

Essas doutrinas filosóficas que atribuem milagrosos poderes ao Direito Positivo e veneram religiosamente as leis feitas pelo próprio homem, costumam embair pessoas ingênuas ou ressentidas, pessoas que sentem uma "imensa ternura" pelo índio distante ou "enorme carinho" pelo operário anônimo, porém são incapazes de respeitar um desagradável parente próximo ou um monótono companheiro do trabalho de cada dia. Tais pessoas podem, inadvertidamente, embarcar em "cruzadas" salvadoras da ... Humanidade (...), esquecendo-se

dos mais comezinhos deveres de cujo cumprimento depende a boa, reta e feliz vida em sociedade. Esse "amor-abstrato-fantasiado-de-concreto" que dá preferência ao social, ao coletivo, à massa, infelizmente é hoje esposado até por eclesiásticos os quais, por mais de um motivo, deveriam ser sensíveis ao mistério ontológico da pessoa humana. E, mais que isso, deveriam acreditar de fato na eficácia decorrente da confiança na *transcendência* do destino do homem (cf. Lc. 12,31).

(Há poucos dias, os jornais publicaram, discretamente, uma notícia de país comunista sobre cinco homens condenados por crime de estupro, executados publicamente com um tiro na nuca; é pena que tais notícias não mudem a crença dos que buscam sofregamente a "mudança-das-estruturas", como se ela pudesse transformar, aperfeiçoar o *homem* ...).

O PONTO DE VISTA DA ORDEM

Antes de explicitar o que entendemos pela expressão que dá início a este parágrafo, convém esclarecer o sentido da palavra *ordem* no contexto deste artigo.

Geralmente o termo *ordem* evoca: obediência a normas, leis, regulamentos, respeito à autoridade, disciplina exterior. Em nosso trabalho estamos usando a palavra para denotar: hierarquia de valores, correta *ordenação* dos conceitos, docilidade do pensamento ao real. A muitos talvez, parecerá estranho afirmarmos que a lei escrita não tem valor nem merece respeito se ela ofender a lei natural; numa *ordenação* correta, a lei

escrita deve estar *subordinada* à lei natural.

Um exemplo de *desordem* é a interpretação dada pelos pessimistas (Hegel, Hobbes, Rousseau, Maquiavel, Marx etc.) para a origem da autoridade. Na visão pessimista, a autoridade é necessária fundamentalmente devido à essencial (...) maldade humana. Ora, em boa filosofia, a autoridade tem origem no fato da *pluralidade dos meios* disponíveis; mesmo que os homens fossem todos perfeitos, honestos e dóceis ao cumprimento do dever, ainda assim teria de existir a autoridade, a fim de preservar-se a *unidade na ação*. Além disso, em boa doutrina o homem é *acidentalmente mau*, não essencialmente.

Feitas as considerações anteriores, diremos que sob o ponto de vista da *ordem*, deve-se dar preeminência ao que chamamos "educação integral" (ou integrada). Esta afirmativa poderá levantar objeções de quem tenha considerado igualmente válido o caminho das "educações em paralelo". Por exemplo, poder-se-ia questionar:

"Todos os objetivos procurados em paralelo não são legítimos? (interrogação). E sendo legítimos, por que cercear, por que opor restrição àquele procedimento pedagógico?" (interrogação).

A estas questões responderemos que, mesmo admitindo *a priori* a reta intenção do educador, o simples paralelismo é uma solução inferior porquanto deixa de considerar a natural unidade do composto humano, unidade essa que não se desfaz, não é rompida quando o homem, no dinamismo de

suas atividades, passa de um *estado* para outro, de uma *função* para outra. Assim, o José da Silva em casa é o marido e pai, na rua é o pedestre ou o motorista, no escritório é o engenheiro ou o chefe de seção, na quadra de tênis é o parceiro ou o adversário; porém em qualquer estado é ele mesmo, o José da Silva, a mesma pessoa, com solicitações e deveres adaptados às situações porém intransferível e única.

Diremos mais: no paralelismo puro e simples haverá sempre o risco de dar-se maior ênfase a esta ou àquela direção específica, valorizando este ou aquele objetivo particular, com maior ou menor esquecimento dos demais objetivos. Vejamos um exemplo (aliás, já acontecido).

O educador identificou a importância da preparação de mão-de-obra para atender às múltiplas necessidades de um país em desenvolvimento; em consequência, introduz-se no currículo do curso secundário cadeiras, atividades que (espera-se) dêem ao menino, à menina, treinamento para que os moços, ao receberem o diploma do segundo grau, saiam prontos para entrar no... mercado de trabalho.

Ora, perguntamos: em vez de "adestrar" prematuramente o moço em uma técnica comercial ou fabril, visando garantir-lhe um futuro sucesso na vida, não seria melhor torná-lo capaz de ouvir e *deleitar-se* com a *Pequena Serenata Noturna em Sol Maior*, de Mozart, com o *Concerto para piano e orquestra, nº 3, em dó menor*, de Beethoven; capaz de ler e apreciar as *Memórias Póstumas de Brás Cu-*

bas, de Machado de Assis, a *Ode Marítima*, de Fernando Pessoa; capaz de entender e admirar o postulado de Euclides, a lei da gravitação universal de Newton; capaz de conhecer e *entusiasmar-se* com a história do Direito Humano, com a narrativa da fascinante aventura de Cristóvão Colombo? (interrogação). Por quê? Porque, na segunda opção, estaríamos burilando a *sensibilidade* do adolescente (qualquer que fosse sua região geográfica e seu estado social), de tal forma que, em *qualquer* profissão futura, ele não fosse indiferente ao mistério que permeia a miséria e a grandeza da condição humana, ele não ficasse alheio a valores mais altos que a segurança e conforto próprios, ele não aceitasse jamais ser um robô a serviço do Estado. Educá-lo para ser exigente consigo mesmo porém tolerante, compreensivo com as limitações, com as fraquezas dos outros (principalmente com as pessoas inferiores); educá-lo, enfim para que ele jamais admita ser transformado em "pássaro de gaiola", nem muito menos em "dono-de-gaiola".

Além disso, é bom lembrar: as dinâmicas transformações econômicas e tecnológicas do mundo moderno podem facilmente tornar obsoletas especializações precocemente adquiridas. Na "educação integrada", ao contrário, dá-se ao educando uma sólida cultura geral de tal modo que ele possa, futuramente, adaptar-se às situações com a flexibilidade que é corolário da natureza racional e livre do ser humano. Sob esta mesma perspectiva, a "educação integral" deve orientar o educando de modo

que ele, ao atingir os objetivos intermediários (os mesmos visados pela "educação em paralelo") não queira permanecer "instalado", "estático", porém deseje manter um continuado auto-aperfeiçoamento, lembrando-se de que a educação só termina com a morte, sabendo que a pessoa humana, muito mais que *ter*, deve antes procurar *ser*.

Numa "educação integral" os pais e professores ensinam aos seus educandos os mesmos princípios, os mesmos assuntos ministrados pelas "educações em paralelo"; entretanto, na pedagogia integrada, a unidade formal está presente, hierarquizando as metas dos educadores, subordinando-as à finalidade última. Neste caso, os educadores, muito mais que simples empilhadores de pedras, sabem-se reconhecer como construtores de catedrais!

CONCLUSÃO

Na introdução deste artigo, fizemos referência ao sentido *estratégico* da educação. Em palavras bem mais claras e profundas, tal sentido é apontado por E.F. Schumacher em seu livro *Small is Beautiful* (traduzido no Brasil sob

o título: *O Negócio é Ser Pequeno* — Editora Zahar) quando o sensato e arguto economista inglês nos lembra que os educadores (incluindo de modo especial as famílias) constroem algo que somente será observado quarenta ou cinqüenta anos depois; e nos lembra, também, que estamos sofrendo no século XX os danosos efeitos de idéias errôneas surgidas no século passado.

No presente trabalho procuramos, canhestramente, ressaltar a importância estratégica da educação enquanto processo de aperfeiçoamento de pessoas. Acreditamos que esse aperfeiçoamento gera condições de progresso, material e digno, das nações sem que haja prejuízo para os *homens* que as compõem. Esta crença, evidentemente, não é seguida pelas concepções filosóficas e ideologias (de direita ou de esquerda, anti-religiosas ou *soi-disantes* religiosas) que valorizam em primeiro lugar o progresso da *humanidade*.

Outrossim, sem pretender originalidade, referimo-nos a antigas verdades. Embora hoje esquecidas, essas verdades podem, entretanto, ressurgir com todo o ímpeto de sua força criadora!



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Alunos do Instituto Militar de Engenharia (IME).



O BRASILEIRO QUE FOI GENERAL DE SIMON BOLÍVAR — TRAÇOS DE SEU PERFIL MILITAR —

Cláudio Moreira Bento *

A PROJEÇÃO HISTÓRICA DE ABREU E LIMA

1. Significação Histórica na Venezuela

O historiador Vamireth Chacón na obra — *Abreu e Lima — General de Bolívar* (Rio, Paz e Terra, 1983), delineou, com apoio em farta e segura documentação, a real dimensão, da até então muito discutida e controversa vida e obra do ilustre brasileiro de Pernambuco — José Ignácio de Abreu e Lima. Este egresso como capitão de Artilharia, em 1816, da Academia Real Militar, do Largo de São Francisco, no Rio, hoje raiz da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende. Figura heróica e romanesca, se singularizou por haver lutado pela independência da Grã-Colômbia sob

as ordens de Simon Bolívar: participação caracterizada por sua atuação em diversas ações militares e, principalmente como tenente-coronel nas batalhas de *Boyacá* e *Carobobo*, decisivas, respectivamente, para a libertação da Colômbia e da Venezuela e fim do controle espanhol sobre a região do Caribe e, na batalha de *Ayacucho*, a Batalha das Nações, que assegurou a independência do Peru e se projetou como a última batalha da libertação colonial da América do Sul.

Em todas as ações, seja como secretário, chefe de Estado-Maior e comandante de tropas, impôs-se como “chefe valente ilustrado e fiel”. Como comandado e coman-

* Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica e membro efetivo dos IHGB e IGHMB.

dante conduziu-se com cordura e prudência e se constituiu exemplo de ordem e subordinação e, por tudo "benemérito da Venezuela em grau heróico e iminente", segundo se conclui de atestado muito lisonjeiro passado, em 24 de abril de 1831, por seu último comandante na Venezuela — o general Mariano Montilla, então comandante do Departamento de Magdalena que Abreu e Lima fora chefe de Estado-Maior.

Ao retornar ao Brasil, depois de estar 15 anos afastado por seu envolvimento na Revolução Pernambucana de 1817, foi, por atos sucessivos do Império do Brasil, considerado no gozo dos direitos de cidadão brasileiro; permitido-lhe usar os títulos de General da Colômbia e as condecorações que este país lhe conferiu relativas às ações militares de Boyacá, Carabobo e Puerto Cabello, onde teve grande destaque como combatente e honrou sua formação na Academia Real Militar do Rio de Janeiro e mais sua placa de Libertador da Venezuela, que vez por outra usava com justificado orgulho.

Hoje, quem visitar o Forte Tuna, em Caracas, depara à sua entrada com imponente monumento a Los Próceres da La Independência, no qual, encabeçando a lista dos generais-de-brigada, o turista encontrará o nome JOSÉ IGNACIO DE ABREU Y LIMA, brasileño — inscrição que se constitui em sua consagração militar. Sua consagração como pensador político independente que foi depois de retornar ao Brasil e até falecer, consta de sua lápide logo à entra-

da do Cemitério dos Ingleses, no Recife, com a seguinte inscrição: "Aqui jaz o cidadão brasileiro, general José Ignácio de Abreu e Lima, propugnador esforçado da liberdade de consciência". Faleceu em 8 de março de 1869. Foi-lhe negada sepultura no Cemitério Público, pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Isto por haver recusado a abjurar o seu catolicismo-ecumênico do que, talvez, tenha sido um precursor entre nós.

Tentar recompor o itinerário e traços do perfil militar do general Abreu e Lima é o nosso objetivo, ao lado de algumas colocações em torno da falsa imagem que tem sido dele projetada e da real que passou a ter, em função do magnífico trabalho de Vamireth Chacon, junto ao Tribunal Brasileiro de História. Tribunal que por certo colocará Abreu e Lima na galeria dos heróis brasileiros precursores de nossa emancipação política, ao lado de seu pai, mártir da Independência do Brasil e seu homônimo.

2. A falsa imagem de Abreu e Lima — uma interpretação

Até o livro de Vamireth Chacon, a verdadeira imagem de Abreu e Lima era desvirtuada por conceitos, negativos, dúbios, apressados emitidos no calor das inúmeras brigas, disputas e polêmicas filosóficas, políticas, históricas e até patrimoniais que entreteve com adversários do porte de Ramon Gusman, na Venezuela, Evaristo da Veiga, Regente Diogo Feijó, Cône-

go Januário da Cunha Barbosa, Visconde de Porto Seguro, Monsenhor Pinto de Campos, Bispo Cardoso Aires, colônia portuguesa no Recife, família Cavalcanti, em Pernambuco e Inquisição, para citar os mais poderosos e importantes.

Assim foi alvo de ataques, farpas, ironias e intrigas diversas, incorporadas à Memória Nacional por jornais, publicações e registros da época e deles exumados, para usos diversos, sem a devida e sereña crítica pelo Tribunal de História.

Segundo se conclui de Vamireth Chacon, Abreu e Lima foi um solteirão inveterado, dono de um temperamento irascível, impulsivo, agitado, polêmico, do tipo que não levava desaforo para casa. Assim contam-se inúmeros casos de ter ido às vias de fato. Suas atitudes muitas vezes beiravam o quichotismo. Era um hipocondríaco notável, sempre atormentado por dores de cabeça, mais de fundo emocional do que orgânico. Era afetivo para com seus amigos, o que prova a consideração que os Generais Bolívar e Paez e respectivas famílias lhes dispensavam. Carregava uma mágoa pelos privilégios reservados aos portugueses no Exército e na Academia Real Militar e uma grande admiração e amor por seu pai, cuja execução à morte, por estar implicado na Revolução Pernambucana de 1817, foi obrigado a assistir no Campo Santana ou da Pólvora da Bahia. Herdara em grande parte o temperamento do pai, sua valentia e até o nome, chegando ao ponto de

adotá-lo igual, em 1816, em requerimento. Era de certo modo puro e ingênuo e presa fácil de diversas intrigas em que o enredaram ao longo de sua vida. Por outro lado, era fiel às suas convicções, pensador político fecundo, defensor intransigente da liberdade de consciência e orgulhoso da sua independência do governo, ao qual só recorreu uma vez pedindo que reconhecesse seus títulos e condecorações conquistados nas guerras de Independência da Colômbia e da Venezuela.

Por todas estas características, segundo interpreto, apareceu no campo das idéias dominantes e cristalizadas de seu tempo, "à semelhança de um macaco solto numa loja de louças e cristais". Com isto despertou as mais variadas reações e ataques preventivos de seus diversos contendores e entre estes cito-se seus próprios irmãos.

Argeu Guimarães ao estudá-lo, em 1920, percebendo as contradições do General de Bolívar que despertou à época em que viveu tantas reações e inimizades incontroláveis, escreveu:

"Não há por que deprimir Abreu e Lima pelas contradições que o afligem, elas muitas vezes são aparentes. Por que, em realidade, se trata de um alto espírito que não cessa de evoluir."

3. A Real Imagem de Abreu e Lima

Vamireth Chacon, com sua autoridade de historiador das idéias políticas e autor inclusive dos ex-

celentes trabalhos traçando o perfil parlamentar e pensamento político, em 1982, do senador Manoel Luiz Osório e Marquês do Herval e do deputado Euclides de Figueiredo, assim apresenta o seu co-estaduano, com apoio em análise modelar e isenta, em que pese o apreço, profunda admiração e, até certo ponto, identificação com o general Abreu e Lima, conforme o referiu.

"Liberal radical, transformado em liberal moderado clássico. Defensor da monarquia hereditária constitucional, socialista utópico e católico ecumênico."

Para Morivalde Calvet Fagundes em a *Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução*, Abreu e Lima atuou como um maçom liberal retrógrado e restaurador, ao lutar no Brasil pela restauração de D. Pedro I no trono do Brasil, após haver estado com este na Europa. E, assim sendo, se opunha aos "maçons moderados e exaltados atuando no Rio de Janeiro".

Abreu foi, ainda na Venezuela, envolvido em intrigas por sua posição favorável à monarquia constitucional hereditária. Posição expressa em carta ao General Santander, em 14 de junho de 1823, da seguinte forma:

"Concordar com o sistema imperial constitucional é o passo mais acertado para os brasileiros. Pois, toda a outra forma de governo nos teria confundido e reduzido a uma completa anarquia e dissolução. O Brasil é imenso e povoado somente no litoral, por uma mistura de classes que jamais poderiam integrar-se sob nenhum

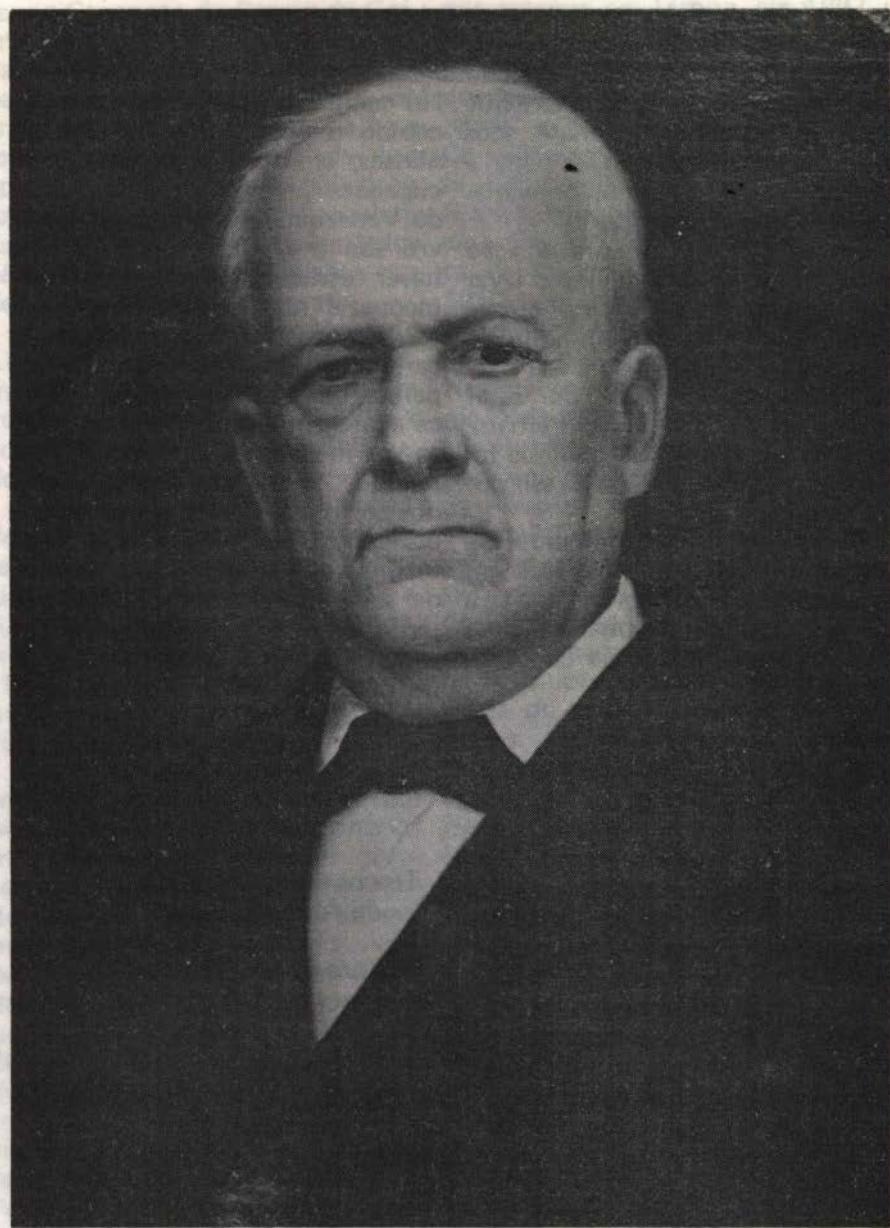
sistema, que se afasta muito do sistema imperial antigo."

Fica claro que Abreu e Lima foi à Venezuela e Colômbia lutar pela independência e não pela República.

Portanto, era coerente sua atitude, ao retornar ao Brasil, de defender o retorno de D. Pedro I, e na sua ausência sua irmã, a Princesa D. Januária, como regente. Ainda em 1840, como sinal de vitória de sua tese, visitou o Imperador D. Pedro II para cumprimentá-lo pela maioridade. E o fez fardado de General da Colômbia, com todas as suas condecorações. Daí em diante não mais usou a farda e as medalhas conquistadas em combate e somente, vez por outra, a placa de Libertador da Venezuela. Deixando a política, dedicou-se a escrever seu primeiro trabalho – *Compêndio de História do Brasil*... Ele o dedicou:

"Ao muito alto, muito poderoso Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil – em sinal de profundo respeito e da mais pura afeição e lealdade."

Talvez se San Martin, adepto da monarquia constitucional, não tivesse sido voto vencido em sessão maçônica em Guayaquil, da qual se retirou abruptamente e em silêncio, para a Europa, vencido pelo ponto de vista de Simon Bolívar, republicano constitucional, outro seria hoje o mapa da América do Sul. Talvez constituída de três ou quatro poderosas nações. A manutenção da Unidade do Brasil, com a Monarquia, em contraposição com o fracionamento da Unidade



General José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869)

(Arquivo do IHGB Lata 48 - nº 11)

da América do Sul espanhola, com a República, parece comprovar o acerto do ponto de vista do brasileiro General de Bolívar, que defendeu o libertador até seus últimos instantes com a pena e com a espada, o que os bolivarianos nunca devem olvidar.

Abreu e Lima, em sua posição monárquica, não se deixou levar por mágoas contra a monarquia absoluta em Portugal, em nome da qual seu pai foi fuzilado à sua vista em Salvador, em 1817, por estar envolvido na Revolução Pernambucana, em função da qual ele foi obrigado a afastar-se do Brasil por 15 anos.

Penso que o acolhimento de Abreu e Lima pelos ingleses em seu cemitério, no Recife, ligue-se a sua vinculação à maçonaria inglesa defensora da monarquia constitucional.

4. A falsa visão ultraprágmatica de Abreu e Lima

O erro mais grave e o maior des-serviço à memória de Abreu e Lima foi cometido por analistas apressados e ultraprágmaticos, ao explorarem sua figura como precursora do comunismo e depois do socialismo no Brasil. Isto por terem-no julgado apressadamente um anticlerical, acatólico e filho natural de um padre que por esta razão alimentou diversas polêmicas com a Igreja e seus ministros, como a de acusar a Bíblia de falsa e criticar a Inquisição em sua época. Atitudes que terminaram por ser-lhe negada sepultura em cemí-

tério público, que era também o católico, em função da União da Igreja com o Estado no Império. No campo das idéias por haver recebido o apelido de General das Massas, em relação as suas preocupações pelo povo, ao retornar da Venezuela, por haver escrito livro sob o título *Socialismo*; por haver estudado e clinicado Homeopatia no Recife e idealizado torná-la acessível à população mais carente do Recife, aliás ideal que parece ter sido colocado em prática agora em Niterói; por haver feito sua malograda campanha de deputado, junto aos trabalhadores do porto de Recife e por outros motivos. Situação agravada pelos incontáveis ataques que recebeu de seus inúmeros adversários que terminaram por confundir e desvirtuar sua real imagem póstera. Os que o têm explorado assim – desistam de fazê-lo. Abreu e Lima não foi nada disso, conforme o provou Vamireth Chacon.

Traços do perfil militar de Abreu e Lima

Soldado de artilharia do regimento de Pernambuco

José Ignácio de Abreu e Lima nasceu no Recife, em 8 de março de 1794, quando seu pai José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima – conhecido pela alcunha de Padre Roma, possuía 26 anos. Consta com apoio em diversos documentos que seu pai grande orador, ouvido e valente, havia estudado an-

tes no Convento do Carmo de Goiâna e com o nome de Frei José de Santa Rosa. E que dali seguira para a Europa, onde graduou-se em Teologia, em Coimbra e fora sagrado padre em Roma (daí seu apelido de Padre Roma) pelo mais tarde Papa Pio VII, que o secularizaria por breve oficial. Estes dados não estão ainda comprovados por documentação firme e segura.

Para Argeu Guimarães, Abreu e Lima herdara do pai "o temperamento impulsivo e agitado, caráter veemente, espírito insatisfeito e acentuada fisionomia de batalhador e idealista".

Segundo se conclui do historiador pernambucano Pereira da Costa, Abreu e Lima estudou em escola secundária leiga que passou a funcionar no Seminário de Olinda, inaugurado em 22 de fevereiro de 1800, por D. Azeredo Coutinho, bispo de Olinda e Governador Civil de Pernambuco.

Seminário que, segundo o mestre Pedro Calmon, se constituiu num dos núcleos revolucionários mais intensos e influentes desse tempo. "Seminário que teria grande projeção na Revolução Pernambucana de 1817, chamada ainda por Pedro Calmon de 'Revolução dos Clérigos'. Pois nela tomaram parte, segundo Renato Alencar, 60 padres e 10 frades, e quase todos os maçons. Estes iniciados, em maioria, em loja maçônica criada em Pernambuco em 1809, da qual faziam parte o padre João Ribeiro Pessoa, alma da Revolução, e o padre Miguelinho, ambos professores do Convento de Olinda segundo Morivalde Calvet Fagundes, inicia-

dos maçons em Lisboa, em 1807. A esta Loja de Pernambuco teria pertencido de forma atuante o padre Roma, pai de Abreu e Lima. Abreu e Lima na escola leiga do Convento, segundo Pereira da Costa, adiantou-se em Humanidades (Latim, Filosofia, Retórica e Francês). Em 1811, ao conhecer a carta de lei de 4 de dezembro de 1810, do Príncipe D. João, que criou a Academia Real Militar, Abreu e Lima assentou praça no Regimento de Artilharia da guarnição de Pernambuco, com parada em Recife (local defronte à Santa Casa em 1824 — fim da rua Larga do Rosário).

Esta Unidade, ao lado do Convento de Olinda, irá ter papel decisivo na Revolução Pernambucana de 1817. Nela teve lugar, na manhã de 6 de março de 1817, o início da revolução, com a revolta e tomada do quartel pelos revolucionários. Revolta cujo início foi assinalado pela morte, a golpe de espada, do comandante do Regimento, Brigadeiro Manoel Barros da Costa, fulminado pelo capitão José Barros de Lima — O Leão Coroado, do mesmo Regimento, com auxílio de seu genro.

Abreu e Lima ao ingressar, o fez como soldado. Tinha que provar perante um Conselho do Regimento, formado pelo comandante, auditor e três capitães, idoneidade e filiação.

É possível que os seus futuros colegas, capitães de 1816 e revoltosos do citado Regimento, tenham lhe atestado idoneidade e filiação: (Capitães Domingos Teotônio, Jorge Martins Pessoa, José

Barros Lima e Amaro Francisco de Moura).

Assim, antes de partir para o Rio, Abreu e Lima havia tomado contato com os três mais influentes núcleos da Revolução nativista de 1817 em Pernambuco: Convento de São Bento, Loja Maçônica de Pernambuco e o Regimento de Artilharia, onde era muito grande a animosidade entre oficiais brasileiros e portugueses.

Matrícula na Academia Real Militar

Em 10 de setembro de 1811, o Conde de Linhares autorizou a matrícula de Abreu e Lima, no ano de 1812, nos estudos da Academia Real Militar nos seguintes termos, em aviso à Junta da Academia.

"Aviso sobre,
JOSE IGNACIO DE ABREU
E LIMA MELLO

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor — O Príncipe Regente, nosso Senhor maior, houve por bem conceder licença a JOSE IGNACIO RIBEIRO DE ABREU E LIMA MELLO, Soldado da oitava Companhia do Regimento de Artilharia da Guarda da Praça de Pernambuco, para poder matricular-se nos estudos da Academia Real Militar, ao ano próximo futuro...

Ass: Conde de Linhares."

Em 15 de abril de 1812, o segundo ano de funcionamento da Academia Real Militar no Largo de São Francisco, Abreu e Lima foi matriculado na Academia como segue, conforme o livro de matrícula:

"JOSÉ IGNACIO RIBEIRO DE ABREU E LIMA — O José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, soldado de Artilharia de Pernambuco, de idade de dezessete para dezoito anos, foi admitido à matrícula do primeiro ano Matemático na classe obrigatória, por despacho da Junta Militar, em 15 de abril de 1812."

Abreu e Lima ingressou na Academia Militar Real como soldado de Artilharia e não como cadete. A condição de soldado, bem como a de cadete de Artilharia pela Carta de Lei que criou a Academia, caracterizava a classe dos obrigados à graça, distinta dos demais, da classe dos voluntários. Como obrigado passou a receber o soldo e farinha (alimentação) de sargento de Artilharia, de igual forma que os cadetes de Artilharia. Ainda como obrigado, Abreu e Lima passou a participar de acordo com a Carta de Lei que criou a Academia Real Militar, com maior rigor dos Exercícios Científicos e a dar aulas teóricas e práticas, o que também era exigido dos voluntários mais aplicados. Passou a concorrer, ao final do ano, com os prêmios (partidos) em dinheiro conferidos aos alunos de maior distinção.

Os obrigados também se distinguiam dos voluntários por estarem sujeitos a praticar no Regimento de Artilharia nos dias que a Junta da Academia ordenasse, em acordo com o comandante do Regimento e sem prejuízo dos estudos.

Assim Abreu e Lima não ingressou como cadete na Academia Real Militar, condição conferida

aos filhos dos maiores de 1^a linha de Portugal e postos superiores e dos mestres de Campo de Auxiliares e Ordenanças e outros que por seus pais e quatro avós provassem nobreza notória. Assim, não era exigida nobreza notória para o ingresso na Academia.

Acreditamos que a condição de soldado e de cadete de Artilharia fosse precursora da classe nobre de soldado particular criada, em 1820, por D. João IV, oito anos depois da matrícula de Abreu e Lima e destinada aos filhos da burguesia, ou a filhos de pais notáveis no mundo civil "pelo emprego ou cabedais". Classe criada com a de segundo cadete destinada aos filhos dos oficiais de 1^a linha no Brasil e aos condecorados, com alguma ordem de Portugal. Como todos os alunos da Academia Real Militar, Abreu e Lima passou a desfrutar os privilégios e franquias concedidos aos alunos de Universidade de Coimbra. Em 1818, decorridos seis anos de sua matrícula, foi permitido que filhos legitimados gozassem privilégios dos pais, para os efeitos do Estatuto do Cadete.

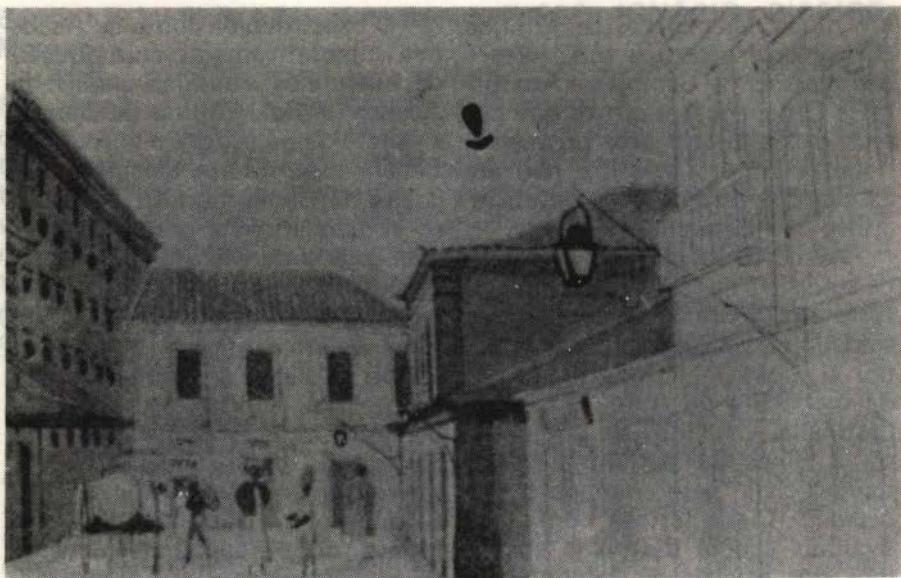
O curso na Academia Militar Real era inicialmente de sete anos. Destes, os quatro primeiros matemáticos, ao final dos quais o aluno era designado oficial do Exército de Portugal, bem com a respectiva Arma. Os três últimos anos eram os militares cinco, seis e sete anos. A Carta de Lei exigia que para sair alferes de Cavalaria e Infantaria era necessário o 1º matemático e o 1º militar (quinto da escola).

O executivo da Junta da Academia cumulativamente com direção de exercícios militares anuais da Academia Real Militar de ataque e defesa de praças era o coronel de Engenheiros Mário Jacinto Nogueira da Gama, de fatô o primeiro comandante na extensa e honrosa galeria de ex-comandantes ou dirigente da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. O coronel Jacinto atingiu o marechalato e o título de Visconde de Baependi. Foi ministro do Império, deputado senador e presidente do Senado no Império e autor do primeiro orçamento unificado do Brasil. Foi na Fazenda de Santa Mônica por ele construída, em Valença, que passou os últimos 800 dias de vida e faleceu em 7 de maio de 1880 o Duque de Caxias, aos cuidados do filho do Visconde de Baependi, que era casado com uma das suas filhas, a baronesa de Santa Mônica.

Por todas estas razões o Exército está recuperando a sede daquela fazenda a única casa ainda de pé ligada ao Duque de Caxias.

No 1º Ano Matemático da Academia Real Militar — 1812

Abreu e Lima cursara sucessivamente o 1º, 2º e 3º anos do Curso Matemático e 1º ano do Curso Militar. Deixara a Escola depois de maio de 1816, quando cursava o 4º último ano Matemático. Deduz-se que como obrigado tenha praticado durante todo o tempo no Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro. O Duque de Caxias tirará curso equivalente ao de



A seta indica os fundos da Academia Real Militar, do Largo do São Francisco em 1812, ano em que nela ingressou como soldado de Artilharia do Regimento Pernambucano, com 18 anos, José Ignácio Abreu e Lima (Fonte: BARATA, *Escola Politécnica no Largo de São Francisco*, 1973).

Abreu e Lima. Ou seja, freqüentaria sucessivamente o 1º Matemático, 1º Militar, 2º Matemático e 3º Matemático. Não chegou a iniciar o 4º Matemático como fez Abreu e Lima sem concluí-lo.

A hierarquia escolar funcionava. Abreu e Lima entrou como soldado. No ano da inauguração, em 1811, havia entrado somente um soldado proveniente do Regimento de Artilharia da Bahia.

O posto-predominante era o de cadete e havia até maiores.

Abreu e Lima trazia como vantagem seus conhecimentos de latim e francês aprendidos na escola do Convento de Olinda. Isto lhe dava um *status* especial, de colocação na cabeça da lista de matrí-

cula e, ao final do curso, uma vantagem para escolha do local para servir, conforme regulamento da Academia.

As matérias previstas no 1º ano eram Aritmética, Álgebra (equação 3º e 4º graus), Geometria, Trigonometria Retilínea e noções de Esférica e Desenho. Eram indicadas obras específicas dos seguintes autores franceses:

- Sylvestre François Lacroix (1765–1843) – Matemático
- Adrien Marie La Gendre (1752–1834) – Geômetra
- Jean Baptiste J. Delambre (1759–1808) – Astrônomo
- Euler Leonard (1707–1783) – Geômetra (suíço)

Abreu e Lima continuou como soldado de Artilharia e se mostrou muito assíduo, com só duas faltas em abril e duas em maio justificadas.

No 2º Ano Matemático da Academia Militar Real – 1813

As matérias previstas foram Resoluções de Equações, Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Descritiva e Desenho.

A Carta de Lei indicava as obras específicas dos seguintes mestres franceses:

- Sylvestre François Lacroix (1765–1843) – Matemático
- Gaspar Monge (1746–1818) – Geômetra

Durante todo o curso Abreu e Lima continuou como soldado de Artilharia, depois de matriculado em 2 de abril. Seu nome apresentou a supressão do sobrenome Mello e a apóstrofe em d'Abreu. Foi assíduo, com faltas justificadas: quatro em maio; quatro em julho e duas em agosto e outubro.

Ao final do ano, em 24 de novembro de 1813, figurou como furriel do Regimento de Artilharia de Pernambuco, requerendo promoção a 2º Tenente.

No 3º Ano Matemático da Academia Militar Real – 1814

Em função de sua dedicação aos estudos, foi matriculado no 3º ano, 21 de março de 1814, na condição de 2º Tenente do Regimento de Artilharia de Pernambuco e com o nome José Ignácio Ribeiro

d'Abreu e Lima. De sua assiduidade dizem suas faltas: abril – duas; maio – uma justificada, outra não; junho – uma justificada, julho – três justificadas e três não; agosto idem; setembro – três; outubro – três justificadas; novembro – quatro justificadas. As matérias previstas foram Mecânica (Estática e Dinâmica); Hidráulica (Hidrodinâmica e Hidroestática); Balística e Desenho. Foram indicados os seguintes autores franceses e dois ingleses:

- Louis Benjamin Fracoeur – Mecânica
- Gaspard Clair François M. Prony (1755–1839) – Hidráulica
- Olinthus Gilbert Gregory (1774–1841) – Mecânica (inglês)
- Jean Antoine Fabre (1749–1834) – Engenheiro
- Abade Charles Bossut (1730–1814) – Matemático
- Etienne Bezout (1730–1783) – Matemático
- Benjamin Robins (1707–1751) – Matemático (inglês)
- Leonard Euler (1707–1783) – Geômetra (conhecido como Eulero)

No 1º Ano Militar da Academia Real Militar – 1815

Em 5 de março Abreu e Lima foi matriculado no 1º ano Militar da Academia, que correspondia ao 5º ano do curso completo. Interrompeu assim o Curso Matemático.

Este ano era atribuído a dois professores. O primeiro lecionava

Tática Estratégia, Castramentação (Arte de Acampar), Fortificação de Campanha e Reconhecimento de Terrenos. O segundo professor lecionava Química.

Para assuntos militares devia-se atentar no que de importante havia aparecido sobre a matéria e, em especial, nos escritos dos generais franceses:

— Barão Simon François Gai de Vernon (1760–1822). Havia sido capitão de Engenheiros em 1790 e servido com distinção no Exército do Reno (1792–93). Como major-general no Exército do Norte ele fez aceitar o plano de campanha de que resultou as batalhas *Honds Choote* e *Menin* e a libertação de Dunkerque. Integrou a direção da Escola Politécnica — 1798–1811. Fez a campanha de 1812 e dirigiu, em 1813, a defesa de Torgau.

Era autor de duas obras notáveis sobre Fortificações de Campanha.

— Conde de Cessac, Jean Girard Lacuée (1752–1841). Capitão em 1785. Integrou em 1789, Comitê instituído pela Assembléia Francesa para reorganizar o Exército da França. General-de-Brigada, em 1793, encarregado de organizar a defesa da Fronteira dos Pirineus. Dirigiu o *Bureau de Guerra* em 1795. Presidente da Seção de Guerra do Conselho de Estado, em 1803. Ministro da Guerra em 1808, Inspetor Geral de Infantaria 1814. Obras principais:

- *O guia de oficial em campanha* — 1786, 2v.
- *Projeto de Organização do Exército Francês* — 1789.

— *Arte Militar* (sobre Tática e Estratégia depois da Revolução Francesa).

Portanto, as obras sobre fortificações em campanha do General e Barão Gay de Vernon juntas com as sobre Artilharia (Estratégia e Tática) e Serviço em Campanha do Conde Cessac tiveram grande influência na formação dos oficiais egressos de nossa Academia Real Militar.

Curiosamente, D. João, obrigado por Napoleão a transferir-se para o Brasil com a Família Real, procurou basear o ensino científico da Academia Real Militar em cientistas franceses e o ensino militar em obras de dois generais franceses que se destacaram na formulação da Doutrina Militar da Revolução Francesa que foi abordada pela Cadeira de História da Academia Militar e de forma sintética na obra:

— AMAN — *História da Doutrina Militar na Antiguidade da II GM*. Barra Mansa, Gazetilha. 1979 — pp. 79–83

Abreu e Lima estudou nestas obras em 1815 e o futuro Duque de Caxias em 1819.

O curso de Química era baseado na obra dos seguintes cientistas franceses:

- Antoine Laurenti Lavoisier (1743–1754)
- Louis Nicolas Vauquelin (1763–1825)
- Antonio François Fourcroi (1755–1809)
- Jean Antoine Chaptal (1752 – 1832)

O curso de Estratégia, Tática e Serviço em Campanha de Abreu e Lima de 1815 foi complementado com os quatro anos de exercícios práticos no Regimento de Artilharia e mais nas manobras anuais da Academia de ataque e defesa de praças. Isto conferiu a Abreu e Lima uma muito boa formação militar para a época e da qual iriam se beneficiar as guerras de libertação da Colômbia, Venezuela e Peru e os generais de que Abreu e Lima foi Chefe de Estado-Maior.

No 4º Ano Matemático da Academia Real Militar – 1812

Abreu e Lima foi matriculado no último ano matemático, em 6 de março de 1816. Sabe-se que freqüentou março e abril com 11 faltas justificadas. Daí por diante é um mistério o seu itinerário, que carece ser mais esclarecido.

Sabe-se que em 11 de maio de 1816 havia atingido o posto de Capitão de Artilharia, com 22 anos, a concluir por requerimento que fez ao Secretário da Junta da Academia, no sentido de que certificasse se ele havia freqüentado, ou não, matriculado, o quinto (4º Matemático) da mesma Academia.

Em resposta, deduz-se que havia freqüentado matriculado "tendo cometido 11 faltas justificadas na freqüência dos meses de março e abril de 1816.

Aí terminam os registros de Abreu e Lima na Academia Real Militar onde ele ascendeu por estudos e valor, em quatro anos, do posto de soldado ao de capitão de

Artilharia. Seus conhecimentos de francês, em curso a base de obras francesas, deve ter sido de real valor para ele como aluno e monitor.

A Carta de Lei que instituiu a Academia Real Militar, por certo, foi obrigada em seu início a queimar etapas e dispensar diversas exigências. Pois são diversas as ocasiões em que se deparam exceções ao espírito da Lei. Por exemplo, a idade de ingresso era 15 anos e Abreu e Lima o fez com 18 anos, talvez com a ressalva "de obrigado a graça".

Comparação: Formação de Caxias e Abreu e Lima

Abreu e Lima freqüentou a Academia Real Militar de 1812-1816 e o futuro Duque de Caxias e o maior de nossos generais, de 1818-1821. Abreu e Lima ingressou aos 18 anos como soldado de Artilharia e obrigado a graça. Saiu pouco mais de quatro anos depois como capitão de Artilharia, aos 22 anos, depois de ser furriel e 2º tenente. Caxias ingressou aos 15 anos, como cadete de Infantaria e voluntário. Saiu quatro anos depois como tenente de Infantaria, aos 19 anos, tendo passado por alferes ao final do 2º ano de curso. Na falta de outro parâmetro esta comparação parece falar alto da aplicação e distinção do curso de Abreu e Lima. Caxias galgou a posição de maior de nossos generais sem freqüentar outra escola que não da Academia Real Militar.

Ambos foram influenciados pela Doutrina Militar da Revolução Francesa, particularmente

através das obras do general e Barão Cessac. Abreu e Lima teve a vantagem do conhecimento da língua francesa na Escola do Seminário de Olinda.

Indefinições no Itinerário de Abreu e Lima (1816-1817).

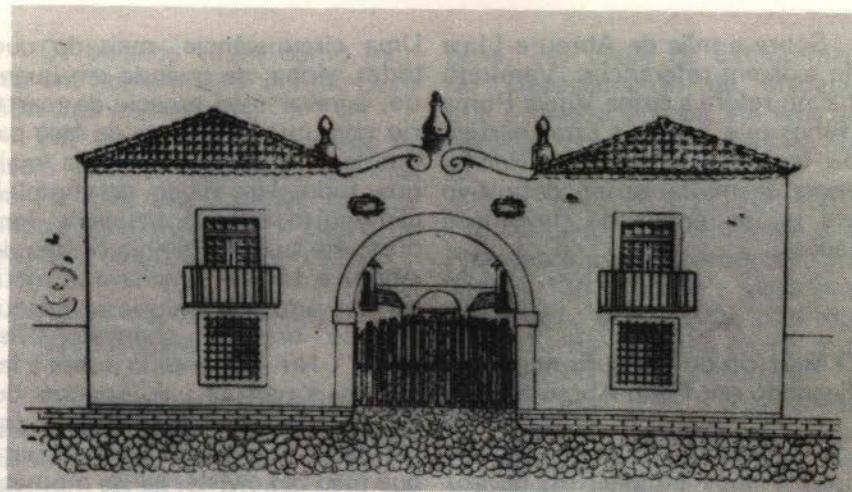
Não se dispõe de fontes firmes e seguras sobre o itinerário de Abreu e Lima, entre sua saída da Academia Real Militar e sua fuga, com apoio da Maçonaria, para os Estados Unidos em 1817.¹ Da Academia penso tenha retornado para o Recife, para o seio de sua unidade de origem - O Regimento de Artilharia, de onde saíra como soldado pouco mais de quatro anos antes. Ali teria encontrado um ambiente hostil e dividido por forte animosidade, entre oficiais brasileiros e oficiais portugueses servindo na Unidade.

Assim acreditamos que por seu temperamento Abreu e Lima tenha se envolvido num incidente com oficiais portugueses, classificado de indisciplina grave. Incidente que teria resultado seu envio preso, para a Fortaleza de São Pedro, em Salvador, "por assuada, resistência e ferimento". Ou seja, por reunir gente armada para motim, resistir a prisão e ferir os que

o prenderam. Que este fato teve repercussão muito negativa nos seus colegas capitães brasileiros do citado regimento em Recife que iriam ter papel decisivo na eclosão da Revolução nativista de 1817. Primeiro o Capitão Domingos Teotônio que estivera na Bahia em contato com os maçons, bem como no Rio de Janeiro, antes de se colocar na liderança militar do movimento nativista. Segundo o Capitão José de Barros Lima, O Leão Coroado, que ao fulminar com a espada o comandante do Regimento, marcou o início da Revolução de 1817. Julgamos que Abreu e Lima se envolveu na Revolução e era peça importante da mesma na Bahia. Pois quando seu pai se dirigiu a Bahia e foi preso em caminho com um filho menor, ia com a missão de entender-se com os maçons e visitar seu filho homônimo preso, talvez para conspirar com ele. Lamentavelmente seu pai foi preso e julgado e Abreu e Lima, como um duplo e muito penoso castigo, foi obrigado a assistir seu fuzilamento. É esta visão do martírio do seu pai pela causa da Independência do Brasil, por certo o marcou fundo para o resto da vida, o que o faz merecedor de todos os brasileiros de um profundo respeito e admiração. Impressionou-o, sobremodo, o eloquente e histórico exemplo de coragem que seu pai e mártir da Independência lhe deu ao assim proceder.

O Padre Roma, a 29 de março, véspera do domingo de Páscoa, marchou serenamente para a morte, depois de reconciliar-se com Deus. Dispensou a venda nos

¹ Pedro Calmon acaba de deparar com documento em que depois do fuzilamento do Padre Roma, Abreu e Lima foi mandado para Angola, onde sabe-se que esteve e de onde teria ido para os EUA. É necessário outras fontes para esclarecer o período em que deixou a Academia Real Militar até chegar aos EUA.



Quartel de artilharia, onde explodiu a revolução de 1817, com o assassinato do brigadeiro Manoel Joaquim Barboza. Estava situado no extremo da rua larga do Rosário, no sítio fronteiro ao atual edifício da Santa Casa. Serviu depois de quartel da Polícia e foi demolido em 1872
(Da galeria do Inst. Arqueológico).

olhos. Volvendo-se para o pelotão de fuzilamento falou, segundo Argeu Guimarães, pondo a mão sobre o coração:

“Camaradas eu vos perdôo a minha morte. Lembrai-vos que aqui é a fonte da vida! Atirai!”

Assim inscreveu-se heróicamente dentro dos maiores mártires da Independência do Brasil e na lista mais autêntica da nobreza do Brasil independente, a nobreza do martírio pela Independência da Pátria.

Abreu e Lima teve preocupação em demonstrar possuir nobreza de sangue. Se ele a possui não conseguiu provar. E hoje é desnecessário tentar fazê-lo, por possuir

ele, como seu pai, a nobreza do martírio e do sofrimento pela Independência do Brasil que ajudaram a conquistar como revolucionários em 1817.

Por esta razão devem não só serem considerados, como principalmente tratados como heróis da Independência do Brasil.

Decorridos seis meses do fuzilamento de seu pai Abreu e Lima conseguiu, com apoio da Maçonaria, evadir-se da Fortaleza São Pedro, em fevereiro de 1818. Segundo se conclui de Argeu Guimarães, Abreu e Lima nasceu quando seu pai ainda era padre, e que teve legitimados os filhos por breve apostólico, depois de deixar as vestes sacerdotais.

Sobre a mãe de Abreu e Lima não existem referências. Vamireth Chacon refere a firma Viúva Roma e filhos que Abreu e Lima participou com seus irmãos no Recife, depois de mudar-se em definitivo para lá, na época da Revolução Praieira.

O Martírio do Padre Roma, Segundo seu Filho Abreu e Lima

De retorno ao Brasil e decorridos 26 anos do martírio de seu pai pela causa da Independência do Brasil, Abreu e Lima assim o descreveu em seu *Compêndio de História do Brasil* -2v.

"No momento em que escrevo estas linhas, tantos anos depois, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite. Nela fui quase companheiro da vítima. Era eu que parecia o condenado, e não ele. Vi morrer milhares de homens nos campos de batalha e muitos nos suplícios. Mas, nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua pátria. Enfim tanta resignação. Era meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolável. Uma mão de ferro me arrancava o coração. Meu pranto e minha dor comoviam a todos que se achavam presentes. Era mister separar-me, então, para dar alívio às minhas lágrimas. E me conduziam a outra prisão, de onde eu voltava depois, a poder de minhas súplicas. Isto, até que foi forçoso me arrancarem dos braços de meu pai para sempre.

Uma circunstância, mais do que todas, vinha, de quando em quando, agravar essa espécie de martírio com que os algozes de meu pai queriam amargurá-lo ainda mais que tudo. Um moço de compleição muito débil e delicada, fora preso em sua companhia (irmão de Abreu e Lima). E achava-se metido em um dos imundos calabouços do oratório chamado "Segredo". Nu e estendido sobre a lama, mais parecia um espectro do que ser vivente. Coberto de lodo, faziam-no sair algumas vezes para que meu pai o visse. Nesse momento, terrível para seu coração de pai, parecia comovido. Beijava o meu irmão, e como para distrair-se dirigia a palavra a algum dos sacerdotes que o acompanhavam. Com toda essa prova de tremenda e brutal ferocidade, não fez desmentir, um só instante, a sua resignação como filósofo e como cristão. Chegando ao lugar de suplício, fez um pequeno discurso alusivo à sua situação, desculpando os soldados do ofício de algozes. Depois pediu-lhes que atirassem com sangue-frio para não martirizá-lo. Elevando ambas as mãos algemadas ao peito, fez dela o alvo de seus tiros.

Durante o Conselho de Julgamento protestou contra a sua competência. Defendeu-se sem culpar ninguém. E negou-se a todas as sugestões que lhe fizeram para descobrir o objeto da sua missão. No oratório ninguém lhe ouviu uma queixa contra pessoa alguma. E no lugar do suplício excedeu em longanimidade a todos quantos o precederam, na mesma desgraçada sorte.

Os baianos viram como morreu um homem livre. A lição devia ficar-lhes impressa.

Por isto julgamos que José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, pai e filho são credores do reconhecimento nacional a altura do martírio que esta página traduz.

Abreu e Lima a Serviço da Gran Colômbia

Depois de um ano e um mês desde sua fuga da Bahia, Abreu e Lima chegou em La Guaira, em outubro de 1817. Ali ingressou como capitão nas forças da Gran Colômbia (Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá) sob a liderança do General Simon Bolívar. Ao oferecer seus serviços, em carta a Bolívar, declinou sua condição de egresso da Academia Real Militar do Rio, haver sido instrutor de oficiais em Angola e ter lecionado Matemática. Oferecia seus serviços e sua disposição de sacrificar-se pela Independência da Venezuela.

Lutaram pela mesma causa, segundo Vamireth Chacon, na obra citada sobre Abreu e Lima, o irmão deste, Luiz Ignácio Ribeiro Roma, que o acompanhou desde a Bahia, Francisco Antonio Barreto, Emiliano Benício Mundrucu e o poeta José Natividade Saldanha.

Abreu e Lima ligou-se por laços de admiração e respeito recíprocos aos seguintes generais entre outros da Gran Colômbia que o comandaram e que regulavam em idade com ele:

— Simon Bolívar: Abreu e Lima ligou-se muito a Bolívar, o defendeu com sua espada e com sua

pena. Foi chefe de Estado-Maior do Departamento de Madalena que protegeu Bolívar até seus deradeiros momentos em Santa Marta.

— José Antonio Paez (1790-1873) Foi fundador da Venezuela e seu Presidente por três vezes em 1830, 1838 e 1861. Abreu e Lima ligou-se a fundo neste chefe, cuja esposa Barbarita o tratou como a um filho, esteve quase à morte em Maracay. Esteve com o General Paez em Boyacá, Carabobo, Queceras del Médio e Puerto Cabello. Paez promoveu Abreu e Lima a tenente-coronel e a coronel. A ele Abreu e Lima dirigiu, em 1869, uma carta célebre que o *Diário de Pernambuco*, do Recife, transcreveu em 20 e 21 de março de 1873.

— Carlos Soublette. Abreu e Lima foi chefe de Estado-Maior deste general depois da Batalha de Boyacá, percorrendo então o Norte e o Vale do Apure e o Oriente. Soublette foi Ministro da Guerra de Bolívar e depois presidente da Venezuela. Era um talentoso e ilustrado chefe. Abreu e Lima foi honrado em ser por ele requisitado para servir depois de Carabobo.

— Rafael Urdaneta (1789-1845) lutou pela Independência de vários países. Foi Presidente Provisório da Colômbia em 1830, cargo que ofereceu a Bolívar e este recusou. Foi ele que promoveu, a pedido de Bolívar, o brasileiro Abreu e Lima general da Gran Colômbia em 1830. Deposto com a separação da Colômbia da Gran Colômbia, foi para Venezuela onde foi senador e ministro. Faleceu em Paris quando, na Europa, negocia-

va a Independência da Venezuela. Abreu e Lima fora seu chefe de Estado-Maior no Departamento de Zulia, 1826-1827.

— Antonio José de Sucre (1795-1830). Um dos mais ilustres imediatos de Bolívar. Libertou o Equador na batalha de Pechinca, 1822 e o Peru, em Ayacucho, onde o Coronel Abreu e Lima esteve sob suas ordens. Foi Presidente da Bolívia em 1826-1828. Foi assassinado em 1830, no contexto da guerra civil que resultou na separação da Colômbia da Gran Colômbia.

— Mariano Montilla. Foi o último comandante do General Abreu e Lima no Departamento de Madalena de 1827-1831, onde este exerceu as funções de Chefe de Estado-Maior. Foi o General-de-Divisão Montilla que atestou, oficialmente, os serviços militares à Gran Colômbia prestados pelo brasileiro Abreu e Lima, como traçou o seu perfil militar.

— Francisco de Paula Santander (1792-1840). Comandou Abreu e Lima em Boyacá, condecorando-o por sua bravura na conquista da ponte do Boyacá. Recebeu desse general uma medalha de seu uso com a esmeralda de Muzo.

Na guerra civil que resultou na separação da Colômbia, Abreu e Lima brigou com Santander e ficaram em campos opositos. Santander foi duas vezes Vice-Presidente da Colômbia separada.

Primeira Missão de Abreu e Lima

A primeira missão de Abreu e Lima foi como jornalista, no Cor-

reio de Orinoco, Angostura, QG de Bolívar, de 13 de fevereiro de 1819-23 de março de 1822. Neste jornal defendeu a Revolução de Pernambuco de 1817, na qual seu pai foi martirizado e se contrapôs ao julgamento feito destemovimento nativista, por Hipólito da Costa. Noutro número investiu contra o que classificou de três jugos: a monarquia absoluta, o fanatismo religioso e os privilégios feudais.

Intinerário Militar de Abreu e Lima

Abreu e Lima acompanhou Bolívar em 1819, desde seu QG em Angostura (Ciudad Bolívar) no rio Orinoco, através de épica e sofrida travessia dos Andes para um encontro decisivo com os espanhóis. Isto depois de haver conquistado o apoio dos Ihaneros, cavaleiros do Orinoco, sob a liderança do General José Antonio Paez, que até então apoiavam os espanhóis. Aí teria início a grande amizade de Abreu e Lima com o General Paez. Abreu e Lima teve seu batismo de fogo em Topaga, contra tropas de elite, adestradas por oficiais ingleses de Wellington. Depois de Topaga lutou em Molinos, ambos combates em torno do Pântano de Vargas.

Em 7 de agosto de 1819 tomou parte na Batalha de Boyacá que abriu o caminho para Bogotá e assegurou a Independência da Colômbia, por varrer os espanhóis do Planalto Central da Colômbia e do Vale do Madalena.

Atua na Conquista da Ponte de Boyacá

Abreu e Lima, integrando a vanguarda ao comando de Santander, tomou parte onde a luta foi mais acesa, pela posse da ponte de Boyacá, tendo-a atravessado com os Guias de Mujica. Foi condecorado por esta participação por Santander. Libertada Bogotá, Abreu e Lima acompanhou a Divisão de Soublete para o Norte, na qualidade de seu Chefe de Estado-Maior. Lutou em Cucuta, onde segundo diz, salvou a Divisão que se embriagara. Do Norte da Colômbia veio para o vale do Apure e de lá para o Oriente. Ali foi abandonado moribundo e retornou mais morto que vivo para Angostura. Restabelecido, se dirigiu ao rio Apure para servir como Ajudante-de-Campo do General Paez, ao qual tomara-se de grande amizade e batia-se por ele como se fora o seu pai. Paez acolhera Abreu e Lima como se fora um filho, salvo da morte em Maracay por sua esposa Barbarita. Com o Exército de Bolívar e como Ajudante-de-Campo da 1^a Divisão ao Comando de Paez, Abreu e Lima seguiu na direção de Caracas, em 3 de abril de 1819. Assistiu de uma colina a batalha de Queseras del Médio, na qual seu líder, o General Paez, com sua Cavalaria Ihanera, mediante um ardil, obteve retumbante vitória sobre o general espanhol Torrilo.

A Abreu e Lima coube redigir como Ajudante-de-Campo a Parte de Combate, onde assinalou:

"O General Paez e seus bravos companheiros se han exedido así mismos, haciendo mucho mas de lo que justamente dibia esperarse de su valor yjde su intrepidez."

Prosseguindo, teve lugar a Batalha de Carabobo, de 24 de junho de 1821. Nela coube a 1^a Divisão de Paez, e atual 1^a Divisão de Infantaria em Maracaibo — Estado de Zulia, na Venezuela, decisivo papel que tivemos oportunidade de estudar em 1979, talvez pela primeira vez na Cadeira de História da AMAN à luz dos Princípios de Guerra e de Manobra e Elementos, junto com a de Boyacá (anexas). Nela o Tenente-Coronel Abreu e Lima, Ajudante-de-Campo da 1^a Divisão Paez, foi ferido entre outros tantos bravos, por combater no ponto focal e decisivo da batalha. Inclusive de lança em punho, como um simples Ihanero, dentre os 100 que decidiram a batalha. Nesta batalha comparada à de Yorktown, foi destruído o único Exército com o qual a Espanha podia manter o seu poder. A Venezuela teve assim consolidada sua Independência, como República.

Após a vitória de Carabobo, Abreu e Lima participou do encontro vitorioso de Sabana de La Guardia, último obstáculo e conquista de Porto Cabello que será o maior momento de sua carreira militar.

Herói de Porto Cabello

Coube-lhe como Ajudante-de-Campo da 1^a Divisão de Paez comandar uma das duas colunas so-

bre o Porto Cabello – o último reduto espanhol no Caribe.

Ali Abreu e Lima atuou como artilheiro, ao organizar e dirigir barragem de Artilharia sobre a cidade, causando danos consideráveis no casario.

Foi além, o redator dos boletins de combate. Dois em 28 de abril 1822. Um descrevendo a reunião dos navios de guerra para o bloqueio e o segundo o início do combate noturno. No terceiro, em 3 de maio, anunciou a junção das duas colunas, uma sobre seu Comando que irrompeu pelo Puerta de la Estacada, o único acesso da tropa espanhola que executava a cobertura externa da estacada que envolvia Puerto Cabello.

Por sua bravura, em Puerto Cabello, o brasileiro Abreu e Lima permaneceu na memória local por muitos anos, conforme assinalaria em 1883 o futuro Barão de Japará, como embaixador do Brasil na área em foco.

Em 22 de janeiro de 1824, o General Paez promoveria Abreu e Lima, por competência e bravura, a coronel, aos 30 anos, depois de certa ocasião o haver chamado de guapo ou bravo – o maior elogio que podia partir de Paez.

Neste posto ele tomaria parte na Batalha de Ayacucho, de 12 de fevereiro de 1824, integrando as forças enviadas por Bolívar, ao Comando de Antonio José Sucre. Antes Abreu e Lima fora encarregado de conduzir ao Peru reforços militares, via marítima.

Prenúncios da Guerra Civil

Abreu e Lima, ingênuo, foi colhido pelos primeiros ventos da guerra civil. Foi provocado pelo jornalista adverso Antonio Leocádio Gusman do jornal *El Argos*. Este insinuou que Abreu e Lima era mercenário, incompetente como militar e que não merecia confiança de Bolívar, em razão de ligar-se a sua sobrinha Benigna. Fez colocações maldosas contra o Brasil em favor da Argentina, na guerra Cisplatina (1825-28), que ambos sustentavam e outra série de colocações negativas que comprometiam a imagem de Abreu e Lima conforme se conclui de Pedro Calmon na *História de D. Pedro II*. Abreu e Lima "estopim curto", na noite de 9 de setembro de 1825, encontrou o jornalista Gusman na rua e desferiu-lhe golpes de sabre no rosto, o que o obrigou a usar barba pelo resto da vida. Em consequência, sofreu violentos e injustos ataques. Foi submetido a Conselho de Guerra. Houve insinuações que havia sido mandado por Bolívar assassinar Gusman. Existiam em Bogotá desconfianças contra oficiais estrangeiros. Além disso Abreu e Lima capitalizou as desconfianças que ali existiam contra o Imperador do Brasil. Em 11 de setembro de 1825, defendeu-se Abreu e Lima no Conselho de Generais. Mas em vão. Foi condenado, em 8 de outubro de 1825, a seis meses de pena que cumpriu recluso no deserto de Baixo Seco, entre o Lago Maracaibo e os Andes, no Departamento de Zulia, tendo inclusive se retirado

do serviço ativo por petição de 8 de novembro de 1826. Abreu e Lima passou maus momentos de solidão e com a opinião pública em geral voltada contra ele, Gusman chegou ao ponto de ir até o quartel de Abreu e Lima e exigir que seu comandante o executasse à morte. Gusman seria mais tarde Ministro do Interior dos que obrigaram Bolívar, mesmo à morte, a exilar-se. Era pois um inimigo poderoso e Abreu e Lima caiu como um anjo em sua armadilha.

A Guerra Civil

Em 1827 Abreu e Lima foi requisitado para chefiar o Estado-Maior do Departamento da Zulia, ao Comando de Urdaneta. Serviu de intermediário parlamentar entre Urdaneta, no Zulia, e Santander, em Bogotá, visando a aplacar divergências entre ambos. Nesta ocasião rompeu com Santander. Em 1827 ainda, foi para Bogotá junto com Urdaneta, a pedido de Bolívar. Assumiu a chefia do Estado-Maior do Departamento de Madalena, onde permaneceu até 1831.

Retornando do Peru, Bolívar requisitou os serviços de Abreu e Lima para fornecer subsídios ao Abade de Pradt, na Europa, para este defendê-lo de graves acusações que Benjamin Constant lhe assacara (não o brasileiro).

Abreu e Lima escreveu em 1828-30 farto material publicado em jornais e panfletos sob o título *Resumem histórico de la última dictadura del Libertador Simon Bolívar, comprobada por docu-*

mentos. Nele Abreu e Lima, com apoio em documento que Bolívar lhe facilitou de seu arquivo, respondeu minuciosamente aos ataques de Benjamin Constant.

Este material foi publicado, em 1922, pelo Governo da Venezuela, como homenagem à Independência do Brasil.

Este trabalho foi decisivo para a promoção do brasileiro Abreu e Lima a general-de-brigada do Exército da Colômbia, assinada pelo Presidente Urdaneta, por indicação de Bolívar.

A pressão sob Bolívar aumentou. Houve um atentado contra sua vida. Sucre foi morto numa emboscada. Bolívar doente, com os últimos que se mantiveram fiéis a ele, retirou-se pelo vale do Madalena, para Bogotá e dali para o litoral vindando o exílio.

Abreu e Lima como general continuou na chefia do Estado-Maior do Departamento de Madalena, por onde tinha lugar a retirada de Bolívar, departamento sobre o comando do general Montilla.

Fazia parte da tropa de proteção a Bolívar que terminou falecendo, em 17 de dezembro de 1830, em Santa Marta.

Comandante da Brigada Pacificadora do Rio Hacha

Decorrido uma semana da morte de Bolívar, o General Abreu e Lima reuniu e assumiu o Comando da Brigada Pacificadora del Hacha, composta de Infantaria e Cavalaria de elite dos batalhões do Apure e Yaguachi e Esquadrão de Hussards da Madalena. Lançou

proclamação solidarizando-se com o General Rafael Urdaneta, Presidente da República, sob forte pressão dos colombianos. Em sua proclamação, apoiada por toda a sua tropa, após afirmar que o Libertador Simon Bolívar havia sucumbido à calamidades públicas, todos reafirmaram os seguintes objetivos: defender a Integridade Nacional; obedecer e respeitar o Presidente Urdaneta, penhor dessa Integridade; respeitar a autoridades de Madalena; defender até a morte o santuário das cinzas do Libertador; convocar a solidariedade de todos os militares, para salvar a Colômbia das guerras da anarquia e da guerra civil. Mas a guerra civil veio e Abreu e Lima deu combate a rebeldes nas províncias do rio Hacha e Santa Marta, vencendo-os, inclusive ao chefe Coagiros.

Fé de Ofício do General Brasileiro de Bolívar

Quatro meses da morte de Simon Bolívar, o General Mariano Montilla, Comandante de Abreu e Lima no Departamento de Madalena, firmou a honrosa certidão dos serviços militares prestados pelo brasileiro Abreu e Lima à Independência da Gran Colômbia, de 1818-1831, de capitão a general. Em linguagem atual ele atesta o seguinte, com complementos interpretativos do autor entre parênteses.

"Participou de várias campanhas da Independência, com honra e distinção, sendo ferido em Cara-

bobo. Por esta razão obteve a confiança dos primeiros generais da República (Bolívar, Paez, Soublette, Urdaneta, Sucre), e em especial de S. Exa. o Libertador Simon Bolívar. Tomou parte em quase todas as principais batalhas (Boyacá, Carabobo, Porto Cabello e Ayacucho) desde 1818 até a inteira liberdade de Gran Colômbia (Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador atuais). Por sua conduta sempre plena de valor e intrepidez, galgou, sucessivamente, até o posto de general-de-brigada que atualmente exerce. Obteve várias medalhas e distinções (medalha de Boyacá, Carabobo, Porto Cabello e Libertador da Venezuela). Que esteve sempre no Exército onde obteve comissões importantes e serviu ao lado dos primeiros e mais distinguidos chefes (Bolívar, Paez, Soublette, Urdaneta, Sucre e Santander). Desempenhou comissões muito importantes dentro e fora da Gran Colômbia (missões no Peru e Estados Unidos). Em todas portou-se com honradez sem limites e desinteresse inimitável. Nos vários comandos que exerceu, se conduziu com cordura e prudência. Comandando ou obedecendo, foi exemplo de subordinação e ordem e de conduta inatacável. Comandou em 1824 a Esquadra de Divisão enviada da Venezuela em auxílio ao Peru (atuou em Ayacucho). É benemérito em grau heróico e eminente da Pátria (Gran-Colômbia). Em todos os acontecimentos políticos Abreu e Lima mostrou firmeza e caráter, e sobretudo lealdade e bondade a toda prova.

Nos três anos e meio que serve sob minhas ordens neste Departamento de Madalena, desempenhou graves e delicadas comissões. Ele foi o chefe que, por sua moderação e sagacidade, pacificou as províncias do rio Hacha e de Santa Marta, depois de bater os grupos rebeldes em diversos encontros. Sua conduta foi sempre plena de valores e entusiasmo pela República da Gran Colômbia e pelos serviços e pautada por lealdade, firmeza e honradez. Foi um dos chefes militares que mais mereceram em todas as épocas a minha particular confiança, amizade e estima, bem como a do Governo.

A certidão firmada pelo próprio General Montilla, em Cartagena, em 24 de abril de 1831, honra a Abreu e Lima, a Academia Real Militar do Brasil onde estudou e o Brasil, principalmente por estas adjetivações: Valor e intrepidez, honradez sem limites, desinteresse inimitável, exemplo de subordinação, ordem e de conduta inatacável, firmeza de caráter, lealdade e bondade a toda prova, cordura e prudência.

Retorno ao Brasil

Abreu e Lima com a vitória das forças que combatiam Bolívar e se sagraram vitoriosas na separação da Colômbia, sofreria como outros próceres as naturais represálias. Estas consistentes em prisões, expulsões ou convites para deixarem a Colômbia sob o falso estigma de "desfeitos ao sistema constitucional e suspeitosos à causa pública".

Abreu e Lima foi expulso da Colômbia junto com os últimos fiéis a Bolívar até o fim, por Decreto de 9 de agosto de 1831, do novo Ministro da Guerra, General José Maria Obando (1795-1861). Este com a deposição de Urðaneta da Presidência, presidiu a Colômbia 5 meses em 1831, sendo eleito mais tarde Presidente. Obando morreu em combate, em 1861, quando tentava derrubar a Confederação Granadina.

Abreu e Lima retornou ao Brasil, depois de uma breve estada na Europa onde esteve com D. Pedro I. Aqui passou a lutar pelo retorno de D. Pedro ou de sua irmã como regente, pelo jornal *O Raio de Júpiter*. O governo reconheceu estar ele na plenitude de seus direitos de brasileiro e título de general e medalhas ganhas na Independência da Venezuela, Colômbia e Peru.

Em 1840, decidida a maioria, usou pela última vez seu uniforme de general de Bolívar ao visitar o Imperador D. Pedro II.

Depois enterrou o militar e dedicou-se, até morrer, ao ofício de escritor (jornalista, filósofo, historiador), atividades amplamente abordadas por Vamireth Chacón em sua obra específica e por Barbosa Lima Sobrinho em *A Defesa Nacional* de 1965 e por José Honório em *Teoria da História do Brasil* e em *História e Historiadores do Brasil*.

Neste contexto chegou a ser condenado à pena perpétua, logo comutada, por acusação de envolvimento na Revolução Praieira, em Pernambuco.

Em 15 de agosto de 1948, através do jornal *A Barca de São Pedro*, no Recife, escreveu sobre um "Estado-Maior de um Exército", artigo a merecer uma análise específica quando localizado.

Opinião de Abreu e Lima Sobre a Guerra do Paraguai

Ao escrever ao General Paez em 18 de setembro de 1868, Abreu e Lima retomou os assuntos militares. Evocou sua atuação militar na Gran Colômbia e terminou por fazer as seguintes considerações ao seu comandante em Carabobo: "General Paez, saiba que os brasileiros são tão bons soldados e tão valentes como os venezuelanos. E mais, que a Cavalaria do Rio Grande não é inferior à de Aguera."

Sobre a Guerra do Paraguai em curso e no seu terceiro ano referiu ao General Paez: "Se V. conhecesse as nossas cidades, o nosso comércio, a nossa riqueza territorial, a nossa população, se espantaria de ver que semelhante povo gastaria três anos em uma guerra que teria durado quando muito seis meses, se tivéssemos um bom general ou um almirante sequer".

Mal sabia Abreu e Lima que este grande general, egresso como ele cinco anos mais tarde da Academia Real Militar, estava justamente aparecendo com duas manobras consagradoras de seu gênio militar na História Militar Mundial.

Era o Marquês de Caxias que havia flanqueado Humaitá por terra e água e feito cair pela manobra o principal objetivo militar da guerra — A Fortaleza de Humaitá,

a Sebastopol Americana, utilizando, para reconhecimentos, balões operados pelos irmãos Allen, veteranos do Exército do Norte na Guerra de Secesão nos EUA, conforme revelou-nos o historiador de nossa Força Aérea — Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley.

E mais, que tinha iniciado na época da carta de Abreu e Lima a Paez, a preparar a célebre Manobra de Piquiciri, que tornou possível envolver aquela posição fortificada através de Estrada Estratégica, construída sobre o Chaco, pelos Corpos de Pontoneiros e de Engenheiros do Exército, sob inspiração do general baiano Argolo Férdo.

Estrada que permitiu ao Marquês de Caxias desembarcar na retaguarda profunda do Exército adversário, em São Fernando, entre Assunção e o Grosso do Exército Adversário. Ação memorável que permitiu ao Marquês de Caxias na série de batalhas de Dezembro — a Dezembrada de 1868, destruir a capacidade estratégica do General Solano Lopes e abrir caminho para a conquista do objetivo político da guerra — a capital Assunção.

Manobra que consagrou Caxias na galeria dos grandes generais e onde ele correu o risco calculado, ao arriscar o princípio de guerra da segurança, por marchar com o Exército pela região inundável, do Chaco, em benefício do princípio de guerra da surpresa. Esta obtida com o desembarque em Santo Antônio e ao nível estratégico, condição rara na História Militar da Humanidade.

Explicação da Duração Prolongada da Guerra

A duração da guerra já há três anos, segundo Abreu e Lima, tem a seguinte explicação:

O Brasil teve de enfrentar uma enorme distância de apoio logístico, desde o Rio de Janeiro até o Passo da Pátria. O cordão umbilical Rio-Exército em Campanha, foi assegurado por nossa Marinha de Guerra, através de quilômetros de mar e rios.

Ela Foi sem dúvida um grande general adversário. Ele foi enfrentado pelos russos na guerra Russo-Japonesa de 1904 e pelos ingleses na guerra dos Boers – 1895. E, em data recente, ainda pelos ingleses na guerra das Malvinas, onde tiveram que montar verdadeiras bases logísticas flutuantes.

O Teatro de Guerra desenvolveu-se ao longo do rio Paraguai dominado por fortificações fluviais do porte e valor defensivo de Curuzu, Curupaiti e Humaitá. Fortalezas erigidas sobre a margem esquerda cheia de obstáculos naturais e desconhecidos do Exército aliado, que não dispunha de cartas, esboços e informações sobre o terreno. Informações que eram obtidas em desgastantes reconhecimentos de Cavalaria a viva força, numa extensa planície, sem dominâncias.

Assim, escrevi certa feita que o Brasil enfrentou os seguintes generais adversários:

Distância de Apoio Logístico, o general Terreno, desconhecido e difícil por natureza e agravado por fortificações. E mais os generais

Tifo e Cólera que ceifaram milhares de vidas brasileiras e aliadas. E os chefes e soldados paraguaios valorosos souberam tirar o melhor partido dessas circunstâncias adversas aos aliados.

CONCLUSÃO

Abreu e Lima ingressou como soldado de Artilharia, na Academia Real Militar, com 18 anos, dela se desligando como capitão de Artilharia em 1816. Seu pai, fuzilado na Bahia, à sua frente, é mártir da Independência do Brasil, ao nível de Tiradentes. Abreu e Lima merece, pelo martírio do pai, pela Independência e sua participação e sofrimento naquele movimento natiivista, o respeito de todos os brasileiros. A serviço da Gran Colômbia honrou como soldado o curso que tirou na Academia Real Militar, que colocou a serviço da Independência de Nações Irmãs como atesta a lisonjeira Fé de Ofício passada por seu último comandante, o General Montilla. Ele desfrutou da consideração, respeito e amizade de Símon Bolívar e de seus mais destacados generais. Lutou na Gran Colômbia não pela República, mas pela Independência. Pois conservou-se monarquista constitucional, com sistema capaz de manter a Unidade do Brasil como a história o provou. General de Bolívar, teve este título e condecorações recebidas reconhecidas pelo Brasil. Foi um liberal clássico e um socialista utópico, com nenhuma conotação com o Socialismo Europeu e o Comunismo, co-

mo pretendem alguns que o tem explorado indevidamente sob estes aspectos. Foi escritor e jornalista de vocação e soldado de contingência, pensador político fecundo, patriota acendrado. Lutou e sofreu como poucos em defesa da Liberdade de Consciência. Sofreu até depois da morte, em razão de seus restos mortais serem recusados em cemitério público pelo bispo D. Cardoso Ayres. Apesar de protestos populares, a negativa consumou-se. Católico ecumênico e maçom grau 33, não teve a sorte do Visconde de Inhaúma, Joaquim José Ignácio, cujo voto de sepultamento em cemitério público por D. Pedro Maria Lacerda — Bispo no Rio de Janeiro, foi derrubado a força de sua condição de Vice-Almirante da Marinha Imperial do Brasil, de grande herói da guerra do Paraguai, como comandante em chefe das Forças Navais Brasileiras na guerra do Paraguai e depois Chefe do Estado-Maior da Armada e Ministro da Marinha.

Abreu e Lima desde 1937 é patrono da cadeira 35 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, ao lado do Duque de Caxias, cadeira 58 e do Visconde de Inhaúma — cadeira 77. Leva seu nome instituição cultural da Venezuela.

Ele está a merecer um julgamento sereno no Tribunal da História do Brasil e a consagração merecida depois de tanto silêncio em torno de sua vida e obra. Silêncio em parte pela exploração indevida de seu nome por comunistas que, assim procedendo, vêm rezando em vão, em sepultura indevida, e

de longa data, particularmente no Recife; por verem em Abreu e Lima o que ele não foi e o que eles desejariam que fosse.

Um meio de reparar a incompreensão e confusão em torno da real projeção de sua vida e obra na Colômbia, Venezuela e Brasil seria transformá-las numa co-produção cinematográfica. Obra que consagraria seu pai como mártir da Independência do Brasil na revolução nativista precursora de Pernambuco de 1817.

E a vida aventurosa de Abreu e Lima se presta a um filme. Possui todos os ingredientes para tornar-se um sucesso na América do Sul. E mais do que isto, um elo de compreensão e maior aproximação entre o Brasil e o restante da América do Sul, como prova que tudo daqui para a frente deve nos unir e nada nos separar no grande objetivo de construir um grande futuro para a América do Sul, que está demorando a chegar por falta de uma maior unidade de esforços entre seus países.

FONTES

A presente análise baseia-se nas seguintes fontes:

1. AMAN — *Carta de Lei Criação da Academia Real Militar — 1810*. Rio Imp. Ex. 1961 (Currículos, obra e autores indicados).
2. AMAN — *História Militar da América do Sul*. Resende, Graf. Acadêmica, 1980 (Batalhas de Boyacá, Carabobo e Ayacucho de libertação da Colômbia, Venezuela e Peru, que Abreu e Lima lutou como ten-cel e cel).
3. ARQUIVO NACIONAL — Requerimento de José Ignácio de Abreu e Lima —

- Cap em maio de 1816 – Armário 2, maço 59, nº de ordem 1477.
4. BENTO, Cláudio Moreira, cel – *Fontes da Cultura em Arte da Guerra do Duque de Caxias. Revista do Exército Brasileiro* – jul./set., 1983, pp. 4-11 (Focaliza curso de Caxias na Academia Real Militar).
 5. BENTO, Cláudio Moreira – *Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – História da Academia Militar das Agulhas Negras, 1975. RUHGB*, nº 336, jul./set., 1982, pp. 169-194.
 6. CALMON, Pedro – *História de D. Pedro II*. Rio, José Olímpio, 1975, t. 1, p. 162 (Incidente Abreu e Lima-Gusmán).
 7. CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO – Visconde de Inhaúma *In: O Verde Oliva*, Brasília, jul. 84, nº 100, p.2.
 8. CHÁCON, Vamireth – *Abreu e Lima – general de Bolívar*. Rio, Paz e Terra, 1983 (Fonte básica relativa a projeção histórica de Abreu e Lima e seu itinerário militar na Grã-Colômbia).
 9. COSTA, F.A. Pereira – José Ignácio Abreu e Lima *In: Dicionário Biográfico de pernambucanos célebres*. Recife, Tip. Universal, 1982, pp. 566-567.
 10. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um povo*. Rio Sergraf, 1972, v. 2 (Revolução Pernambucana 1817).
 11. FAGUNDES, Marivalde Calvet, gen – *Maçonaria e as forças secretas da Revolução*. Rio, 1984, 2^a ed.
 12. GUIMARAES, Argeu – *Um brasileiro na epopéia boliviária*. Recife, Imp. Graf., Ed. 1920.
 13. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. ARQUIVO – Carta de 4/10/1978, do ten-cel Claudio Moreira Bento, de Resende-RJ, oferecendo seu trabalho sobre as batalhas de Carabobo e Boyacá, de independência da Venezuela e Colômbia. Lata 718. Pasta 3 (Análise militar à luz/Princípios de Guerra e da Manobra e seus elementos. Nelas lutou o brasileiro ten-cel José Ignácio Abreu e Lima).
 14. LIMA, Oliveira – Anotações *In: História da Revolução Pernambucana/1817*. Recife, Imp. Industrial (3^a Edição Comemorativa Centenária Revolução).
 15. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – Emancipação política da América do Sul *In: Atlas Histórico Escolar*. Rio, Bibliex, 1979. Pub. 410 (Coleção Benício, v. 85, p. 55).
 16. MUSEU DA ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA. UFRJ – Livros de frequência, matrículas, registros e avisos da Academia Real Militar 1811, com dados sobre Abreu e Lima.
 17. PONDÉ, Francisco de Paula A., gen – Academia Real Militar *In: Anais do Congresso de História da Independência do Brasil*. Rio, Imp. Nac. 1975, v. 4 (Editada pelo IHGB. Livros de matrícula, frequência e avisos e ordens da Academia a que refere, os relocalizei no Museu da Escola Federal de Engenharia).
 18. REPÚBLICA DA VENEZUELA – PRESIDÊNCIA – *Carabobo geração de Heróis*. Caracas, 1971.
 19. RODRIGUES, José Honório – *Teoria da História do Brasil*. São Paulo, Prog. Edit., 1949 e *História e Historiadores do Brasil*. Ed. Fulgor, 1965.
 20. SOBRINHO, Barbosa Lima – Abreu e Lima general do Bolívar. *A Defesa Nacional*, 1965 (Estuda Abreu e Lima como escritor, jornalista e historiador).
- Colaboraram na presente pesquisa: Tenentes Raimundo Umbelino de Lima, Roberto Cardoso e sargento Almir dos Santos Monsores, do Comando da 1^a RM; D. Elza Freitas, do Museu da Escola de Engenharia, e funcionários José Gabriel, Jaime, Eliseu, Mirtes e Celina do Arquivo Nacional.

ANEXO 1

A BATALHA DE BOYACÁ DE 7 DE AGOSTO DE 1819 NA QUAL ABREU E LIMA LUTOU

SITUAÇÃO GERAL

Simon Bolívar em seu QG em Angostura (Ciudad Bolívar) no baixo Orinoco, partiu para travessia dos Andes à procura de um encontro decisivo com os realistas (espanhóis). Isto, depois de:

- receber do Congresso poderes militares plenos;
- conquistar o apoio dos "Ihaneros" (cavaleiros que habitavam as planícies

do Orinoco e que vinham apoiando os realistas) e ser reforçado por veteranos ingleses e irlandeses das guerras napoleônicas que constituíram a Legião Britânica (120 homens).

SITUAÇÃO PARTICULAR

Após sofrida e épica marcha e escalada dos Andes, Bolívar procurou atrair o Exército Realista sobre si, isolá-lo em Bogotá e destruí-lo. Assim o atraiu na direção de Paipa, onde se encontrava. A seguir contramarchou, a noite, atravessou o rio Sogamoso. Na manhã de 5 de agosto conquistou Tunja, aprisionou sua guarnição e se apossou de 600 fuzis, além de ameaçar cortar a retirada do Exército Realista para Bogotá. Para evitar isso o Exército Realista contramarchou para o Sul. Ao realizar este movimento foi interceptado por Bolívar próximo a ponte sobre o rio Boyacá onde teria lugar a batalha do mesmo nome, em 7 de agosto de 1819.

A BATALHA (ESBOÇO ANEXO) – TOMADA DE DISPOSITIVO

O Exército Realista ao comando do Gen Barreiro julgando que Bolívar não o impediria de atravessar o rio Boyacá, decidiu descansar ao norte desse rio, após cobrir-se face a direção de Tunja com sua Vanguarda.

Informado da situação do Gen Barreiro, Bolívar decidiu atacá-lo, interpor-se entre ele e Bogotá e a seguir destruir o seu Exército. A Batalha teve início com um choque da Vanguarda de Bolívar, ao comando de Santander, nas alturas de Casa de Telha. Santander atacou com ímpeto e desbordou os flancos da Vanguarda Realista, isolando-a do grosso ao penetrar no espaço entre ambos. A seguir pressionou-a para o Sul, obrigando-a a atravessar a ponte do Bóyacá, onde tomou posição na margem do Sul.

Enquanto isto se passava, a Retaguarda de Bolívar, ao comando de Anzoategui atuou sobre o grosso de Barreiro que começou a deslocar-se na direção da ponte de Boyacá. Presionado por Anzoategui, Barreiro abandonou o caminho e ocupou o seguinte dispositivo em alturas paralelas ao mesmo.

- Ala esquerda – 2º Btl del Rey – Inf
- Centro – 1º Btl del Rey – Int e Art
- Ala direita – Btl de Caçadores – Inf

- Deixou em reserva 2 Esqd de Dragões – Cav
- O Gen Anzoategui adotou o seguinte dispositivo para investir o grosso realista:
 - Ala esquerda – Btl Rifles e Legião Britânica – 500 homens – Inf
 - Centro – Btl Barcelona – 300 homens – Inf e Lanceiros – 300 H Cav
 - Ala direita – Btl Bravos de Paez – 300 H
 - Reserva – Eixada para atuar na Ala esquerda realista:
 - 1º Escalão – Dragões – 80 H – Cav
 - 2º Escalão – Colunas de Tunja e Socorro – 800 H
- Destinou os guias de Apure para manter a ligação entre a vanguarda de Santander o grosso a seu comando. O tenente-coronel brasileiro Abreu e Lima integrou a Vanguarda de Santander que lutou e isolou a Vanguarda Realista do grosso e a pressionou além da ponte de Boyacá.

DESFECHO DA BATALHA

Sob a liderança de Anzoategui teve início a manobra sobre o grosso realista. No centro, o Btl Barcelon fixou o centro realista no que foi coadjuvado pelos lanceiros que atuaram contra a Artilharia que dificultava a progressão do centro. A Ala esquerda já havia avançado o suficiente para interpor-se entre o grosso realista e a ponte do Boyacá. Fixada a direita e o centro realista, a Ala direita patriota forte de 1100h após reforçada pela reserva, completou a ação sobre a Ala esquerda realista.

Após muita resistência Anzoategui conseguiu concretizar a ação sobre o Gen Barreiro.

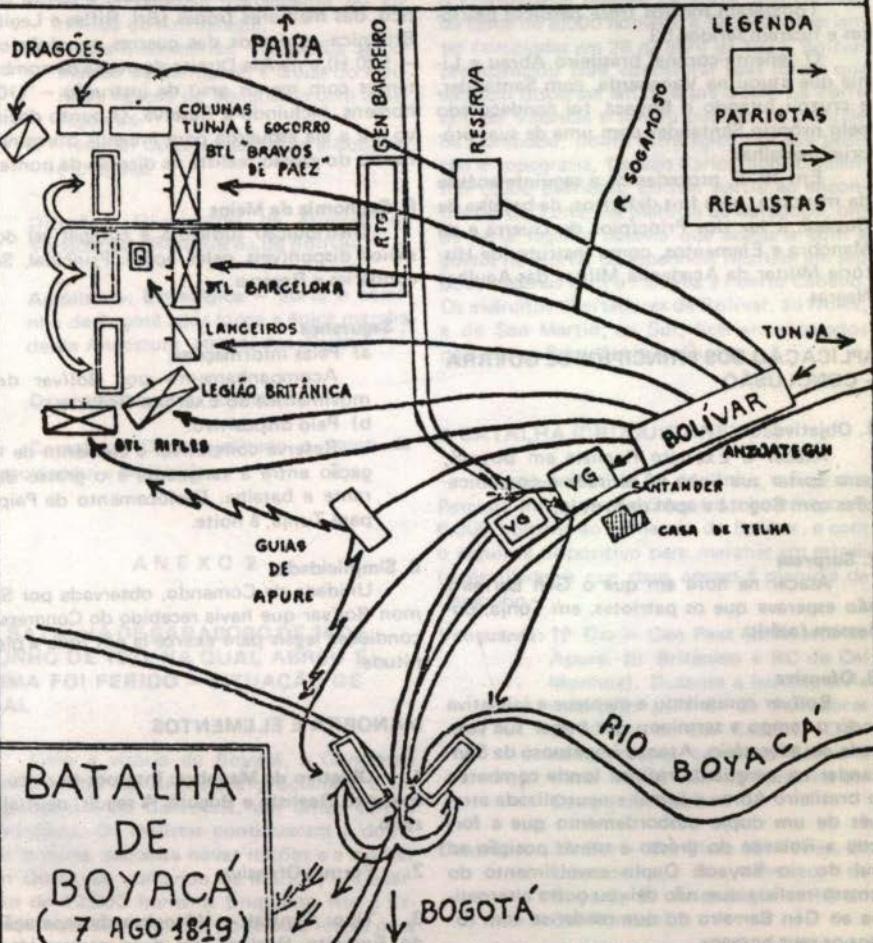
Este cercado pelas elevações à sua retaguarda e patriotas na frente e flancos, foi obrigado a render-se junto com 1600 homens.

Santander, após várias tentativas, conseguiu atravessar o Boyacá, bater a vanguarda realista e perseguir seus remanescentes com dois batalhões e dois esquadrões de Cavalaria, tropa que o brasileiro Abreu e Lima integrava. Com a derrota e rendição do Exército Realista que operava na região, foi aberto o caminho para Bogotá, onde Bolívar entrou triunfalmente após o Vice-Rei haver fugido para Cartagena.

A vitória de Boyacá criou condições para a Declaração da Independência da Colômbia

INDEPENDÊNCIA DA COLÔMBIA

BATALHA DE BOYACÁ 7 AGOSTO 1819



BATALHA
DE
BOYACÁ
(7 AGO 1819)

ESBOÇO DO TENCER CLAUDIO MOREIRA BENTO - AMAN 1978

e prosseguimento da libertação sul-americana do jugo espanhol com maior intensidade.

Sobre a importância da vitória em Boyacá escreveu Simon Bolívar no dia seguinte:

"São incalculáveis as vantagens obtidas pela República com a vitória de Boyacá. Até hoje nossas tropas não haviam encontrado um triunfo tão decisivo."

Com Boyacá os espanhóis foram varridos do Planalto Central, da Colômbia e do vale do Madalena.

Tomaram mortos treze heróicos patriotas e ficaram feridos 53.

O tenente-coronel brasileiro Abreu e Lima que atuou na Vanguarda, com Santander, e cruzou lutando o Boyacá, foi condecorado pelo próprio Santander com uma de suas próprias medalhas.

Em 1978, procedemos a seguinte análise da manobra, para fins didáticos, da batalha de Boyacá, à luz dos Princípios de Guerra e da Manobra e Elementos, como instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras.

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA – CONCLUSÃO

1. Objetivo

Atacar o Exército Realista em Boyacá, para cortar sua linha de retirada e comunicações com Bogotá e após destruí-lo.

2. Surpresa

Atacar na hora em que o Gen Barreiro não esperava que os patriotas, em Tunja, pudessem fazê-lo.

3. Ofensiva

Bolívar conquistou e manteve a iniciativa todo o tempo e terminou por impor sua vontade ao adversário. Ataque impetuoso de Santander na vanguarda realista (onde combatêu o brasileiro Abreu e Lima) e neutralizada através de um duplo desbordamento que a forçou a isolar-se do grosso e tomar posição ao sul do rio Boyacá. Duplo envolvimento do grosso realista que não deixou outra alternativa ao Gen Barreiro do que render-se com todos os seus homens.

4. Manobra

Através de movimentos rápidos e seguros, Bolívar colocou sua massa de manobra à

retaguarda dos realistas, ameaçando sua linha de retirada para Bogotá. Na Batalha, ao dividir com sua Vanguarda (onde Abreu e Lima lutou), o grosso realista de sua Vanguarda. Isolamento da vanguarda realista do grosso através de um duplo desbordamento. Derrota do grosso realista através de um duplo envolvimento que culminou em cerco.

5. Massa

Colocação na ala esquerda, o ponto crítico, das melhores tropas (Btl, Rifles e Legião Britânica veteranos das guerras napoleônicas – 520 H) e na Ala Direita da massa de combatentes com menos grau de instrução – 1100 homens, incluindo a Reserva. O ponto decisivo era a ala esquerda para impedir o irrompimento do grosso realista na direção da ponte.

6. Economia de Meios

Distribuição judiciosa e compatível dos meios disponíveis pelas ações: Principal, Secundárias e Reserva.

7. Segurança

a) Pelas informações:

Acompanhamento por Bolívar dos movimentos do Exército Realista.

b) Pelo dispositivo:

Reserva compatível e elemento de ligação entre a vanguarda e o grosso durante a batalha. Deslocamento de Paipa para Tunja, à noite.

8. Simplicidade

Unidade de Comando, observada por Simon Bolívar que havia recebido do Congresso condições legais para exercê-la em toda a plenitude.

MANOBRA E ELEMENTOS

1. **Objetivo da Manobra:** Interpor-se entre o Exército Realista e Bogotá. A seguir, neutralizá-lo.

2. **Forma:** Ofensiva.

3. **Tipo:** Central – (Manobra de separação do Exército Realista em duas partes: Vanguarda e Retaguarda).

4. **Modalidade:** Penetração (A Vanguarda de Bolívar, onde o General Abreu e Lima

atuou, penetrou no espaço entre a Vanguarda e o grosso realista separando-os.

A Manobra de Santander contra a Vanguarda Realista foi do tipo ala, modalidade duplo desbordamento.

A Manobra da Retaguarda patriota contra a Retaguarda Realista foi do tipo ala, modalidade duplo envolvimento.

5. **Repartição de Meios:**

- a) Ação Principal: Retaguarda ao comando de Anzoategui.
- b) Ações Secundárias: Vanguarda ao comando de Santander e Guias do Apure na ligação da Vanguarda com a Retaguarda.
- c) Reserva: Colunas de Tunja e Socorro e Dragões.

6. **Direções:** Divergentes de atuação da Vanguarda e Retaguarda de Bolívar.

7. **Amplitude:** Estratégica — abriu o caminho de Bogotá após longa e épica marcha desde Angostura, através dos Andes.

8. **Desencadeamento:** Sucessivo.

9. **Comando:** Descentralizado a cargo de Anzoatengui e Santander.

ANEXO 2

A BATALHA DE CARABOBO DE 24 DE JUNHO DE 1821 NA QUAL ABREU E LIMA FOI FERIDO — SITUAÇÃO GERAL

Com a vitória de Boyacá, o Congresso Venezuelano de Angostura proclamou a independência da Colômbia, em união com a Venezuela. Os realistas continuaram a dominar o norte daquelas novas nações e a manter em Quito, ao comando de Morillo, um exército de 12.000 homens. Enquanto isto a Espanha reuniu em Cadiz, poderosas forças para abafar as independências da Colômbia e Venezuela. Estas forças revoltaram-se no dia 1º de janeiro de 1820, obrigando ao rei Fernando VII restabelecer a constituição de 1812 e a convocar as Cortes. O Gen Morillo foi orienta-

do a negociar com os patriotas, em 25 de novembro de 1820, um armistício de 6 meses. A trégua foi rompida, em 28 de janeiro de 1821, pela cidade de Maracaibo que declarou sua independência.

SITUAÇÃO PARTICULAR

As hostilidades, de mútuo acordo entre o comandante realista La Torre, que contava de cerca de 6.000 homens, e Bolívar, deveriam ser reiniciadas em 28 de abril de 1821. Bolívar providenciou para concentrar suas forças que estavam dispersas em diversos locais. La Torre saiu de Valéncia e tomou posição na planície de Carabobo, ponto estratégico por sua posição e topografia. De São Carlos, após concentrar 6.000 patriotas, Bolívar partiu ao encontro de La Torre, na planície de Carabobo, onde teria lugar a batalha que acabaria com a guerra no Norte. Os espanhóis ficariam em seu poder apenas com o Panamá e Puerto Cabello. Os exércitos libertadores de Bolívar, ao Norte, e de San Martin, ao Sul, ficariam separados pela antiga Presidência de Quito.

A BATALHA (CROQUIS ANEXOS)

Ao alvorecer de 24 de junho, o Exército Patriota iniciou a marcha para a batalha, com 6.000 homens ao comando de Bolívar, e com o seguinte dispositivo para marchar em estreito desfiladeiro que dava acesso à planície de Carabobo.

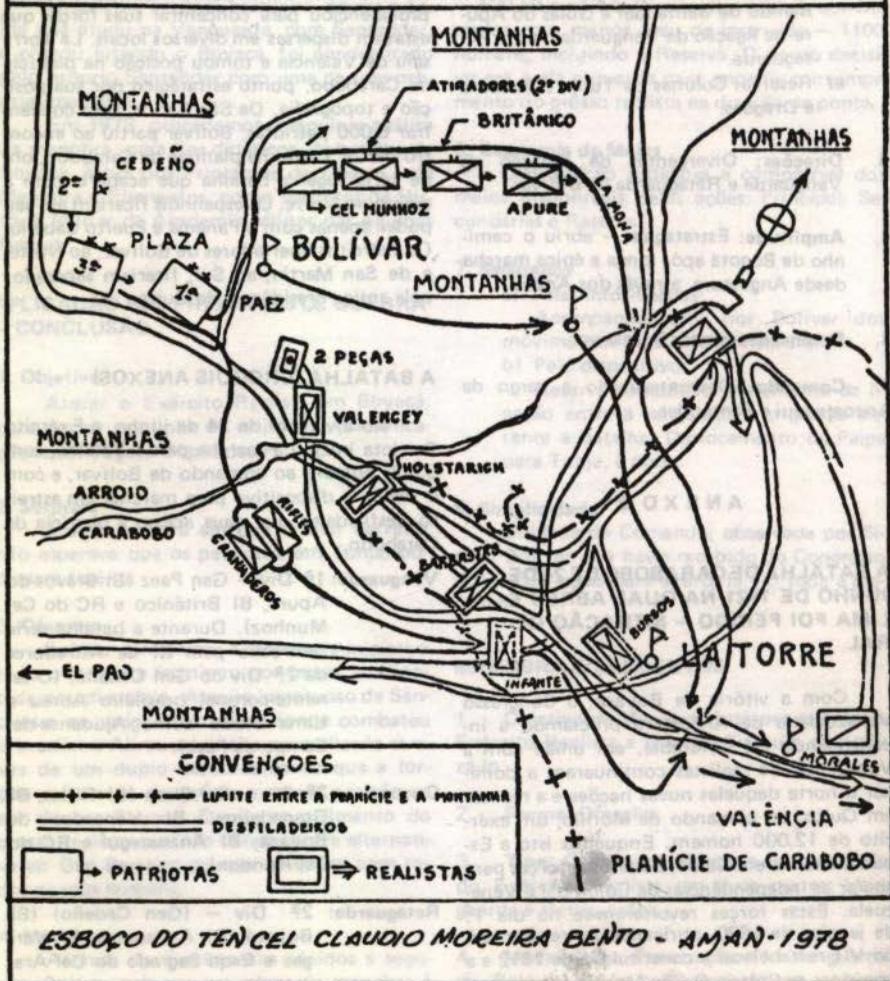
Vanguarda: 1^a Div — Gen Paez (BI Bravos do Apure, BI Britânico e RC do Cel Munhoz). Durante a batalha seria reforçado pelo BI de Atiradores da 2^a Div do Gen Cedeño. (O tenente-coronel brasileiro Abreu e Lima atuou como Ajudante-de-Campo de Paez).

Centro: 3^a Div — Cel Plaza (BI Rifles, BI Granadeiros, BI Vencedor de Boyacá, BI Anzoategui e RC do Cel Rondon).

Retaguarda: 2^a Div — (Gen Cedeño) (BI Boyacá, BI Atiradores, BI Vargas e Esqd Sagrado do Cel Aramend).

INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA

BATALHA DE CARABOBO (24 JUN 1821)



Das alturas de Buenavista, Bolívar dividiu o dispositivo adotado pelos realistas na planície de Carabobo. Dispositivo em profundidade e assim disposto por La Torre, ao longo do caminho São Carlos — Valência, na montanha e planície:

Vanguarda: BI Valencey e duas peças de Artilharia, em posição dominante e fechando o caminho do desfiladeiro, ao norte do arroio Carabobo. Unidade ao comando do intrépido e bravo Cel Dom Thomaz Garcia que neste dia escreveu uma bela página da competência e valor militar, que causou profundo respeito aos patriotas e honrou ainda mais a grande vitória de Símon Bolívar — O Libertador.

Centro: Os BI Hostalrich de Barbastro e Burges.

Flancoguarda: O BI Infante, cobertura na entrada da planície face à direção de El Pao, para prevenir um desbordamento patriota por aquele desfiladeiro.

Reserva: Cavalaria de Morales, forte de 1.500 homens (RC Hussardos, RC Guias, RC del Rey e mais o equivalente a quatro Esquadrões de Cavalaria).

As 11:00 horas, o Exército Patriota chocou-se com o BI Valency apoiado por duas peças de Artilharia. Estavam postados em alturas dominantes do desfiladeiro, inacessíveis e não desbordáveis. Na impossibilidade de um ataque frontal, em frente estreita, Bolívar, através de um guia, descobriu e decidiu usar o caminho de La Mona, pouco conhecido e quase impraticável, que desembocava na planície de Carabobo, em local não defendido por La Torre e sobre o flanco direito do Exército Realista. Com as 3^a e 2^a Div Bolívar fixou o BI Valency. A seguir desfilou sob os fogos deste, com a Div de Paez, para progredir pelo caminho de La Mona. Com uma hora de marcha, em terreno difícil, Paez atingiu as proximidades da entrada da planície, onde foi chocar-se com o BI Burgos que sob a chefia direta de La Torre, para lá o havia dirigido, ao perceber a tentativa envolvente de seu flanco direito. Este BI não levou muito tempo a ser socorrido pelos BI Hostalrich e Barbastro. Paez, em terreno confinado, engajou suces-

sivamente, por escalões, os BI Bravos do Apure e Britânico e parte do Atiradores que recebeu em reforço. A luta aí se tornou feroz. Com grande ímpeto ofensivo e agressividade os patriotas conseguiram recalcar os realistas e formar a Infantaria numa frente de 400 metros por duas fileiras de fundo e, assim, carregar à baioneta, os três BI realistas. Neste exato momento, tentam intervir na batalha 500 cavalarianos realistas que são rechaçados e postos a correr por 100 cavalarianos patriotas que haviam atingido o local da batalha e que se comportaram com bravura admirável e decidiram a batalha. (Nesta ação o Ajudante-de-Campo de Paez, Abreu e Lima, atuou e foi ferido.) À vista disso, o BI Hostalrich logo seguido pelo BI Burgos desintegraram-se e começaram a fugir em desordem. Somente o BI Barbastro retraiu em ordem e combatendo. Enquanto isto, as 3^a e 2^a Div pressionam o BI Valency que percebendo a ameaça de sua retaguarda retraiu em ordem para a planície. Patriotas mais desejosos de participar, por dificílimos caminhos, caíram sobre o BI Infante que logo se desintegrou e começou a fugir em desordem, sobre a ação fulminante de elementos dos BI Rifles e Granadeiros da Div do Cel Plaza, que aí encontraria sua morte gloriosa. O BI Barbastro após continuada resistência também desintegrou-se ante a forte e determinada ofensiva patriota. Somente o BI Valency resistiu a todos os embates. Pressionado por todos os lados, retraiu em ordem na direção de Valência, onde chegou ao anoitecer. A noite favoreceu sua retirada, sem pressão, para Porto Cabello, onde chegou após levar um belo exemplo aos fugitivos realistas e aos patriotas, além de honrar sobremodo as armas espanholas e valorizar a vitória patriota neste dia.

Sob seus quadros encontrou morte heróica o Gen Cedeño "O Bravo dos Bravos" da libertação da Colômbia e Venezuela. Os patriotas tiveram 200 baixas a lamentar e entre elas o brasileiro Abreu e Lima, ferido. Com a difícil vitória de Carabobo surgiu mais uma nação sul-americana — A República da Venezuela, conforme reconheceu na oportunidade o Congresso de Cucuta:

"Após esta batalha deixou de existir o único Exército em que o colonizador fundava suas últimas esperanças de manter em seu poder a Venezuela. . . a memorável jornada de Carabobo consolidou igualmente a existência desta nova República" — A República da Venezuela.

Por sua participação heróica o brasileiro Abreu e Lima foi condecorado nesta ação.

NOTA: A presente descrição foi feita com apoio na tradução e interpretação das seguintes obras editadas no transcurso do Sesquicentenário da Batalha de Carabobo e cedidas gentilmente à Caixa de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, pelo Consulado Geral da República da Venezuela no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1978.

1. BASTARDO, J. L. Salcedo. *Visão e revisão de Bolívar*. Rio, Agir, 1976.
2. BLANCO, Eduardo. *Carabobo*. Caracas, Presid. Repúbl. 1971.
3. CONSEJO MUNICIPAL. *Carabobo*. Caracas, 1971.
4. DIAZ, J. A. Perez. *Carabobo*. Caracas, Congresso de La República, 1971.
5. PRESIDÉNCIA DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA. *Carabobo generación de heroes*. Caracas, 1971.

As obras 2, 3 e 5 contém as partes de combate de Simon Bolívar sobre a batalha. O esboço, anexo ao presente trabalho, é uma síntese dos quatro mapas existentes da obra nº 3, que apresentam o desenvolvimento da batalha de Carabobo.

APLICAÇÃO DOS PRINCIPIOS DE GUERRA – CONCLUSÃO

1. Objetivo

Atacar o flanco direito do Exército Realista, na planície de Carabobo.

2. Surpresa

Uso por Bolívar do caminho de La Mona, pela Divisão Paez, reforçada. Caminho difícil e não esperado pelos realistas que provocou o irrompimento dos patriotas, de surpresa, no flanco direito realista. (O brasileiro Abreu e Lima af atuou).

3. Ofensiva

Bolívar depois detido no desfiladeiro, em frente estreita, lançou Paez, através do cami-

nho La Moña. A partir daí conquistou e manteve a iniciativa das ações, todo o tempo, atuando o adversário até Valência.

Ao grande ímpeto ofensivo e agressividade da Divisão Paez, onde lutava como Adjunto-de-Campo o brasileiro Abreu e Lima, se deveu o início do fim dos realistas.

4. Manobra

Esta caracterizada particularmente pelo deslocamento rápido e por caminho tido por impraticável, o caminho de La Mona, da Div Paez para desbordar o flanco direito realista e desequilibrar o centro de gravidade do general La Torre.

5. Massa

Lançar sobre o ponto crítico o flanco direito a 1^a Divisão de Paez, a mais indicada para o tipo de operação, reforçada por um BI de Atiradores da 2^a Divisão do general Cedeño.

6. Economia de Meios

Distribuição judiciosa e mais compatível dos meios disponíveis pela ação principal e pelas demais.

7. Segurança

Pelas informações por procurar levantar o dispositivo adversário na planície e, depois, ao procurar um caminho que pudesse servir a um desbordamento. Segurança pelo dispositivo usado por Paez, ao engajar, sucessivamente suas peças de manobra por escalões. Depois por formar sua Infantaria em duas fileiras para a carga e aplicação da reserva de 100 cavalariais no momento certo contra 500 cavalariais realistas (contexto em que atuou como um simples lanceiro e foi ferido o brasileiro Abreu e Lima.)

8. Simplicidade

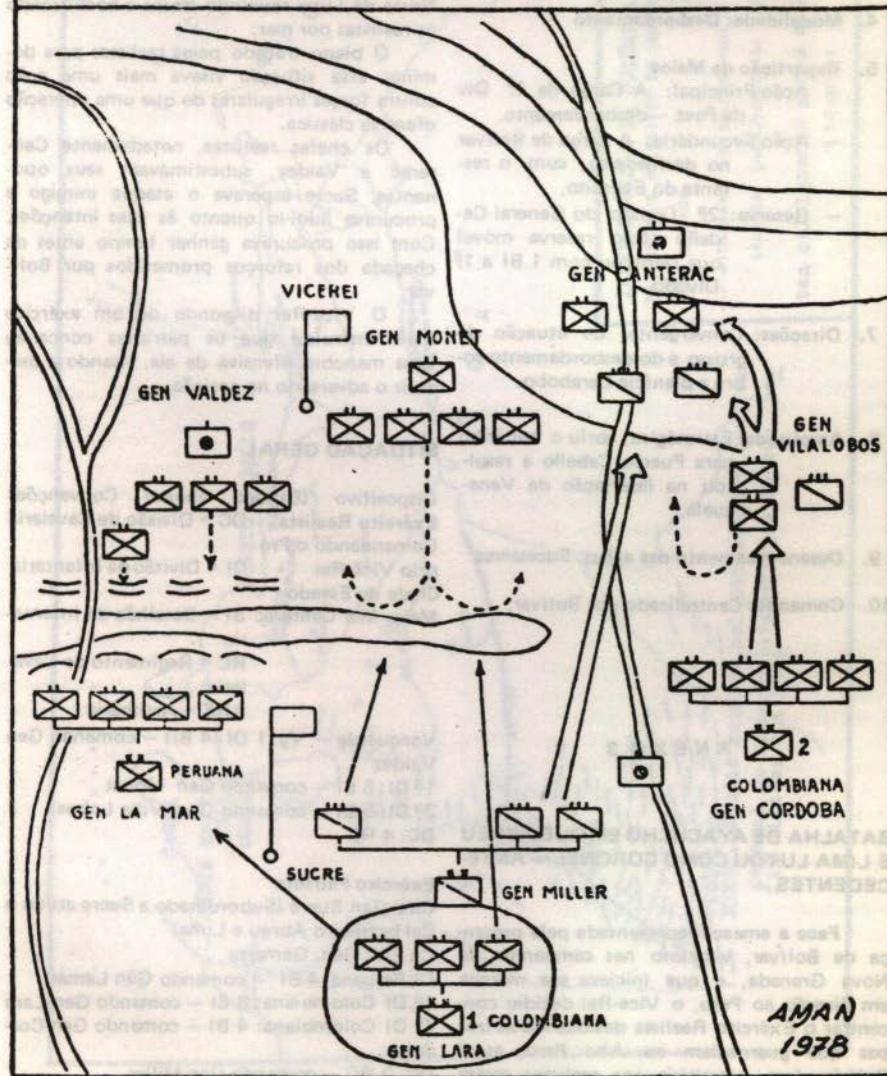
Uma fixação do grosso realista ao longo de desfiladeiro, combinado com uma manobra desbordante que provocou a mudança brusca do centro de gravidade realista, todo em coluna.

9. Unidade de Comando

Foi observada por Bolívar e por seus generais.

INDEPENDÊNCIA DO PERÚ

BATALHA DE AYACUCHO 9 DEZ 1824



MANOBRA E ELEMENTOS – ANÁLISE

1. Objetivo da Manobra

Vencer o Exército Realista, em Carabobo e abrir caminho para Puerto Cabello.

2. Forma: Manobra ofensiva

3. Tipo: Manobra de Ala

4. Modalidade: Desbordamento

5. Repartição de Meios

- Ação Principal: A cargo da 1^a Div de Paez – desbordamento.
- Ação Secundária: A cargo de Bolívar no desfiladeiro, com o restante do Exército.
- Reserva: 2^a Divisão do General Cedeño (tipo reserva móvel que reforçou com 1 BI a 1^a Divisão).

7. Direções: Convergentes de atuação do grosso e do desbordamento sobre a planície Carabobo.

8. Amplitude: Estratégica, abriu o caminho para Puerto Cabello e resultou na libertação da Venezuela.

9. Desencadeamento das ações: Sucessivas.

10. Comando: Centralizado por Bolívar.

fortes no momento decisivo, encurtando suas linhas de comunicações e suprimento além de interporem-se entre os exércitos patriotas de Bolívar e San Martin. Informado dos movimentos das tropas do Vice-Rei, Bolívar reconheceu que era chegado o momento de agir. Sucre foi mandado coordenar as ações dos patriotas no interior do Peru, enquanto o próprio Bolívar permanecia no Norte de Lima reunindo meios e hostilizando os realistas por mar.

O plano traçado pelos realistas para dominar essa situação visava mais uma ação contra forças irregulares do que uma operação ofensiva clássica.

Os chefes realistas, notadamente Canterac e Valdez, subestimavam seus oponentes. Sucre esperava o ataque inimigo e procurava iludi-lo quanto às suas intenções. Com isso procurava ganhar tempo antes da chegada dos reforços prometidos por Bolívar.

O Vice-Rei dispôs de um exército mais instruído que os patriotas concebeu uma manobra ofensiva de ala, visando a destruir o adversário na posição.

SITUAÇÃO GERAL

Dispositivo (Esboço anexo) Convenções Exército Realista DC = Divisão de Cavalaria Comandando o Próprio Vice-Rei DI = Divisão de Infantaria Chefe do Estado-Maior Mar Canterac BI = Batalhão de Infantaria

RC = Regimento de Cavalaria

ART = Artilharia

Vanguarda – Vg: 1 DI (4 BI) – comando Gen Valdez

1^a DI: 5 BI – comando Gen Monet

2^a DI: 5 BI – comando Gen Villa Lobos

DC: 4 RC

Exército Patriota

Cmt Gen Sucre (Subordinado a Sucre atuou o

Cel brasileiro Abreu e Lima)

Ch EM: Gen Gamarra

DI Peruana: 4 BI – comando Gen Lamar

1^a DI Colombiana: 3 BI – comando Gen Lara

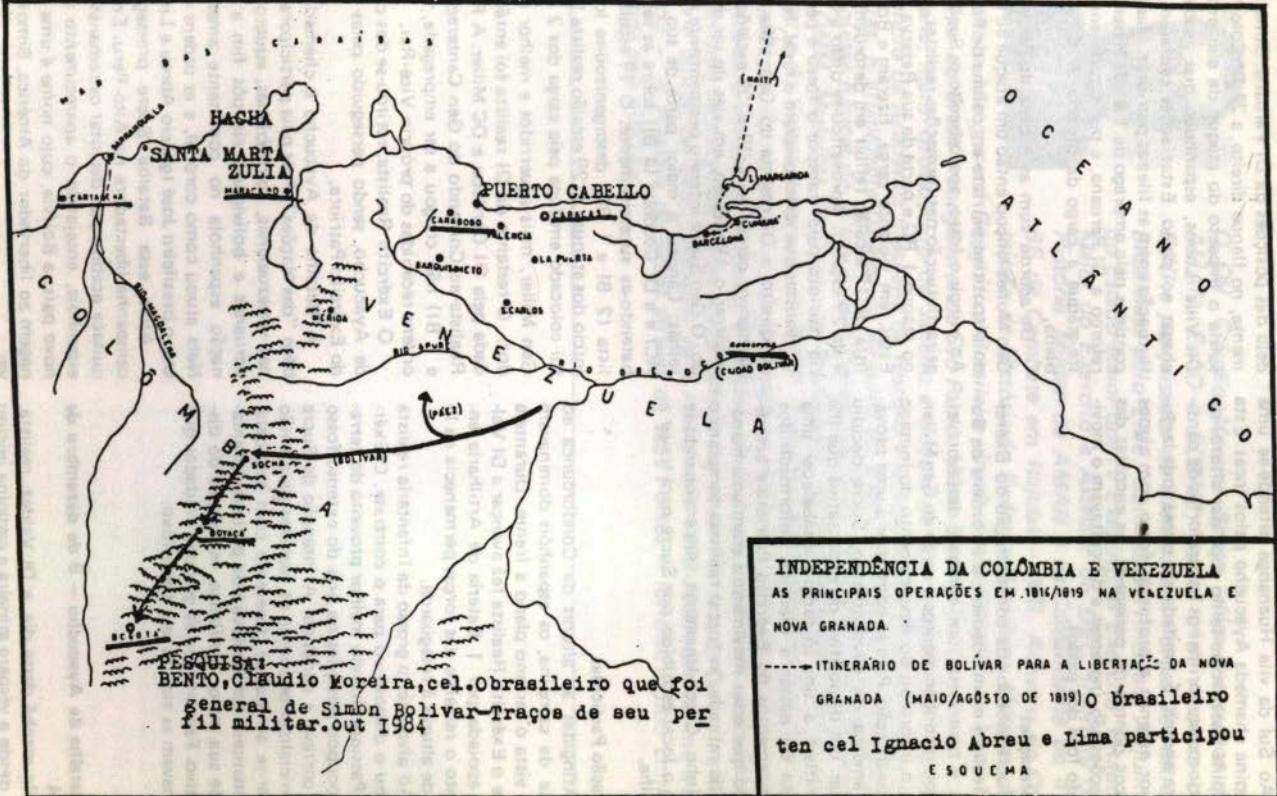
2^a DI Colombiana: 4 BI – comando Gen Coroboba

DC: 3 RC – comando Gen Miller

ANEXO 3

BATALHA DE AYACUCHO EM QUE ABREU E LIMA LUTOU COMO CORONEL – ANTECEDENTES

Face a ameaça representada pela presença de Bolívar, vitorioso nas campanhas da Nova Granada, e que iniciava sua marcha em direção ao Peru, o Vice-Rei decidiu concentrar o Exército Realista deslocando as tropas que guarneciam ao Alto Peru, atual Bolívia. Isso permitiria aos realistas serem



Terreno

Ao Sul da vila Huananga estende-se uma campina chamada Ayacucho pelos incas. Esta campina desenvolve-se no sopé das alturas de Condorcunca, primeiros contrafortes de cordilheira andina. É limitada em quase toda largura por extenso e profundo fosso com alguns poucos pontos de passagem. As encostas das elevações são íngremes e dificultavam o movimento fora dos passos.

Informações

Sucre sabedor da concentração do Exército Realista e em obediência às ordens de Bolívar e para evitar um combate desfavorável, lançou reconhecimentos a cargo do Gen Miller. Este o informou do deslocamento do inimigo na sua direção. Para se contrapor a uma provável ameaça de envolvimento, Sucre decidiu adotar um dispositivo de expectativa que lhe permitisse a um só tempo estabelecer uma defesa ou passar a ofensiva. Informado dos deslocamentos do Exército Patriota e acreditando que esses movimentos eram uma manobra de retirada, as forças realistas tomaram o caminho Cusco-Huananga, encaminhando-se para o local escolhido por Sucre para travar a batalha.

Situação Particular

Atingidas as alturas de Condorcunca ao Norte da campina, os espanhóis dominavam pela vista o terreno plano a frente. Durante a noite o Exército Realista fez avançar a DI Valdez apoiada por 1 Bateria de Artilharia enquanto o restante das forças permanecia na linha de alturas à retaguarda.

Ao alvorecer o grosso da Infantaria realista tomou o dispositivo para o combate. O Exército Patriota tirando melhor proveito do terreno, ocupou posições na orla do extenso fosso que cortava a campina. A intenção de Sucre foi inicialmente conter os realistas para então lançar-se ao ataque. Coerente com essa decisão manteve em Reserva boa parte da Infantaria de sua maior confiança, no centro do dispositivo. Fez avançar as grandes unidades que ocupavam as alas do seu dispositivo.

A Batalha de Ayacucho – 9 de dezembro de 1824

Na manhã desse dia, a DI Valdez, realista, que desde a véspera atingira a campina iniciou

o ataque acompanhado de violento bombardeio das posições da DI Peruana. Simultaneamente, no flanco direito, a 2ª DI Colombiana sofría o impacto do ataque de elementos da DI Villa Lobos, espanhola, que acabara de chegar ao plano. Estas ações causaram certa flutuação entre as fileiras patriotas. Mas foram contidas pelo emprego de 1 BI da Reserva, em reforço a DI Peruana, e por um potente contra-ataque a cargo da própria 2ª DI Colombiana.

De acordo com as ordens do Vice-Rei, o Gen Monet lançou então um ataque ao Centro do dispositivo patriota em coluna de Brigadas. Ao atingir o fosso, apercebendo-se Sucre de leigra flutuação nas formações realistas, lançou no ataque 1 RC e parte de sua Reserva (1 BI). Estes, em violenta carga, fizeram a Bda Realista de 1º escalão refluir em desordem sobre a do 2º escalão. Aproveitou-se disso a Cavalaria patriota para transpor o fosso e perseguir os realistas que abandonavam o local. No flanco direito a DI realista do Gen Villa Lobos procurava cerrar seus 2º e 3º escalões para socorrer o 1º escalão, em vias de ser destruído. O Gen Sucre intervém pessoalmente nas batalhas: Lançou a maior parte de sua DC (2 RC) e a DI Cordoba (4 BI) sobre as realistas, batendo-as sucessivamente. O 1º escalão realista (2 BI e 1 RC) desorganizou-se logo ao início dos ataques. O 2º escalão realista (2 RC) foi colocado em fuga pela carga dos 2 RC do Gen Miller, mais aguerridos e melhor montados. O restante da DI realista foi então abordada pela DI Cordoba e DC Miller. A Reserva Realista ao Comando do Gen Canterac (1 RC e 1 BI) não chegou a ser empregada, face às ordens recebidas do próprio Vice-Rei.

O Exército Realista, retirou-se dos campos de Ayacucho, sendo perseguido pelas tropas do Exército Patriota.

A Batalha de Ayacucho é chamada também "das Nações". Pois nela participaram tropas venezuelanas, colombianas, equatorianas, peruanas e bolivianas, ela pôs fim a dominação espanhola no continente americano. Nela atuou como coronel, e as ordens de Sucre, o brasileiro José Ignácio Abreu e Lima.

Após essa Batalha Sucre prosseguiu a campanha libertadora no Alto Peru. Em Chuquisaca acabou por derrotar os remanescentes espanhóis, ensejando o aparecimento de um novo país, a Bolívia, cujo nome é uma homenagem ao libertador da América, Simon Bolívar.



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECUME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá - MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História da A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho - A História do Brasil através de seus Fortes - foi distribuído como brinde pela GBOEx.



OS SUPERDOTADOS E A UNIVERDADE

João Bina Machado

Este artigo do Gen Bina Machado, hoje uma autoridade nacional no estudo das condições que afetam os jovens superdotados, com todas as suas implicações na Educação, revela-se de particular interesse à consideração dos que se dedicam ao Ensino Militar. O autor, cuja carreira no Exército brasileiro caracterizou-se pelo exercício de destacadas funções no ensino, dedica-se atualmente a refletir sobre o tema "Os Superdotados no Exército".

NECESSIDADES BÁSICAS, EM TERMOS DE EDUCAÇÃO (ENSINO E PESQUISA) PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Diz o professor Maj Brig Tércio Pacitti, diplomado em Engenharia de Aeronáutica pelo ITA (São José dos Campos), Mestre em Engenharia Elétrica e Doutor em Ciências da Computação pela Universidade da Califórnia-Berkley, ex-Reitor do ITA e atual Diretor de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, em artigo publicado na revista *VEJA*, em 1982, que:

"TECNOLOGIA SE CONQUISTA", ao discorrer sobre o papel da educação no desenvolvimento e na soberania do país. Sempre ligado

ao ensino, declara: "O que interessa é a competência de cada um, do aluno ao pesquisador. A seriedade é outra exigência fundamental." Frisa que a indústria aeronáutica, no país, não surgiu de improviso. Primeiro fundou-se o ITA, e começou-se pela educação, para se chegar a uma massa crítica de cientistas, na base da competência. Ali, então, espontaneamente, surgiu a indústria aeronáutica.

O ensino, a pesquisa e a indústria devem ser interligados, diz ele. "Sou de opinião," diz mais, "que o desenvolvimento tecnológico deve estar fundamentado em sistemas educacionais de excelência. . . Estes são centros de ensino e de pesquisa altamente seletivos, onde o acesso de estudantes, professores e pesquisadores se faça, exclusivamente, através do mérito e da competência. É daí que sairá o nosso desenvolvimento científico e tecnológico."

"Nos EUA, a universidade," afirma ele, "é a base do desenvolvimento do país. O vale do Silício é fruto da Universidade Stanford, na Califórnia, onde 800 médias e grandes empresas se dedicam à microeletrônica, ao *laser*, às telecomunicações, aos computadores, incluindo aqueles que começaram no fundo do quintal com alunos universitários."

"A moderna aplicação da alta tecnologia, como a Engenharia Genética, constitui o que se chama de 'indústria de cérebros'. No início, esta indústria necessita mais de conhecimento do que de capital," afirma.

O Maj Brig Pacitti, com felicidade, se refere ao *Iceberg* Tecnológico. "Para que um *iceberg* flutue, ele precisa de uma base de volume dez vezes maior do que aquilo que se enxerga." Essa base, diz ele, é o sistema de ensino e de pesquisa do país.

Na Revista *Círculo de Engenharia Militar*, de dezembro de 1984, o Maj Brig Pacitti ressalta que "o ensino da ciência e da tecnologia deve-se pautar em padrões de excelência". "A alta tecnologia requer alto padrão".

No processo de desenvolvimento, a educação deve ser considerada um investimento. Em aula inaugural do IME, proferida pelo Major Brig Pacitti, em 22 de fevereiro de 1985, coube-lhe reafirmar os pontos de vista acima expostos, sobre as necessidades básicas de um sistema de desenvolvimento científico e tecnológico, no que foi auxiliado por sua

sores, em 30 escolas de Caracas, — competência e transbordante autenticidade.

IMPORTÂNCIA DA SELEÇÃO E DO PREPARO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE CAPAZES PARA O INGRESSO NA UNIVERSIDADE, COM VISTAS À FORMAÇÃO DE UMA MASSA CRÍTICA DE PROFESSORES E PESQUISADORES EM CENTROS DE EXCELÊNCIA

Do pensamento expresso pelo Maj Brig Pacitti, ressalta a importância de se selecionar e preparar os jovens melhores dotados e talentosos, aos quais a legislação brasileira chama de superdotados, propiciando-lhes meios de desenvolver-lhes a dotação potencial de que são portadores, consequente de uma carga gênica favorável, para que melhor concorram, com destaque, ao ingresso e freqüência dos cursos universitários, de onde emergirão, com excelência (como a figura do *iceberg*), compondo a equipe (a elite intelectual?) de professores e pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico, em benefício não só de seu — do nosso — país, como, por certo, da própria humanidade, particularmente nesta época atormentada, em que já nos aflige a visão de uma derrocada ecológica ou de um holocausto nuclear, pondo em xeque a sobrevivência da espécie humana.

POLÍTICAS, NORMAS E ATIVIDADES EDUCACIONAIS, NO EXTERIOR E NO BRASIL, DEDICADAS À PREPARAÇÃO DA JUVENTUDE, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DOS MELHORES DOTADOS, EM QUALQUER NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO EM QUE SE ENCONTREM

Postas estas premissas, vejamos o que se está fazendo no mundo e no Brasil a respeito da identificação e atendimento dos alunos mais capazes, os denominados superdotados, através do exame das políticas, normas e atividades desenvolvidas.

Qual a importância e o apoio estatal e comunitário atribuídos à educação dos mais capazes, com vistas a melhor prepará-los para assumirem os cargos de maiores responsabilidades quanto ao desempenho daquelas funções modernamente dedicadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no campo do ensino, como no da pesquisa pura e/ou aplicada?

PREPARAÇÃO DA JUVENTUDE EM DIFERENTES PAÍSES

Canadá — iniciou o atendimento ao superdotado em 1911. Numerosos programas desenvolvem-se hoje em dia sob várias modalidades metodológicas, incluindo escolas especiais na área urbana de Toronto. Todo o sistema educacional do Canadá está convencido da importância

do atendimento ao superdotado.

China Continental — a grande política, hoje em dia, é preparar líderes superdotados para a moderna China. Há numerosas escolas de formação de "quadros". A orientação é detectar crianças superdotadas intelectualmente, pois elas são reconhecidas como as que mais rapidamente se adiantam em todos os graus de ensino. Os "Palácios das Crianças" recebem alunos superdotados depois do horário normal das classes comuns e lhes ministram um algo mais de "enriquecimento".

França — Na II Conferência Mundial sobre educação de crianças superdotadas, Califórnia, 1977, o francês Jean Charles Terrassier declarava: "Manter um superdotado na classe de crianças de inteligência normal equivale a manter uma criança de inteligência normal em uma classe de crianças deficientes mentais."

Irã — Durante o biênio 78/79 o Irã atendia a 1.100 estudantes superdotados. O Plano de Expansão para 82/83 previu atendimento a 3.500 superdotados. O modelo de educação do superdotado no Irã é considerado exemplar para a maioria dos países, diz publicação do Conselho mundial.

Israel — em 1960, ainda era preciso convencer a opinião pública e o Governo sobre a importância da educação especializada do superdotado. Esta fase já passou. Atualmente adotam-se

"Classes Especiais", onde estão reunidos só alunos superdotados. Consideradas a melhor solução, estas classes são freqüentadas por alunos de elevado QI (média 143) (talvez escala Stanford Binet?), exigência bastante alta.

Japão — a filosofia educacional japonesa é dar progressivamente mais e mais oportunidades, sem limites, àqueles que demonstram aptidão, interesse, desempenho e aspiração em adquirir mais e mais conhecimento. Valoriza-se, ao máximo, os que se mostram mais capazes e criativos.

Tailândia (Formosa) — a fase inicial data de 1961, a título experimental. Em 1981 havia 3.000 alunos superdotados recebendo educação especial, em 55 escolas, adotando "aceleração" e/ou "enriquecimento". Cada vez mais o povo toma consciência da importância do superdotado.

Venezuela — criou-se o cargo de ministro para o Desenvolvimento da Inteligência (humana). Alguns projetos em andamento apresentam os seguintes atendimentos expressivos:

— Projeto Aprender a Pensar — visando melhorar as habilidades intelectuais dos alunos. Adota método criado por Edward De Bono, e está sendo aplicado a 40.000 estudantes. — Projeto Enriquecimento Instrumental — visa o desenvolvimento intelectual para melhorar o processo mental de aquisição de conhecimentos. Dele participam 3.326 alunos e 83 profes-

sores, em 36 escolas de Caracas, — Projeto Inteligência — organizado pela Universidade de Harvard, visa desenvolver habilidades intelectuais. Está sendo experimentado em 90 alunos.

O Apoio aos Jovens Superdotados para a Educação Científica e Tecnológica nos EUA

Em 1958, os EUA tomaram duas medidas decisivas de interesse do tema dos nossos estudos, quais sejam: primeira, o apoio à seleção de jovens superdotados e de ambos os sexos para o ingresso nas universidades, com bolsas de estudos para prosseguimento de seus estudos superiores; segunda, a criação de centro de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico aeroespacial.

A primeira medida foi através da National Defense Education Act of 1958, destinando verbas federais para programas educacionais que levassem à descoberta de novos princípios, novas técnicas e novos conhecimentos.

A segunda medida foi a criação da NASA.

O porquê destas duas iniciativas, o qual pôs os EUA em situação de "emergência" declarada, no que diz respeito a Defesa Nacional, foram os russos terem meses antes, em 1957, colocado o primeiro satélite artificial em órbita (o *Sputnick*), pondo-se assim à frente da corrida espacial.

As medidas foram acertadas em 1969, com os EUA descendo o primeiro homem na lua, recobrando a vanguarda espacial.

Mas note-se que a resposta não foi imediata. Demorou 11 anos. Foi construída, através da aplicação daquelas premissas aconselhadas pela lúcida visão do Maj Brig Pacitti, a construção da base educacional do *iceberg* tecnológico, isto é, o recrutamento e preparo de recursos humanos de excelência para as universidades.

Atendimento ao Superdotado no Brasil

São as seguintes as instituições educacionais que mantêm programas de educação especial para alunos superdotados.

- Belém — PA — Secretaria Estadual de Educação.
- Belo Horizonte — MG — Fazenda Rosário — Associação Milton Campos (ADAV).
- Brasília — DF — NAS — Secretaria Estadual de Educação.
- Florianópolis — SC — Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).
- Goiânia — GO — Centro Educacional de 2º Grau — (projeto desativado).
- Pojuca — BA — Fundação José Carvalho — 2º Grau profissionalizante.
- Porto Alegre — RS — Fundação de Atendimento ao Excepcional do Rio Grande do Sul (FAERS).
- Rio de Janeiro — RJ — Núcleos Enriquecimento — Secretaria Municipal de Educação (1º e 2º Graus).
- Rio de Janeiro — RJ — UERJ — (1º, 2º e 3º Graus).

• São Paulo — SP — Associação para Desenvolvimento dos Superdotados e Talentosos do Estado de São Paulo (ADESESP).

Nota: Estes atendimentos dirigem-se ora a um ora a outro dos graus; pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus.

Legislação Brasileira de Apoio aos Alunos Superdotados Referente aos 1º e 2º Graus

Lei 5.692/71 — Os alunos superdotados deverão receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação (art. 9º).

— As normas... disporão sobre o ingresso no 1º grau de alunos com menos de 7 anos de idade (art. 19, § 1º).

— Os conselhos de educação poderão emitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos os estudos das três séries do 2º grau (art. 22, § único).

Referente ao 3º Grau

Lei 5.540/68 — Os cursos de graduação são abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o 2º grau e tenham sido classificados em concurso vestibular (art. 17, letra "a").

Pareceres CFE — 195/72 — 436/72 - 6644/78 e *Resolução CFE* 9/78 — Admitem matrícula condicional, em curso superior, de aluno declarado superdotado pelo CFE, em processo deferido antes da inscrição no vestibular, mesmo com idade abaixo da normal, ten-

do prazo de dois anos para completar o 2º grau de ensino.

Definição de Superdotados

Mas afinal quem é no Brasil considerado superdotado?

Segundo norma baixada pelo CENESP — órgão setorial do MEC, são aqueles de notável desempenho e/ou elevada potencialidade, em um ou vários dos seguintes aspectos:

- capacidade intelectual geral;
- aptidão acadêmica específica;
- pensamento criador produtivo;
- capacidade de liderança;
- talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música;
- capacidade psicomotora.

Nota-se aí que os aspectos mais vinculados à ciência e à tecnologia são os três primeiros citados, sobre os quais, portanto, deverá incidir a tentativa de seleção e de aperfeiçoamento de recursos humanos que se destinem ao ingresso na universidade e ao desempenho de atividades de pesquisa e de desenvolvimento.

Os três últimos aspectos dos citados acima são mais propriamente classificados como "talentos".

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS REFERENTES AOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E AS MODALIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAL AOS ALUNOS SUPERDOTADOS, PARTICULARMENTE EM

INTELIGÊNCIA, APTIDÃO ACADÊMICA ESPECÍFICA E/OU EM PENSAMENTO CRIATIVO

Características dos Superdotados

As características abaixo, particularmente referentes aos jovens superdotados intelectuais ou com aptidão específica ou portadores de criatividades, servem de base para a organização dos testes de seleção e identificação daqueles recursos humanos desejáveis.

Gerais — hiperatividade-distraído-negligência no falar e escrever versatilidade de interesses-hipercrítico.

Intelectuais — habilidade numérica, verbal e especial-capacidade de aprendizagem e memória-capacidade para analisar, associar e avaliar-sensibilidade de resposta ao meio ambiente-imaginação elevada-curiosidade de pensamento-permanência de atenção no interesse-produção ideativa-maturidade de pensamento-habilidade para lidar com os próprios problemas.

Sociais — autocritica-liderança-capacidade de assumir situações complexas.

Psicológicas — pensamento independente-percepção rápida-compreensão-originalidade-profundidade de apreensão-persistência em alvos afastados-superação-automotivação e, talvez — atração pelo desafio, pela descoberta, pela pesquisa, pelo desconhecido, pelo vazio, pelo pioneirismo, pelo risco, pela grandiosidade, pelo jogo de inteligência, pelo sucesso mesmo não divulgado.

O Que É Inteligência?

É interessante acompanhar-se, ainda hoje em dia, o debate travado entre os estudiosos, a respeito da inteligência: qual sua gênese, qual seu significado, quais suas manifestações e como avaliá-las através de quais instrumentos de medida.

Várias tentativas de sua compreensão e classificação vão se sucedendo.

Pré-1940: Primeira tentativa: *Definições intuitivas*. Ex: Inteligência é a capacidade de aprender ou de resolver problemas.

1940-1950: Segunda tentativa: *Definições lógicas ou filosóficas*. Ex: Ryle — Inteligente é o que age logicamente para atingir um fim desejado.

1950-1960: Terceira tentativa: *Definições psicológicas* (enfoque empírico-teórico). Ex: Thurstan — adota sete aptidões primárias ou fatores: espacial-numérico-significado verbal-fluência verbal-percepção-memória e intuição.

1960-1970: Guilford — com sua Estrutura de Intelecto chega a 120 combinações ou manifestações intelectuais: quatro conteúdos (figural-simbólico-semântico-comportamental) — cinco operações (cognição-memória-pensamento convergente-pensamento divergente-avaliação) e seis produtos (união-classe-relação-sistema - transformação - implicações). ($4 \times 5 \times 6 = 120$).

1970-1980: Piaget — declara que a inteligência é resultado da interação do indivíduo com o meio ambiente. Portanto, os estímulos desenvolvem a inteligência. (Esta posição

piagetiana é preponderante, hoje em dia.)

Hunt — confirma a posição acima, declarando-se contra uma inteligência inalterável.

Eysenck — encara três componentes da inteligência, em face de um problema: rapidez em encontrar uma solução, exatidão na solução e persistência em face de problemas difíceis. Eysenck declara-se pela preponderância dos fatores genéticos em relação aos ambientais, no eclosão da inteligência.

Amin — insiste na predominância dos fatores ambientais.

Afinal — o que é inteligência? e quais as respostas para as outras indagações iniciais?

Como Medir a Inteligência?

Eis alguns testes de Inteligência Geral:

• *Testes de WECHSLER* — foi o primeiro a adotar o QI de desvio (média 100 e desvio padrão 15).

A escala de 1939, para adultos (WAIS), foi muito empregada pelos EUA na seleção para a II Guerra Mundial. Foi revista em 1955.

A escala WISC (1949) é aplicável a crianças.

• *Teste STANFORD-BINET* — a terceira revisão (1960) adotou o QI de desvio (introduzido por Wechsler). Usa média 100 e desvio padrão 16.

• Teste de RAVEN — não-verbal (figural). Chamado de Matrizes Progressivas, dificuldades crescentes. *Escala Geral*, para crianças e adultos, de qualquer nível e cultura. *Escala Avançada*, para adultos de qualquer nível de inteligência

superior, mesmo as mais elevadas. (O teste foi criado em 1943 para seleção da II Guerra Mundial.)

Como Selecionar os Jovens para a Preparação de Ingresso na Universidade. Tipo de Testes, à disposição, no mercado do Rio e São Paulo, e suas Áreas de Aplicação

- 1) *Testes de Inteligência Geral:*
 - verbais (Weschsler – Myra Y Lopez)
 - não-verbais (Cattel-Raven-Dominó-Cubos)
 - Prontidão
- 2) *Testes de Aptidões Intelectuais Específicas:*
 - Espacial. Verbal. Numérica. Mecânica. Visual. Auditiva.
- 3) *Inventário de Interesses*
- 4) *Investigação de Atitudes:*
 - Pessoais. De Chefia. Preconceito profissional
- 5) *Avaliação da Personalidade:*
 - Inventário (Cattel-Minesota)
 - Projeção e Expressão (Myra Y Lopez-Rorschach)

Processo Seqüencial de Identificação de Aluno Superdotado – Seleção Básica

- 1) *Recomendação* dos pais e/ou do professor (apoiada em indícios de comportamento diferente para mais).
- 2) *Observação* dos professores (e preenchimento de ficha-questãoário).
- 3) *Entrevista* do aluno e de seus pais por equipe especializada (pedagoga-psicóloga-assistente social).

4) *Testagem* – aplicação de Teste Coletivo de Inteligência (a).

5) *Acompanhamento* do rendimento (desempenho) do aluno na sala de aula.

Aprofundamento da Seleção

- 6) *Teste individual de inteligência (a)*
- 7) *Teste de aptidões intelectuais específicas (b)*
- 8) *Teste de Criatividade (c)*
- 9) *Teste de Investigação de Atitudes (Chefia e Liderança) (d)*
- 10) *Inventário de Interesse (e)*
- 11) *Teste de Personalidade (normalmente, só para casos clínicos).*

Observação

- a) Aconselha-se seleção precoce (pré-escolar, isto é, faixa dos 5 a 6 anos).
- b) (a) (b) (c) (d) e (e) referem-se aos aspectos da superdotação, definidos pelo CENESP.

Modalidades de Atendimento Especial ao Aluno Superdotado

Há três modalidades básicas de atendimento aos alunos superdotados: a Aceleração, o Enriquecimento e os Grupamentos Especiais. Inúmeras combinações destas três modalidades básicas são encontradas com freqüência nos diversos sistemas de ensino, constituindo modalidades mistas.

a – *Aceleração* – consiste em permitir aos alunos superdotados correr com sua própria velocidade de aprendizagem, que é maior do que a dos alunos “normais”. Para isto,

abrem-se as portas para promoção entre as diferentes séries e graus dos sistemas de educação. Freqüentam esses alunos, em princípio, todo o tempo as classes comuns.

b – *Enriquecimento* – os alunos superdotados são mantidos na mesma velocidade de aprendizagem dos "normais", freqüentando as classes comuns, cumprindo todas as exigências destas. Em compensação ao mais alto potencial de que são dotados, lhes é dado um algo mais de conhecimentos e práticas educativas, em aprofundamento de conteúdo ou em extensão, atendendo suas aptidões específicas ou interesse, ou ainda, enriquecendo seu instrumental intelectual, inespecificamente. Este algo mais lhe é dado, em princípio, em separado dos "normais", com professor especializado e em tempo adicional.

c – *Grupamentos Especiais* – Os alunos superdotados são reunidos em grupamentos homogêneos (só de superdotados) em chamados Grupos Especiais, Classes Especiais ou Escolas Especiais, onde permanecem em princípio a tempo total, separados academicamente dos colegas "normais". Em princípio, cumprem um currículo comum, mas em alguns casos enriquecidos (por aprofundamento ou por extensão de conteúdo) ou currículos especiais, autorizados a caráter experimental.

Filosofia da Educação do Superdotado

• Não segregá-lo – Integrá-lo à comunidade.

• Não esconder-lhe a superdotação. E sim, conscientizá-lo de sua maior responsabilidade de participação em benefício da sociedade e da própria humanidade (parte moral e cívica).

• Criar condições para sua auto-realização: desenvolvendo-lhe o instrumental intelectual (parte formativa), propiciando-lhe acesso amplo à informação (parte cognitiva) e cultivando-lhe a motivação (parte afetiva).

• Não pretender ensinar-lhe soluções dos problemas que irão enfrentar serão outros e novos, e os meios disponíveis, então, serão outros e agora desconhecidos. Ensinar-lhe, sim, o equacionamento e o raciocínio sistemático para chegar a alternativas viáveis.

Professores para Superdotados

O problema da melhor preparação do aluno para a universidade repousa basicamente na seleção e habilitação dos professores para alunos superdotados.

Comumente surge a pergunta – o professor de superdotado precisa ser superdotado? A resposta simplificada é: – Não, porém...

Não, porque, do mesmo modo, para ser professor de infradotado, não é necessário ser infradotado.

Para ser bom professor de superdotado, como ademais, para ser "bom" em qualquer desempenho profissional, três condições são indispensáveis:

Aptidão – ser dotado de qualidades intrínsecas, básicas para o exercício da profissão escolhida.

Interesse — possuir gosto, motivo, vontade de realizar o que se propõe.

Habilitação — estar preparado, mediante formação e treinamento específicos, adequados à escolha.

O "porém", é porque, no caso de professor de superdotado, as três condições acima devem ser satisfeitas, porém em nível elevado ou notável, para que estejam à mesma altura da adjetivação usada pelo CENESP na definição dos superdotados. Recai-se assim, e sempre, no problema de qualificação de Recursos Humanos.

CONCLUSÃO

Já existe no Brasil uma opção pelo aluno mais capacitado para receber um tratamento diferenciado, com a finalidade de melhor prepará-lo para ingresso, com sucesso, na universidade e com melhor previsão de que este aluno assim selecionado e melhor desenvolvido seja mais capaz para completar a equipe de excelência que venha constituir o mais alto nível de nosso parque dedicado ao magistério e à pesquisa.

A legislação brasileira já reconhece o direito, ao aluno superdotado, de ter tratamento educacional especial (Lei 5.692/71) adequado ao atendimento das necessidades diferentes de sua excepcionalidade.

O direito de uns gera obrigações de outros. Será de indagar onde nos achamos quanto ao cumprimento destas obrigações, em nossos sistemas de ensino.

Já existe abertura normativa para que o jovem brasileiro superdotado possa acelerar seus estudos, através de medidas, tão em uso nos países que mais valorizam e aproveitam seus jovens superdotados.

Necessário e urgente é porém que o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação baixem normas descentralizadoras, credenciando, na periferia, instituições dotadas de autoridade decisória, para que se torne viável, factível a aceleração e/ou o enriquecimento dos mais capazes, isto é, dos alunos diagnosticados como superdotados.

Já existem no Brasil algumas entidades e instituições educacionais dedicadas a descobrir e a aperfeiçoar esta juventude promissora. A Associação Brasileira para Superdotados, à qual pertenço e a cuja finalidade e objetivos venho me dedicando a divulgar e operar, já realizou quatro seminários nacionais e conta com seções regionais em RS, SP, BA e DF, empenhadas em conscientizar e mobilizar a opinião pública a este respeito.

Não estamos todos nós porém, ainda, produzindo em ritmo de Brasil Grande. Para cobrir o déficit educacional quantitativo e qualitativo em que nos encontramos, é necessário que o Brasil promova, em maior número e maior velocidade, a seleção e a valorização de seus melhores filhos, pois o país é grande e cresce vertiginosamente.

Aplicação em educação é investimento. Não é despesa de custeio. Este conceito já é pacificamente aceito. E investir nos mais capazes,

os superdotados, é sinal de pragmática inteligência, pois o retorno, tanto econômico como social, é altamente compensador.

O caminho está aberto, desbravado, identificado e balizado, mas ainda não em volume e diversificações suficientes.

Confio na visão atenta e na missão patriótica da ADESG, por seus dirigentes e colaboradores, a compreensão da importância para o ingresso dos melhores na universidade, pois é da universidade que surgirão, no amanhã, os nossos melhores Recursos Humanos para o desejável e indispensável Desenvolvimento Científico e Tecnológico que o Brasil almeja e necessita, para sua Segurança e Desenvolvimento.

RELATO DE CASOS

Eis alguns casos que exemplificam o desempenho especial dos superdotados.

Vejamos o pensamento divergente de Karl Frederick Gauss. Quando estudante, seu professor deu à classe o seguinte problema:

— Qual a soma de todos os números de 1 até 100?

Os colegas começaram rapidamente a somar: $1 + 2 = 3$; $3 + 3 = 6$; $6 + 4 = 10$; $10 + 5 = 15$ etc. etc. . .

O menino Gauss ficou olhando parado para o quadro.

Perguntado pelo professor se não tinha en-

tendido o problema, respondeu:

— Professor. A soma é 5.050.

Qual terá sido o raciocínio base do cálculo de Gauss?

Nota: Chamamos de pensamento divergente o raciocínio não ortodoxo, não usual, não habitual, diferente, criativo, indireto, uma estratégia criando alternativa nova, talvez mais rápida de chegar a um resultado ou a uma solução.

Gauss é o tão conhecido autor da "Curva de Gauss" (que traduz a distribuição de pontuações de uma variável contínua), tão empregada no estudo de Balística e que, com a denominação de Curva Normal, é tão usada nas disciplinas de estatística e de medidas educacionais.

Outro caso é o do garoto que parecendo não entender, ouvia incrédulo a explicação que o pai lhe estava dando sobre leitura das horas.

O pai acompanhando a palavra com a mão sobre o mostrador dizia:

— No lado *direito* do relógio a gente diz: tantas horas *mais* tantos minutos; no lado *esquerdo*: tantas horas *menos* tantos minutos.

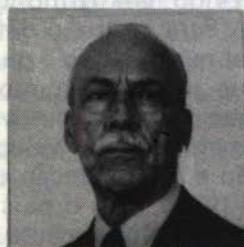
O garoto impassível enquanto o pai repetia e repetia a aula até *exasperar*, então falou, corrigindo o pai. . .

— O que disse garoto?

E a garota, aluna em Fortaleza, que sabia que o ornitorrinco é mamífero mas põe ovos. . .

E o garoto (7 anos) aluno de Núcleo de Enriquecimento do Rio, que debatia a superioridade entre a bomba atômica e a bomba de neutrons.

E os jovens que perguntaram à NASA como se comportavam os insetos fora da gravidade: eles flutuavam ou continuavam a bater asas? E a resposta da NASA?



O General-de-Exército R/1 João Bina Machado, que como oficial superior pertenceu ao Regimento Sampaio da FEB, foi Diretor de Ensino e Formação do Exército, Comandante da ECUME, da 2ª RM, do IV e do I Exércitos, e da Escola Superior de Guerra, entre muitas missões de relevo em sua carreira militar. Ex-professor da PUC-RJ, UERJ e UFRJ, foi fundador do Mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros (único no País).

É também fundador e atual Presidente de Honra da Associação Brasileira para Superdotados (ABSP), tendo sido delegado, para o biênio 83/85, do "World Council for Gifted and Talented Children".



UMA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR COMBINADO PARA AS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Eugenio Alves Menescal Conde

A integração das Forças Armadas na fórmula mais adequada ao País constitui um dos maiores desafios à inteligência militar brasileira, sendo portanto um tema de grande interesse.

O Cel Eugênio Alves Menescal Conde propõe uma Escola que reúna doutrina comum e metodologia própria e ainda sugere políticas e estratégias para sua implementação.

INTRODUÇÃO

Objetivo

O mundo a partir de 1750 começou a sofrer profundas modificações com reflexos em todas as expressões do poder.

Já assistira à formidável epopéia originária da península Ibérica e que entre outros benefícios, ensejou a saída do obscurantismo, caracterizado pela Idade Média, através da célebre revolução comercial e dos grandes descobrimentos.

Assistiu, igualmente, a uma revolução industrial que trouxe no seu cerne as bases de transformações políticas, econômicas, psicosociais e militares.

Neste último componente do poder nacional, o gênio de Napoleão e seus feitos, interpretados magistralmente por Clausewitz, deram outra feição à arte da guerra com o surgimento de novos princípios.

A partir de então surgiu o trabalho de estado-maior em bases de planejamento científico e analítico.

O século passado foi palco dessas inovações em todo o mundo, particularmente no continente sul-americano, nos acontecimentos da Guerra da Tríplice Aliança, onde o Exército Brasileiro e a Marinha de Guerra colocaram-nas em prática.

A Guerra de 1914-1918 viu a transformação acelerada, intensa e eficiente de todos os meios que o

os superdotados, é sinal de pragmatismo, tendo o problema, respondendo engenho humano podia oferecer à arte da guerra; desde então, a aviação assumiu um papel cada vez mais relevante, fornecendo novos processos e maiores possibilidades às forças terrestres e navais, com o advento da aviação estratégica, dos navios aeródromos, das forças aéroterrestres e anfíbias, permitindo o combate em profundidade.

Durante a 2ª Guerra Mundial surgiu o Teatro de Operações (TO) face à necessidade de unificar as forças singulares sob um comando único, para o cumprimento de missões estratégicas específicas numa área geográfica determinada.

É o início da valorização do trabalho combinado e/ou conjunto.

As operações combinadas foram, basicamente, de concepção anglo-americana, efetuadas logo após a evacuação de Dunquerque.

Eram realizadas pelos chamados "Comandos" que com efetivo variável, combinavam elementos das forças singulares.

Os americanos na gigantesca operação anfíbia que caracterizou a sua luta no Pacífico, iriam atingir a perfeição no domínio das operações combinadas, culminando no desembarque da Normandia.

"As guerras independentes, realizadas em terra, no mar e no ar, desaparecem para sempre; se algum dia novamente formos envolvidos em ações bélicas, lutaremos com todos os elementos, de todas as Forças Armadas, concentradas em um único esforço. Esta lição, ensinada pe-

la 2ª Guerra Mundial, aprendi em experiência de primeira mão, com raríssimas exceções, não pedirá batalhas aéreas, terrestres e marítimas, independentes".

Esta citação foi feita pelo General Eisenhower, quando Presidente dos Estados Unidos da América e baseado na sua experiência na 2ª Guerra Mundial.

O Marechal Zhukow, Ministro da Defesa da URSS, também expressou sobre o assunto o seguinte:

"No aprimoramento das Forças Armadas no pós-guerra, estamos baseando nossa concepção no fato de que a vitória nas guerras futuras será alcançada, somente, pelo esforço combinado das três Forças e na base de sua ação coordenada".

Com efeito, as Forças Armadas só terão a ganhar todas as vezes que discutirem, entre si, os seus problemas comuns.

As guerras modernas exigem, para o sucesso das operações militares, o emprego de meios ponderáveis, pertencentes a mais de uma Força Singular, no quadro de uma interação operacional, logística e tecnológica, orientada por princípios gerais, valores e concepções estratégicas idênticas.

Entendemos que uma Escola de Comando e Estado-Maior Combinado para as Forças Armadas do Brasil, tema do presente trabalho, será um dos mais sérios e importantes elos dessa interação e pelo

que será exposto a seguir, objetivavamos provar.

SITUAÇÃO ATUAL

Nacional

A participação do Brasil nos conflitos que marcaram a 1^a Guerra Mundial foi muito pequena e seus reflexos não foram significativos na nossa evolução militar; apesar disto, aqui tivemos a Missão Militar da França que em muito contribuiu para a reformulação do ensino e da mentalidade existente na época, particularmente no seio do Exército.

Já o movimento mundial eclodido em 1939 iria proporcionar efeitos marcantes em nosso País, com a nossa intervenção no conflito, muito embora o governo brasileiro houvesse feito, inicialmente, declaração de neutralidade.

Com certeza, entre outros motivos, a índole democrática do povo brasileiro foi a grande responsável pela decisão histórica do governo, tomada em agosto de 1942 com a sua "declaração de guerra".

Em fevereiro desse ano, era criado um curso de Alto Comando destinado a oficiais generais e a coronéis da Força Terrestre, embutido em ampla reforma do ensino militar no Exército, com a finalidade precípua de realizar o estudo do emprego de Grandes Unidades estratégicas e criar um Plano Militar de Guerra. Infelizmente não funcionou e seria, certamente, a origem de nossa Escola Superior de Guerra.

Objetivava-se com essa reforma o preenchimento de lacuna existente no tocante a esses assuntos, nos currículos da então Escola de Estado-Maior do Exército, existente desde 1905, bem como, a capacitar os oficiais de alta patente a desempenhar funções de elevado comando e assessoria de mais alto nível.

A presença de nossas Forças Armadas no Teatro de Operações europeu iria mostrar mais uma vez o valor de nossa gente, a capacidade de nossos militares, mas, principalmente, os evidentes pontos fracos de nossa expressão militar, notadamente, face ao contato com forças de países de larga experiência de guerra e de operações combinadas.

O regresso da Força Expedicionária Brasileira, representação mais legítima e de maior envergadura de nossas Forças Armadas no atual século, iria ocasionar efeitos de monta nos diversos componentes do Poder Nacional, a saber:

- término da ditadura vigente;
- início da "decolagem" do País no processo de desenvolvimento econômico;
- consolidação do sentimento de união do povo brasileiro;
- criação do Estado-Maior Geral.

O Estado-Maior Geral, instituído em 1946, deu origem ao Estado-Maior das Forças Armadas, criado em 1948 e que proporcionou, igualmente, a criação de nossa Escola Superior de Guerra, com o objetivo principal de ministrar o curso de Alto Comando, preconizado em 1942, desta feita com a previsão para funcionar com ofi-

ciais integrantes das três Forças singulares.

O ambiente de desconfiança entre os países vencedores, surgido imediatamente após a cessação do conflito, indicava que estávamos às vésperas de outra guerra e dentro desse espírito era imperiosa a preparação de oficiais para o desempenho de funções inerentes às operações combinadas e conjuntas.

Novos fatores iriam ensejar que a nova escola não se dedicasse desde a sua criação ao objetivo primordial a que se propusera, isto é, preparar oficiais superiores das Forças Armadas a desempenharem funções de relevo de âmbito combinado.

Isto só vai começar a ser feito em 1954 devido a ter sido criado no ano anterior o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (B1 nº 75, de 20 de julho de 1953, do EMFA), de menor duração do que o Curso Superior de Guerra, incumbindo-se principalmente da Doutrina Militar Brasileira.

É o início de uma integração por demais necessária no universo das Forças Armadas.

A ESG viu também funcionarem em suas instalações o Curso de Informações e o de Mobilização Nacional, tendo o primeiro obtido maior expressão com a criação da Escola Nacional de Informações, quando este importante segmento auxiliar do Poder obteve o realce e a importância que merece.

São centenas de oficiais diplomados e capacitados a integrarem

as diversas funções de nosso Estado-Maior das Forças Armadas, devidamente comprovado nestas três décadas de existência, com destaque nas operações que marcaram a presença de nossas forças no Oriente Médio e no Caribe nas missões de paz representadas por expressivas participações, respectivamente, na Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) e na Força Armada Interamericana (FAIBRAS).

No cumprimento dessas missões de paz, por contigências fortuitas e alheias à vontade, nossos oficiais mostraram que estavam preparados para cumprir ações de combate, demonstrando mais uma vez a verdade das sábias palavras do Marechal Fock:

"No campo de batalha não se estuda; aí se faz o que se pode para aplicar aquilo que se sabe, em consequência, para se poder um pouco é preciso saber muito".

Nós, como militares, somos ou devemos ser estudantes da guerra e, como o País depende de nós neste particular, devemos estar certos de que o nosso espírito esteja doutrinado e adestrado, e que, tanto na paz como na guerra, estejamos em condições de assessorar com segurança quando formos chamados para tal.

Atualmente o CEMCFA é um dos cursos ministrados pela ESG, subordinada ao EMFA, destinando-se a habilitar oficiais das três Forças para o exercício de funções de Comando, de Chefia e de

Assessoramento em Estados-Maiores, Organizações ou Forças de natureza combinada; objetiva, além disso, aprimorar o desenvolvimento e promover a divulgação da Doutrina Militar Brasileira, em particular quanto ao exercício das atividades de Comando e Estado-Maior Combinado, bem como contribuir para a formulação da Política e Estratégias Militares Brasileiras.

Os estagiários são selecionados pelo Estado-Maior das Forças Armadas dentre oficiais provenientes e indicados pelas respectivas Forças Singulares.

Os oficiais matriculados possuem grande experiência em suas Forças, sendo diplomados pelas suas respectivas Escolas de Estado-Maior, além de apresentarem acima de vinte e cinco anos de serviços prestados ou mais.

Em média, os oficiais realizam os seguintes cursos de suas Forças, a saber:

Marinha

— Escola Naval (oficiais da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes);

— Aperfeiçoamento de Oficiais (os oficiais FN cursam a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército e logo ao seu término realizam o Curso Avançado de Operações Anfíbias — CAVANF);

— Básico da Escola de Guerra Naval (por correspondência);

— Comando da Escola de Guerra Naval;

— Superior de Guerra Naval (por correspondência);

— Política e Estratégia Marítima (recentemente criado e destinado a oficiais selecionados pela Comissão de Promoções de Oficiais).

Exército

— Academia Militar das Agulhas Negras (oficiais das Armas e Intendentes);

— Aperfeiçoamento de Oficiais;

— Comando e Estado-Maior (habilitando-se através de exame de admissão ao término de aprovação em curso preparatório);

Encontra-se em fase de estudos a criação de um curso de Comando, para coronéis indicados pela CPO, nos mesmos moldes dos cursos atuais de Política e Estratégia da Marinha e da Aeronáutica.

Aeronáutica

— Academia da Força Aérea (oficiais Aviadores, Intendentes e Infantaria de Guarda);

— Tática Aérea, realizado no Centro de Aplicações Táticas e Complemento de Equipagem (CATRE);

— Aperfeiçoamento de Oficiais;

— Comando e Estado-Maior (oficiais selecionados pela CPO e após realizarem e obterem aprovação no curso básico de admissão);

— Política e Estratégia Aeroespacial (oficiais selecionados pela CPO com possibilidades de promoção ao generalato).

No tocante a esses cursos notamos o seguinte:

— a Aeronáutica conseguiu reunir os três últimos na Universidade

da Força Aérea (UNIFA), área do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, tendo, inegavelmente, excelentes condições para obter unidade doutrinária de sua arma; já no CATRE, realizado por tenentes, em Natal os oficiais obtêm noções de emprego combinado;

— a integração horizontal tem início entre as três Forças somente no nível estado-maior, através de alguns exercícios realizados pela FAB com o Exército e com a Marinha, isoladamente; no entanto, há alguma integração entre oficiais do Exército e FN obtida por ocasião do Curso de Aperfeiçoamento, como capitães.

É inegável que a preparação de uma Força Armada para operações combinadas e/ou conjuntas não se faz somente através de cursos específicos.

O ideal é que a integração horizontal tenha início o mais cedo possível, no nível formação, objetivando um maior conhecimento entre si, dos comandantes futuros.

■ A legislação brasileira nos últimos anos objetiva isso, ou pelo menos tem tentado.

■ Em 1951 ocorreu a divisão territorial do País em Zonas de Defesa (ZD); em 1955, foram criados os núcleos de Comando de Zona de Defesa, os quais foram desativados em 1970.

■ Em 1980 ocorreu o estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra e ainda a criação do COMDABRA.

■ No período 1980/1983, surgiram as Diretrizes das Forças Singulares para a Manutenção da Estra-

tégia Militar de Guerra, iniciando pelo Exército, em 1980, e seguidas pela Marinha (fevereiro de 1983) e FAB (outubro de 1983). Nestas Diretrizes está preconizada a frequente constituição de Comandos Combinados ou Conjuntos nos exercícios.

Há ambiente no seio das Forças Armadas para evitar que a assertiva do Marechal Montgomery, a seguir transcrita, se concretize no Brasil:

“É um grave problema para qualquer grande organização militar, que não seja bem integrada e cuidadosamente controlada no topo, poder adaptar-se com sucesso à velocidade da vida moderna. Sem estas condições, a falta de adaptabilidade da organização como um todo tenderá, continuamente, para a promoção dos interesses individuais”.

Internacional

Os países na sua quase totalidade possuem institutos do nível da nossa Escola Superior de Guerra. Alguns deles, no entanto, desmembram seus cursos, adotando currículos exclusivos para cursos destinados a militares de altas patentes, a civis de projeção e/ou a industriais.

Igualmente, a maior parte deles possui o seu Ministério da Defesa.

Vejamos a experiência de alguns deles e cujas características podem interessar ao nosso País.

Colômbia

Na sua Escola Superior de Guerra encontra-se o mais alto nível de ensino militar do país.

Entendem que a Defesa e a Segurança Nacional são obrigações de todos os colombianos e que a sua Escola busca o auxílio de diversos setores oficiais e privados para a obtenção de objetivos comuns de interesse nacional.

É um foro aberto a toda inquietação intelectual e atividade que se destine a edificar solidamente o futuro da Colômbia e de suas Forças Armadas.

As suas missões principais são:

- Aperfeiçoar a educação profissional dos oficiais superiores das Forças Armadas, capacitando-os para funções de Comando e de Estado-Maior;

- Difundir doutrina sobre Segurança Nacional;

- Contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina militar, estudando a evolução da ciência e arte castrenses, elaborando os regulamentos gerais comuns às Forças Armadas e revendo a doutrina contida nos manuais de operações de cada Força Singular.

A Escola foi fundada em 1909, e desde então estava voltada para cursos que atendessem mais ao Exército. A partir de 1948 passou a atender igualmente à Marinha e à Força Aérea. No início os programas foram desenvolvidos de acordo com os interesses de cada Força, os quais não contribuíram para a formação de oficiais qualificados para desempenharem eficiente-

mente as funções em estados-maior combinados.

Hoje, a formação dos oficiais de estado-maior das três Forças é comum, além de existir cursos de nível do nosso CEMCFA, desenvolvidos de forma combinada e uniforme.

Equador

Neste país existe o Ministério da Defesa, tendo a si subordinados os três Comandos Gerais das Forças Singulares e um Estado-Maior Combinado como órgão de assessoramento.

No corrente ano teve início o seu curso de Comando e Estado-Maior Combinado das Forças Armadas.

Utiliza como principais assessores deste curso oficiais das Forças Armadas brasileiras, possuidores do atual CEMCFA.

O Equador adota o emprego combinado em suas operações.

Normalmente o Comando do TO é dado ao Comandante da Zona de Defesa. Apesar das ZD existirem no planejamento, até 1984 não haviam sido ativadas.

O Ministro da Defesa, normalmente, é o oficial general mais antigo entre as três Forças.

Paraguai

Dá grande ênfase ao emprego combinado nos seus exercícios, apesar de possuir efetivos diminutos e da precariedade de meios de suas Forças Armadas.

Desde o início de sua formação o oficial é instruído de forma in-

tegrada, sem ser unificada, obtendo desta maneira características bem interessantes e marcantes.

Os cursos de aperfeiçoamento, de estado-maior e o de mais alto nível (tipo CSG), seguem a mesma linha.

Argentina

Este país tem há algum tempo o seu Ministério da Defesa.

No entanto, o Ministro da Defesa, normalmente, é um civil e não possui comando operacional sobre as Forças Singulares, funcionando mais ou menos como o nosso Estado-Maior das Forças Armadas.

O comando operacional cabia aos Comandantes-em-Chefe de cada Força Singular que eram subordinados diretamente ao Presidente da República.

O atual Presidente não nomeou os Comandantes-em-Chefe e passou o comando operacional ao Ministro da Defesa.

A Escola Nacional de Defesa possui as características de nossa ESG e até a Guerra das Malvinas as Forças Armadas argentinas não davam ênfase às operações combinadas.

A nefasta experiência vivida pelo país vizinho em 1982, frente à Inglaterra, levou a sérias reflexões.

Talvez, para nós, esta seja a experiência mais válida, não só pela expressão de suas Forças Armadas, mas principalmente por ser um país com mentalidade parecida.

O relatório final da Comissão Rattenbach, publicado na *Revista*

Siete Dias, número 859, de 30 de novembro a 6 de dezembro de 83, aponta ensinamentos do conflito das Malvinas e indica opções a serem seguidas.

No nosso entender são reflexões profundas e de elevado interesse, inclusive para o nosso País, as quais transcrevemos as principais e ligada ao presente tema, utilizando os próprios termos do relatório.

"Os erros e omissões cometidos poderão ser aproveitados, ... para procurar capitalizar esta experiência em proveito próprio e evitar, ao mesmo tempo, a repetição dos aspectos negativos ocorridos durante o conflito".

"Cada Força Singular buscou solucionar inicialmente suas necessidades para atender seus próprios interesses".

"A falta de uma estratégia geral que integrasse a condução parcial nas diversas expressões do poder. Os erros se acentuaram devido a inexistência de um organismo com adequada organização e capacidade para a condução da guerra, com unidade e critério de comando".

"A falta de uma verdadeira preparação para a ação combinada, as Forças Armadas argentinas enfrentaram uma guerra com desconhecimento da doutrina combinada. Os Comandos operacionais foram estabelecidos mais por razões de políticas interforças do que por necessidades funcionais".

"O não se ter praticado com antecedência o comando combinado constituiu uma debilidade decisiva para as Forças Armadas argentinas".

"A República Argentina não possui oficialmente uma política militar orgânica, cujos objetivos e maneira de atuar claramente estabelecidos harmonizam pressupostos, estruturas e o conjunto do quadro político, econômico e social da Nação".

"As deficiências observadas como um todo são significativas e exigem urgente solução. A primeira ação combinada das Forças Armadas deu-se na guerra com a Inglaterra. Não se registram, anteriormente, operações de adestramento ou exercícios combinados de importância".

"Na guerra moderna, só a integração a nível combinado nas Forças Armadas permite o atingimento dos objetivos militares propostos".

"Solucionar estes problemas deve constituir-se em uma responsabilidade primordial dos Comandantes de cada Força. Será necessário, em primeira instância, eliminar arestas, delimitar atribuições, desenvolver a doutrina combinada, efetuar exercícios teóricos e práticos, incrementar cursos de Estado-Maior e de Comando Combinados. As guerras são ganhas — ou

perdidas — pelas Forças Armadas de uma Nação e não por uma das Forças. A guerra moderna não admite a possibilidade do triunfo por parte de uma Força exclusivamente. Em contrapartida, existe a certeza da derrota se elas atuarem isoladamente".

"O Estado-Maior Combinado é o órgão fundamental para efetuar esta transformação. Para isto será necessário prestigiá-lo, potencializá-lo e dotá-lo dos homens mais capazes que cada Força possa fornecer, dotados de espírito combinado, oficialmente provado e qualificado. Um sistema integrado através de eficaz e exigente seleção devem ser os primeiros passos".

Como resultado imediato é de nosso conhecimento a intensificação de medidas necessárias a preencher as lacunas das Forças Armadas argentinas.

Já possuem "Planejamento para Ação Militar Combinada", idealizado em 1984, realizado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, subordinado ao Ministério da Defesa.

Este planejamento está substancialmente em 7 capítulos, a saber:

1º) O Planejamento Militar Combinado;

2º) Seqüência de Planejamento Militar Combinado;

3º) Processo de Decisão — Apreciação e Resolução da Estratégia Militar;

4º) Plano Militar de Longo Prazo;

5º) Plano Militar de Médio Prazo;

6º) Plano Militar de Curto Prazo;

7º) Método de Planejamento Combinado.

Autoridades argentinas têm realizado contatos com autoridades militares brasileiras visando a obter informações de como se estrutura a nossa Escola Superior de Guerra e o seu Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.

França

Este país possui Ministério da Defesa e cada Comandante de Força Singular é considerado o Chefe de Estado-Maior de sua Força.

Possui igualmente uma Escola Superior de Guerra Interforças e também o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (IHEDN).

A ESG Interforças segue a linha do nosso CEMCFA e o IHEDN, do nosso CSG; o primeiro é cursado por oficiais franceses e estrangeiros, e o segundo, exclusivamente por franceses, oficiais nível generais e coronéis antigos e ainda por civis oriundos dos quadros do governo, da iniciativa privada, sendo dirigentes em geral.

Cada Força possui a sua ESG, nível das nossas Escolas de Comando e Estado-Maior (sendo cursadas por capitães e maiores) que os habilitam às funções de comandantes de Unidades e de Grandes Unidades (Brigadas) e a membros de estado-maior.

Inglaterra

A integração entre os oficiais tem início no nível capitão e as escolas são próximas umas das outras.

Os exercícios combinados são realizados em abundância; visam a se obter uma linguagem única, notadamente, com treinamento intensivo de regras de exploração rádio comuns às três Forças.

Nas Escolas de Estado-Maior de cada Força Singular os oficiais já possuem mentalidade combinada; são cursadas, inclusive, por oficiais de outras Forças e por civis de alto gabarito (funcionários do Ministério da Defesa).

Nos últimos três meses de cada curso das Escolas de Estado-Maior das Forças Singulares as matérias ministradas abordam assuntos combinados.

Realizam, com os alunos, estágios de semanas nas escolas congêneres.

Os cursos correspondentes ao do CEMCFA e CSG são, respectivamente, o LATINMER e o National War Colege.

Possuem ainda o Royal College of Defense Studies que se destina a oficiais generais (de divisão e de brigada) e a alguns coronéis (os quase generais).

Esta estrutura militar inglesa permitiu que suas Forças Armadas em 7 semanas obtivessem uma das mais brilhantes vitórias de sua história, mobilizando 100 navios, transportando 28.000 homens, colocando em terra 10.000 deles, após 14.000 milhas de viagem por mar, em 1982.

Reconhecido pelos argentinos, através do Relatório Rattenbach, os ingleses demonstraram ao construir uma Força-Tarefa Anfíbia, perfeitamente balanceada com as necessidades operacionais, que possuem perfeita integração a nível combinado em suas Forças Armadas. De nada teria servido aos ingleses, na guerra das Malvinas, dispor de mais navios de guerra, se não tivessem uma quantidade suficiente de aviões transportados ao Teatro de Operações ou vice-versa. O mesmo poderia dizer-se de sua Infantaria ou de sua Artilharia.

Pelas palavras do Almirante Woodward, Comandante do Teatro de Operações inglês no conflito das Malvinas, podemos, mais uma vez, aquilar a importância do que dissemos:

“Éramos todos parte de um grupo nacional, trabalhando para uma autoridade nacional única. É, talvez, a mais importante lição de toda a campanha a de que operações combinadas de grande vulto exigem um comandante único para a Força e um estado-maior combinado”.

Estados Unidos

A integração horizontal entre os militares tem início nas escolas militares.

Possuem o Departamento de Defesa e as Secretarias correspondentes, às Forças Singulares.

A nossa ESG inspirou-se na existente neste país, o famoso Na-

tional War College, que é cursado por civis e militares.

Do nível do CEMCFA possuem as Escolas de Estado-Maior Combinado; possuem ainda o Industrial College of the Armed Forces.

Os Estados Unidos têm a mais experimentada concepção de operações combinadas e/ou conjuntas.

País que detém a liderança militar no mundo ocidental, dotado de vastos recursos, possui condições de executar em larga escala estes tipos de operações.

A sua participação em diversos conflitos tem comprovado isto.

República Federal da Alemanha

Este país é um dos precursores das operações combinadas, pois, desde 1918, combinava o emprego de carros e de aviões, através de suas famosas *blitzkrieg*.

Tendo inovado em determinadas ações desde a 1^a Guerra Mundial, seja no campo de tática (as infiltrações), seja no campo da estratégia (a guerra de movimento), a República Federal da Alemanha sempre valorizou a formação e o aperfeiçoamento de seus quadros, particularmente, quando derrotada se viu tolhida pelas imposições do Tratado de Versalhes.

Mesmo depois da 2^a Guerra Mundial com as restrições impostas pelos aliados, a Bundeswehr vem sofrendo constantes aperfeiçoamentos no ensino, mormente após 1970, quando foram reorganizados a instrução e o ensino nas Forças Armadas da RFA. Esta re-

forma foi norteada pela idéia que a sociedade, a ciência e a tecnologia, como também os objetivos, os currículos, métodos e técnicas de ensino e instrução em todo o mundo, e em particular na Alemanha, se caracterizaram por um desenvolvimento.

O aumento dos custos trouxe a convicção de que um sistema mais centralizado ajudaria a resolver os problemas orçamentários.

Mas o objetivo maior foi instruir uma maior parcela dos oficiais superiores em um único estabelecimento para todas as Forças Armadas. Apesar da formação combinada neste nível, não foi reduzida a necessidade de instrução especializada em cada uma das Forças Singulares.

A Führungsakademie é o estabelecimento de ensino básico das Bundeswehr para a instrução de oficiais superiores. Sua missão é preparar, selecionar e instruir oficiais experimentados para o comando e funções de estado-maior que requeiram, além de capacidade e experiência, grande responsabilidade.

A ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS (ECEMCFA)

É muito significativo o fato da Escola Superior de Guerra haver incluído na relação de temas desenvolvidos pelos seus estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, como

Trabalho Especial, em 1985, o tema ora desenvolvido.

Isto significa a sua grande preocupação com o futuro do Brasil, além de obter subsídios aos estudos e pesquisas que desenvolve juntamente com Órgãos Superiores.

Pode parecer estranho que abrigando um curso de magnitude do CEMCFA, estimule, amplie e aprofunde o estudo e a análise de assunto que aborde a criação de uma outra escola, que assuma este curso.

Será que procura atingir o objetivo proposto em fevereiro de 1942 e ampliado mais tarde, em 1948, da criação de uma Escola para ministrar assunto de Alto Comando para oficiais superiores das três Forças Singulares?

Será que é a preocupação com o processo de integração que não se tem revelado uniforme?

O Manual de Fundamentos Teóricos da ESG – Edição de 1983 – no Capítulo XIV – Sistemas Militares Contemporâneos quando trata de Integração das Forças Armadas, cita:

“Em muitos casos a Integração tem avançado lentamente, ou quase não se tem processado, fruto de particularismos das Forças Singulares. Em outros, vem sendo obtido com êxito, ficando preservadas as peculiaridades de cada Força Singular e criando-se um *espírito de Forças Armadas*, com base na existência de um órgão central do Sistema Militar e no desenvolvimento de uma doutrina de emprego combinado e conjunto”.

Vantagens e desvantagens de sua criação

A realização de uma pesquisa contendo perguntas sobre o tema, levada a efeito entre oficiais das três Forças Singulares, apresentou resultados bastante significativos.

Fruto dessa pesquisa e do estudo e da análise de diversos documentos, as principais vantagens da criação da ECEMCFA são:

- Dar um elevado realce e maior prevalência à alta prioridade de formação de oficiais de estado-maior combinado e conjunto;
- Implantar uma mentalidade de assessoria de alto nível através de um sistema único de planejamento;

- Obter uma maior identidade em relação às atuais Escolas gêneres de outros países, condizente com a situação que o BRASIL deve ter de potência militar continental e marítima;

- Aproveitar a vivência e a experiência de funções exercidas pelos oficiais nos diversos estados-maiores de suas Forças e nos Comandos e Chefias exercidos, objetivando atingir uma metodologia comum no trabalho de comando;

- Possibilitar a seleção dos oficiais mais capazes e dotados de vocação combinada no âmbito de cada Força, preparando-os para a condução de operações combinadas e conjuntas, através da realização de freqüentes exercícios de quadros dentro de um planejamento anual, além da ampliação das atividades de adestramento e aprestamento a nível combinado (realização de operações e exercí-

cios interforças), visando à otimização do Sistema a nível de Defesa;

- Proporcionar que funcione como um Centro de Estudos e Laboratório de pesquisas sobre a Doutrina Militar Brasileira e a Estrutura Militar de Guerra, visando a uma perfeita instrução e adestramento das Forças Armadas, aprimorando o Sistema Militar Brasileiro;

- Facilitar a integração doutrinária, além de estreitar os laços de camaradagem entre os oficiais das três Forças, permitindo o equacionamento de problemas comuns e oferecendo condições cada vez maiores de relevo ao EMFA;

- Oferecer condições de melhor seleção dos currículos e programas do curso a ser ministrado, direcionando-os para a atividade-fim da Escola.

As principais desvantagens encontradas são:

- A existência do atual CEMCFA, dotado de tradição no seio das Forças Armadas, com a formação ao longo dos últimos anos de centenas de oficiais;

- O provável aumento de despesas para a efetivação da Escola;

- O elevado número de oficiais integrantes dos Corpos Docente, Discente e Administrativo face às necessidades de efetivos consideráveis inerentes à nova Escola, com o consequente afastamento de suas respectivas Forças;

- A dificuldade no estabelecimento de um critério preciso para as indicações do Corpo Discente e que não venha a criar descontentamento.

mentos e frustrações entre os oficiais superiores;

— A possibilidade de "elitizar" os oficiais que cursarem a Escola, criando uma "casta" dentro das Forças Armadas, com a consequente desmotivação profissional dos oficiais não possuidores do curso;

— Falta de motivação no âmbito das Forças Armadas para a criação da Escola, julgando-se que a simples ampliação ou adequação do atual CEMCFA supra as necessidades apontadas nos estudos para a sua implantação.

Conveniência da criação

O nosso País vive uma fase de afirmação nacional cujo início ocorreu na década passada. As Forças Singulares procuram identificar seus problemas, seus objetivos e as consequentes soluções. Tem ocorrido uma constante procura de racionalização da estrutura administrativa.

O rompimento do acordo militar com os Estados Unidos da América ocasionou um desenvolvimento da produção de material bélico, ocupando espaço considerável na pauta de nossas exportações.

Sem exagero podemos afirmar que em certos casos o País produz determinado tipo de material bélico que obriga as Forças a acompanharem tal evolução.

Esse crescimento conduz igualmente a uma natural evolução doutrinária. É esta evolução doutrinária que provoca o atrito das forças de mudanças contra a tradi-

ção e a experiência de guerras passadas.

É aí que sobreleva a escola, cenário maior do palco da grande contribuição da doutrina.

A Escola que se objetiva criar tem que ser bem estruturada e nascer "forte", isto é, com apoio, pois se nascer fraca o produto final será nulo.

Ela deve ser a matriz do trabalho combinado e conjunto.

Dentro dessa ótica é que julgamos ser da mais elevada conveniência a criação da Escola de Comando e Estado-Maior Combinado das Forças Armadas, desenvolvendo mentalidade combinada e conjunta, forjando e experimentando uma doutrina por demais necessária às Forças Armadas.

Seria muito mais que um curso, levado muitas vezes atrelado ao Curso Superior de Guerra, sem a devida expressão o que merece ter.

O atual CEMCFA é inegavelmente o seu embrião, não sendo, no entanto, suficiente para os objetivos pretendidos com a sua instituição.

Cremos que a ECEMCFA deve ter direção centralizada visando, dentro de um enfoque sistêmico, a instrução e a aplicação de uma doutrina comum.

Assim sendo, a ECEMCFA dará um maior destaque à doutrina militar e à integração das Forças Armadas. São fatores fundamentais para o desenvolvimento da expressão Militar. A doutrina, por ser a orientadora para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e a integração que exige a constante realização de exercí-

cios combinados dos quais decorrem, entre muitos efeitos benéficos, o mútuo conhecimento das doutrinas específicas, o desenvolvimento de um espírito de camaradagem e a busca de uma adequada padronização de conceitos, técnicas e terminologia, até onde isso for possível.

Qualquer país que não cultive escolas militares de excelência está fadado a derrotas.

A criação da ECEMCFA vem de encontro ao preconizado pelo CMG Guarany, constante do relatório da Divisão de Assuntos Militares da ESG, em 1949, e que se segue:

"Só assim, conjugando esforços, retificando falhas, coordenando idéias e aglutinando tendências, por vezes divergentes ou opostas, é que se obterá uma unidade de doutrina, um seguro planejamento de ações, uma organização mais consentânea com as graves realidades da era que vivemos, na tentativa de expressar em termos claros e objetivos, dentro de nossas realidades, a equação que deva resolver os graves problemas de segurança do País".

Nunca é demais relembrar a Guerra das Malvinas, particularmente o publicado no jornal *O Globo*, de 3 de dezembro de 1983, com o seguinte título — Exército Argentino admite ter ido à guerra sem preparo — donde se extrai:

"O Exército argentino não contava com experiência de

combate em guerra clássica, não tinha doutrina para operações na ilha e jamais realizou exercícios desse tipo, nem em seus quadros, nem em suas unidades. Houve improvisações no alistamento e na mobilização dos efetivos. A derrota frente ao inimigo foi assim uma natural consequência de fatores condicionantes severamente adversos, dos quais se destacam a carência do necessário apoio aéreo e naval, o exíguo nível de abastecimento e a falta de mobilidade das tropas.

Faltou às Forças Armadas uma conveniente integração e o hábito para o trabalho combinado.

Em contrapartida, ressalta a excelente coordenação sobre suas operações principais, por parte das tropas britânicas".

Podemos destacar igualmente a declaração publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 15 de novembro de 1982, no artigo Os Ensinamentos das Malvinas, de autoria do Vice-Almirante Sir Ian McGeoch, da Marinha Real Britânica:

"A cooperação entre todas as armas foi particularmente importante para a retomada das ilhas. Assim fica claro que a vitória britânica deveu-se não exclusivamente à Marinha, mas a uma conjunção de esforços de diferentes armas".

Plano de Ensino

Admitindo a criação da ECEMCFA, as seguintes premissas

deverão ser perseguidas para o seu funcionamento:

Objetivos da Escola

Seriam os atuais existentes para o CEMCFA, acrescidos do seguinte:

— Complementar a preparação dos oficiais egressos das três Forças Singulares (oficiais combatentes, intendentes e engenheiros militares), possuidores dos respectivos cursos de Estado-Maior de suas Forças, otimizando as suas habilidades para o exercício de função de assessoria, chefia ou comando do mais alto nível, nos escalões superiores das Forças Armadas e altos órgãos da Administração, em tempo de paz ou de guerra.

Processos de Ensino

Seriam adotados os seguintes:

- Palestra
- Discussão Dirigida
- Conferência
- Debate
- Trabalho Individual
- Trabalho Especial
- Trabalho em Grupo
- Pesquisa
- Painel
- Simpósio
- Visita
- Viagem

Curriculum

Os estudos serão orientados, precisamente, para a formulação de políticas e planejamentos estratégicos, visando ao aperfeiçoamento, ao fortalecimento e ao empre-

go das Forças Armadas, abrangendo o exame crítico da doutrina e dos métodos, considerada e analisada a problemática da segurança e das defesas interna e externa, inclusive os aspectos relativos às expressões políticas, econômica e psicossocial.

O currículo deve abranger matérias que tratem dos problemas profissionais e de cultura geral. Terá caráter experimental, devendo contar com um planejamento flexível com possibilidades de modificações — coerentes com a melhor adequação — mesmo durante o ano letivo.

Metodologia

A metodologia de estudo da Escola deverá estar apoiada em processos didáticos sócio-individualizados, com ênfase em trabalhos de pesquisa de dados e de informações, análise e avaliação da realidade conjuntural, nos campos interno e externo, objetivando a elaboração de sínteses conclusivas, atinentes a propostas de soluções de problemas no campo da estratégia militar e da alta administração.

Relação de Assuntos

Seria aproveitada a estrutura do atual Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, acrescendo e/ou dando ênfase nos seguintes assuntos:

- Relações Internacionais
- Estratégia
- Informações Estratégicas
- Ciência e Tecnologia aplicada à Doutrina Militar Brasileira e à Estrutura Militar de Guerra

- Sistemas Econômicos Contemporâneos
- Conjuntura Econômica
- Sistemas de Administração
- Mobilização
- Organização e Método
- Treinamento Físico
- Tiro de Armas Portáteis

Duração do Ano e Regime de Trabalho

— Início a 1º de fevereiro e término a 30 de julho, com semanas de 5 dias de duração.

— Em princípio, cinco tempos de aula pela manhã e três tempos à tarde, com exceção de sexta-feira, cuja atividade será matutina.

— No entanto, nos dias destinados às palestras e às conferências as atividades serão somente pela manhã.

Uniformes para as Atividades

Serão regulados pelo Comando da Escola de acordo com o previsto nos regulamentos das respectivas Forças.

As viagens e visitas serão realizadas com todos os membros dos Corpos Docente, Administrativo e Discente trajando civilmente.

Condições Básicas de Matrícula

— Ser oficial superior das Forças Singulares, de preferência nos postos de Major (antigo), Tenente-Coronel ou Coronel (moderno), ou equivalentes.

— Haver terminado no máximo há quatro anos o respectivo Cur-

so de Estado-Maior de sua Força, estando classificado na primeira metade de sua turma de estado-maior, obtenção a menção B ou MB.

As condições básicas acima citadas se justificam pela necessidade de se dotar as Forças Armadas com um maior número de oficiais com mentalidade combinada, com perspectivas de muitos anos de serviço em prol de cada Força.

A experiência aponta que não basta ter uma oficialidade capaz com mentalidade combinada, mas também possuí-los em maior número, objetivando a se adotar no seio das Forças Armadas medidas que se aproximem cada vez mais às necessidades reais de nossas Forças.

Em caráter experimental e constituindo turma à parte, poderão ser matriculados oficiais-generais das três Forças, de acordo com os objetivos maiores da Nação.

Comando e Corpo Docente

O Comando da Escola será exercido por um oficial general de três estrelas, pelo espaço de dois anos, obedecendo ao sistema de rodízio entre as Forças. O Subcomandante, obrigatoriamente, será de Força diferente da qual pertencer o Comandante.

Os instrutores serão oficiais das três Forças, possuidores do CEMCFA e/ou ECEMCFA.

Serão complementados por conferencistas civis e militares de comprovada competência, especialmente convidados para colaborarem com a Escola.

Corpo Discente

Comportará, anualmente, acima de 80 alunos, seguidas as proporções a seguir:

- 1/4 para o Ministério da Marinha
- 2/4 para o Ministério do Exército
- 1/4 para o Ministério da Aeronáutica

Não poderão ser matriculados civis e oficiais de nações amigas.

Corpo Administrativo

Os integrantes do Corpo Administrativo deverão ter o curso da Escola, podendo, no entanto, serem oficiais das três Forças, da ativa e/ou da reserva.

Atualização

A Escola terá também o encargo de atualizar os oficiais concluentes, por turma, a cada término de ano letivo, apresentando aos diplomados as principais modificações doutrinárias e conjunturais, através de artigos ou notas informativas publicadas em boletins, ou revistas.

A atualização dar-se-á no 2º semestre de cada ano letivo, simplesmente com a remessa aos ex-estagiários dos artigos ou notas.

Avaliação

Não haverá verificação de aprendizagem. Ao término do ano letivo os oficiais serão considerados como concluentes da Escola, com ou sem aproveitamento.

go das Forças Armadas, informa-

O aproveitamento escolar será medido através de uma criteriosa avaliação de desempenho do oficial, mediante observações de atributos e aspectos especificamente estabelecidos, levando-se em conta, nesta avaliação, os trabalhos realizados.

Ao final, uma síntese da avaliação do desempenho de cada oficial será remetida a cada Força, devendo constar de suas folhas de alterações.

CONCLUSÃO

O Brasil possui excelentes condições básicas que o classificam como nação emergente no âmbito das relações internacionais, das quais destacamos:

- superfície territorial maior do que 5.000.000 km²;
- continuidade territorial;
- acesso direto e amplo ao alto mar;
- recursos naturais estratégicos e essenciais;
- população maior do que 100.000.000 de habitantes;
- densidade demográfica maior do que 10 hab./km² e menor do que 200 hab./km²;
- homogeneidade racial.

No entanto, as Forças Armadas brasileiras não possuem a estrutura exigida pelas potencialidades do País; o que o Brasil gasta com suas Forças Armadas é inexpressivo, notadamente se comparado com países de menor porte e expressão, e particularmente, se for levado em conta, ainda, a enorme respon-

sabilidade que lhe cabe na manutenção de sua integridade territorial e a importância que assume cada vez mais no âmbito continental e mundial.

O mínimo de recursos que vem sendo destinado às Forças Armadas exige que, primordialmente, as Forças possuam operacionalidade e aprestamento exemplares, em condições de atenderem rápida e eficazmente as exigências da segurança.

As escolas de nossas Forças, em todos os níveis, são consideradas muito boas. Muito há o que investir no setor para manter esta qualidade e até mesmo elevar o padrão. Porém, o número de oficiais com a mentalidade combinada é pequeno.

A complexidade das guerras modernas, por outro lado, exige, como já vimos, grande integração das Forças, não havendo hoje vencedores isolados. A guerra em si é uma forma de ação política, onde até mesmo o componente civil assume enorme expressão.

Há que se obter integração, custe o que custar. A guerra das Malvinas comprovou aos vizinhos argentinos como a falta de exercícios combinados, de mentalidade e, principalmente, de escolas voltadas para o problema levam um país a uma derrota, entre outros motivos.

O Brasil já vem realizando diversos exercícios combinados e/ou conjuntos, dos quais se destacam os seguintes:

— Operação Quebra-Gelo, realizada pelo NUCOMDABRA, reu-

nindo elementos das três Forças, em operações de defesa aérea;

— Operação Mandu, como encerramento do curso de observadores aéreos do Exército, realizada entre este e a FAB;

— Operação Saci, realizada entre a V FATA e a Bda Pqdt;

— Operação Cadete, realizada na AMAN com apoio de Hlcp e aeronaves de ataque e de observação da FAB;

— Operação Alcatrão, realizada pelo EMFA, onde elementos do COMAT compõem o estado-maior da FATOT;

— Operação Sertanejo, realizada pelo Exército na região da caatinga, com apoio da FAB;

— Operação Orion, realizada pela FAB e pelo Exército, visando a defesa de Brasília;

— Exercícios de Grandes Comandos do Exército, em 4 fases, contando com a participação da FAB.

A Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil realizam igualmente diversos exercícios, assim denominados:

— Operação Tropicalex;
— Operação Temperex;
— Operação Aderex;
— Operação Costeirex;
— Operação Oceanex;
— Operação Orungan;

— Operação de alto nível (manobra na carta), denominada Operatlan;

— Operação de patrulhamento das 200 milhas, conhecida como Operação Atlântico.

A nossa Marinha participa de manobras com a Marinha norte-americana, a bastante conhecida

Operação Unitas; realiza ainda com a Marinha argentina a Operação Fraterno e a Operação Ninfa, com a Marinha do Paraguai (essencialmente ribeirinhas).

A integração entre as Forças Armadas é necessidade fundamental para as modernas atividades de planejamento e de possível emprego violento da força.

Apesar dos exercícios citados, da existência de um curso de estado-maior do nível do CEMCFA, é ainda muito pequeno o nível de integração existente.

O espírito de corpo de cada uma das Forças Singulares, importante e necessário, permite a estanqueidade que ao se disseminar, aliada às imperfeições naturais do ser humano, pode se sobrepor, imperceptivelmente, aos reais interesses nacionais.

O forte traço individualista do caráter brasileiro há que ser vencido em proveito de uma maior coesão e integração de nossas Forças Armadas.

Assim sendo, julgamos que as seguintes políticas e estratégias devem ser seguidas, visando à valorização cada vez maior do oficial de mentalidade combinada, e, primordialmente, à criação da ECEMCFA, fator mais elevado para obtenção da desejada integração.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA SUA IMPLANTAÇÃO

Política

— Efetivar a criação no EMFA de uma Comissão de ensino com o

objetivo de implantar, entre outras medidas, a ECEMCFA e obter uma maior integração entre os membros das Forças Singulares, através de cursos comuns.

Estratégias

— Passar à subordinação do EMFA, a curto prazo, os atuais Colégios Militares, bem como estimular um maior intercâmbio entre os diversos componentes das Forças Singulares, através de cursos de especializações comuns (Ed Fis, Com Social, Mat Bel, Com, outros), visitas, competições, palestras, difusão das atividades das respectivas Forças, exercícios, etc., objetivando um maior conhecimento mútuo.

— Transformar o atual CEMCFA em ECEMCFA, ocupando instalações próprias.

Política

— Incrementar a capacidade de coordenação e de integração do EMFA;

Estratégia

— Incluir nos programas de matérias das escolas de formação, de aperfeiçoamento e de estado-maior das três Forças (dentro de cada nível) assuntos de interesse e de emprego combinado.

Política

— Aumentar o poder de designação do EMFA para determinados tipos de missão;

Estratégia

— Selecionar e designar os oficiais possuidores da ECEMCFA para servirem no EMFA, no CSN, para cursarem no exterior nas Escolas congêneres ou superiores, bem como para ocuparem os cargos de adidos das Forças Armadas (ADIFA) e para serem instrutores neste nível nas Escolas de nações amigas.

Política

— Proporcionar aos escalões superiores de cada Força Singular mais um fator no processo de seleção para o oficial atingir o generalato.

Estratégia

— Valorizar o curso da ECEMCFA, atribuindo determinado número de pontos no cômputo geral para o acesso ao generalato.

RESUMO CONCLUSIVO

MENESCAL, Eugênio Alves Conde. *Uma Escola de Comando e Estado-Maior Combinado para as Forças Armadas do Brasil.* Escola Superior de Guerra. ESG. Trabalho Especial – TE-85.

O trabalho visa à criação de Uma Escola de Comando e Esta-

do-Maior Combinado para as Forças Armadas do Brasil.

São feitas considerações iniciais, à guisa de introdução, versando sobre a evolução da arte guerreira nos últimos dois séculos, destacando a integração que deve haver entre as Forças Singulares em uma guerra moderna. Na exposição do tema é apresentado um pequeno estudo do que existe atualmente em termos de formação do oficial de estado-maior combinado no âmbito nacional e no seio dos principais países, vizinhos e naqueles de maior projeção internacional.

A seguir, são apresentadas as vantagens e desvantagens de sua criação, surgindo daí as razões que conduzem à conveniência de sua criação. Finalmente, é feita uma proposta de Plano de Ensino, onde são abordados, sumariamente os objetivos da Escola, os Processos de Ensino a serem utilizados, o Currículo, a Metodologia, a Relação de Assuntos, a Duração do Ano e Regime de Trabalho, os Uniformes para as Atividades, as Condições Básicas de Matrícula, premissas sobre o Comando, o Corpo Docente, Discente e Administrativo, além de normas para Atualização e Avaliação.

O Trabalho conclui sobre a importância do País, ressaltando a integração que deve haver nas Forças Armadas, com a realização de exercícios entre as Forças, e a obtenção de uma doutrina comum através da criação da Escola, citando as políticas e estratégias para sua implantação.

BIBLIOGRAFIA

1. ARRUDA, Antônio. *História de sua doutrina*. ESG. São Paulo, G. R. D.; (Brasília) Jul. 1983.
2. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar*. ECEME. Rio de Janeiro, 1981.
3. —. Equipe do EMFA. *A Integração das Forças Armadas*. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro.
4. —. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1983.
5. LOTHAR, G. S. Prang. *O Aperfeiçoamento de Oficiais nas Forças Armadas da Alemanha*. Military Review, Rio de Janeiro, 1974.
6. TORRES DE MELO, Francisco Batista. *Reflexões a respeito da coesão no Exército*. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, (695) Mai/Jun 1981.
7. VOGELGEZANG, Carl Teodore. Aula Inaugural do Curso de Estratégia e Tática de Jogos de Guerra. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Dez 1975.



O Cel QEMA Eugênio Alves Menescal Conde tem os cursos da AMAN, EsAO, ECEME e ESG, tendo sido instrutor nas três primeiras dessas instituições de ensino. É portador das medalhas da "Ordem do Mérito Militar", "Medalha de Ouro" e "Medalha do Pacificador". Comandou o 34º BI Mtz, Foz do Iguaçu. Serve atualmente junto ao Gabinete do Ministro do Exército.



INFORMAÇÕES

"FILA" E "ASTROS" NA DEFESA AÉREA

Produzido pela Avibrás, o Fila (Fighting Intruders at Low Altitude) tem um custo de desenvolvimento de projeto calculado em US\$ 25 milhões, sendo que cada unidade, sem o canhão RBS 70, deverá custar em torno de US\$ 2,5 milhões. O Astros II, também produzido pela Avibrás, considerado um equipamento de alto grau de sofisticação, tem um custo unitário de US\$ 10 milhões.

O Astros II conta com um radar controlado por computador (também uma diretora de tiros) com capacidade para calcular a distância entre a bateria e o alvo; dois veículos remuniciadores (que transportam para as baterias os foguetes a serem lançados) e 4 a 6 lançadores de foguetes, que combinam três diferentes calibres, variando de 60 a 300mm, com possibilidade de efetuar lançamentos para até 60km de distância. Assim como o Fila, o Astros II também deverá ser incorporado ao exército brasileiro. Apesar de estarem previs-

tos no programa da força terrestre, as unidades desses produtos ainda não foram entregues.

Dentro do programa do Exército brasileiro consta ainda a compra de várias unidades do Osório, fabricado pela Engesa (ainda está no protótipo, a fabricação seriada está prevista para o final deste ano), um blindado de 35 toneladas que tem um custo unitário de US\$ 2 milhões. Além deste, um outro blindado leve da Engesa, o T-4, com emprego antiaéreo também deverá ser adquirido. Ele pesa 4 toneladas e seu custo por unidade está em torno de US\$ 800 mil.

Na meta de reequipamento do Exército, que deverá ser concluída até 2030, com uma primeira etapa a ser cumprida em 1990 (a chamada FT-90), está ainda incluída a produção de canhões antiaéreos Bofors, modernização de tanques (grande parte utilizada na II Guerra Mundial), além de modernização de canhões e metralhadoras e a compra de 12 unidades do Fila (o total deve ser 140 até o final do programa), que está sendo testado em Marambaia.



foto: Gabinete do Ministro da Estrada.

DIVERSOS USOS DAS FORMAS INFLÁVEIS NOVATRAÇÃO E VANTAGENS

Construção de galerias de água e esgoto, formação de pilares ocos, construção de drenagens, formação de esgoto ou tubos para correos, reservatório de água. As formas infláveis NT são fornecidas em qualquer diâmetro de 30cm até 300cm, não necessitam óleo antiaderente, tem alto fator de uso, garantia para ser usada no mínimo 100 vezes com tensão razoável, pode ser curvado dependendo do comprimento e do diâmetro, permitem fixação rápida do ferro de construção, reduzem custos de mão-de-obra e material. Podem ser usadas na obra ou no local de pré-moldagem, podem ser fabricadas conforme especificações requeridas, pequenas avarias podem ser consertadas na obra, fácil de usar, assistência técnica da novatração.





AQUISIÇÃO DE MINAS ANTICARRO

Aempresa sueca FFV Ordnance firmou recentemente um acordo inicial com a República Federal da Alemanha para entrega de minas AC, tipo FFV028, e seus lançadores às forças armadas alemãs. O referido acordo também prevê a inclusão de minas de treinamento. As firmas germânicas participarão como subcontratantes dos componentes das minas e dos lançadores. Esta compra proporcionaria às forças armadas alemãs um altamente moderno sistema integrado de lançamento mecânico de minas AC que, dependendo da situação tática, podem ser colocadas na superfície do terreno ou enterradas a distâncias reguláveis.

A mina AC FFV028 foi desenvolvida para tornar possível a rápida preparação de campos de minas ou barreiras no plano de defesa anticarro; é de fácil manuseio e pode ser preparada imediatamente para lançamento mecânico ou manual. Tem uma amplitude de acionamento tal que a faz detonável tanto pelas lagartas como pelo corpo dos carros de combate, pois é acionada por variações no campo eletromagnético.

A mina consiste em espoleta elétrica e carga oca. Quando detonada sob a lagarta de um CC, rompe-a, destruindo também as suas rodas de apoio e a suspensão. Quando detonada sob o corpo de CC, a carga oca atinge o seu efeito máximo, penetrando a blindagem e causando dano considerável ao interior do carro através do estilhaçamento e pressão.



LIVROS

MISSÕES SILENCIOSAS, Vernon A. Walters, tradução de Heitor A. Herrera, BIBLIEX, 1986, 574 págs.



Ao longo das três décadas que, caracterizadas pela guerra fria, se seguiram à derrota do Ocidente em Yalta, Vernon Walters foi uma das presenças mais constantes na variada série de conferências então realizadas, com vistas à reconstrução de um mundo abalado pelo grande conflito de 1939/45.

Graças a uma extraordinária habilidade para expressar-se em vários idiomas — inglês, alemão, francês, italiano, português, espanhol e até mesmo russo e holandês — Walters assistiu, como intérprete, às principais entrevistas dos grandes líderes da época — de Gaulle, Churchill, Khrushchev, Truman, Franco, Mossadegh, Eisenhower, Tito, Nixon, Pompidou, Marshall, Kissinger e tantos outros. Além dessas oportunidades, suas funções de adido militar no Rio de Janeiro, em Roma e em Paris, bem como as de membro de equipe do Plano Marchal e de vice-diretor da poderosa CIA, conferiram-lhe, durante todo aquele período, posição privilegiada no centro dos grandes acontecimentos internacionais.

No início de sua carreira, Walters foi oficial de ligação junto à Força Expedicionária Brasileira que combateu na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, tendo ainda servido no Rio e em Brasília, como adido militar à Embaixada Norte-Americana. Desse longo

convívio resultou não apenas detalhado conhecimento de nosso povo e de nossos líderes, mas sobretudo uma profunda admiração, sempre presente nos três capítulos dedicados a missões que desempenhou junto aos brasileiros.

A par de sensacionais depoimentos relativos a conversações então secretas, mantidas pelas maiores personalidades da época, o livro de Walters revela uma série de episódios da história brasileira, dos quais foi testemunha, particularmente com respeito à FEB, à Revolução de 1964 e ao Presidente Castello Branco — “um dos grandes estadistas de seu tempo”

General Heitor A. Herrera

PARLAMENTO NACIONAL E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, Helga I. Landgraf Piccolo, in: *Estudos Leopoldenses*, (ISSN 0014-1607) n.º 88, pp. 3-155.

Trata-se de contribuição original ao Sesquicentenário Farroupilha, da doutora em História pela USP e professora titular de História da UFRGS e da USISINOS, realizada com o concurso dos seguintes alunos do Curso de História da citada USISINOS em São Leopoldo: BALESTRINI, Ricardo; BOENI, Maria de Lourdes; CARPEGGIANI, Simone Maria; KARNAL, Leandro; KAISER, Regina; KOLLER, Maralone; MOREIRA, Virgínia da Rosa; SANT'ANNA, Sérgio B.B.; SAUL, Marcos Venícius de A.; SAUL, Maria Ester e VARGAS, Ana Maria de.

Pesquisa realizada em São Leopoldo, localidade que se manteve fiel ao Império na Revolução, assunto que abordamos in: Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio

Grande do Sul (P. Alegre, IEL, 1977, pp. 77-98) com destaque para as proclamações aos leopoldenses feitas pelos revolucionários farrapos Marciano Ribeiro, Bento Gonçalves e Onofre Pires e para a liderança incontestável imperial exercida pelo médico Patriarca de São Leopoldo Dr. Hildebrand, imigrante.

A Dra. Helga e seus alunos concluíram que ao tempo da Revolução Farroupilha ocorria a Cabanagem no Pará. Esta foi tratada com imenso rigor repressivo por sua natureza social, ao contrário do tratamento mais brando e tolerante dado à Farroupilha por seu caráter elítista. Este elitismo pode ser caracterizado por uma rebelião da guarda Nacional de Província, sob o controle dos estancieiros e charqueadores, que assim se tornaram líderes políticos e militares, além de líderes da economia. Acresce ao caráter elítista o fato de a revolução ter sido apoiada por toda a guarnição do Exército na Província do Rio Grande — Cavalaria (em Jaguarão, Bagé e São Gabriel) Infantaria (em São Borja) e Artilharia (em Rio Pardo).

A pesquisa demonstra que ambos os partidos no Parlamento — o Conservador e o Liberal, combatiam a rebelião farrapo, sendo que o Liberal reconhecia o direito à resistência armada. Quanto à contribuição do Parlamento à conclusão da revolução, concluíram que poucas foram as propostas concretas apresentadas. Com objetivo comum de reintegarem o Rio Grande ao Império defendiam a anistia, sem concessões, com apelos a um só tempo à conciliação e à força.

Dentre os liberais que exigiam submissão total dos farrapos registram o deputado baiano Angelo Ferraz que mais tarde, como Ministro de Guerra, acompanhou a comitiva de D. Pedro II que, inclusive, visitou São Leopoldo antes de seguir para Uruguaiana e assistir à rendição do general paraguaio Estigarribia, circunstância que lhe valeria o título de Barão de Uruguaiana.

No tocante ao mérito da pacificação, citam o magistrado João José de Moura Magalhães, deputado pelo Maranhão que concluiu: "Não quero tirar a glória do Exército Nacional e do inclito general que o comanda. A paz foi possível pela combinação da sábia direção política pelo governo e a ação destemida do Exército e do seu chefe (Caxias). Segundo ainda a Dr. Helga e seus alunos, "o Exército

foi considerado pela maioria dos parlamentares e pelos magistrados executivos como o grande conservador da unidade nacional então".

Sobre a concretização da paz, o parlamentar paulista Alvares Machado, em 4 de abril de 1845, a viu como cumprimento de profecia que fizera que deu a medida de projeção no Parlamento das lideranças militares rio-grandenses farrapos e imperiais na Revolução Farroupilha. E falou então:

"Eis pois esses Bento Gonçalves, esses Bento Manoel, esses David Canabarro, esses João Antônio da Silveira e outros (Antônio Netto omitiu) voltados para a mesma linha dos heróis da legalidade dos Silva Tavares, dos Loureiros, dos Francisco Pedro de Abreu, dos Propícios Mena Barreto, dos Andrade Neves. Eis esses antigos republicanos tornados a ser o que eram antes — muralhas do Império e a sua glória".

Por tudo considero esta obra uma das mais significativas contribuições do Sesquicentenário Farroupilha, São Leopoldo e territórios vizinhos, no curso baixo dos rios Gravataí, Sinos, Cai e Taquari, foram palco de movimentadas operações militares. O controle da área pelos farrapos assegurava-lhes as comunicações de Porto Alegre sob sítio farrapo, com a Campanha e Missões. Sobre a interferência e controle imperial parcial, dificultavam aquela vital ligação Sítio de Porto Alegre-Campanha.

Talvez a Dr. Helga e seus alunos pudessem restaurar a memória desses fatos, hoje obscuros e, assim, dar mais uma assinalada contribuição aos estudos da Revolução Farroupilha, removendo o pó do tempo que encobre fatos memoráveis ocorridos envolvendo desde aquele tempo Fiteira, Portão, Estância Velha bem como a participação de colonos alemães, nas tropas do legendário Barão de Jacuí, Francisco Pedro Buarque de Abreu, que comandou a Ala Direita do Exército ao comando do Barão de Caxias.

Temos a convicção de que fatos importantes se escondem no baixo curso dos rios Gravataí, Sinos e Taquari, ao longe do caminho terrestre de ligação Viamão-Campanha Rio-Grandense ao tempo do sítio farrapo de Porto Alegre.

Cel Cláudio Moreira Bento

Arquivo do Exército

**Pesquisas realizadas em 1985
no Arquivo do Exército dentro
de sua finalidade regulamentar de
cooperar em pesquisas
histórico-militares.
(Port. 046 de 19 jan. 1984)**

ASSUNTOS PESQUISADOS	PESQUISADORES PESSOAS E ENTIDADES
Academia Real Militar	FERREIRA, Jesus Dari
Agenor Leite de Aguiar	WIEDERSPHAN, Henrique Oscar – Ten Cel
Albino Zilio	ZILIO, Sergio Augusto da Silva – Ten Cel
Amaro Soares Bitencourt	MORGÁDO, Sergio Roberto Dentino – Ten Cel
Americo de Andrade Almada	ALMADA, Orestes
Antonio Fernandes de Lima	ARAUJO, Hector
Antonio José da Silva	SILVA, Marcello Peixoto da
Antonio Rodrigues de Almeida	LINS, Newton Souto Maior
Aratimbó – Navio Transporte na II Guerra Mundial	AUGUSTO, Francisco
Armando Augusto Guadalupe	ALMADA, Orestes
Armas de Origem dos Técnicos formados a partir de 1940	PACHECO, Astrozil Caetano – TC
Ataliba Manoel Fernandes	ZILIO, Sergio Augusto da Silva – Ten Cel
Aviação Militar no Contestado	THOMÉ, Nilson

Batalhão Villagran Cabrita, Ordens do Dia de 1866	BELLO, Olival
Biografia	CORREIA, Armindo
Biografia	FERREIRA, Maria do Carmo D.
Biografia	SCHULZ, Armando Vilmar
Candido da Fonseca Galvão (o Príncipe Obá II)	SILVA, Eduardo
Carlos Antonio Napión	FROTA, Guilherme de Andrea
Carlos de Moraes Camisão	MONTEIRO, Paulo Roberto
Comissão Militar Mixta Brasil – Estados Unidos	SONNY, B. Davis Jr. (EUA)
Conrado Jacob Nimeyer, marechal	EME, Vice – Chefia
Contestado (Campanha do)	PIAZZA, Walter Fernando
Contestado (Documentos do)	ARAUJO, Iaponan Soares de
Defesa de Costa do Brasil – 1880-1945 (História)	ROBBINS, Charles (EUA)
Direito Militar (autor de)	MEDEIROS, Laudelino Teixeira de
Domingos Pereira de Souza	MARIANTE, Hélio Moro Cel PM
Escola de Agronomia e Veterinária	NOVIS, Maria Pains
Escola Militar do Realengo	FERNANDES, Rosangela Monte
Estações Ferroviárias do Subúrbio do RJ	SILVA, Alcina Martins de O. e MC
Exército durante República (História do)	CANN Frank D. (EUA)
Fábrica de Curitiba	DIAS, José Ferreira
Real Fábrica de Ipanema Sorocaba – SP	POMBO, P. da Rocha
Mapa Topográfico	
FEB	PONTE, Carlos Fidelis da
Forte existente na Ponta do Leste em Angra dos Reis	PADUA, Julio Cesar Uruahí
Fortificações e Defesa do Litoral no Brasil 1895 e 1898	PIMENTA, Rubem Ribeiro
Francisco C. Pinto Monteiro	BARROS, Clímedes Rego
Francisco Paiva de Souza	MARIANTE, Helio Moro – Cel PM
Francisco Teixeira de Carvalho	ALMADA, Orestes
Governadores do Pará no período Republicano	FEITOSA, Jesse Nei José Rodrigues
Guilherme A. Coutinho	Dantas de
Gustavo Cordeiro de Farias	ALMADA, Orestes
Hilario Maximiano Gurjão – Gen	CAVALCANTE, Carlos José Vieira
Indústria de Material Bélico no Brasil – Evolução	AD/3 – Cruz Alta – RS
João Antonio da Costa	GALVÃO, Fernando Sergio
	CAMPOS, Flamarión Pinto de – Gen

- João Batista Lins
 João Batista Pires Almada
 João Francisco Menna Barreto
 João Gomes Ribeiro Filho
 João Severiano da Fonseca
 Joaquim da Cunha Lima
 Joaquim Elesbão Reis
 Joaquim Quirino Vilarim
 José Falcão de Moura Vasconcellos
 José Fernandes Pinto Alpoim
 José Lopes de Oliveira
 José Luiz da Silva
 José Pedro de Oliveira Galvão
 José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque
 José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque
 José Ramos de Azevedo
 José Roberto de Carvalho
 José Roberto de Carvalho
 José da Silva Pessoa
 Leônio de Figueiredo Neiva
 Licinio Loureiro de Vasconcellos
 Luiz Gonzaga Ferreira de Andrade
 Luiz José da Fonseca Ramos
 Luiz Sá de Affonseca
 Manobras de Santa Cruz
 Manoel de Almeida Gama Lobo D'eaça
 Manoel Machado de Souza Pinto (Na Guerra de Canudos)
 Manobras em Santa Cruz 1885 (Cartas)
 Manoel Pedro Drago
 Materiais Históricos (Levantamento)
 Medalhística Militar no 2º Reinado
 Memórias do Realengo
 Memórias do Realengo
 Ministros do Exército
 Missão Militar Francesa
 Movimento Tenentista 1920/1930
 Oficiais Gerais de Angra dos Reis
 Ordem Unida
 Pedro José Rufino
 Pedro Paulo F. Galvão
 Pery Mello
 Plano de Restauração – Museu Nacional
- LINS, João de Abreu, Gen
 ALMADA, Orestes
 ARAUJO, Heitor
 GOMES, Cosme Gelson
 FONSECA, Walter
 LIMA, José Cunha
 GUERRA, Walter
 PORCIUNCULA, João Olímpio da
 EHALT, Emerenciana de Vasconcellos
 EME, Vice-Chefia
 ARAUJO, Hector
 SILVA, Marcelo Peixoto da
 NOGUEIRA, Jonathan
 CAMINHA, Lannes de Souza
 FROTA, Silvio Coelho da – Gen
 ALMADA, Orestes
 AZEVEDO, Thales de
 BARBOSA, Joalbo R. de Figueiredo
 NOGUEIRA, Jonathan
 ALMADA, Orestes
 SILVA, Marcelo Peixoto da
 MELLO, Luiz Gonzaga de – Cel
 ABBOTT, Gastão
 AMAN, Divisão de Ensino da
 SOUZA, Sivaldo do Nascimento
 ARAUJO, Hector
 NATAL, Noelia Bastos
 NOPH – Santa Cruz
 ARAUJO, Hector
 NATO, Nancy Priscila Smith
 AVELLAR, Jardro de Alcantara – Cel
 LINS, João de Abreu – Gen
 LINS, João de Abreu – Gen
 PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo – Gen
 MELLO, Luiz Gonzaga de – Cel
 DRUMOND, José Augusto Leitão
 MELLO, Rosangela Alves Gabriel de
 LEMOS, Anisio Carlos Alves
 BRIGADA, de Cavalaria Mecanizada (1.ª)
 NOGUEIRA, Jonathan
 MELLO, Luiz Gonzaga de – Cel
 GODOY, Solange

ECEME**BIBLIOTECA BÁSICA DO
OFICIAL DE ESTADO-MAIOR**

A Escola apresenta a sugestão de uma biblioteca básica do oficial de Estado-Maior, o que tem feito também a seus alunos.

Aos oficiais matriculados no CADECEME/86, a Escola presenteará o livro "A Arte da Guerra", de Sun Tzu.

OBRA	AUTOR	EDITORIA
— A Arte da Guerra	Sun Tzu	Record
— A Conduta da Guerra (1789 até nossos dias)	JFC Fuller	Bibliex
— Estratégia (conceituação e emprego em 25 séculos)	Liddel Hart	Bibliex
— Da Guerra	Clausewitz	Martins Fontes
— O Brasil na 2ª GM	MT Castello Branco	Bibliex
— Panzer Líder	H Guderian	Bibliex
— O Nome Secreto	Lin Yutang	Itatiaia
— Paz e Guerra entre as Nações	Raymond Aron	Univ. Brasília
— A Arte de ser Chefe	Gaston Courtois	Bibliex
— Estratégia da Ação	Gen Beaufre	Bloch
— Como Terminam as Democracias	J.F. Revel	Difel
— O Poder das Nações	John Stoessinger	Cultrix
— A Guerra que eu Vi	Gen Patton	Bibliex
— Caxias	Affonso de Carvalho	Bibliex/Bloch
— Facundo	Domingo F. Sarmiento	Imprensa Nacional
— Osório (Síntese perfil histórico)	J. B. Magalhães	Bibliex
— Aspectos Geográficos Sul-Americanos	Mario Travassos	EME
— A Guerra do Yom Kippur	Chaim Herzog	Bibliex
— Seis Dias de Guerra Milenar	Churchill, Randolph Spencer	Bibliex
— A Guerra do Sinai	Moshé Dayan	Bibliex

Transcrição do DOC NR 2 da orientação do CADECEME/86 pela ECEME



Seja assinante da Bibliex e receba sempre bons livros

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

A Bibliex já preparou o Editorial para 1986, composto de 10 títulos, que os assinantes receberão durante o corrente ano em qualquer ponto do Brasil e sem nenhum acréscimo ou despesa além do valor da assinatura anual de Cz\$ 132,00.

OBRAS QUE JÁ FORAM SELECIONADAS:

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Volume 2 – Tomo V

General Paulo de Queiroz Duarte

Mais um volume dando continuidade a esta interessante obra sobre aqueles jovens voluntários de 1865/70.

CONFLITO DAS MALVINAS

Volumes 1 e 2

General Paulo de Queiroz Duarte

Uma descrição ordenada e uma interpretação segura de um historiador militar sobre aquele recente conflito no Atlântico Sul.

DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS

Virgil Gheorghiu

Romance do mesmo autor de "A Espiã" e "25^a Hora".

MISSÕES SILENCIOSAS

Vernon A. Walters

Alguns aspectos autobiográficos deste oficial norte-americano que conviveu com a FEB e participou de fatos de grande interesse para o conhecimento da política internacional dos Estados Unidos.

O PODER DA PERSONALIDADE NA GUERRA

General Barão Hugo Von Freitaq-Loringhoven
Um clássico da literatura militar Alemã.

RETRATO DO BRASIL – Atlas-Texto de Geopolítica

Therezinha de Castro

Um estudo ricamente ilustrado a cores, abordando a Geopolítica brasileira.

SETE COMBATES NO VIETNAM

John Albright

A apresenta síntese de episódios militares daquele conflito, ao alcance de civis e militares, inclusive com emprego de helicópteros em campanha, assunto de grande atualidade.

ESTRATÉGIA

General Carlos de Meira Mattos

Um livro de grande utilidade para os estudiosos de estratégia e de assuntos da atualidade.

OBRAS EM ESTUDO PARA COMPLETAR O EDITORIAL DE 1986

YALTA, A PARTILHA DO MUNDO

Arthur Conte

Uma descrição de importantes acontecimentos que cercaram aquela Conferência, cujos reflexos a humanidade ainda decanta.

A ARTE DA LIDERANÇA

W. W. Roskill

Com opiniões seguras e inéditas sobre a influência da personalidade, da família e da cultura do oficial em sua capacidade de liderança.

A ESPADA E A PENA

Liddell Hart

Mais um clássico da literatura

GEHLEN, O GÊNIO DA INFORMAÇÃO

Charles Whiting

Uma bibliografia militar de grande utilidade para o entendimento da espionagem e sua importância na guerra. (Do original GEHLEN, O ESPÍAO DO SÉCULO).

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marçilio Dias – 3º andar
CEP 20455 – Rio de Janeiro – RJ – Tel.: 253-4637 – 253-7934 – 233-0261

Valor da
assinatura
de 1986
Cz\$ 132,00

A Bibliex ainda dispõe de pequena quantidade destas duas coleções à sua disposição.

EDITORIAL DE 1984

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte

GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS

General Carlos de Meira Mattos

BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL

Therezinha de Castro

UMA VISÃO DA ANTÁRTICA

Coronel Elber de Mello Henriques

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

J. B. MASCARENHAS DE MORAES — MEMÓRIAS — Vol. 1

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

J. B. MASCARENHAS DE MORAES — MEMÓRIAS — Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Coronel Octavio Tosta

EDITORIAL DE 1985

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo IV

General Paulo de Queiroz Duarte

HIPÓLITO DA COSTA, Idéias e Ideais

Therezinha de Castro

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

O PEQUENO PRÍNCIPE

Antoine de Saint-Exupéry

EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA CANUDOS — Seu Aspecto Marcial

General Tristão de Alencar Araripe

NOSSO EXÉRCITO, ESSA GRANDE ESCOLA

General A. de Lyra Tavares

TERCEIRO BATALHÃO — O Lapa Azul

Agostinho José Rodrigues

MARECHAL JOSÉ PESSOA —

A Força de um Ideal

TC Hiram de Freitas Câmara

MEMÓRIAS DE UM SOLDADO

General Ernani Ayrosa da Silva

MONTESE — MARCO GLORIOSO

DE UMA TRAJETÓRIA

Coronel Adhemar Rivermar de Almeida

Valor da assinatura de 1984

Cz\$ 40,00

Valor da assinatura de 1985

Cz\$ 43,80



BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORIA

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Mário Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)

Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

DESEJO RECEBER O(S) EDITORIAL (AIS)
ABAIXO E PARA TANTO ENVIO A IMPOR-
TÂNCIA CORRESPONTE DA MANEIRA
ASSINALADA AO LADO.

1984

1985

1986

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de forma)

Endereço (para remessa do livro)

Bairro	Cidade	Est.	CEP
Date	Assinatura		

— VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CÓRREIO QG I Ex

— CHEQUE NOMINAL N.º _____ BANCO _____



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O Valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1986: Cz\$ 67,20

— PAGAMENTO:

- Em cheque Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

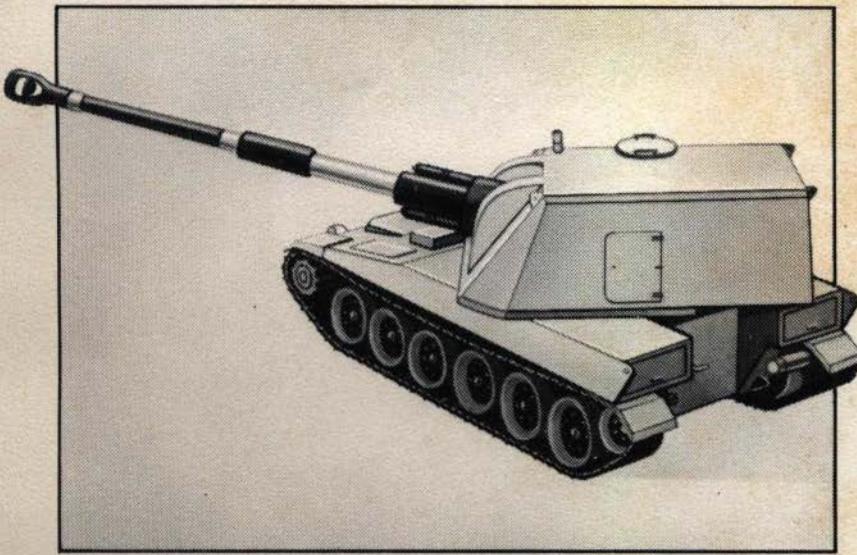
A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 253-4628



MALLET

SE EXIBE NA INGLATERRA



O **MALLET** está passando por uma prova de fogo, na Inglaterra: está sendo apresentado e submetido a duras exigências na British Army Equipment Exhibition, em Aldershot.

Durante as exibições, o **MALLET** vai mostrar todas as características de um sistema de armas moderno, adequado ao virar do século e de avançada tecnologia.

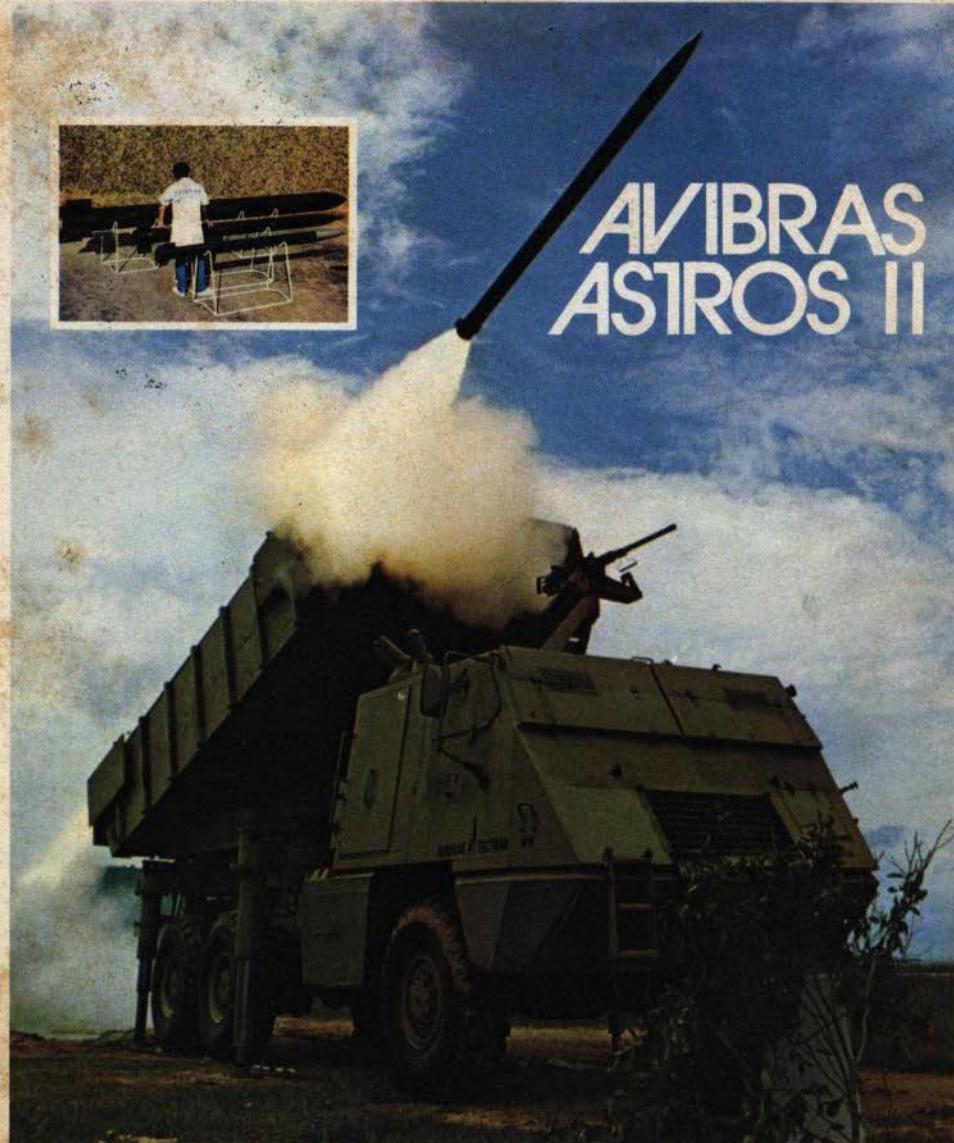
Mas, antes de ser submetido a todas estas provas, o **MALLET** já vencia sua batalha: é a primeira vez que um equipamento de defesa, de bandeira não inglesa, participa dessa exposição.

Como empresa 100% brasileira, estamos orgulhosos de ver o **MALLET** defender nossas cores na Inglaterra.

CARACTERÍSTICAS:

- autopropulsado de 155mm com tubo intercambiável de 39 a 52 calibres;
- alcance com munição OTAN de 24,6 a 31,6 km;
- alcance com munição "Base Bleed" 31,6 a 41,0 km;
- cadêncio de 3 tiros em 12 segundos ou 6 tiros/minuto por 30 minutos ou 2 tiros por minuto contínuos;
- sistema de pontaria automático com compensação para inclinação do chassis;
- sistema manual para "Back-up";
- número de tiros a bordo: 42;
- peso completo: 35 toneladas;
- autonomia do veículo: 500 kms;
- elevação: de -5° a +70°;
- cunhata de abertura vertical;
- acesso por duas entradas laterais e uma porta traseira larga no chassis.

VEROLME



AVIBRAS ASTROS II

O mais completo
e versátil sistema
de foguetes de
saturação disponível
no mundo...

...para atender
as necessidades
de nosso
Exército e de
nações amigas



Antiga Estrada de Paraibuna, Km 118 - Caixa Postal 229-12200 - São José dos Campos - S.P.
Brasil - Tel.: (0123) 21-7433 - Telex.: (011) 33493 AIAE BR.

AVIBRAS AEROESPACIAL S.A.